



**UNIFACS UNIVERSIDADE SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E URBANO - PPDRU
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

JAQUELINE ÉRRICO AUSTREGÉSILO BATISTA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE
POÇÕES, SUDOESTE DA BAHIA**

Salvador
2012

JAQUELINE ÉRRICO AUSTREGÉSILO BATISTA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE
POÇÕES, SUDOESTE DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador — UNIFACS, Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura.

Grupo de Educação e Desenvolvimento.

Salvador
2012

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador —
UNIFACS, Laureate International Universities.

Batista, Jaqueline Érrico A.

Educação ambiental nas escolas do campo do município de Poções,
Sudoeste da Bahia. / Jaqueline Érrico Austregésilo Batista. – Salvador,
2012.

253 f. : il.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento
Regional e Urbano — UNIFACS, Laureate International Universities,
como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura.

1. Educação ambiental – Poções - Bahia. 2. Transformação social -
Poções - Bahia. 3. Desenvolvimento sustentável - Poções - Bahia. I.
Boaventura, Edivaldo Machado, orient. II. Título.

CDD: 371.35

JAQUELINE ÉRRICO AUSTREGÉSILO BATISTA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE POÇÕES,
SUDOESTE DA BAHIA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador — UNIFACS, Laureate International Universities, pela seguinte banca examinadora:

Edivaldo Machado Boaventura – Orientador _____
Doutor em Educação pela Universidade Estadual da Pensilvânia (EUA)
Universidade Salvador — UNIFACS, Laureate International Universities

Alexandre Américo Almassy Junior _____
Doutor em Fitotecnia pela Universidade Federal de Viçosa — UFV
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia — UFRB

Regina Celeste de Almeida Souza _____
Doutora em Geografia pela Universidade de Rouen (França)
Universidade Salvador — UNIFACS, Laureate International Universities

Salvador, 24 de outubro de 2012.

A

meus pais, Otacílio (*in memoriam*)
e Edlene, a quem devo tudo

Antonio Fernando,
meu marido

Ícaro,
meu filho

Kennedy e Deyvison,
meus irmãos

Carla e Janine,
minhas cunhadas

Daniel, David, Lunna e Brisa,
meus sobrinhos

Liz,
minha afilhada

AGRADECIMENTOS

Um trabalho como este não seria possível sem o apoio, o estímulo, a gentileza e a disponibilidade de várias pessoas, às quais expresso aqui minha gratidão.

A meu orientador, Prof. Dr. Edivaldo Boaventura, por sua paciência, instigação intelectual e capacidade de não confundir rigor com rigidez.

Aos professores do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS, em especial à Profa. Dra. Alba Regina Neves Ramos, que muito me incentivou a investir em minha formação acadêmica.

Aos meus colegas de Mestrado e de Educação Ambiental, com quem tanto aprendi a compartilhar conhecimentos, dúvidas, inquietações e esperanças.

Tatiane Gomes, Clélia Corrêa Gonçalves e Valdomiro Santana prestaram-me ajuda valiosa na revisão do texto desta dissertação. De Rafael Freitas Brito, Jerusa Oliveira Silva e Ana Curvelo recebi auxílio incansável e decisivo na aplicação dos questionários da pesquisa.

Sou muito grata, pelo estímulo que tenho recebido para prosseguir em minhas atividades de educadora ambiental, aos gestores, diretores e colegas do Sistema Faeb/Senar-BA, em especial ao presidente, João Martins da Silva Júnior, José Mendes Filho, Mário Sabino Costa (*in memoriam*), Geraldo Machado, Fernando Albiani Alves e Rui Dias Souza.

Agradeço a confiança e o apoio constantes que tive dos gestores do município de Poções — principalmente, do prefeito, secretário de Agricultura e Meio Ambiente e secretária de Educação —, do presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, Mário César Magalhães Dias, de diretores, coordenadores, professores e alunos das Escolas do Campo e moradores do distrito de Morrinhos, durante a fase de coleta de dados deste trabalho.

Chegou um tempo em que não adianta morrer.
Chegou um tempo em que a vida é uma ordem.
A vida apenas, sem mistificação.

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE. Os ombros suportam o mundo. In: *Sentimento do mundo*. Livro constante do volume único *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1988, p. 68.

Em última instância, são os valores individuais que comandam as mudanças sociais. O progresso rumo à sustentabilidade está, portanto, articulado com um aprofundamento coletivo de nosso senso de responsabilidade para com a Terra e para com as gerações futuras. Sem uma reavaliação de nossas aspirações e motivações pessoais, nunca seremos capazes de alcançar uma comunidade global ambientalmente sadia.

LESTER R. BROWN, CHRISTOPHER FLAVIN E SANDRA POSTEL. O planejamento de uma sociedade sustentável. In: *Salve o planeta: qualidade de vida*, 1990. Um relatório do Worldwatch Institute. Lester R. Brown (Org.). Trad. Newton Roberval Eichebach. São Paulo: Globo, 1990, p. 220.

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar as ações de Educação Ambiental implantadas nas Escolas do Campo do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de Poções, município localizado no Sudoeste da Bahia, a fim de verificar o alcance de seus efeitos no cotidiano de professores, alunos, pais e comunidade rural, como um instrumento de transformação social e de melhoria da relação desses sujeitos com o meio ambiente. Trata-se de uma dissertação cujo estudo foi concebido como uma pesquisa empírica, a qual foi desenvolvida para responder ao problema: “As ações de Educação Ambiental implantadas, a partir de 2007, nas Escolas do Campo do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de Poções e no distrito de Morrinhos desse município têm se incorporado ao cotidiano de professores, alunos, pais e comunidade rural como um instrumento de transformação social e de melhoria da relação dessas pessoas com o meio ambiente?”. O trabalho focaliza a história da Educação Ambiental no contexto mundial, nacional e baiano, à luz das políticas públicas e dos documentos oficiais, no âmbito da educação não formal, faz um esboço sócio-histórico de Poções e descreve as ações de Educação Ambiental desenvolvidas no município pelo Programa Despertar do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural Administração Regional da Bahia (Senar-BA). A análise de dados coletados na pesquisa permitiu refletir sobre o papel da Educação Ambiental, que, ao se constituir como instrumento efetivo de transformação social, é capaz de viabilizar a adoção de práticas ecológicas pedagogicamente orientadas para promover a mudança de hábitos, comportamentos e atitudes, com a perspectiva de se alcançar e garantir o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Educação ambiental. Transformação social. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyse the actions of Environmental Education introduced in the Schools of the Field of the 1st one to the 5th year of the Basic Teaching of Poções, municipality located in the Southwest of Bahia, in order to check the reach of his effects in the daily life of teachers, pupils, parents and rural community, like an instrument of social transformation and of improvement of the relation of these subjects with the environment. This is a dissertation whose study was conceived like an empirical research, which it was developed to answer to the problem: The actions of Environmental Education introduced, starting from 2007, in the Schools of the Field of the 1st one to the 5th year of the Basic Teaching of Potions and in the district of Morrinhos of this municipality have been incorporated to the daily life of teachers, pupils, parents and rural community as an instrument of social transformation and of improvement of the relation of these persons with the environment? The work focuses the history of the Environmental Education in the world-wide, national and Bahia context, according the public politics and official documents, in the context of the no formal education, no formal, does a sociohistorical synthesis of Poções and it describes the actions of Environmental Education developed in the municipality for the Awakening Program of the National Service of Rural Learning Bahia Regional Management (Senar-BA). The analysis of data collected in the inquiry allowed to think about the role of the Environmental Education, which it constitutes like effective instrument of social transformation, and then it is able of viable the adoption of ecological practices pedagogically orientated to promote the change of habits, behaviours and attitudes, with the perspective of reaching and to guarantee the sustainable development.

Keywords: Environmental education. Social transformation. Sustainable development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rio +20	43
Figura 2 - Regiões Econômicas da Bahia.....	63
Figura 3 - Praça da igreja de Poções, 1930	65
Figura 4 - Cidade de Poções, 1930	66
Figura 5 - Patrimônio do bandeirante João Gonçalves da Costa.....	67
Figura 6 - Vista aérea da cidade de Poções, 2010	69
Figura 7 - Vista aérea da cidade de Poções em 2012	70
Figura 8 - Territórios de Identidade, BA	72
Figura 9 - Tribo dos índios mongóios	77
Figura 10 - Praça central do distrito de Morrinhos, 2009.....	78
Figura 11 - Distrito de Morrinhos, 2011.....	79
Figura 12 - Horta comunitária em Morrinhos, 2011	79
Figura 13 - Tanque para piscicultura em Morrinhos, 2012	80
Figura 14 - Curso de Capacitação oferecido pelo Programa Despertar em Ipiaú, BA, julho 2005	94
Figura 15 - Professores do Campo de Camacan, BA, participam de curso de Formação em Educação Ambiental do Programa Despertar, julho 2005	94
Figura 16 - Alunos recebem material didático do Programa Despertar	95
Figura 17 - Prof. Edivaldo Boaventura profere palestra de abertura do IV Intercâmbio em Santo Amaro, BA, 2011	97
Figura 18 - Biólogo Rafael Freitas ministra curso de Formação de Professores — Oficina de Solo, em Mucugê, BA	98
Figura 19 - Atividade de Planejamento em Educação Ambiental, em Itapebi, BA (2011).....	99
Figura 20 - Dia de Campo com alunos e professores em Nova Redenção, BA, 2011	99
Figura 21 - Passeata para prevenção do Aedes aegypti, mosquito transmissor do vírus da dengue, em Mascote, BA, 2011.....	100
Figura 22 - Cartaz em Escola do Campo de Poções, 2007	102
Figura 23 - Atividade escolar sobre prevenção da doença de Chagas, Poções, BA, 2007.....	103
Figura 24 - Mutirão da Cidadania — zona rural de Poções, 2007	104
Figura 25 - Capacitação de Educadores do Campo, em Poções, 2007.....	105
Figura 26 - Plano de Ação do Programa Despertar em Poções.....	107
Figura 27 - Alunos observam o antigo local de extração da fibra quenion em Bom Jesus da Serra — Dia de Campo, 2009.....	114
Figura 28 - Curso de Olericultura para pais de alunos da comunidade de Serra Grande — Poções, 2010.....	116

Figura 29 - Visita ao Polo Produtivo de Bezerros, Poções, 2011	118
Figura 30 - Alunos da Escola Municipal João G. Figueiredo ouvem instruções básicas do coordenador do Campo Rafael Freitas antes da visita ao lixão.....	119
Figura 31 - Horta de sequeiro — Instituto Manoel Padre, Bandeira Nova, Poções, 2011	119
Figura 32 - Horta Escolar —Escola Cônego Pithon, Morrinhos, Poções	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual por Escola dos questionários recebidos.....	134
Gráfico 2 - Nível de escolaridade dos professores da Educação do Campo de Poções, BA..	135
Gráfico 3 - Justificativa dos professores à questão 12.1.....	139
Gráfico 4 - Ações concretas apontadas pelos discentes de Poções	141
Gráfico 5 - Moradores do distrito de Morrinhos, segundo o gênero	149
Gráfico 6 - Nível de escolaridade por gênero da comunidade de Morrinhos.....	150
Gráfico 7 - Moradores do distrito de Morrinhos cujos filhos estudam/não estudam na Escola Municipal Cônego Pithon.....	150
Gráfico 8 - Moradores de Morrinhos - Participação em ação de EA ou MA.....	151
Gráfico 9 - Moradores de Morrinhos - Conhecimento/participação em ações de EA na escola	152
Gráfico 10 - Iniciativa dos filhos de conversar em casa sobre MA.....	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diagnóstico realizado com os professores do campo de Poções	111
Quadro 2 - Ações de Educação Ambiental de Poções — ano 2009.....	113
Quadro 3 - Ações de Educação Ambiental em Poções — 2010	115
Quadro 4 - Ações de Educação Ambiental em Poções — 2011	117
Quadro 5 - Ações do Programa Despertar em Poções.....	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais produtos — Produção e VBP, Poções, 2010.....	75
Tabela 2 - Eventos desenvolvidos pelo Senar em Poções na área ambiental.....	89
Tabela 3 - Efetivos da pecuária — 2009/2010 — Poções.....	90
Tabela 4 - Produção agrícola por cultura — Poções.....	90
Tabela 5 - Público atendido pelo Programa Despertar.....	96
Tabela 6 - Escolas do Campo de Poções, BA.....	126
Tabela 7 - Questionários recebidos por escola.....	133
Tabela 8 - Professores: conhecimento dos documentos legais de EA.....	136
Tabela 9 - Práticas de EA inseridas nas escolas do campo.....	138
Tabela 10 - Práticas de EA inseridas nas comunidades rurais.....	138
Tabela 11 - Mudança de hábitos e comportamentos dos alunos após a implantação de ações de EA.....	142
Tabela 12 - Pontos positivos do Programa Despertar, segundo os professores.....	143
Tabela 13 - Opções de EA praticadas pelos anos nas escolas do campo.....	145
Tabela 14 - Opções de EA pelos alunos da EMCP.....	145
Tabela 15 - Atitudes e comportamentos mudados nos alunos após a implantação de EA nas escolas do campo.....	147
Tabela 16 - Atitudes e comportamentos mudados nos alunos após a implantação de EA na Escola Municipal Cônego Pithon.....	148
Tabela 17 - Conhecimento sobre o Programa Despertar.....	153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APPs	Áreas de Preservação Permanente
CEAs	Centros de Educação Ambiental
Cepram	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CIEA	Comissão Institucional da Educação Ambiental
Cinterfor	Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional
Cisea	Comissão Intersetorial de Educação Ambiental
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
Cnea	Conferência Nacional de Educação Ambiental
Cnefe	Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos
Cnumad	Comissão das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CPORfg	Comissão da Produção Orgânica
Coea	Coordenação Geral de Educação Ambiental
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Conerh	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
DAS	Direção e Assessoramento Superiores
Dieas	Diretoria de Educação Ambiental para a Sustentabilidade
EA	Educação Ambiental
EMCP	Escola Municipal Cônego Python
ERPALC	Escritório Regional para América Latina e Caribe
EUA	Estados Unidos da América
FAEB	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia
FPR	Formação Profissional Rural
Funasa	Fundação Nacional da Saúde
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Inema	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ME	Meio Ambiente
MEC	Ministério da Educação e Cultura
Minint	Ministério do Interior
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OG	Órgão Gestor
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAM	Produção Agrícola Municipal
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PEA-BA	Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia
PIB	Produto Interno Bruto
Piea	Programa Internacional de Educação Ambiental
PLEA-BA	Projeto de Lei de Educação Ambiental da Bahia
PnadSTR	Programa Nacional de Apoio ao desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNE	Plano Nacional de Educação
Pnea	Política Nacional de Educação Ambiental
Pnuma	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPDRU	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano
PPP	Projeto Político Pedagógico
ProEASE	Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional
Pronat	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental

PS	Promoção Social
Rebea	Rede Brasileira de Educação Ambiental
RLOs	Reservas Legais Obrigatórias
RPPNs	Reservas Particulares do Patrimônio Nacional
Seagri-BA	Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia
SDT/MDA	Secretaria do Desenvolvimento Territorial / Ministério do Desenvolvimento Agrário
Sedham	Secretaria Municipal de Planejamento Urbanismo e Meio Ambiente
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Sema	Secretaria Especial do Meio Ambiente
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senar-BA	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural Administração Regional da Bahia
Senat	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
Sescoop	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Sibea	Sistema Brasileiro de Informações em Educação Ambiental
Sisema	Sistema Estadual do Meio Ambiente
Sisge/Senar	Sistema Gerencial de Eventos do Senar
Sisnama	Sistema Nacional de Meio Ambiente
Uesb	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
1.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	25
1.1.1 O Problema	25
1.1.2 Objetivos	25
1.1.3 Questões Norteadoras	26
1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	27
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	28
2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONTEXTO HISTÓRICO E BASE LEGAL.....	28
2.2 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	46
2.3 POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	56
3 O MUNICÍPIO DE POÇÕES, SUDOESTE DA BAHIA	63
3.1 HISTÓRICO	63
3.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO NO CONTEXTO DO SEMIÁRIDO BAIANO E DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA	68
3.3 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE POÇÕES: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	74
3.4 O DISTRITO DE MORRINHOS.....	76
4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM POÇÕES: IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DESPERTAR NO MUNICÍPIO	84
4.1 CRIAÇÃO DO SENAR NO CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NACIONAL	84
4.1.1 O Senar na Bahia	87
4.1.2 O Senar em Poções	89
4.2 O PROGRAMA DESPERTAR.....	91
4.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PROGRAMA DESPERTAR EM POÇÕES	101
4.4 NOVA GESTÃO E NOVAS AÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE POÇÕES	109
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	122
5.1 NATUREZA DA ABORDAGEM	122
5.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL.....	123
5.3 ESTUDO DE CASO	123
5.3.1 Unidade de estudo: o município de Poções e as Escolas do Campo	125
6 RESULTADOS	127
6.1 COLETA DE DADOS	127
6.1.1 Unidade de estudo: o município de Poções e as Escolas do Campo	127
6.2 COLETA DE DADOS - DOCENTES E GESTORES	128

6.3 COLETA DE DADOS - DISCENTES	129
6.4 COLETA DE DADOS - COMUNIDADE RURAL - DISTRITO DE MORRINHOS ...	130
6.4.1 Amostragem aleatória	130
6.5 ANÁLISE DE DADOS	130
6.5.1 Apresentação dos Resultados	131
6.5.1.1 Gestores municipais e Sindicato dos Produtores Rurais	131
6.5.1.2 Docentes	133
6.5.1.3 Análise de dados: discentes.....	144
6.5.1.4 Análise de dados: comunidade rural	149
7 CONCLUSÃO.....	155
REFERÊNCIAS	163
APÊNDICE A — Questionário para professores da 1ª à 5ª série do Ensino Fundamental das Escolas do Campo de Poções, BA	174
APÊNDICE B — Questionário para alunos das Escolas do Campo	180
APÊNDICE C — Questionário para moradores de Morrinhos, Distrito de Poções, BA	182
APÊNDICE D — Entrevista com a secretária de Educação de Poções, BA.....	185
APÊNDICE E — Entrevista com a secretária de Educação/2007, de Poções, BA	188
APÊNDICE F — Entrevista com o secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Poções, BA	190
APÊNDICE G — Entrevista com o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Poções, BA	193
APÊNDICE H — Entrevista com o coordenador da Educação Ambiental do Campo de Poções, BA	196
APÊNDICE I — Entrevista com a coordenadora da Educação Ambiental do Campo/2007, de Poções	199
APÊNDICE J — Entrevista com o prefeito de Poções, BA	201
APÊNDICE K — Análise dos Dados — gestores municipais e presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Poções, BA.....	204
APÊNDICE L - Visitas as Escolas Cônego Pithon (Morrinhos) e Alvinô Ferreira Paiva (Bezerros)	206
ANEXO A — Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999	212
ANEXO B — Resolução nº 01/2009	216
ANEXO C — Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável — 2005-2014	226
ANEXO D — Decreto nº 7.495, de 7 de junho de 2011	233
ANEXO E — Portaria Interministerial n. 217	241
ANEXO F — Carta de 21 junho de 2012	243

ANEXO G — Hortas comunitárias em Poções.....	246
ANEXO H — Informativo do Programa Despertar em Poções/2010.....	247
ANEXO I — Mapa de localização do município de Poções, BA	249
ANEXO J — Plano de Ação e Monitoramento do Programa Despertar Município: Poções - Ba.....	250

1 INTRODUÇÃO

Três experiências, relacionadas com a palavra “poluição”, estão na origem deste trabalho. A primeira delas remonta ao começo da adolescência da autora, com a lembrança que tem de tanto lê-la em livros, revistas e jornais, de tanto ouvi-la no rádio, na TV, no cinema e em canções, e dita milhares de vezes por inúmeras pessoas, nos mais diferentes lugares. Poluição, pois, como objeto de *curiosidade*.

De imediato, associou o termo a fumaça, talvez por causa da já costumeira e desagradável sensação de aspirar combustível queimado, expelido em vapor tóxico pelo cano de descarga dos veículos, em horas de engarrafamento nas cidades e nas rodovias. Não demorou para que outros significados de poluição se somassem ao de fumaça, como o de sons altos, o da profusão extravagante de cores e imagens da mídia em geral e especialmente da publicidade, o da contaminação das águas de rios, lagoas, mares, o da falta de limpeza urbana, o de esgotos a céu aberto etc.

Ao fim da adolescência, o que era *curiosidade* tornou-se *interesse*. O termo “poluição” passou a lhe demandar a compreensão do que é conceitual. Foi quando os conhecimentos que pouco a pouco ia adquirindo sobre meio ambiente exigiram uma percepção mais apurada dos fenômenos naturais à sua volta e de seus efeitos sobre todas as formas de vida. Aprender um conceito, como intuiu, requer análise, que, por sua vez, constitui um dos procedimentos do saber científico.

Dáí foi um passo para se informar, por exemplo, sobre um gás, o dióxido de carbono, também conhecido como gás carbônico, uma substância formada por dois átomos de oxigênio e um de carbono, cuja representação química é CO_2 — um gás importante para o reino vegetal, por ser decisivo na realização do processo da fotossíntese; liberado na respiração (expiração) dos seres vivos e também na queima de combustíveis fósseis. Como veio a entender, entretanto, a grande quantidade de dióxido de carbono lançada na atmosfera afeta gravemente o planeta, pois ocasiona o efeito estufa e, por consequência, o aquecimento global. São largamente conhecidos seus efeitos mórbidos quando muito inalado, e podem até mesmo provocar morte por asfixia.

A terceira experiência, resultante do *interesse* pela palavra “poluição” e seu campo semântico, associado ao que se entende por degradação ambiental, veio a ser a da *reflexão*

crítica, quando se tornou estudante de graduação em Pedagogia. Os anos seguintes, no exercício profissional de educadora, levaram-na a examinar com mais profundidade os meios e modos capazes de oferecer novas alternativas de relação com o que se chama de natureza — em sua acepção ampla, o conjunto de coisas que existem realmente ou do que se produz no mundo físico, independentemente de intervenção consciente; o mundo físico em si, sua organização, leis, fenômenos, fonte de recursos essenciais à sobrevivência das espécies; a condição própria, a essência dos seres em geral; em sentido antropológico, sua transformação pelo trabalho do homem, que resulta em cultura, a qual, por sua vez, concerne a tudo que se compreende como ordem simbólica.

A experiência da *reflexão crítica* veio a se enriquecer quando, funcionária do Senar-BA e responsável pela coordenação do Programa Despertar, voltado para promover ações de Educação Ambiental no interior do Estado, decidiu investir mais em sua formação acadêmica. Essa decisão, que amadureceu, levou-a a optar pelo Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano desta Universidade, cujo Programa de Pós-Graduação nessa área poderia lhe oferecer — como de fato lhe ofereceu — a oportunidade de melhor embasar e revisar seus conhecimentos, avançá-los e aprofundar seu referencial teórico, ao cumprir a exigência de realizar um projeto de pesquisa com tema de sua livre escolha. A *démarche* que se seguiu culminou na elaboração deste trabalho dissertativo.

Bem antes do advento da era digital em escala planetária, em fins da década de 1980, o modelo de desenvolvimento capitalista, cuja referência era a Revolução Industrial, já havia chegado a uma crise sem precedentes: tornara-se impossível atender às necessidades de consumo de cerca de cinco bilhões de habitantes do mundo de então. A um só tempo, davam sinal de esgotamento as matérias-primas de que precisa a indústria para transformá-las em bens manufaturados e o meio ambiente já apresentava, em todas as regiões do planeta, sinais e sintomas de degradação.

Impactos de todo tipo, verificados no solo, nas águas em geral, na atmosfera, enfim, em todos os ecossistemas e nos centros urbanos, demonstram que é má a qualidade de vida de toda a população mundial, justo porque o desenvolvimento obtido até há cerca de meio século só fez agredir a natureza.

Poluição tornou-se, portanto, signo e símbolo ao mesmo tempo em sua acepção chocante e pelas imagens que a traduzem de imediato, a partir de fins do decênio de 1960, em todos os lugares. Poluir é envenenar e, pois, asfixiar, matar. Conforme esclarece o Houaiss (2000), o vocábulo “tóxico” vem do grego (transliterado) *toxon*, ‘veneno’, que, por sua vez,

remete a *toxikon*, ‘veneno para a ponta das flechas’. Se uma das vertentes do desenvolvimento histórico do capitalismo é a produção em massa de mercadorias de todas as espécies para satisfazer as várias necessidades das populações, a outra é o preço caro que as sociedades contemporâneas pagam pela poluição de todas as regiões do planeta.

O presente estudo — fruto da reflexão crítica sobre a alternativa que representa a Educação Ambiental hoje, em face da degradação de todos os sistemas de vida no mundo, no Brasil e, particularmente, na Bahia — foi elaborado como uma dissertação, para atender aos requisitos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) desta Universidade, e pressupôs a realização de um projeto de pesquisa que é o que o constitui em seus aspectos teóricos e metodológicos. Dessa reflexão nasceu o tema do estudo, cujo recorte é a realidade empírica do que se denomina Educação Ambiental nas escolas do campo do município de Poções, no Sudoeste da Bahia.

A escolha do tema remonta a 2005, com o desafio assumido pela autora de implantar um Programa de Educação Ambiental, o Programa Despertar, em municípios baianos, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural Administração Regional da Bahia (Senar-BA). Como educadora, precisou entender o conceito de Educação Ambiental a partir dos conhecimentos que havia adquirido em sua graduação em Pedagogia. O interesse pelos aspectos multi e interdisciplinares que implicam a prática da Educação Ambiental (EA) foi ampliado posteriormente nos cursos de que participou a fim de obter o embasamento teórico imprescindível para executar o Programa.

O que se propôs investigar foi o resultado das ações de EA em Escolas do Campo de Poções e na comunidade de Morrinhos, desse município, no que concerne: a) aos modos de pensar as questões ambientais em alunos, professores e famílias rurais e b) como essas pessoas se comportam diante dessas questões em seu cotidiano. Alguns critérios foram relevantes para a escolha do *locus* da pesquisa, a saber: que o município estivesse localizado na região do Semiárido baiano, e fosse um dos 47 da rede de atuação do Programa executado pela autora. A escolha do Semiárido justifica-se pelo fato de, nessa região, com 258 municípios, ser possível contemplar o maior número daqueles com os piores indicadores sociais, além de apresentar questões ambientais peculiares, como a falta de práticas de convívio com a seca, baixa produção agrícola e necessidade de preservação das espécies nativas do bioma Caatinga. O município objeto de estudo possui características peculiares de Caatinga, mas também uma área de Mata Atlântica. Difere-se desse contexto o distrito de Morrinhos, que devido à existência de uma barragem, distribuí água para a população do

município; o quantitativo de alunos matriculados no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), razão pela qual foi escolhido Poções, que, dentre os municípios situados no Semiárido, é o que apresenta maior número de alunos e professores do Campo inseridos no Programa de Educação Ambiental (Despertar).

A análise dos indicadores sociais de Poções mostra que, dentre os municípios dessa região, é o que apresenta uma taxa alta de analfabetismo, 35,42%, e cujo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é 0,616. No que se refere aos Indicadores de Avaliação, Poções ocupa a 3.602ª posição entre os 5.564 municípios brasileiros, quando avaliados os alunos da 4.ª série ou 5º ano¹, e a 4.974ª, no caso dos alunos da 8ª série. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP, 2010), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em 2009, em Poções, nas escolas da rede pública, foi de 4,0 para os anos iniciais do Ensino Fundamental e de 3,1 para os anos finais. De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), esses índices precisam ser elevados até 2022. Para elevá-los, porém, é preciso implantar um novo modelo educativo, que possibilite a formação da cidadania dos alunos, que permita a formação continuada de professores para que possam construir um novo currículo, que promova conhecimentos potencializadores para a educação do campo de forma contextualizada, e que aborde o significado da vida rural, a fim de recuperar a identidade, o convívio com a natureza - e, desse modo, contribuir para recriar o significado de pertencimento dos que vivem no campo.

À luz das considerações acima, e tendo em vista a importância da Educação Ambiental como instrumento de formação da cidadania, porque possibilita a mudança de hábitos, comportamentos e atitudes, ao promover a convivência harmoniosa com a natureza, na perspectiva de se construir uma nova proposta de vida, busca-se nesta dissertação analisar as ações de Educação Ambiental nas Escolas do Campo no município em foco.

¹**Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001** — estabelece o ensino fundamental de nove anos como meta a educação nacional. **Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005** — altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e torna obrigatória a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental.

A Resolução nº 3, de 3 de agosto de 2005, do Conselho Nacional de Educação (CNE), indicou a nomenclatura a ser adotada para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental:

- a) Educação Infantil - 5 anos de duração - Até 5 anos de idade.
- b) Creche - Até 3 anos de idade.
- c) Pré-Escola - 4 e 5 anos de idade.
- d) Ensino Fundamental - 9 anos de duração - Até 14 anos de idade.
- e) Anos iniciais - 5 anos de duração - de 6 a 10 anos de idade. Anos finais - 4 anos de duração - de 11 a 14 anos de idade. Nos anos iniciais foi incluído o 1º ano que refere-se aos alunos de 6 anos. A 1ª série passa a constituir o 1º ano; a 2ª série, o 3º ano; a 4ª série o 5º ano. Nos anos finais a 5ª série passa a ser chamada de 6º ano; a 6ª série de 7º ano; a 7ª série de 8º ano e a 8ª série de 9º ano.

Pretende-se investigar as ações de EA em Poções a partir de 2007, quando, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação (2012), lá se inicia um trabalho sistemático nas Escolas do Campo sobre Educação Ambiental. Antes de 2007, não há registro de atividades em sala de aula que abordassem o tema de forma sistemática e com alguma proposta pedagógica de embasamento concreto.

O propósito da autora nesta dissertação não é avaliar a metodologia nem os materiais didáticos do Programa Despertar, mas refletir sobre as suas ações no contexto da Educação Ambiental das Escolas do Campo e comunidades rurais de Poções, por ter sido esse Programa o marco inicial do processo de implantação de ações de EA não formal nas referidas escolas do município.

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos. O primeiro é a caracterização da pesquisa, que compreende a formulação do problema, a definição dos objetivos e a proposição de questões norteadoras.

O segundo é a fundamentação teórica, que, além de abordar o histórico e a base legal da Educação Ambiental no contexto mundial e na educação brasileira, também comenta e discute a Política Estadual de Educação Ambiental da Bahia (Lei 12.056/11).

O terceiro capítulo é um esboço sócio-histórico do município de Poções e do distrito de Morrinhos, dos quais são apresentadas informações básicas referentes a aspectos geográficos, demográficos, ambientais e socioeconômicos, inclusive as pertinentes ao contexto da região do Semiárido baiano, bem como ao desenvolvimento regional na realidade do Sudoeste da Bahia.

O quarto capítulo focaliza a experiência de implantação das práticas de EA nas Escolas do Campo de Poções e relata o trabalho desenvolvido, no município, pelo Senar-BA, mediante o Programa Despertar, no âmbito dessas escolas.²

O quinto capítulo é o dos procedimentos metodológicos da pesquisa desenvolvida, na qual se trabalhou com uma abordagem qualitativa e o método utilizado foi o estudo de caso, por ter se mostrado pertinente para analisar as ações de Educação Ambiental nas Escolas do

² Creche - Até 3 anos de idade.

Pré-Escola - 4 e 5 anos de idade.

Ensino Fundamental - 9 anos de duração - Até 14 anos de idade.

Anos iniciais - 5 anos de duração - de 6 a 10 anos de idade. Anos finais - 4 anos de duração - de 11 a 14 anos de idade. Nos anos iniciais foi incluído o 1º ano que refere-se aos alunos de 6 anos. A 1ª série passa a constituir o 1º ano; a 2ª série, o 3º ano; a 4ª série o 5º ano. Nos anos finais a 5ª série passa a ser chamada de 6º ano; a 6ª série de 7º ano; a 7ª série de 8º ano e a 8ª série de 9º ano.

Campo de Poções e em suas comunidades rurais, o que envolveu a aplicação de questionários semiestruturados a professores, alunos e moradores locais, além de entrevistas com gestores e coordenadores da área de Educação do município.

Cumpre esclarecer que foram pesquisadas as práticas de Educação Ambiental ³formal e não formal realizadas no município, porém observou-se que o maior quantitativo de informações registradas em Poções refere-se às práticas de educação não formal e do período pós-implantação do Programa Despertar.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

1.1.1 O Problema

À luz do tema escolhido e para concebê-lo na perspectiva que se pretendeu desenvolver, eis como se formulou o problema desta pesquisa:

As ações de Educação Ambiental implantadas, a partir de 2007, nas Escolas do Campo do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de Poções e no distrito de Morrinhos desse município têm se incorporado ao cotidiano de professores, alunos, pais e comunidade rural como um instrumento de transformação social e de melhoria da relação dessas pessoas com o meio ambiente?

1.1.2 Objetivos

O objetivo geral do presente estudo é analisar as ações de Educação Ambiental implantadas nas Escolas do Campo do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de Poções, a fim de verificar o alcance de seus efeitos no cotidiano de professores, alunos, pais e comunidade rural, como um instrumento de transformação social e de melhoria da relação desses sujeitos com o meio ambiente.

Constituem os objetivos específicos:

³ Educação formal é aquela organizada por um sistema de ensino, proporcionada pela escola. Educação não formal é qualquer atividade estruturada e organizada, implantada fora do sistema de ensino. Na educação formal há os projetos pedagógicos que contemplam a alfabetização de adultos e a adoção de temas transversais. A Educação informal é aquela que ocorre sem nenhuma organização dos conteúdos: acontece na família, no grupo de amigos, meios de comunicação de massa. É uma educação contínua na vida do indivíduo (LOPES; TENÓRIO, 2011, p. 25-31). Programas como o Despertar são considerados de educação não formal.

- a) Identificar a existência de práticas de educação ambiental nas Escolas do Campo de Poções.
- b) Analisar o papel da escola para a implantação de uma EA contextualizada, transversal e de transformação social no município em questão.
- c) Investigar as atividades implantadas nas Escolas do Campo de Poções após a execução do Programa Despertar para verificar se resultaram em reflexões contextualizadas na realidade local.
- d) Identificar mudanças de hábitos, comportamentos e atitudes de professores, alunos e pais no distrito de Morrinhos do município de Poções, após as ações de Educação Ambiental implantadas nas Escolas do Campo do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.
- e) Avaliar nas escolas em apreço as ações de EA e sua relação com as Políticas de Educação Ambiental.

1.1.3 Questões Norteadoras

Para efeito do desenvolvimento desta investigação mostraram-se pertinentes seis questões norteadoras, assim formuladas:

- 1) Quais as práticas de EA que foram implantadas nas Escolas do Campo de Poções?
- 2) Essas práticas podem ser consideradas como atividades contextualizadas, transversais e de transformação social?
- 3) O Programa Despertar se constitui em um instrumento de transformação social e de melhoria significativa da relação das comunidades com o meio ambiente?
- 4) Houve mudanças de hábitos, comportamentos e atitudes de professores, alunos e pais após as ações de EA implantadas nas Escolas do Campo de Poções?
- 5) É possível perceber a efetividade das políticas de EA preconizadas para as Escolas do Campo?
- 6) É correto afirmar que os valores e princípios da EA foram assimilados pela comunidade de Morrinhos após as ações de EA implantadas na Escola Municipal Cônego Python?

1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está estruturada em seis capítulos. O primeiro é a introdução e a caracterização da pesquisa, que compreende a formulação do problema, a definição dos objetivos e a proposição de questões norteadoras.

O segundo capítulo é a fundamentação teórica, que, além de abordar o histórico e a base legal da Educação Ambiental no contexto mundial e na educação brasileira, também comenta e discute a Política Estadual de Educação Ambiental da Bahia (Lei 12.056/11).

O terceiro é um esboço sócio-histórico do município de Poções, do distrito de Morrinhos e a Escola Cônego Pithon, dos quais são apresentadas informações básicas referentes a aspectos geográficos, demográficos, ambientais e socioeconômicos, inclusive as pertinentes ao contexto da região do Semiárido baiano, bem como ao desenvolvimento regional na realidade do Sudoeste da Bahia.

O quarto capítulo focaliza a experiência de implantação das práticas de EA nas Escolas do Campo de Poções e relata o trabalho desenvolvido, no município, pelo Senar-BA, mediante o Programa Despertar, no âmbito dessas escolas.

O quinto é o dos procedimentos metodológicos da pesquisa desenvolvida, na qual se trabalhou com uma abordagem qualitativa e o método utilizado foi o estudo de caso, por ter se mostrado pertinente para analisar as ações de Educação Ambiental nas Escolas do Campo de Poções e em suas comunidades rurais.

O sexto capítulo é a análise dos dados que envolveu a aplicação de questionários semiestruturados a professores, alunos e moradores locais, além da realização de entrevistas com gestores e coordenadores da área de Educação do município.

Cumprе esclarecer que foram pesquisadas as práticas de Educação Ambiental ⁴formal e não formal realizadas no município, porém observou-se que o maior quantitativo de informações registradas em Poções refere-se às práticas de educação não formal e do período pós-implantação do Programa Despertar.

⁴ Educação formal é aquela organizada por um sistema de ensino, proporcionada pela escola. Educação não formal é qualquer atividade estruturada e organizada, implantada fora do sistema de ensino. Na educação formal há os projetos pedagógicos que contemplam a alfabetização de adultos e a adoção de temas transversais. A Educação informal é aquela que ocorre sem nenhuma organização dos conteúdos: acontece na família, no grupo de amigos, meios de comunicação de massa. É uma educação contínua na vida do indivíduo (LOPES; TENÓRIO, 2011, p. 25-31). Programas como o Despertar são considerados de educação não formal.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONTEXTO HISTÓRICO E BASE LEGAL

Com o advento da Revolução Industrial, em meados do século XVIII, que se baseou em alto consumo de energia para processar e transformar matérias-primas, a fim de atender à demanda crescente de novos e melhores produtos, o capitalismo experimentou um desenvolvimento histórico notável e houve significativa inovação tecnológica. Por outro lado, entretanto, aumentou consideravelmente a exploração de recursos naturais, o que, ao longo do tempo, e de modo muito preocupante, veio a sinalizar seu esgotamento e evidenciar sua degradação.

O biólogo e filósofo escocês Patrick Geddes (1854-1933) é considerado o “pai” da Educação Ambiental, por ter sido o primeiro a se preocupar com os efeitos da Revolução Industrial no meio ambiente, cujos impactos se somam ao do desencadeamento do processo de urbanização acelerada e suas consequências para o ambiente natural (DIAS, 2001).

Por causa do grande aumento do consumo de produtos manufaturados de todo tipo, esse modelo de desenvolvimento veio a se mostrar problemático no curso do tempo e chegou a um nível crítico tal, que a poluição do ar, do solo, das águas e o desmatamento passaram a pôr em risco a sobrevivência do planeta (FREIRE; NASCIMENTO; SILVA, 2006).

Até o ano de 1960, a Educação Ambiental tinha um enfoque naturalista, pois os seus tópicos eram abordados no ensino de Ciências Naturais e relacionados com conteúdos de Geografia e Educação Artística. Foi quando surgiu o movimento ambientalista nos Estados Unidos, que contribuiu para reformular o ensino dessas disciplinas; porém, o conceito de meio ambiente ainda era pouco abrangente, reduzido a seus aspectos naturais, sem considerar a sua interdependência (DIAS, 2001).

Em 1962, uma sequência de desastres ambientais ocorridos em vários países, causados pela contaminação de rios por esgotos industriais, foi analisada pela bióloga norte-americana Rachel Carson em seu livro *Primavera silenciosa*, o que teve grande repercussão. Esse livro resultou de acurada pesquisa sobre o uso de agrotóxicos, fator que poderia acarretar sérios riscos de câncer e outras doenças, além de afetar gravemente os habitats dos pássaros, a ponto de deixarem de cantar na primavera.

Eis o que, a esse respeito, assinala Carson (2010, p. 22):

O mais alarmante de todos os ataques do ser humano ao meio ambiente é a contaminação do ar, do solo, dos rios e dos mares com materiais perigosos e até letais. Essa poluição é, na maior parte, irrecuperável; a cadeia de males que ela desencadeia, não apenas no mundo que deve sustentar a vida, mas nos tecidos vivos, é, na maior parte, irreversível.

O trabalho dessa pesquisadora contribuiu para suscitar uma reflexão sobre a premente necessidade de se repensar, nos EUA e em outros países, o emprego de pesticidas na agricultura.

Na Conferência de Klee, na Grã-Bretanha, em 1965, discutiu-se a ação do homem no meio ambiente. Nesse evento, o termo Educação Ambiental (Environmental Education) foi usado pela primeira vez.

Em 1965, no Brasil, foram criados: o novo Código Florestal (Lei Federal nº 4771), em que se enfatiza a necessidade de proteção dos recursos naturais em detrimento do conceito de sua reserva e uso futuro, as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as Reservas Legais Obrigatórias (RLOs). Outras importantes determinações dessa lei foram a criação de parques, reservas biológicas e florestas nacionais (Art. 5º) e o dispositivo segundo o qual a exploração de florestas deve ser sempre previamente autorizada pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais), que observará técnicas de abate, reposição florestal e manejo (BRASIL, 1965).

Na esfera global discutia-se a ação predatória desse modelo de desenvolvimento capitalista que, ao longo de dois séculos, se baseou na exploração sem controle dos recursos naturais e fontes de energia não renováveis. O que em seu advento a Revolução Industrial preconizava e constituía o seu sustentáculo chegava a um ponto crítico. A consciência desse problema ensejou a criação do Clube de Roma, em 1968, formado por trinta especialistas de várias áreas do conhecimento, cujo objetivo principal era discutir a crise presente e futura da humanidade, com a proposição de soluções alternativas. Foi durante a Conferência da Unesco sobre a Biosfera, em 1968, que se recomendou a criação de um programa integrado, contínuo e permanente de Educação Ambiental. Nesse evento foi elaborado o conceito de desenvolvimento sustentável em contraponto ao crescimento econômico sem limites (GUERRA, 2000).

Em 1969, foi fundada, ainda em Roma, a Sociedade de Educação Ambiental. Um movimento em torno da ecologia era iniciado. No mesmo ano, no Brasil, fundou-se a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, que incentivou movimentos

ambientalistas; mas aqui, diferentemente de outros países, sequer existia legislação sobre o assunto (DIAS, 1991).

A questão ambiental ganhou repercussão mundial em 1972, quando, em Estocolmo, na Suécia, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, como consequência da repercussão internacional do Relatório do Clube de Roma. Foram então discutidos vários temas relacionados a essa questão, como, entre outros, o da “Educação para o Meio Ambiente” (LOUREIRO, 2004).

A Recomendação 96, da Declaração de Estocolmo, indicava a necessidade de se realizar uma educação ambiental, como instrumento estratégico na busca da melhoria da qualidade de vida e na construção do desenvolvimento. (LIMA, 1999, p. 87).

Essa conferência alertou o mundo para a gravidade da destruição ambiental, causada pela busca do crescimento a qualquer preço. A reflexão sobre esse problema alavancou a criação do Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (PNUMA) em 15 de dezembro de 1972.

Em 1974 realizou-se outro evento importante, o Seminário sobre Educação Ambiental, em Jammu, Índia, uma iniciativa da Comissão Nacional Filandesa, vinculada à Unesco, onde se reconheceu a Educação Ambiental como educação integral e permanente e foram estabelecidos os seus princípios, definindo-se que a EA deveria ser abordada a partir dos conhecimentos de várias disciplinas, buscando-se a participação ativa da sociedade e instituições (LOUREIRO, 2004).

Inicialmente, esses marcos foram muito importantes para a disseminação da EA; entretanto, o acontecimento mais relevante dessa época em relação a essa problemática foi o lançamento do Programa Internacional de Educação Ambiental (Piea) pela Unesco, durante o Seminário de Educação Ambiental, realizado em 1975, em Belgrado, Iugoslávia. O Piea foi lançado em colaboração com o Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (GUERRA, 2000).

A ideia da realização de uma Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente não teve uma repercussão positiva entre os países em desenvolvimento; ao contrário, no caso de alguns, a reação foi francamente antagônica, como ocorreu com o Brasil. [...] o fator mais importante era que as questões ambientalistas tinham importância secundária para os países em desenvolvimento, onde os grandes desafios eram escolas etc. Para eles, os direitos políticos e civis pouco importavam em relação aos direitos econômicos e sociais. (DIREITO ..., 1995, p.45).

O Brasil defendeu posição contrária às recomendações do Piea, como assinala Dias (1991):

Naquele momento da Conferência, tivemos o registro mais polêmico da política ambiental externa do Brasil. Os nossos representantes afirmaram que o país não se importaria em pagar o preço da degradação ambiental, desde que o resultado fosse o aumento do Produto Nacional Bruto (PNB). Um cartaz anunciava: ‘Bem-vindos à poluição, estamos abertos para ela. O Brasil é um país que não tem restrições. Temos várias cidades que receberiam de braços abertos a sua poluição, porque o que nós queremos são empregos, são dólares para o nosso desenvolvimento’. A iniciativa fora autorizada pelo general Costa Cavalcanti, então ministro do Interior.

No entendimento do governo brasileiro de então — que era, como se sabe, ditatorial, imposto pelo golpe militar de 1964 —, as recomendações do Piea eram uma forma de tolher o desenvolvimento dos países pobres. Mais tarde, por pressão do Banco Mundial, o presidente da República criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), um órgão de controle da poluição, mas extremamente limitado em suas ações, na época (DIAS, 1991).

Cumprir observar que o Seminário Internacional de Educação Ambiental, em Belgrado, preconizava que o desenvolvimento da Educação Ambiental é um dos pressupostos vitais para a solução da crise do meio ambiente mundial (SGUAREZZI, 1997). Eis a meta que a Carta de Belgrado sublinha:

Formar uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas associados, e que tenha conhecimento, aptidão, atitude, motivação e compromisso para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas existentes e para prevenir novos. (BRASIL, 2012).

Em 1976, realizou-se no Peru o 1º Encontro Regional sobre Educação Ambiental, que teve importância decisiva para a implantação da disciplina EA nas escolas — o Taller Subregional de Educación Ambiental para Educación Secundária. A partir desse encontro evidenciou-se a necessidade metodológica de se desenvolver a Educação Ambiental de forma participativa, permanente, interdisciplinar, construída a partir da realidade cotidiana de cada comunidade (LOUREIRO, 2004).

Em 1977 ocorreu a primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilisi, na Geórgia, ex-URSS, promovida pela Unesco e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Essa conferência é tida atualmente como um marco conceitual decisivo da temática (LIMA, 1999), visto que nela foram elaborados os objetivos, princípios, estratégias e recomendações para a Educação Ambiental, que, como ficou declarado, deveria:

- a) ser atividade contínua, acompanhando o cidadão em todas as fases de sua vida;
- b) ter caráter interdisciplinar, integrando o conhecimento de diferentes áreas;
- c) ter um perfil pluridimensional, associando os aspectos econômico, político,

cultural, social e ecológico da questão ambiental;
 d) ser voltada para a participação social e para a solução dos problemas ambientais;
 e) visar à mudança de valores, atitudes e comportamentos sociais. (DIAS, 1994 apud LIMA, 1999, p.140).

Como um dos importantes resultados da conferência da Unesco, formou-se um novo grupo de trabalho que visava a promover estudos sobre a preservação ambiental e a qualidade de vida, além da criação do já referido Pnuma, que é responsável por promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente de recursos no contexto do desenvolvimento sustentável. Para Leff (2001, p.19), o desenvolvimento sustentável pode ser definido como “um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer as gerações futuras”.

Alguns fatos históricos também contribuíram para a disseminação da necessidade de adoção da EA, como os muito graves acidentes que envolveram usinas nucleares e as contaminações tóxicas de grandes proporções, a exemplo dos “casos de Three-Mile Island, nos EUA, em 1979, Love Canal, no Alasca, Bhopal, na Índia, em 1984, e Chernobyl, na então União Soviética, em 1986” (TRISTÃO, 2002, p.171). Desastres dessa magnitude foram o foco de debates científicos em vários países a respeito dos riscos ambientais nas sociedades contemporâneas, pois possibilitaram uma significativa mudança de escala na análise desses problemas, que, no entanto, se tornam cada vez mais frequentes e mais difíceis de ser previstos e assimilados como parte da realidade global, como assinala a VI Conferência das Partes (2000, apud CARVALHO, 2001, p.44).

Em Kyoto, Japão, é assinado o Protocolo de Kyoto, um novo componente da Convenção, que contém, pela primeira vez, um acordo vinculante que compromete os países do Norte a reduzir suas emissões. Os detalhes sobre como será posto em prática ainda estão sendo negociados e devem ser concluídos na reunião de governos que se realizará entre 13 e 24 de novembro deste ano em Haia, Holanda. Essa reunião é conhecida formalmente como a COP6.

Após um período em que muito se discutiu a poluição industrial e urbana, a década de 1980 foi marcada, no Brasil, pela implantação de Unidades de Conservação Federais e Estaduais, além da complementação da legislação ambiental. Esta, no Brasil, passou a se estruturar como política, visando ao controle da poluição e à adoção de diretrizes e estratégias para implementar o desenvolvimento sustentável. Nessa época, a redemocratização do país (1985) foi crucial para que passasse a haver maior envolvimento da sociedade brasileira com a temática (REIGOTA, 1991).

No entanto, antes já haviam sido feitos esforços pela inclusão de conteúdos da EA nos currículos escolares. Realizou-se, em Brasília, o primeiro Curso de Extensão para Profissionais de Ensino do 1º Grau — Ecologia, com base na reformulação dos currículos de Ciências Físicas e Biológicas e de programas de saúde e meio ambiente. O curso contemplou 44 unidades educacionais e treinamento para quatro mil pessoas. Nos anos seguintes foi desenvolvido o Projeto de Educação Ambiental de Ceilândia (DF), com proposta pioneira de currículo interdisciplinar envolvendo os problemas e necessidades da comunidade (DIAS, 1999).

Houve, ainda, o frustrado “Protocolo de Intenções”, do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Ministério do Interior (Minint), que se propusera, sem efeito, a incluir temas ecológicos nos currículos de 1º e 2º graus (DIAS, 1991).

Em 1981, foi publicada no Brasil, a Lei 6.938, que dispunha sobre a política nacional do meio ambiente, a primeira conquista do movimento ambientalista brasileiro (DIAS, 1991). Entretanto, em termos educacionais,

[...] a questão ambiental continuou sendo vista como algo pertinente às florestas, mares e animais ameaçados de extinção, enquanto não eram discutidas a condição do homem, os modelos de desenvolvimento predatórios, a exploração de povos, o sucateamento do patrimônio biológico e cultural, a expansão e o aprofundamento da pobreza no mundo e a cruel desigualdade social estabelecida entre os povos. (DIAS, 1991, p. 54).

Em 1985, a partir do 1º Seminário sobre Universidade e Meio Ambiente na América Latina e no Caribe, realizado em Bogotá, na Colômbia, a Educação Ambiental foi introduzida nos currículos dos cursos superiores, visando a discutir a epistemologia para a definição de paradigmas científicos e a reflexão sobre o papel da universidade com relação à questão ambiental.

Em agosto de 1987 realizou-se o Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativa ao Meio Ambiente, organizado pela Unesco e o Pnuma, em Moscou. A partir de então começaram a ser avaliadas as conquistas e dificuldades na implantação da Educação Ambiental. Um fato positivo registrado nesse congresso foi o reconhecimento da importância da inclusão da EA nos sistemas educacionais em diversos países (TELLES; MACHADO, 2002). Cabe então destacar, daí resultante, o documento Estratégia Internacional de Ação em Matéria de Educação e Formação Ambiental para o decênio de 1990, que apresentava as necessidades e prioridades no desenvolvimento da Educação Ambiental e explicitava os elementos de uma estratégia internacional de ação para aquele decênio.

Também como um dos resultados do congresso de Moscou, é digno de nota o relatório Nosso Futuro Comum, ou relatório Brundtland, elaborado pela Comissão das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), criada pela ONU (Organização das Nações Unidas) (LIMA, 1999). Nesse relatório, a questão ambiental é considerada como um problema de todo o planeta, intrínseco ao processo de desenvolvimento econômico e social e apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável, “que articula princípios de justiça social, viabilidade econômica e prudência ecológica” (LIMA, 1999), enquanto meta de todos. Nesse contexto, a EA foi destacada como sustentáculo para a construção de estratégias de sustentabilidade (LIMA, 1999).

O conceito de sustentabilidade emergiu do contexto em que se discutia que as possibilidades de desenvolvimento são diversas e ilimitadas, além de relacionar a problemática socioambiental aos conflitos de natureza ecológica, social e política que resultam da forma como a sociedade se apropria do meio ambiente (FREIRE; NASCIMENTO; SILVA, 2006).

É importante ter claro, contudo, que a sustentabilidade se refere à vida humana e às condições das quais ela depende e, conseqüentemente, está estreitamente vinculada a como os seres humanos atuam, relacionam-se entre si e com o sistema natural. (REIGOTA, 1991, p. 76).

As ideias discutidas mundialmente sobre a necessidade da Educação Ambiental foram refletidas no Brasil, principalmente durante a década de 1980, a partir da determinação do poder público de promover a EA em todos os níveis de ensino, a fim de estimular a conscientização da sociedade quanto à importância da preservação dos recursos naturais, através de dispositivo constante da Constituição Federal de 1988 (GUERRA, 2000).

Art.225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
[...]

VI - Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. (BRASIL, 1988).

É de 1991 o advento das políticas públicas para a Educação Ambiental no Brasil, quando o MEC, através da Portaria 678 (14/5/91), determina que os sistemas de ensino devem contemplar em seus currículos temas e conteúdos de EA. Em fins daquela década foi publicado, na Bahia, o documento Desafio do Desenvolvimento Sustentável (Sedham, 1998).

A ECO-92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, cunhou a expressão “Educação Ambiental”. No entanto, o tema até hoje ainda é pouco disseminado entre os educadores e mais ainda entre a população, sendo confundido com o ensino de Ecologia (MATOS et al., 2008). Nessa conferência foi elaborado um dos mais significativos documentos internacionais que norteiam a educação para o ambiente, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

A ECO-92 reuniu o maior número de chefes de Estado, até então, sendo por isto denominada de “Conferência de Cúpula da Terra”, contando com os seguintes objetivos:

- a) Examinar a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas depois da Conferência de Estocolmo;
- b) Identificar estratégias regionais e globais para ações apropriadas referentes às principais questões ambientais;
- c) Recomendar medidas a serem tomadas referentes à proteção ambiental através de política de desenvolvimento sustentado;
- d) Promover o aperfeiçoamento da legislação ambiental internacional;
- e) Examinar estratégias de promoção de desenvolvimento sustentado e de eliminação da pobreza nos países em desenvolvimento, entre outros. (FREIRE; NASCIMENTO; SILVA, 2006, p. 36).

Na ECO-92 foi criada a Agenda 21, um plano de ação para a humanidade que classifica o desenvolvimento sustentável como uma estratégia de sobrevivência e a EA como um instrumento crítico para sua promoção, com o objetivo de preparar o mundo para os desafios deste século (FREIRE; NASCIMENTO; SILVA, 2006).

Paralelamente à ECO-92, ocorreu o Fórum Global, com o objetivo de estabelecer uma nova parceria mundial mais justa, com o estabelecimento de novos níveis de cooperação entre os Estados e os setores da sociedade no cenário ambiental (FREIRE; NASCIMENTO; SILVA, 2006).

No ano de 1992 foram assinados alguns documentos relevantes para a discussão da importância da conservação ambiental e do desenvolvimento sustentável, durante a Conferência RIO/92. Dentre estes, podemos citar a Agenda 21, assinada por 170 países, que recomenda, em seu capítulo 36: ‘Promoção do ensino, da conscientização e do treinamento’, ações de educação ambiental formuladas 15 anos antes, em Tbilisi. (GUERRA, 2000, p. 65).

A partir dessas discussões foram formalizados a Carta Brasileira para Educação Ambiental e o Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis, documento que constitui marco referencial da Educação Ambiental porque define os dezesseis Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, entre os quais destacam-se:

1. A educação é um direito de todos, somos todos aprendizes e educadores.

2. A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.

i. A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social.

ii. A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.

iii. A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas. (BRASIL, 1992).

Esse documento tornou-se a Carta de Princípios da Rede Brasileira de Educação Ambiental (Rebea) e das demais redes de EA a ela articuladas. A carta também enfatiza a necessidade de se criar um compromisso real por parte do poder público federal, estadual e municipal, visando à criação de um modelo mais sustentável de desenvolvimento (TELLES; MACHADO, 2002).

No Brasil, em 1994, propôs-se o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), visando a inserir capacitação docente no ensino formal e não formal, supletivo e profissionalizante, em seus diversos níveis e modalidades. No ano seguinte a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental foi criada no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que fortaleceu a proposta de introdução da EA.

Para cada ser vivo que habita o planeta existe um espaço ao seu redor com todos os outros elementos e seres vivos que com ele interagem, por meio de relações de troca de energia: esse conjunto de elementos, seres e relações constitui o seu meio ambiente. Explicado dessa forma, pode parecer que, ao se tratar de meio ambiente, se está falando somente de aspectos físicos e biológicos. Ao contrário, o ser humano faz parte do meio ambiente e as relações que são estabelecidas — relações sociais, econômicas e culturais — também fazem parte desse meio e, portanto, são objetos da área ambiental. Ao longo da história, o homem transformou-se pela modificação do meio ambiente, criou cultura, estabeleceu relações econômicas, modos de comunicação com a natureza e com os outros. Mas é preciso refletir sobre como devem ser essas relações socioeconômicas e ambientais, para se tomar decisões adequadas a cada passo, na direção das metas desejadas por todos: o crescimento cultural, a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental. (BRASIL, 1997, p. 27).

O PRONEA, dentro de suas linhas de ação e estratégias, é responsável por realizar, a cada dois anos, a Conferência Nacional de Educação Ambiental, precedida de conferências estaduais, pelo apoio à Rede Brasileira de Educação Ambiental, que promove os Fóruns Brasileiros de Educação Ambiental, antecedidos por fóruns estaduais (BRASIL, 2005).

Com a aprovação dos novos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1997, foram definidos novos segmentos de ação para a Educação Ambiental, relacionando os temas ambientais com todas as disciplinas, de forma transversal, a fim de interagir com o cotidiano da sociedade (PADUA; TABANEZ, 1997). Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram

elaborados com o tema “Convívio Social, Ética e Meio Ambiente”, cuja transversalidade nos currículos é a questão ambiental.

Segundo Freire, Nascimento e Silva (2006), os PCNs não constituem um currículo, mas um referencial orientador para apoiar a escola na elaboração de seu programa curricular. Além disso, estabelecem os temas transversais, os quais são de abrangência nacional, porque permeiam todas as áreas do conhecimento, assegurando à escola cumprir seu papel de fortalecimento da cidadania. Esses documentos indicam o tema meio ambiente como transversal nos currículos, na tentativa de superar as compartimentalizações das áreas do conhecimento.

Grande parte das escolas iniciou suas atividades referentes à Educação Ambiental motivadas pela ampliação da discussão do assunto no país, em fins dos anos de 1980, e pela realização da ECO-92, devido à criação de uma nova conjuntura muito favorável à expansão da EA naquele momento (CARVALHO, 2008)

Em 1997 ocorreu a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Política para Sustentabilidade, em Tessalônica, na Grécia, na qual se reconheceu que o desenvolvimento da Educação Ambiental, após a ECO-92, foi insuficiente. O Brasil apresentou a Declaração de Brasília para a Educação Ambiental, após a I Conferência Nacional de Educação Ambiental (CNEA). Dois anos depois foi promulgada no Brasil a Lei 9.975, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (MEDINA; SANTOS, 2003).

Lima (1999) afirma que houve evolução no movimento e consciência ambientalistas no mundo e no Brasil. Mesmo sendo organizado a partir de minorias (cientistas e militantes ambientalistas), o movimento ampliou-se gradualmente, ganhou espaço até configurar o caráter multissetorial que hoje possui. As preocupações e temáticas orientadoras agora observam a ecologia política, questões demográficas, desigualdade social, degradação ambiental, ética, as relações Norte—Sul e a promoção de novas formas de desenvolvimento.

Em 1997, em Kyoto, no Japão, foi assinado o Protocolo de Kyoto⁵, que criou diretrizes para amenizar o impacto dos problemas ambientais causados pelos modelos de desenvolvimento industrial e de consumo vigentes no planeta. O objetivo do Protocolo é fazer com que as nações se comprometam a reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa⁶ em 5,2%, comparando-se com os níveis de 1990.

Em 1997, em consonância com a LDB(Lei de Diretrizes e Bases), a adoção dos Parâmetros Curriculares Nacionais prevê a inserção dos temas transversais nos currículos escolares, entre eles o tema Meio Ambiente (Lei 9.795/99) (BRASIL, 1999).

Loureiro (2004) ressalta que os PCNs tiveram o mérito de inserir a temática ambiental não como disciplina e de abordá-la articulada às diversas áreas de conhecimento. Na Lei 9.795, que institui a Política de Educação Ambiental, destacam-se quatro artigos:

Art. 1º - Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º - A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal..

Art. 3º - Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à Educação Ambiental [...].

Art. 4º - São princípios básicos da Educação Ambiental [...] O enfoque humanista, democrático e participativo; A concepção de meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; [...] (BRASIL, 1999).

Sorrentino (2005) sublinha a necessidade de inserção da Educação Ambiental como política pública do Estado brasileiro e, como tal, sugere uma organização do Estado para solucionar os problemas de atendimento às demandas específicas da sociedade.

A Educação Ambiental é uma forma inovadora de resposta educacional aos desafios da contemporaneidade. As atitudes e valores por ela desenvolvidos devem propiciar aos

⁵ O **Protocolo de Kyoto** é um acordo internacional entre os países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU), firmado com o objetivo de se reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa e o conseqüente aquecimento global. Em 2008 realizou-se em Poznan, na Polônia, uma reunião mundial sobre mudanças climáticas, onde foi discutido o acordo para a segunda etapa do Protocolo de Kyoto, que expira em 2012. Naquela reunião, conhecida como COP-14, os representantes dos governos mundiais discutiram um possível acordo climático global, o foi considerado apenas um antecessor da esperada COP-15 e teve importância relevante importância no que diz respeito à mudança oficial de postura dos países em desenvolvimento.

⁶ O principal alvo do efeito estufa é o dióxido de carbono (CO²), pois, segundo os especialistas, a emissão desenfreada desse e de outros gases está ligada ao aquecimento global, fenômeno que pode ter efeitos catastróficos para a humanidade durante as próximas décadas.

sujeitos da educação a compreensão da complexidade das relações econômicas, culturais e de gênero, entre outras, agindo como cidadãos responsáveis e integrados (MEDINA, 2001).

É fato que a Lei 9.795 auxiliou no entendimento da EA como um processo em que se priorizam os compromissos de cada indivíduo em relação à preservação e conservação dos recursos naturais, a fim de levá-lo a repensar sua relação com o meio, de forma a garantir mudanças de atitudes que garantam a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

É necessário se refletir sobre a Educação Ambiental através de motivações iniciais, visando ao objetivo central de torná-la presente no cotidiano da escola. Tais motivações baseiam-se na iniciativa dos docentes, auxiliados pelos efeitos da ação do governo federal, com o propósito de conscientizar a sociedade para a cidadania e sensibilizá-la para o convívio com a natureza, a fim de que os alunos aprendam na escola a ter compreensão crítica e complexa da realidade socioambiental (TRISTÃO, 2002).

Em 2000 foi lançada a Carta da Terra⁷, um documento divulgado pela ONU, com uma série de diretrizes da Educação Ambiental para as gerações atuais e futuras.

Em 2000, a ONU, ao analisar os principais problemas mundiais, estabeleceu oito Objetivos do Milênio (ODM), que, no Brasil, passaram a ser conhecidos como **8 Jeitos de Mudar o Mundo** — os quais constituem metas a ser atingidas por todos os países até 2015. Entre esses objetivos, o de número 7, tem como enunciado “Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente”.⁸

Em 2002 foi lançado um documento, Base para a Discussão da Agenda 21 Brasileira, organizado em temas como a redução das desigualdades sociais, gestão dos recursos naturais, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável, entre outros. Dois anos depois, realizou-se a Rio+10, conferência promovida pela ONU em Johannesburgo, na África do Sul,

⁷ A Carta da Terra é uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica, resultado de uma década de diálogo intercultural. Busca inspirar em todos os povos um novo sentido de interdependência global e responsabilidade compartilhada, voltado para o bem-estar de toda a família humana, da grande comunidade da vida e das futuras gerações. A Carta da Terra é de importância altamente relevante para o desenvolvimento da Educação Ambiental, pois trata tanto do cuidado com o meio ambiente quanto das relações interpessoais, e como isso é crucial para as comunidades em que vivemos. A Carta da Terra — assim como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a Agenda 21 — trabalha com o conceito de que é necessário mobilizar as pessoas, para que elas percebam que as pequenas ações podem ter grandes impactos. Sublinha também a necessidade de capacitação de agentes multiplicadores, para torná-los aptos a transmitir ao maior número possível de pessoas os princípios e noções-chave de sustentabilidade ambiental.

⁸ O 7º Objetivo do Milênio, “Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente”, tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável, reduzir a perda de diversidade biológica e reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso a água potável e esgotamento sanitário (OBJETIVOS DO MILENIO, 2012).

denominada Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável, que reuniu representantes de 193 países, além de oito mil ONGs, com o objetivo de avaliar as mudanças globais ocorridas a partir da ECO-92, resultando na elaboração da Agenda Rio+10, na qual foram discutidas as ações que viabilizariam a mudança ambiental nos próximos anos (FREIRE; NASCIMENTO; SILVA, 2006).

As cinco prioridades estabelecidas na Rio+10 foram água/saneamento, biodiversidade, energia, saúde e agricultura, delineando como metas principais a redução à metade, até 2015, do número de pessoas sem acesso a serviços básicos; redução significativa das perdas em biodiversidade até 2030 e o aumento do uso de energia de fontes renováveis, entre outras.

Com a realização em Brasília da I Conferência Nacional do Meio Ambiente (2003), ampliou-se a participação da sociedade brasileira na formulação de propostas para o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama). Dois anos depois, realizou-se a I Conferência Nacional do Meio Ambiente, que, assim como a I Conferência, teve por objetivo ampliar a participação da sociedade na elaboração das diretrizes para a Política Nacional do Meio Ambiente, podendo participar de políticas públicas de meio ambiente e do acompanhamento das ações desenvolvidas pelo governo (DIAS, 2001).

Em 2004, foi realizado o I Encontro Governamental Nacional sobre Políticas Públicas de Educação Ambiental, com a participação das três esferas do governo, para discutir a ampliação da interação entre os setores educacional e ambiental voltados para a gestão pública da Educação Ambiental no Brasil. Desse encontro resultou a assinatura na Bahia, ainda naquele ano, do Decreto nº 9.083, que instituiu a Comissão Institucional da Educação Ambiental (CIEA/BA), incumbida de elaborar o Programa Estadual de Educação Ambiental, com a finalidade de contribuir para a definição das diretrizes e prioridades a serem incorporadas no Pnea (DIAS, 2001).

Em 2005 foram realizados o 1º encontro das CIEAs e o 1º encontro da Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental (Rebea), ambos em Salvador (BA).

A II Reunião de Especialistas em Gestão Pública da Educação Ambiental da América Latina e Caribe, realizada em Joinville (SC), em 2006, integrou-se ao V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental. Essa II Reunião objetivou buscar estratégias para manter em dia as contribuições ao Fundo Fiduciário e propor à Rede de Formação Ambiental do Pnuma/Orpalc compartilhar de modo oficial com os países os critérios estabelecidos para o alocamento de recursos desse Fundo (BRASIL, 2006).

Em 2007 foi realizada em Ahmedabad, na Índia, a IV Conferência Internacional sobre Educação Ambiental, com a finalidade de verificar a implementação e progresso dos processos educacionais então sugeridos na Declaração de Tessalônica. Essa conferência, que ficou conhecida como Tbilisi+30, desenvolveu a temática “Educação Ambiental para um Futuro Sustentável — Parceiros para a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”.

Na Bahia, em julho de 2007, realizou-se o Encontro Nacional de Gestores Estaduais de Educação Ambiental, quando foi apresentada a proposta para o Sistema Nacional de Educação Ambiental, elaborada pelo órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea).

Em 2009 foi realizada a Conferência Mundial da UNESCO sobre Educação para Desenvolvimento Sustentável, realizada em Bonn, Alemanha. Nessa Conferência é proposta a colaboração de todos os países, afim de assegurar agora e no futuro desenvolvimento sustentável e investir em políticas voltadas educacionais para o desenvolvimento sustentável (EDS).

O Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional (ProEASE/BA) foi publicado em 2010, como resultado de um diálogo entre diversos atores sociais (professores, gestores, estudantes, movimentos sociais, Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, universidades etc.). Esse programa foi baseado nas Políticas Nacional e Estadual de Educação Ambiental (Leis 9.795/99 e 12.056/11), visando a orientar e fortalecer o processo educativo, através de princípios, diretrizes e linhas de ação que forneçam subsídios teóricos para ampliar os conhecimentos dos educadores, a fim de que ações permanentes integrem a temática ao cotidiano e ao Projeto Político Pedagógico (PPP), contribuindo para a formação integral e cidadã dos estudantes, atendendo a todos os níveis e modalidades de ensino (BAHIA, 2010c).

Em maio de 2011 foi aprovado, pela Câmara dos Deputados, o texto do Novo Código Florestal (Projeto de Lei nº 1.876/99) com a proposta de reforma do atual Código Florestal Brasileiro, promulgado em 1965. Em maio de 2012, a presidente Dilma Rousseff vetou 12 pontos da lei e propôs a alteração de 32 outros artigos. Atualmente, essa lei tramita no Congresso.

Nesse contexto, cumpre referir o Decreto Federal nº 7.495/2011, que criou a Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, o

Comitê Nacional de Organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Assessoria Extraordinária para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS).

Em preparação para a Rio+20, diversos fóruns sobre meio ambiente e sustentabilidade realizaram-se no país, com o objetivo de construir um cenário que avalie e aprofunde o debate sobre as políticas de sustentabilidade e uso dos recursos naturais implantadas. O Fórum Brasileiro de Educação Ambiental é o mais importante evento do setor no país. Sua sétima edição realizou-se em Salvador (BA), entre os dias 28 e 31 de março de 2012, e teve como tema “Educação Ambiental: Rumo à Rio+20 e às Sociedades Sustentáveis”. A principal base do VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental foi a reunião dos educadores ambientais que compõem a Rede Brasileira de Educação Ambiental e seu fortalecimento (RIO+20, 2012).

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro, marcou os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92) e contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas (RIO+20, 2012). Pelo seu significado histórico, a Rio+20 tem respaldo legal a partir do Decreto nº 7.495, de 7 de junho de 2011, da Portaria Interministerial nº 217, de 17 de junho de 2011, além dos documentos do acordo firmado entre o Brasil e a ONU e do documento da contribuição brasileira a esse evento⁹.

Na Rio+20 estiveram presentes cerca de cem chefes de Estado e de governo, cerca de 12 mil delegados de 188 países, além de ONGs e representantes de entidades que atuam na área ambiental. Segundo dados do site oficial da conferência, cerca de 100 mil pessoas passaram pelo local e participaram dos fóruns, das áreas de visitação e dos debates sobre as questões ambientais.

⁹ Todos os documentos para a preparação da Rio 20 constam do site oficial da Conferência. Disponível em: <www.rio20.gov.br>. Acesso em: 2 set 2012.

Figura 1 - Rio +20



Fonte: RIO+20 (2012).

Essa conferência teve por objetivo renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável, através da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes. Nessa perspectiva, foram desenvolvidos, como temas principais da Rio+20, a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável (RIO +20, 2012).

Ao avaliar as propostas e discussões da Rio+20, percebe-se uma divergência entre opiniões de chefes de Estado e sociedade civil. O discurso do secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, proferido no dia 28 de junho de 2012, na sede do órgão, em Nova York, ao comentar os resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, ressalta a importância do documento final, “O Futuro que Nós Queremos”, em que são enfatizados alguns pontos, entre os quais:

- A Rio+20 renovou e reforçou o compromisso político para o desenvolvimento sustentável.
- Equilibrou as visões de 193 Estados-Membros das Nações Unidas e reconheceu a pobreza como o maior desafio para o bem-estar econômico, social e ambiental.
- Os Estados-Membros concordaram em lançar um processo para estabelecer objetivos universais de desenvolvimento sustentável, ODS [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável]. Os ODS estarão baseados em nossos avanços no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio [ODM], e eles serão parte integral do quadro de desenvolvimento pós-2015.
- O documento final concorda em fortalecer a arquitetura para apoiar ações internacionais para o desenvolvimento sustentável. Isto inclui o estabelecimento de um fórum político de alto nível sobre o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do Programa da ONU para o Meio Ambiente [Pnuma].
- A Rio+20 adotou um quadro de dez anos de Programas sobre o Consumo e a

Produção Sustentáveis.

— A Rio+20 reconheceu o direito à alimentação e a importância da segurança alimentar e nutricional para todos. Reconheceu que estes podem ser alcançados através da agricultura e dos sistemas alimentares sustentáveis. (BAN KI-MOON, 2012).

Entretanto, a sociedade civil deixou claro que não concorda com as ideias, propostas e compromissos expressos no documento final da Rio+20. São mais de 50 representantes da área socioambiental e de outros segmentos que divulgaram uma carta de insatisfação com o documento “O Futuro que Nós Queremos”, como, entre outros, Ashok Khosla, Ignacy Sachs, Thomas Lovejoy, Vandana Shiva, Ricardo Abramovay e Marina Silva. Segundo a WWF-Brasil (2012)¹⁰:

O texto explicita uma ‘profunda decepção com os chefes de Estado e afirma que a ‘sociedade civil não compactua nem subscreve esse documento’. ‘A Rio+20 passará para a história como uma conferência da ONU que ofereceu à sociedade mundial um texto marcado por graves omissões que comprometem a preservação e a capacidade de recuperação socioambiental do planeta’, diz a carta.

O economista Ignacy-Sachs (2012), em entrevista sobre o documento final da Rio+20, ressalta que essa conferência

passará para a história como uma conferência bem-sucedida se contribuir para reorientar o mundo, a partir de cinco caminhos que dão base ao desenvolvimento sustentável: a construção de um mega contrato social, o planejamento, a segurança alimentar, a segurança energética e a cooperação internacional.

A ex-ministra do Meio Ambiente do governo Lula, Marina Silva (2012), afirma que o documento final da conferência “privilegia a economia em detrimento da sustentabilidade e é uma pá de cal na Rio+20 e um retrocesso nas questões debatidas na Eco-92”. Ela apoiou a tese segundo a qual as propostas da Rio+20 não contemplam um esforço único das nações para resolver a questão do crescimento econômico, do consumo e do mal uso dos recursos naturais que tem favorecido grandes desmatamentos e a perda da biodiversidade, principalmente no Brasil.

Já a ministra do Meio Ambiente do governo Dilma, Izabella Teixeira (2012), enfatiza que o documento final não atende a todos os desejos do povo brasileiro, mas teve grandes avanços, como o compromisso de combate à pobreza e à desigualdade.

No fechamento da Rio+20, na sede da ONU, Ban Ki-Moon destacou:

¹⁰ Criada em 1961, nas últimas décadas, a Rede WWF (antes conhecido como Fundo Mundial para a Natureza) se consolidou como uma das mais respeitadas redes independentes de conservação da natureza. O WWF-Brasil é uma ONG brasileira, fundada em 1971, participante de uma rede internacional e comprometida com a conservação da natureza dentro do contexto social e econômico brasileiro (WWF, 2012).

[...] ainda há muito trabalho a ser feito. A tarefa que nos espera é árdua, muitas pessoas permanecem pobres, com fome e vulneráveis. Não podemos poluir mais esses ecossistemas frágeis, não podemos hipotecar o futuro por nossas necessidades de curto prazo.

No referido documento final da Rio+20, divulgado pela ONU (2012) em 24 de julho de 2012, sublinha-se a necessidade de promover o crescimento econômico dos países em desenvolvimento pautado na equidade social e na proteção do meio ambiente. Também enfatiza-se a importância da Educação Ambiental como promotora de uma nova forma de pensar das crianças e jovens do futuro e propõe a união dos setores público e privado e da sociedade civil em busca de um caminho para o desenvolvimento sustentável.

11. Reafirmamos nuestro compromiso de fortalecer la cooperación internacional para hacer frente a los persistentes problemas relacionados con el desarrollo sostenible para todos, en particular en los países en desarrollo. A este respecto, reafirmamos la necesidad de lograr la estabilidad económica, el crecimiento económico sostenido, la promoción de la equidad social, y la protección del medio ambiente, aumentando al mismo tiempo la igualdad entre los géneros, el empoderamiento de las mujeres y la igualdad de oportunidades para todos, y la protección, la supervivencia y el desarrollo de los niños hasta que alcancen su máximo potencial, incluso mediante la educación.

13. Reconocemos que la oportunidad de que las personas influyan en sus vidas y su futuro, participen en la adopción de decisiones y expresen sus inquietudes es fundamental para el desarrollo sostenible. Subrayamos que el desarrollo sostenible exige medidas concretas y urgentes. Solo se puede lograr forjando una amplia alianza de las personas, los gobiernos, la sociedad civil y el sector privado, trabajando juntos para lograr el futuro que queremos para las generaciones presentes y futuras.

Para a presidente do Brasil, Dilma Rousseff (2012), a Rio+20 foi “um grande passo no sentido de um mundo mais justo. [...] Lançamos a base de uma agenda para o século XXI”. Acrescentou que a conferência foi um “ponto de partida”, e que “cabe a cada país, agora, implementar ações e ir além do que está previsto no documento final”.

O que na verdade se espera do resultado da Rio+20 é que suas propostas retomem, na experiência brasileira, a pauta das Políticas de Educação Ambiental implantadas nos últimos anos para torná-las ações concretas. Loureiro (2012) entende que este é o momento certo para governo e sociedade colocarem uma questão central em pauta: “como viver e ser feliz no planeta sem destruí-lo”.

2.2 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No contexto das discussões sobre Educação Ambiental elaborou-se o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global¹¹, documento nascido no Fórum Global durante a Rio-92¹². Trata-se do que, com a participação civil, concerne a um processo dinâmico e de transformação social. O Tratado¹³ estabelece princípios e diretrizes para a EA, duas das quais justificam e validam as concepções apresentadas na pesquisa:

15. A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.

16. A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos. (TRATADO ..., 1992).

Ainda durante a Rio-92, com a participação do MEC, também foi produzida a Carta Brasileira para Educação Ambiental¹⁴. Nesse documento a EA é reconhecida como um dos principais instrumentos capazes de mudar a qualidade de vida das pessoas, mediante estratégias sustentáveis de convívio com o meio ambiente. Na Carta, eis o que se recomenda:

[...] que o MEC, em conjunto com as instituições de ensino superior, defina metas para a inserção articulada da dimensão ambiental nos currículos a fim de estabelecer um marco fundamental para implantar a EA no nível de ensino superior. Reconheça ser a Educação Ambiental um dos instrumentos mais importantes para viabilizar a sustentabilidade como estratégia de sobrevivência do planeta e, conseqüentemente, de melhoria da qualidade de vida humana. A Carta admite, ainda, que a lentidão da produção de conhecimentos, a falta de comprometimento real do poder público no cumprimento e complementação da legislação em relação às políticas específicas de Educação Ambiental, em todos os níveis de ensino, consolida um modelo educacional que não responde às reais necessidades do país. (BRASIL, 1992).

Um dos mais importantes resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano foi a Agenda 21. Nesse encontro, também

¹¹ O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global discorre sobre dezesseis PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL além de 22 Diretrizes a serem implantadas pelos que assinarem o Tratado. (TRATADO..., 1992).

¹² Rio-92 - O termo refere-se a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro, Brasil. Conhecida também como Cúpula da Terra, essa conferência reuniu o maior número de governantes de todos os tempos e de toda a história das conferências da ONU.

¹³ O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

¹⁴ Como único evento oficial, paralelo à Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Ministério da Educação (MEC) realizou de 1 a 12 de julho de 1992, em Jacarepaguá, RJ, o Workshop sobre Educação Ambiental. Desse encontro nasceu a Carta Brasileira para Educação Ambiental (MEC, Rio-92) (BRASIL, 1992).

denominado Cúpula da Terra, 179 países firmaram um programa de ações coletivas com o objetivo de promover, em escala planetária, um novo modelo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável. Segundo Leite e Medina (2011, p. 37):

Esta modalidade de desenvolvimento pretende conciliar as diversas lógicas econômico-sociais com os processos de sustentabilidade ecológica, objetivando a conservação e preservação dos recursos naturais renováveis e não renováveis e a melhoria da qualidade de vida da população do mundo.

Ainda em 1992 o MEC promoveu, em Foz do Iguaçu (PR), 1º Encontro Nacional de Centros de Educação Ambiental (CEAs), para socializar as experiências exitosas de Educação Ambiental. Dias (2004, p.175) discorre sobre o Encontro dos CEAs:

O Centro de Educação Ambiental deverá caracterizar-se como foco irradiador na busca de alternativas para desencadear e apoiar o processo de Educação Ambiental no ensino formal e informal. O CEA deve ser o catalisador de experiências viáveis e de possibilidades de melhoria de vida na comunidade.

Posteriormente ao Encontro dos CEAs, foi implantada a Política Nacional de Meio Ambiente, que reuniria os sistemas nacionais de meio ambiente e de educação como um sistema único por meio do Projeto de Lei nº 3.792/93, apresentado à Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2003, p.13).

Em 1994 foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), executado pela Coordenação de Educação Ambiental do MEC e pelos setores correspondentes do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Segundo o documento oficial do PRONEA (BRASIL, 2003), o Programa previu três componentes: a) capacitação de gestores e educadores, b) desenvolvimento de ações educativas e c) desenvolvimento de instrumentos e metodologias, que contemplam sete linhas de ação:

- a) Educação Ambiental através do ensino formal.
- b) Educação no processo de gestão ambiental.
- c) Campanhas de Educação Ambiental para usuários de recursos naturais.
- d) Cooperação com meios de comunicação e comunicadores sociais.
- e) Articulação e integração comunitária.
- f) Articulação intra e interinstitucional.
- g) Rede de centros especializados em Educação Ambiental em todos os Estados.

No Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), foi criada a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental, em 1995, quando se discutiu o documento que daria subsídios para a formulação de uma Política Nacional de Educação Ambiental, cujo texto foi elaborado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e MEC (BRASIL, 2003).

A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), instituída pela Lei 9.394, de 30/11/96, não estabeleceu nenhuma disposição sobre EA. Em seu artigo 26, parágrafo 1º, cita apenas a necessidade de inserir no currículo escolar o conhecimento do mundo físico e natural. A seção III do art. 32, destinada ao Ensino Fundamental, refere-se à necessidade de aquisição de conhecimentos e habilidades para a formação de atitudes e valores, porém sem fazer nenhuma menção à Educação Ambiental (BRASIL, 1996).

Ainda quanto ao que foi objeto de reflexão e recomendações durante a Rio-92, nenhuma proposta se considerou na Lei 9.394/96, o que foi acordado inclusive com a participação do MEC na Carta Brasileira para a Educação Ambiental, que reconhece essa prática como um instrumento de transformação para a melhoria da qualidade da vida humana; tampouco foram reconhecidas as deliberações do CEAs no encontro de 1992 em Foz do Iguaçu, muito menos o que estava proposto no PRONEA (1994) sobre a linha de ação que dispõe sobre a importância de realizar a Educação Ambiental no ensino formal. Diante desses fatos, questiona-se o papel do MEC, que, no bojo das discussões sobre Educação Ambiental, apresentou uma proposta de lei dissociada da contextualidade local, ao menos no que se refere à pauta da EA naquele momento histórico.

Em 1996 foi incluída no Plano Plurianual (1996-1999) a promoção da EA através da aplicação dos conhecimentos sobre tecnologias para o uso sustentável dos recursos naturais. Naquele mesmo ano o MMA firmou um protocolo de intenções e cooperação técnica e institucional com o MEC.

Em 1997 os PCNs foram aprovados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). O texto dos PCNs propõe a implantação nas escolas de uma EA que proporcione a formação de cidadãos conscientes, comprometidos com a vida individual e coletiva, que, através de comportamentos “ambientalmente corretos”, promovam mudanças locais e globais em prol do meio ambiente (BRASIL, 1997).

[...] a principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e

conceitos, a escola se propõe a trabalhar com atitudes, com procedimentos. E esse é um grande desafio para a educação. Comportamentos ‘ambientalmente corretos’ serão aprendidos na prática do dia a dia na escola [...] (BRASIL, 1997).

Nos PCNs a Educação Ambiental é proposta como tema transversal do currículo escolar e de forma interdisciplinar. A concepção dos PCNs, naquele momento, era um avanço para uma EA disciplinar, como foi acordado no 1º Encontro Regional sobre Educação Ambiental, em 1976, no Peru. Segundo Leite e Medina (2011, p. 137), os PCNs apresentam três linhas de abordagem e noções centrais para a EA: o conceito de meio ambiente, o de sustentabilidade e o de diversidade, sendo que, na compreensão do conceito de diversidade, é preciso incluir o conceito de diversidade biológica e cultural.

Em 1997 a Carta de Brasília, fruto da 1ª Conferência de Educação Ambiental, contemplava cinco temáticas para a Educação Ambiental:

- a) Educação ambiental e as vertentes do desenvolvimento sustentável.
- b) Educação ambiental formal: papel, desafios, metodologias e capacitação.
- c) Educação no processo de gestão ambiental: metodologia e capacitação.
- d) Educação ambiental e as políticas públicas: ProNEA, políticas de recursos hídricos, urbanas, agricultura, ciência e tecnologia.
- e) Educação ambiental, ética, formação da cidadania, educação, comunicação e informação da sociedade. (BRASIL, 2003, p.15).

Em 1999 foi criada a Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)¹⁵ no MMA, que passou a desenvolver diversas atividades, conforme documento oficial (BRASIL, 2003):

- a) Implantação do Sistema Brasileiro de Informações em Educação Ambiental (Sibeia), objetivando atuar como um sistema integrador das informações de Educação Ambiental no país.
- b) Implantação de Polos de Educação Ambiental e Difusão de Práticas Sustentáveis nos Estados, objetivando irradiar as ações de Educação Ambiental.
- c) Fomento à formação de Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental nos Estados e auxílio na elaboração de programas estaduais de Educação Ambiental.
- d) Implantação de curso de Educação Ambiental à Distância, objetivando capacitar gestores, professores e técnicos de meio ambiente de todos os municípios do país.
- e) Implantação do projeto “Protetores da Vida”, objetivando sensibilizar e mobilizar jovens para as questões ambientais.

A Lei nº 9.795/99, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea), foi aprovada em abril daquele ano e entre os objetivos fundamentais da Educação Ambiental, definidos no artigo 5º (BRASIL, 1999), figuram:

¹⁵ A sigla PRONEA é referente ao Programa instituído em 1994, enquanto que a sigla ProNEA refere-se ao Programa instituído em 1999.

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do país, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Em 1999 foi estruturada a Coordenação Geral de Educação Ambiental (COEA/MEC), cujas atribuições, segundo Leite e Medina (2011, p. 145 e 146) estão contempladas na Política Nacional de Educação Ambiental (artigos 2º, 3º, 10 e 11). Para essas autoras, ao atender às recomendações da Unesco e de todos os tratados internacionais sobre EA, a Política Nacional de Educação Ambiental propõe no ensino formal a integração da EA com as demais disciplinas. Esta ação é ratificada pela Política Nacional de Educação Ambiental, que torna obrigatório tratar a dimensão ambiental em todos os níveis de ensino, porém enfatiza que ela não deve ser implantada como disciplina específica do currículo.

Em consonância com a Lei 9.795/99, foi implantada a Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea) — e seu decreto de regulamentação, em 2002, tem contribuído para acelerar o processo de institucionalização da Educação Ambiental no país, cujo marco inicial, pelo menos para o ensino formal, foi a Lei 6.938/81, a qual, ao instituir a Política Nacional de Meio Ambiente, determinou a inclusão da EA em todos os níveis de ensino (LEITE; MEDINA, 2011, p. 124).

As ações da Pnea consistem em desenvolver uma educação voltada para a integração equilibrada dos conceitos e práticas da sustentabilidade nos contextos ambiental, social, ético, cultural, econômico, espacial e político, relacionando-se ao desenvolvimento do país, com o objetivo de proporcionar melhor qualidade de vida para toda a população, e baseiam-se no envolvimento e participação da sociedade com a proteção, conservação e manutenção do meio ambiente. Neste sentido, suas ideias são fundamentadas nas seguintes diretrizes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério da Educação (MEC) (BARBOSA, 2008):

a) Transversalidade.

- b) Fortalecimento do Sisnama.
- c) Fortalecimento dos Sistemas de Ensino.
- d) Sustentabilidade.
- e) Descentralização espacial e institucional.
- f) Participação e controle social.

A Pnea, desde sua promulgação, vem contribuindo para a aceleração do processo de institucionalização da Educação Ambiental no Brasil. A partir da regulamentação desta política, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) buscou o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente, por meio do qual a Pnea deve ser implementada através da colaboração do governo, em suas três esferas, assim como da sociedade, visando a contribuir, com uma educação fundamentada na sustentabilidade, para uma sociedade educada ambientalmente (BARBOSA, 2008).

Após a promulgação da Lei nº 9.795/99 inicia-se no país um ritmo mais intenso de desenvolvimento da EA com as iniciativas dos governos federal, estaduais, municipais, das ONGs, empresas e universidades. É um período fértil para a Educação Ambiental. (DIAS, 2004, p.92).

O ProNEA tem seus princípios baseados no constante exercício de transversalidade, trabalhando com a criação de espaços de interlocução bilateral e múltipla para internalizar a Educação Ambiental no conjunto do governo, contribuindo assim para a agenda transversal, buscando relacionar as políticas setoriais ambientais, educativas, econômicas, sociais e de infraestrutura, monitorando e avaliando, sob a ótica educacional e da sustentabilidade, o impacto dessas políticas. O objetivo desse Programa é expandir esse exercício para todos os níveis de governo e para a sociedade como um todo (BARBOSA, 2008).

Através da regulamentação da Pnea, o ProNEA visa a compartilhar a missão de fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e dos Sistemas de Ensino, que são o meio de execução da Pnea, assim como das demais políticas federais, estaduais e municipais de governo.

A Educação Ambiental é um dos elementos fundamentais da gestão ambiental, razão pela qual o ProNEA desempenha um importante papel na orientação a respeito da reflexão e construção de alternativas para a implantação de ações que visam à sustentabilidade. O ProNEA tem como principais diretrizes a descentralização espacial e institucional, favorecendo o envolvimento democrático dos atores e segmentos institucionais na construção

e implementação das políticas e programas de Educação Ambiental nos diferentes níveis e instâncias de representatividade social no país (BARBOSA, 2008).

De acordo com as bases do ProNEA, o processo de construção da Pnea pode e deve relacionar-se com outras propostas e campanhas de governo, como o Fome Zero, Sede Zero, Erradicação do Analfabetismo, Educação Continuada, Cidadania Ativa, Primeiro Emprego, Combate a Incêndios Florestais, parceria que fortalece a ambos, ao agregar reflexões e práticas ambientalistas e educacionais, através de propostas de ações educacionais voltadas ao contexto ambientalista, para permitir a formação de agentes, editores e educadores ambientais em ações locais que visem à construção de sociedades sustentáveis (BARBOSA, 2008).

Ações voltadas para a saúde da comunidade, a plantação de hortas escolares, o fortalecimento da biodiversidade e a formação de educadores ambientais são de grande relevância na solidificação da Educação Ambiental no país.

Em 2001 o MMA reconheceu as Redes de Educação Ambiental (Rebea), o que significa seu fortalecimento na articulação de educadores ambientais e suas instituições. Naquele mesmo ano foi aprovado pelo Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação (PNE, [2001-2010]), incluso na Lei 10.172/2001, LDBEN, que, em seu art.87, fixa diretrizes, objetivos e metas para o período de 10 anos, destacando as prioridades educacionais para esse período. Nos objetivos e metas para o ensino fundamental e ensino médio, propõe: “A Educação Ambiental, tratada como tema transversal, será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em conformidade com a Lei n.º 9.795/99” (BRASIL, 2001).

No ano de 2003 o MMA instaurou a Comissão Intersetorial de Educação Ambiental (Cisea) com representação de todas as secretarias e órgãos vinculados ao MMA; em 2004, representantes de secretarias de Educação e técnicos em meio ambiente reconheceram o ProNEA como orientador de políticas públicas. Foram criadas as Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs) (BRASIL, 2003).

O “Compromisso de Goiânia”, como ficou conhecido o documento final do evento denominado “Encontro Governamental Nacional sobre Políticas Públicas da Educação Ambiental”, realizado em Goiânia, 2004, selou um pacto dos representantes dos Estados e municípios participantes com o Órgão Gestor (OG) da Pnea, com proposições para ser envidado um esforço conjunto e colaborativo capaz de “enraizar” a EA em todo o território nacional (BRASIL, 2003).

Todas essas ações para fortalecer e garantir a implantação de uma política de EA têm sido preconizadas nas discussões e encontros internacionais e nacionais. A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)¹⁶ foi um marco para a EA. Trata-se de um instrumento de mobilização, difusão e informação. Segundo a Unesco¹⁷ (2012), é uma rede de responsabilidades pela qual os governos, organizações internacionais, sociedade civil, setor privado e comunidades locais ao redor do mundo podem demonstrar seu compromisso prático de aprender a viver sustentavelmente. Para Gadotti (2006), a Década da Educação para Desenvolvimento Sustentável (EDS) tem como meta principal influir na mudança curricular, introduzindo nele o tema sustentabilidade. A EDS, segundo a Unesco (2012), começou a ser esboçada no capítulo 36 da Agenda 21: “Promoção do ensino, da conscientização e da formação”.

Em 29 de março de 2009, a Unesco promoveu em Bonn, na Alemanha, a Conferência Mundial de Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Foi então redigida a Declaração de Bonn (2009), que define os paradigmas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável do Século XXI. Dois itens desse documento merecem destaque:

A EDS deve imprimir um novo direcionamento no ensino e na aprendizagem. A EDS promove a Educação de Qualidade e integra todos, sem exceção. Se baseia em valores, princípios e práticas necessárias para vencer os desafios atuais e futuros. **A EDS** ajuda a sociedade a fazer frente às diferentes prioridades e problemas como: água, energia, mudanças climáticas, diminuição do risco de desastres, a perda da biodiversidade, a crise alimentar, as ameaças contra a saúde, a vulnerabilidade social e a insegurança. A EDS é essencial para o surgimento de novas ideias sobre a economia e contribui para criar sociedades saudáveis e sustentáveis, mediante um enfoque sistêmico e integrado. Melhora a qualidade, traz novos significados e finalidades aos sistemas de ensino e formação, englobando o aprendizado formal e informal num processo de formação que deve seguir por toda a vida. (DECLARAÇÃO..., 2009).

Como a entende Gadotti (2006, p.79), a Educação para o Desenvolvimento Sustentável significa “muito mais do que adquirir conhecimentos relacionados ao meio ambiente, à economia e à sociedade, pois requer mudança na vida das pessoas na busca de modelos de consumo e de comportamento sustentáveis”. Acrescenta que não existe um modelo universal de educação para o desenvolvimento sustentável; ressalta a importância de um modelo libertador de educação baseado na contextualização e na pedagogia de Paulo

¹⁶ O Fórum Global para o Desenvolvimento Sustentável, realizado em Joanesburgo, em 2002, propôs à Assembleia Geral das Nações Unidas a proclamação da Década Internacional da Educação para o Desenvolvimento Sustentável para o período 2005-2014. A proposta foi aprovada em dezembro de 2002, durante sua 57ª Sessão (UNESCO, 2012).

¹⁷ A Unesco foi designada pela Assembleia Geral das Nações Unidas como a agência líder para promover a Década da Educação para Desenvolvimento Sustentável e para sua coordenação internacional.

Freire, a qual tem como ponto de partida a leitura do mundo, respeita a individualidade de cada um e trabalha com uma metodologia emancipadora.

No Brasil, em 24 de abril de 2007, publicou-se o Decreto Federal 6.094, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Foram lançadas cinco metas para ser alcançadas até 7 de setembro de 2022, entre as quais: “Toda a criança de 4 a 17 anos na escola” e “Toda criança alfabetizada até os 8 anos de idade” (BRASIL, 2007). Esse decreto, em seu Art. 2º, recomenda a integração dos programas da área de educação com outras áreas transversais, como saúde, meio ambiente, cultura e assistência social, para fortalecer a identidade do educando com sua escola. Propõe-se aí a reorganização do currículo escolar trazendo para as discussões de sala de aula questões do cotidiano do aluno, quer ele seja do meio urbano, quer seja do meio rural.

Em 2012, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, os representantes da Comissão de Educação e Cultura (Subcomissão da Rio+20 sobre Educação Ambiental) apresentaram as Metas para o Desenvolvimento Sustentável:

- 1) Revisar periodicamente currículos, para incorporar a interdisciplinaridade na rede de ensino formal;
- 2) Incorporar a perspectiva local nas atividades de ensino formal e não formal;
- 3) Capacitar os professores de todos os níveis de ensino e demais educadores em conhecimentos técnicos sobre funcionamento dos ecossistemas;
- 4) Desenvolver metodologias específicas para comunidades indígenas e outras populações tradicionais, com especial atenção para a valorização e a proteção do conhecimento tradicional;
- 5) Incorporar o uso de dados científicos nas atividades de ensino, que evidenciem as mudanças do clima, a crise de biodiversidade e outros impactos ambientais;
- 6) Promover a educação para a cidadania voltada à proteção do meio ambiente, por meio do acesso a informações sobre normas, tecnologias, funcionamento de ecossistemas e noções de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental;
- 7) Reforçar o conceito de consumo consciente, alertando sobre a finitude dos recursos naturais;

- 8) Diminuir a produção de resíduos sólidos, principalmente os resíduos eletroeletrônicos;
- 9) O fomento à cultura da paz e o combate à intolerância;
- 10) Acompanhar as iniciativas dos legisladores e gestores na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Outro fato significativo para as políticas de EA concerne ao documento final da Rio + 20, no capítulo referente à Educação (RIO+20..., 2012), em que reafirma o compromisso com a Educação Básica, a formação de docentes, o respeito à diversidade regional, o respeito às diferenças, a erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável.

229. Reafirmamos nuestro compromiso con el derecho a la educación, y en este sentido, nos comprometemos a fortalecer la cooperación internacional para lograr el acceso universal a la educación primaria, en particular para los países en desarrollo. Reafirmamos también que en el acceso pleno a una educación de calidad a todos los niveles es una condición esencial para lograr el desarrollo sostenible, la erradicación de la pobreza, la igualdad entre los géneros, el empoderamiento de las mujeres y el desarrollo humano y los objetivos de desarrollo convenidos internacionalmente, en particular los Objetivos de Desarrollo del Milenio, y la plena participación de las mujeres y los hombres, en particular los jóvenes. En este sentido, destacamos la necesidad de asegurar la igualdad de acceso a la educación para las personas con discapacidad, los pueblos indígenas, las comunidades locales, las minorías étnicas y las personas que viven en zonas rurales.

230. Reconocemos que las generaciones más jóvenes son custodios del futuro, así como la necesidad de una mejor calidad y acceso a la educación después del nivel primario. Por tanto, decidimos mejorar la capacidad de nuestros sistemas educativos a fin de preparar a las personas para que puedan lograr el desarrollo sostenible, en particular mediante una mayor capacitación de los docentes, la elaboración de planes de estudio relativos a la sostenibilidad, la elaboración de programas de capacitación que preparen a los estudiantes para emprender carreras en ámbitos relacionados con la sostenibilidad y hacer un uso más efectivo de la tecnología de la información y las comunicaciones para mejorar los resultados del aprendizaje. Pedimos una mayor cooperación entre las escuelas, las comunidades y las autoridades en las medidas para promover el acceso a una educación de calidad a todos los niveles. (RIO +20..., 2012).

Segundo Dias (2004), a Educação Ambiental deverá promover e estimular as pessoas para um novo momento histórico, o da adoção de valores capazes de implantar uma nova política ecológica e social, a partir de mudanças nos próprios fundamentos da civilização, a fim de que o desenvolvimento sustentável venha a ser uma estratégia para a sobrevivência da espécie humana. Neste cenário cumpre esclarecer que o conceito de desenvolvimento sustentável está além da dicotomia entre desenvolvimento e sustentabilidade colocado por autores como Dias (2004) e Leff (2001). O termo *sustentável* nesta dissertação está relacionado ao conceito abordado por Gadotti (2006), posto que se refere ao que está além da preservação dos recursos naturais, que é a busca do equilíbrio entre o ser humano consigo

mesmo e com o planeta e o universo. É o que Capra e outros autores (2006), no livro *Alfabetização ecológica*, chama de “sustentabilidade interdependente”, porque “nenhum organismo vive individualmente”. A esse respeito, lê-se na carta do Índio Chefe Seattle “Manifesto da terra-mãe”, de 1854 (apud CAPRA et al., 2006):

Isto sabemos: a terra não pertence ao homem; o homem pertence à terra. Isto sabemos: todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Há uma ligação em tudo. O que ocorrer com a terra recairá sobre os filhos da terra. O homem não tramou o tecido da vida; ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo.

Não é excessivo, neste capítulo, reiterar o documento final da Rio+20. Uma de suas recomendações é a adoção de práticas educativas nas escolas com o envolvimento de alunos, professores e comunidade local, a fim de que o desenvolvimento sustentável seja um tema integrado às demais disciplinas escolares.

233. Resolvemos promover la educación para el desarrollo sostenible e integrar el desarrollo sostenible de manera más activa en la educación más allá del Decenio de las Naciones Unidas de la Educación para el Desarrollo Sostenible.

234. Alentamos firmemente a las instituciones educativas a que consideren la posibilidad de adoptar buenas prácticas de gestión de la sostenibilidad en sus centros y sus comunidades con la participación activa de, entre otros, estudiantes, profesores y colaboradores locales, e impartan educación sobre el desarrollo sostenible como componente integrado entre disciplinas. (RIO +20..., 2012).

O teor desse documento ratifica o que já vem sendo discutido ao longo de anos e do resultado da Eco-92, com a criação da Carta Brasileira para a Educação Ambiental, com a proposta de implantação da Agenda 21 nas políticas de EA, a partir da criação da Pnea, ProNEA, PCNs e outros marcos relevantes no setor. O que se deseja é a efetividade da Educação Ambiental para uma vida sustentável, como a proposta por Capra (2006, p.14): “[...] uma pedagogia que ensina os princípios básicos da ecologia, o respeito à natureza, a partir de uma abordagem multidisciplinar baseada na experiência e na participação”.

2.3 POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Na Bahia, a CIEA-BA, criada como órgão colegiado de caráter deliberativo, nos termos do Decreto Estadual nº 9.083, de 28 de abril de 2004, tem por finalidade (BAHIA, 2009):

I - Elaborar o Programa Estadual de Educação Ambiental, propondo as bases da Política Estadual de Educação Ambiental.

II - Promover articulação inter e intrainstitucional buscando a convergência de esforços no sentido de implementar as políticas nacional e estadual de educação ambiental.

III - Promover e elaborar estudos, pesquisas e sistematização de dados que subsidiem a formulação, a execução e o acompanhamento da política estadual de educação ambiental.

Art.3º - Para a consecução de suas finalidades, compete à CIEA-BA:

I - Apoiar a elaboração do Plano Estadual de Meio Ambiente no que concerne às diretrizes de Educação Ambiental para o Estado da Bahia considerando a sua diversidade regional;

II - Consolidar, acompanhar e avaliar a Política Estadual de Educação Ambiental;

III - Contribuir com ações que promovam a inserção transversal da temática ambiental nos currículos escolares em todos os níveis e modalidades de ensino e nos diversos órgãos e secretarias do Estado e municípios;

IV - Apoiar técnica, científica e institucionalmente as ações de Educação Ambiental, no âmbito do Estado da Bahia;

V - Fomentar e apoiar a criação de redes de educação ambiental no estado, assim como a produção de instrumentos sócio-educativos para a sua maior divulgação;

VI - Promover a disseminação e o intercâmbio de experiências que fortaleçam práticas sustentáveis de Educação Ambiental no âmbito municipal, estadual e federal;

VII - Fomentar parcerias entre instituições governamentais e não governamentais, empresas, entidades de classe, associações comunitárias e demais entidades que tenham atuação na área de Educação Ambiental;

VIII - Estimular, fortalecer, acompanhar e avaliar a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental, no âmbito estadual, na qualidade de interlocutor junto aos órgãos gestores da política nacional;

IX - Promover a divulgação da CIEA-BA, junto aos diversos setores da sociedade, através da realização de reuniões ordinárias, fóruns, oficinas e seminários regionais, considerando os diferentes biomas do Estado;

X - Propor aos setores públicos e privados a destinação de recursos financeiros, objetivando a viabilização de projetos e ações em Educação Ambiental;

XI - Propor a veiculação de produtos de educação ambiental nos diversos meios de comunicação;

XII - Propor diretrizes para implementação de programas de educação ambiental quando dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos.

A CIEA-BA, desde a sua implantação em 2004, reúne-se bimestralmente por dois dias para discutir e intervir na implantação de políticas públicas para a Educação Ambiental. Foi implantada no Estado mediante a política dos Territórios de Identidade, para ser uma ferramenta indispensável à interação entre os diversos segmentos da sociedade que atuam na área de Educação Ambiental, através do intercâmbio de experiências, da construção de propostas, do debate e da articulação para a participação social (BRASIL, 2005).

Antes mesmo da promulgação da Política Nacional de Meio Ambiente de 1981 a Bahia dava um passo importante na construção dos instrumentos de gestão ambiental do Estado. Em 1970 foi criado o Conselho de Controle de Poluição do Estado da Bahia (CCPB), considerado um avanço em termos de controle ambiental,

reunindo setor produtivo, poder público e setor da Marinha. O CCPB tratava dos impactos ambientais gerados pelo desenvolvimento industrial sobre a saúde da população, porém sem a participação da sociedade civil. (BAHIA, 2004).

Baseando-se nos princípios da Educação Ambiental, foi constituída a base para a elaboração da política pública específica de Educação Ambiental no sistema educacional do Estado. A partir de então, segundo a perspectiva adotada na Bahia e as diretrizes contidas na Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea) (BRASIL, 1999, 2002), no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) (BRASIL, 2005), a Secretaria de Educação criou o Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional (ProEASE), estabelecendo princípios gerais, diretrizes pedagógicas, orientações curriculares e as linhas de ação institucionais que garantam o cumprimento da finalidade pública da educação, orientando a práxis educativa ambiental das escolas no sentido da sustentabilidade (LOUREIRO, 2009).

Assim, o ProEASE tem a finalidade de defender a escola como um local privilegiado de reflexão e promoção do ideário denominado de Sociedades Sustentáveis, construindo a prática segundo a realidade escolar e a vivência dos educandos, relacionando-as com o contexto regional (CARVALHO, 2008).

Art. 3º

A Política Estadual de Educação Ambiental será conduzida pelos seguintes princípios:

I - equidade social, envolvendo os diversos grupos sociais, de forma justa, participativa e democrática nos processos educativos;

II - vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

III - solidariedade e a cooperação entre os indivíduos, os grupos sociais e as instituições públicas e privadas, na troca de saberes em busca da preservação de todas as formas de vida e do ambiente que integram;

IV - corresponsabilidade e o compromisso individual e coletivo no desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem voltados à sustentabilidade;

V - enfoques humanísticos, holísticos, democráticos e participativos; Lei 12.056/11_Política Estadual de Educação Ambiental

VI - respeito e valorização à diversidade, ao conhecimento tradicional e à identidade cultural;

VII - reflexão crítica sobre a relação entre indivíduos, sociedade e ambiente;

VIII - contextualização do meio ambiente, considerando as especificidades locais, regionais, territoriais, nacionais e globais, e a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

IX - sustentabilidade como garantia ao atendimento das necessidades das gerações atuais, sem comprometimento das gerações futuras, valorizadas no processo educativo;

X - dialógica como abordagem para a construção do conhecimento, mantendo uma relação horizontal entre educador e educando, com vistas à transformação socioambiental;

XI - pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da multi, inter e transdisciplinaridade e transinstitucionalidade. (BAHIA, 2011).

Fundamentado no uso da noção de sustentabilidade, o ProEASE busca o fortalecimento dos processos de construção de formações socioeconômicas baseadas na

justiça social, no equilíbrio dos ecossistemas, no respeito à diversidade cultural e biológica, na sustentabilidade das relações sociedade-natureza nas comunidades e em seus modos de produzir e se organizar cultural e economicamente (BAHIA, 2010c).

Segundo dados da SEC-BA (2012), em 2010, através do ProEASE, foram realizados cursos e oficinas para professores, além de produção de vídeos sobre a questão ambiental e formação de comissões de meio ambiente e qualidade de vida nas escolas.

O ProEASE é um Programa que possui princípios em conformidade com o Programa “Todos pela Escola (BAHIA, 2012)”¹⁸, que define os eixos para as políticas de educação na Bahia.

Em janeiro de 2011, foi promulgada a Lei 12.056, que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental da Bahia. Essa lei resultou de um processo participativo da sociedade, alavancado em consultas públicas nos 26 Territórios de Identidade do Estado, a fim de retratar os anseios e necessidades de toda a sociedade baiana (BAHIA, 2011).

A Lei 12.056/11 institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia de forma abrangente e buscando articular a educação ambiental à gestão das águas, das unidades de conservação, do saneamento ambiental e do licenciamento ambiental, destacando, assim, a importância da EA junto à gestão pública. Além disso, é uma Lei que dá atenção especial à educação ambiental formal, não formal e à educomunicação, demonstrando o compromisso da política em alcançar os mais diferentes públicos (BAHIA, 2011).

Art. 3º

A Política Estadual de Educação Ambiental será conduzida pelos seguintes princípios:

- I - equidade social, envolvendo os diversos grupos sociais, de forma justa, participativa e democrática nos processos educativos;
- II - vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- III - solidariedade e cooperação entre os indivíduos, os grupos sociais e as instituições públicas e privadas, na troca de saberes em busca da preservação de todas as formas de vida e do ambiente que integram;
- IV - corresponsabilidade e compromisso individual e coletivo no desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem voltados à sustentabilidade;
- V - enfoques humanísticos, holísticos, democráticos e participativos;

¹⁸ O Programa Pacto pela Escola lançado em 28 de abril de 2011 e que tem como desafio alcançar um dos Oito Objetivos do Milênio, “Educação Básica de Qualidade para Todos”. O Pacto tem como meta alfabetizar todas as crianças até oito anos de idade e extinguir o analfabetismo escolar. As metas estabelecidas para 2011-2014 visam elevar o índice de aprovação para, no mínimo, 90% nas séries iniciais, 85% nas séries finais do ensino fundamental e 80% no ensino médio. E também assegurar que as escolas do Estado e dos municípios baianos alcancem, no mínimo, as projeções estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (BAHIA, 2012).

VI - respeito e valorização à diversidade, ao conhecimento tradicional e à identidade cultural;

VII - reflexão crítica sobre a relação entre indivíduos, sociedade e ambiente;

VIII - contextualização do meio ambiente, considerando as especificidades locais, regionais, territoriais, nacionais e globais, e a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

IX - sustentabilidade como garantia ao atendimento das necessidades das gerações atuais, sem comprometimento das gerações futuras, valorizadas no processo educativo;

X - dialógica como abordagem para a construção do conhecimento, mantendo uma relação horizontal entre educador e educando, com vistas à transformação socioambiental;

XI - pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da multi, inter e transdisciplinaridade e transinstitucionalidade.

Art. 4º

A Política Estadual de Educação Ambiental tem como objetivos:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente e suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, históricos, culturais, tecnológicos, espirituais, éticos e pedagógicos;

II - a sensibilização, estímulo e contribuição para a formação de pessoas com desenvolvida consciência ética sobre as questões socioambientais;

III - o incentivo às participações comunitárias, ativas, permanentes e responsáveis pela proteção, preservação e conservação do ambiente sustentável, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

IV - o estímulo à capacitação de pessoas para o exercício das representatividades política e técnica nos colegiados;

V - o incentivo às instituições públicas e privadas na formação de grupos voltados às questões socioambientais;

VI - o incentivo à cooperação e parceria entre as diversas regiões do Estado da Bahia, os órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente - SIS EMA, instituições públicas e privadas da rede de ensino do Estado da Bahia, os setores público e privado;

VII - a promoção ao acesso democrático às informações socioambientais;

VIII - a promoção e o fortalecimento do exercício da cidadania, da autodeterminação dos povos e da solidariedade para a construção de uma sociedade sustentável.

Art. 5º

São diretrizes da Política Estadual de Educação Ambiental:

I - a inclusão dos princípios de produção e consumo sustentável nos planos, programas e projetos públicos e privados de Educação Ambiental, considerando a realidade local;

II - o estímulo e o fortalecimento da integração das ações de Educação Ambiental com a ciência e com as tecnologias sustentáveis;

III - a criação e o fortalecimento das redes de Educação Ambiental, estimulando a comunicação e a colaboração entre as mesmas, nas dimensões local, regional, nacional e internacional;

IV - a criação e a consolidação de núcleos de Educação Ambiental nas instituições públicas e privadas no Estado da Bahia;

V - a promoção da integração com a área da saúde;

VI - o estímulo à pesquisa e à produção de material didático referente às questões ambientais, peculiar a cada bioma e região. (BAHIA, 2011).

A elaboração dessa lei contou com a participação expressiva da Ciea, além da mobilização sistemática de todos os Territórios de Identidade. A minuta de seu texto foi redigida a partir dos conteúdos sistematizados pela Ciea, de acordo com os registros das consultas nos Territórios de Identidade do Estado (BAHIA, 2011).

A Educação Ambiental foi concebida com fundamento no respeito à diversidade e nas relações éticas com o outro e o meio, sendo inserida no âmbito de propostas pedagógicas inovadoras, visando a mudanças substantivas na relação entre a sociedade e a natureza.

Conceitualmente, a educação é uma prática social que produz cultura e se reproduz nesta, buscando o aprimoramento humano naquilo que pode ser aprendido, transmitido e transformado objetivamente, a partir dos saberes existentes, necessidades e exigências de uma sociedade. Por sua especificidade, é realizada no âmbito de políticas públicas carregado de intencionalidades, distanciando-a de qualquer posição discursiva de neutralidade ou espontaneísmo. A proposta pedagógica ‘Todos pela Escola’, que define princípios e eixos para as políticas de educação na Bahia, traduz o compromisso do Estado com a escola pública, entendida como instituição central no processo educativo, espaço de sociabilidade, convivência e aprendizagem coletiva, indispensável para o fortalecimento da autonomia individual e para a promoção da igualdade de direitos e oportunidades. (BAHIA, 2010b).

As políticas voltadas para a EA devem atender a um conjunto de princípios afinados com esta concepção de educação, buscando entrelaçar as necessidades da sociedade com a sua realidade ambiental (BAHIA, 2010c).

Com a promulgação da Lei nº 12.212, em 04 de maio de 2011, foi alterada a estrutura organizacional do Sistema Estadual do Meio Ambiente (Sisema), determinando que a Educação Ambiental passasse a ser coordenada e monitorada pela Secretaria do Meio Ambiente (Sema), por meio da Diretoria de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (Dieas). Além disso, a execução da política de Educação Ambiental no âmbito do Sisema tornou-se atribuição do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), através de suas diretorias. O papel da Dieas é coordenar a gestão da política e do programa, apoiando a execução da Educação Ambiental não formal pelos órgãos e entidades integrantes do Sisema nas demais estruturas de governo e nas organizações da sociedade civil que promovem processos de formação e formulação de políticas públicas de base territorial, a fim de difundir a Educação Ambiental em todo o Estado (BAHIA, 2011).

Com esta lei, a Educação Ambiental passa a ser compromisso de dois grandes órgãos: Secretaria de Meio Ambiente (Sema) e Secretaria de Educação (SEC).

O livro que trata da Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, e que é o próprio texto da Lei nº 12.056/2011, foi lançado em 29 de março de 2012 no VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental. Trata-se de livro que é fruto de parceria das secretarias do Meio Ambiente (Sema) e da Educação, a fim de facilitar a compreensão da legislação pelos leitores. Para Amélia Maraux, superintendente de Educação Básica da SEC-BA, a Educação

Ambiental será implantada em 2012 em 100% das escolas baianas da rede pública estadual (SEC, 2012).

A Lei nº 12.056/2011 e o Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEA-BA) foram fundamentais para o processo de difusão da Educação Ambiental no Estado. A construção do PEA-BA baseou-se numa metodologia pioneira de construção participativa; sua criação foi articulada à consulta pública do projeto de lei da Política Estadual de Educação Ambiental, que se realizou entre novembro de 2008 e maio de 2009 nos Territórios de Identidade do Estado. O PEA enfatiza a territorialidade, a comunicação e a transversalização, usando-as como eixos estruturantes de sua concepção e a avaliação como um dos instrumentos estratégicos de gestão para a melhoria e aperfeiçoamento da Educação Ambiental (BAHIA, 2011).

3 O MUNICÍPIO DE POÇÕES, SUDOESTE DA BAHIA

3.1 HISTÓRICO

O município de Poções está situado na Região Sudoeste, a qual, localizada entre 13° 02' a 16° 00' de Latitude Sul e 39° a 41°49' de Longitude Oeste (Figura 01), é uma das 15 regiões econômicas do Estado da Bahia propostas pela SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia) a partir do final da década de 1980. Compõe-se a Região Sudoeste de 38 municípios - com área estimada de 42.542,9 km² que corresponde a 7,5% do território baiano -, a saber: Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Caatiba, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Cravolândia, Encruzilhada, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Irajuba, Itambé, Itapetinga, Itaquara, Itarantim, Itiruçu, Itororó, Jaguaquara, Jequié, Lafaiete Coutinho, Lagedo do Tabocal, Macarani, Maiquinique, Manoel Vitorino, Maracás, Mirante, Nova Canaã, Planaltino, Planalto, Poções, Potiraguá, Ribeirão do Largo, Santa Inês, Tremedal e Vitória da Conquista. Destaca-se, nessa região, o município de Vitória da Conquista que é classificado como centro sub-regional muito importante.

Figura 2 - Regiões Econômicas da Bahia



Fonte: SEI (2012).

A cidade de Poções, a 444 km de Salvador, situa-se às margens da BR-116 (Rio-Bahia) e é ligada pela BA-262 aos municípios de Nova Canaã, Iguai e Ibicuí. A partir da bifurcação em Ponto do Astério com a BA-263, tem acesso às cidades de Vitória da

Conquista e Itabuna. Faz parte do Território de Identidade Vitória da Conquista. A cidade foi criada, após desvincular-se de Vitória da Conquista, em 26 de junho de 1880, com o nome de Vila de Poções.

Sua história começa em 1732 com as Bandeiras, que começaram a explorar a mineração junto à cabeceira do Rio de Contas¹⁹, no local denominado Sertão da Ressaca, onde teve início o povoamento de regiões próximas.

A conquista do Sertão da Ressaca, região Centro-Sul da Bahia, foi iniciada por João da Silva Guimarães e está ligada à expansão de Minas Novas, ao tempo pertencente à Capitania da Bahia, cujo superintendente Pedro Leolino Maris formou uma bandeira, entregando a direção a André da Rocha Pinto, em 172. (IVO, 2004, p.210).

Dados históricos do IBGE (2012) relatam o surgimento de uma bandeira chefiada pelo coronel André da Rocha Pinto, que, necessitando penetrar em muitos pontos, foi redividida em outras tomando diversos rumos pelo Rio de Contas.

O coronel André desceu o Rio de Contas e após um acidente com a canoa que estava foi fixar-se em Porto Seguro. Tempos depois, ele, após incendiar o Cartório da Vila do Príncipe, hoje cidade de Caetité, refugiou-se num lugar chamado Passagem da Conquista, próximo à atual cidade de Vitória da Conquista.

Confere-se, pois, ao coronel André da Rocha Pinto a primazia da penetração inicial na região que hoje integra o município de Poções, que fazia parte do antigo e bravo sertão da Ressaca, da comarca de Jacobina. (IBGE, 2012).

¹⁹ O **Rio de Contas** nasce na Serra da Tromba, entre os municípios de Piatã e Rio de Contas, passa pelas cidades de Abaíra, Jussiape, Dom Basílio, Tanhaçu, Jequié (onde foi erguida a Barragem de Pedras), Jitaúna, Ipiaú, Itagibá, Barra do Rocha, Ubatã, Ubaitaba e Aurelino Leal, para finalmente ter a sua foz no Oceano Atlântico, em Itacaré. É o principal rio da bacia hidrográfica que leva seu nome. Segundo dados do Instituto de Estudos Socio-ambientais do Sul da Bahia (2012) é a maior bacia inteiramente situada no estado da Bahia, na qual estão situados 86 municípios, um território que equivale a 10,2 por cento do território estadual.

Figura 3 - Praça da igreja de Poções, 1930



Fonte: Acervo pessoal de Rafael Freitas²⁰, foto cedida à autora deste trabalho.

Em 1782 a capitania da Bahia era governada por D. Afonso Miguel Gonçalves, marquês de Valença, quando apareceu João Gonçalves da Costa (IBGE, 2012).

A história de boa parte das cidades do Sudoeste baiano (Vitória da Conquista, Planalto, Encruzilhada, Poções, Boa Nova e Manuel Vitorino) está ligada à formação e expansão do grupo familiar formado pelo “preto-forro” português João Gonçalves da Costa. Em fins do século XVIII, ele foi o primeiro preposto de Portugal a ocupar economicamente a região que em tempos remotos era denominada Sertão da Ressaca.

Segundo Sousa (2001) e Ivo (2001), João Gonçalves provavelmente nasceu em 1720, na cidade de Chaves, em Trás-os-Montes, Portugal (SOUSA, 2001, p. 19; IVO, 2001). Era integrante do Terço de Henrique Dias, uma milícia organizada no início do século XVII, composta majoritariamente por negros e com o propósito de combater índios, quilombos e outros inimigos da Coroa portuguesa (NASCIMENTO, 2010).

Segundo Sousa (2001), o patriarca da família João Gonçalves da Costa vem para o Sertão da Ressaca no final do século XVIII em busca de melhores terras para a exploração mineral e para a criação de gado, além da incumbência de abrir uma estrada até Ilhéus para a exploração dos minérios. Ele, Costa fixa moradia no Arraial da Vitória, atual cidade de Vitória da Conquista. No período de exploração das terras e na época de abertura da estrada

²⁰ Rafael Freitas é coordenador do campo e do Programa Despertar no município de Poções.

da região de Poções para Ilhéus pelas tropas do capitão Gonçalves da Costa, muitos índios foram dizimados. Segundo Ivo (2001, p.127):

As entradas empreendidas por João Gonçalves da Costa correspondiam diretamente aos interesses econômicos e políticos do governo da Província, que precisava abrir vias de comunicação entre o sertão da Província e o litoral, no sentido de expandir a economia para o interior.

Figura 4 - Cidade de Poções, 1930



Fonte: Acervo pessoal de Rafael Freitas, foto cedido à autora deste trabalho.

O desbravamento da região era feito com a exploração do trabalho do índio, apropriação das terras e, conseqüentemente, a dizimação de vários grupos indígenas. Segundo Sousa (2001, p. 32,):

No Sertão da Ressaca, havia a presença das nações indígenas formadas pelos pataxós, camacãs, difundidos na região como mongoiós, e ymborés, apelidados pelos colonizadores de botocudos, devido a um pedaço de madeira que penduravam nos lábios, chamado botoque.

Do casamento com Josefa Gonçalves da Costa, João Gonçalves da Costa teve os seguintes filhos: Antônio, João, Lourença, Joana, José, Faustina, Manuel e Maria. Os descendentes e parentes de Gonçalves Costa começam a povoar a região ocupando espaços e criando vilas e cidades. Um desses locais ocupados foi a Vila dos Poções, nome que se referia à grande quantidade de poços existentes na parte baixa, onde hoje fica o centro da cidade.

Gonçalves da Costa doar o terreno onde foi construída uma capela sob a invocação do Divino Espírito Santo.

As obras da capela foram iniciadas em 3 de agosto de 1830, continuadas em 1842 pelo capitão-mor João Dias de Miranda, e terminadas pelo capitão Antônio Coelho Sampaio.

Thimóteo e seus filhos fixaram residência às margens do rio São José que, atualmente, divide a cidade ao meio, estando localizadas próximas do referido rio as construções mais antigas da cidade como a Capela de Nossa Senhora da Lapinha e a Igrejinha do Divino. (SOUSA; ALVES, 2002, p. 53).

Segundo Silva (2011), a partir da década de 1940, o Pe. Manoel Mendes da Costa passa a residir efetivamente na Vila da Vitória, sendo considerado uma figura importante para a população. Após a sua morte é instaurada a freguesia do Divino pelo seu sucessor, Pe. Luiz França Santos, em 16 de setembro de 1878, data que oficializa a festa do Divino Espírito Santo, tradicional até hoje.

Com a vinda de elementos da cultura religiosa dos colonizadores europeus que mais tarde resultariam na festa do Divino Espírito Santo, a celebração apresenta marcas originárias da tradição portuguesa. Além disso, destaca-se o bandeirismo como elemento desbravador do sertão baiano e em Poções o pioneirismo ficou a cargo da família do bandeirante João Gonçalves da Costa. O município foi elevado à categoria de vila em 1880, ano em que ocorreu sua emancipação política. (SOUSA; ALVES, 2002, p. 67).

A oficialização da freguesia constituiu requisito primordial para a emancipação política da cidade, efetivada dois anos após, datada de 1880.

3.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO NO CONTEXTO DO SEMIÁRIDO BAIANO E DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA

O município de Poções, antes de ser batizado com este topônimo, teve outras denominações, seja por questões territoriais, seja por força política de sua história. Entre um decreto e outro, entre uma lei e outra, o município foi ganhando e perdendo territórios até chegar ao que hoje se conhece, de acordo com dados do IBGE (2010): uma área de 962,86 km² e uma população de 44.701 habitantes.

Situado na mesorregião Centro-Sul baiano e microrregião Vitória da Conquista (IBGE 2008), o município de Poções tem clima semiárido e temperatura média anual de 20,7°C. Possui pluviosidade média anual de 350 mm até 2000 mm e tem precipitação anual em torno de 800 a 1.400 ml, com concentração de chuvas entre os meses de novembro e abril.

Ainda segundo dados do IBGE (2010), do total de 44.701 habitantes, 34.659 concentram-se na área urbana e 10.042 distribuem-se na área rural, com uma densidade demográfica de 54,08 hab./ km². De acordo com o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE/IBGE, 2010), foram registrados 14.520 endereços urbanos e 4.507 rurais.

Conforme dados da SEI/IBGE (2010), o município faz parte da bacia hidrográfica do rio de Contas, que inclui os rios Tarugo, Riacho São José, Rio das Mulheres, Rio Cachoeira da Jibóia e Riacho Boqueirão, além de dois espelhos d'água, Açude Morrinhos e Açude Divino.

Figura 6 - Vista aérea da cidade de Poções, 2010



Fonte: Acervo pessoal de Rafael Freitas, foto cedida à autora deste trabalho.

Figura 7 - Vista aérea da cidade de Poções em 2012



Fonte: Acervo pessoal de Rafael Freitas, cedido a autora deste trabalho.

A localização geográfica do município de Poções é a de uma área de transição entre a Zona da Mata e o Semiárido (maior parte). Por isso, a única fonte de abastecimento de água em potencial que o município dispõe é parte da referida microbacia, já que, no Semiárido, os rios são temporários, só enchem no breve período das chuvas.

Durante o governo de Luís Ignácio Lula da Silva (2003-2010), foi criada a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional, que formulou uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), voltada para a redução das desigualdades regionais e também para a ativação das potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras (NASCIMENTO, 2008).

Com a implantação da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional o município de Poções passou a se desenvolver com a formação de Territórios de Identidade. No ano de 2003, o governo federal, através da Secretaria do Desenvolvimento Territorial, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), implementou o Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PNADSTR), visando a estimular a formação de territórios rurais, a partir de articulações intermunicipais e da constituição de colegiados territoriais, espaços de planejamento e gestão do

desenvolvimento rural e da aplicação dos recursos públicos transferidos aos municípios (SAMPAIO, 2008).

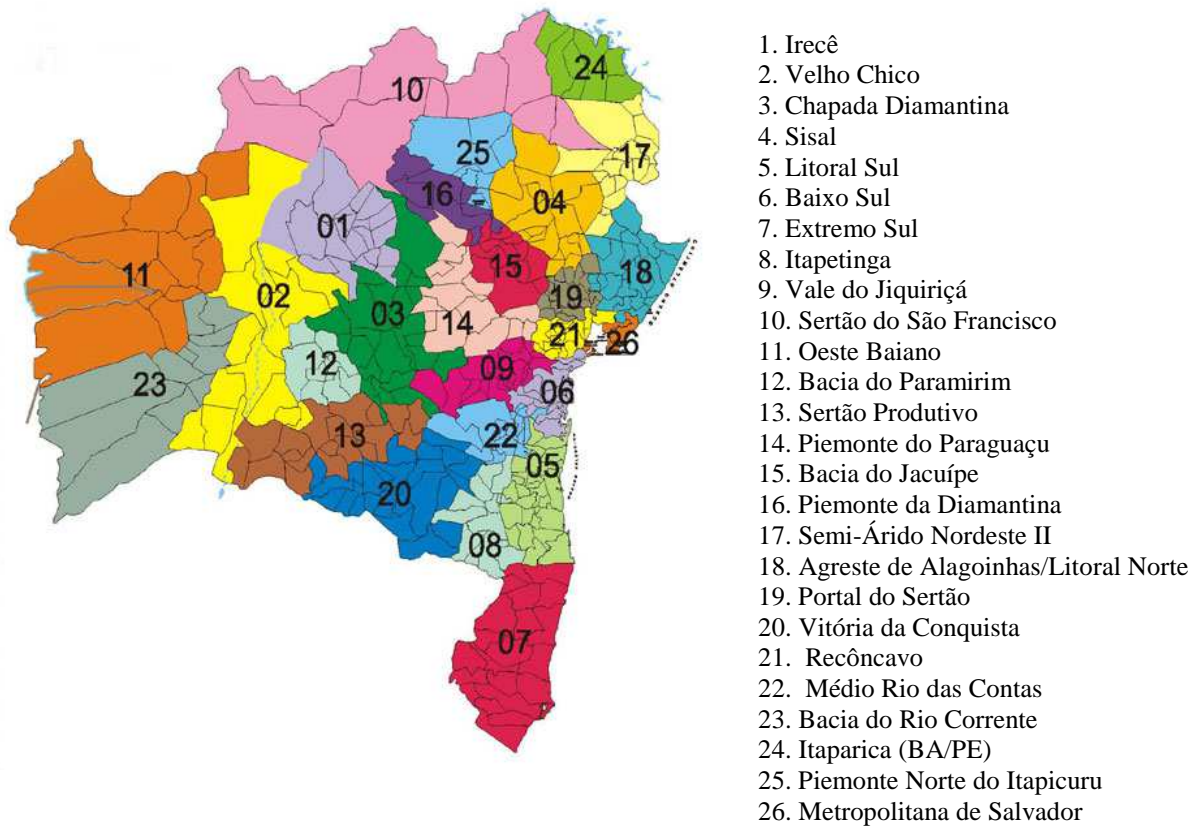
O processo de territorialização tem por objetivo minimizar as diferenças no cenário socioeconômico baiano e, com isso, promover uma política de participação mais igualitária e menos segregada. Para Santos (2000 apud NASCIMENTO, 2008, p. 96), o conceito de território constitui-se como sendo “o chão da população, isto é, sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi”

O território expressa, em determinado momento, um complexo e dinâmico conjunto de relações socioeconômicas, culturais e políticas, historicamente desenvolvidas e contextualmente espacializadas, incluindo a perspectiva ambiental. Os territórios assim identificados tendem, potencialmente, a implementar laços de coesão e solidariedade. (SILVA, 2003, p. 118).

Por outro lado, o Território de Identidade de Vitória da Conquista, que engloba o município de Poções, apresenta uma das economias mais dinâmicas da região Sudoeste da Bahia, nos municípios situados em seu eixo predomina a pobreza rural, resultante de condições edafoclimáticas restritivas no que se refere ao desenvolvimento de atividades agropecuárias que propiciem melhor a remuneração do capital, reproduzindo índices de produtividade menores comparativamente a outras localidades desta região. Ademais, há dificuldade de acesso a informações, como crédito rural, assistência técnica, infraestrutura e vias de escoamento da produção.

A partir do Programa Nacional de Apoio ao desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PNADSTR), foram criados na Bahia 26 Territórios de Identidade, durante o ano de 2007, pelo governo do Estado. Com essa iniciativa, a Bahia tornou-se o primeiro Estado brasileiro a delimitar integralmente a totalidade de seu território em Territórios de Identidade, tratando-os, desde então, como unidades de planejamento (SAMPAIO, 2008).

Figura 8 - Territórios de Identidade, BA



Fonte: Seagri (2012).

Com a criação do PNADSTR e o novo contexto da política pública nacional e estadual, a infraestrutura socioeconômica comunitária rural foi fortalecida, assim como a coesão social e a cidadania ativa. A participação da sociedade civil foi de grande relevância para a mobilização política e o controle social. Porém, para que se efetivem as mudanças propostas pelas políticas públicas, os programas sociais compensatórios precisam ser ultrapassados, a fim de se promover a articulação das organizações sociais com programas de incentivo socioeconômico a médio e longo prazo (SILVA, 2002).

O que há na Bahia como configuração territorial é a região do Semiárido, onde se verifica a existência de um espaço concreto de intervenção política e social. As experiências socioprodutivas de Convivência com o Semiárido constituem, pois, o real significado do território.

O processo de planejamento no território não consiste apenas na territorialização de ações e diagnósticos, mas requer experiências concretas que reconheçam e acompanhem, de forma adequada, as ações territoriais. Assim, as políticas públicas territoriais passam a contemplar a convivência socioeconômica e ambiental nas suas faces urbana e rural, como

complexidades, não se contentando apenas em ser espacialidades específicas ou especialidades econômicas exclusivas (SAMPAIO, 2008).

Com efeito, o rural volta a ser valorizado como campo de intervenção da política pública, projetando um sentido do desenvolvimento rural que pressupõe uma relação de dependência com o urbano, no sentido dinâmico da relação espacial urbano-rural, daquilo que os complementa, vincula e diferencia espacialmente, além de encetar desempenhos econômicos e sociais específicos e de engajar as pequenas cidades em novas redes urbanas (SEI, 2004).

Cumprir observar que não é simples compreender a real dimensão do território sem tornar concreta a relação entre o espaço urbano e o rural. Porém, não se pode considerar o rural como aquilo que não é urbano e sim como uma forma específica de relação com o urbano, e ambos são frações diferenciadas e interdependentes do território (SAMPAIO, 2008).

É preciso superar a visão de que o rural é a população dispersa no território, centrada no setor agropecuário, para passar à reconstrução do rural tanto como objeto de análise como objeto de política pública, ao definir o âmbito do rural como território construído a partir do uso e da apropriação dos recursos naturais, onde se originam processos produtivos, culturais, sociais e políticos. (CAMPOS; KRAHL, 2006, p. 87).

O rural na condição de espaço relacional diferenciado possui lugar estratégico no processo de desenvolvimento contemplando, ao mesmo tempo, a diversidade e a singularidade deste território. A ruralidade não consiste numa simples etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso da urbanização. É preciso reconhecê-la cada vez mais como um valor para as sociedades contemporâneas, através da sua relação com a natureza, regiões não densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas, sem impedir uma definição territorial do desenvolvimento e do meio rural (ABRAMOVAY, 2003).

O meio rural é caracterizado por uma imensa diversidade, embora existam traços comuns de ruralidade entre regiões. Por esse ângulo, a pobreza rural deixa de ser um problema de insuficiência de renda agropecuária, para ser um fenômeno de múltiplas causas ou multidimensional. (ABRAMOVAY, 2003, p. 51).

À luz dessas considerações, falar em Desenvolvimento Rural, para o autor, não consiste apenas em reconhecer o “espaço residual” propício à concentração ou expansão urbana ou, no máximo, um espaço receptor de políticas sociais de combate à pobreza. O Desenvolvimento Rural significa, sobretudo, a “capacidade das regiões rurais de preencher

determinadas funções necessárias a seus habitantes e também às cidades”. (ABRAMOVAY, 2003, p.53).

A noção de desenvolvimento rural é relacionada com crescimento, modernização e dinamização da agricultura, abrangendo os aspectos territoriais, populacional, social, ambiental e econômico. Os seus índices de desenvolvimento rural dependem da forte relação entre a remuneração do capital e o desenvolvimento local.

Silva (2002), por sua vez, considera que o espaço rural possui uma relação direta com a terra e mais amplamente com a natureza e o meio ambiente, apesar de estar profundamente relacionado com o espaço urbano. Por isso, há a proeminência desse *continuum* espacial como uma característica marcante da realidade atual, mesmo que caótica.

3.3 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE POÇÕES: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

De acordo com Gallichio (2003, p. 81), o desenvolvimento local baseia-se na “visão estratégica de um território, atores com capacidade de iniciativa, identidade cultural como alavanca do desenvolvimento” e pode ser caracterizado por “tratar-se de um enfoque multidimensional, onde coexistem no mínimo as dimensões econômica, ambiental, cultural e política; é um processo orientado para a cooperação e negociação entre atores, é um processo que requer atores e agentes de desenvolvimento”. Ou seja,

Desenvolvimento de um setor, ou território, não pode ser considerado como uma atividade independente da evolução econômica geral do sistema a que pertence. Pelo contrário, significa um processo dinâmico e multidimensional que deve afetar todo o território, os diferentes setores produtivos e a população. (CAVACO, 1996, p. 101).

Arocena (1995, p. 25, 26) define o ator local de desenvolvimento como todos os agentes dos campos político, econômico, social e cultural que possuem alguma proposta que visa capitalizar melhor as potencialidades locais. Na verdade, consiste na busca de um melhor aproveitamento dos recursos, destacando a qualidade dos processos em termos de equilíbrios naturais e sociais. Neste sentido, este ator também é responsável por cuidar do equilíbrio natural e submeter às iniciativas de desenvolvimento, tais como as inovações tecnológicas e polos turísticos, adaptando-as aos interesses e características da localidade.

Para Franco (2000, p.11-56), a promoção do desenvolvimento se dá a partir da geração de renda, multiplicação do número de proprietários produtivos, elevação do nível de escolaridade da população e o aumento do número de organizações da sociedade civil. Sua

proposta é que o desenvolvimento local procure "aumentar a produção e democratizar o acesso à riqueza, ao conhecimento e ao poder".

São duas atividades predominantes, que definem os níveis de renda para os produtores locais; no caso da pecuária, predomina a extensiva (para corte e leiteira), formatando uma estrutura empresarial por um lado, e, por outro, a estratégia de subsistência dos pequenos produtores. Na agricultura destaca-se a produção de café, mandioca e banana.

A ocorrência de minerais registrada em Poções é de argila, ferro, níquel e água mineral. Sua agricultura também é de grande importância para a economia local. Na Tabela 1 encontram-se os números da produção agropecuária do município.

Tabela 1 - Principais produtos — Produção e VBP, Poções, 2010

Produto	Produção	Unidade	VBP (em R\$ 1.000,00)
Café	648	Toneladas	2.462
Pecuária de corte	27.327	Cabeças	-
Leite	7.335	Mil litros	4.034
Caprino	3.500	Cabeças	-
Mandioca	7.200	Toneladas	1.5
Feijão	64	Toneladas	7
Mamona	72	Toneladas	58
Cana-de-açúcar	400	Toneladas	36
Tomate	3.500	Toneladas	3.150
Milho	180	Toneladas	90
Banana	7.000	Mil frutos	4.200

Fonte: IBGE (2010).

Ao longo de seu processo de formação, o município de Poções, assim como todo o território baiano, definiu-se a partir da função de Salvador como centro de poder integrado ao Império português; suas figuras mais eminentes estavam, pois, imbuídas da necessidade de construir um espaço próprio de poder. O modelo de desenvolvimento que predominou ao longo do século XX, promoveu a exploração intensiva dos recursos naturais.

O município de Poções encontra-se situado na região semiárida, uma área considerada detentora de diversos problemas ambientais, tendo o seu desenvolvimento local condicionado, principalmente, a atuação antrópica. Faz-se necessário, neste caso, discutir a problemática da convivência com a seca e refletir sobre as condições ecológicas na dimensão social. Nesse contexto, a sociedade deve atuar como entidade biossocial, capaz de desencadear um processo singular de interação com a natureza (BATISTA FILHO, 2001).

O desenvolvimento pode ser considerado sustentável quando atinge as esferas ecológica, econômica e social. Conservando os ecossistemas, pelo manejo racional dos recursos naturais e pela preservação do meio ambiente, ao mesmo passo promove atividades produtivas com razoável rentabilidade e relativa permanência no tempo e com a preocupação maior na qualidade da vida do que na quantidade da produção, aliando essas atividades a conteúdos dos processos de desenvolvimento compatíveis com os valores culturais e com as expectativas das sociedades (JARA, 1998).

Neste sentido, a Educação Ambiental desempenha um papel fundamental, ao passo que trabalha o entendimento das interações entre os diversos fatores, como o clima, o solo, a água, a vegetação e o homem. Assumindo esse posicionamento e buscando seguir estes ensinamentos, tanto a população, como o governo e demais agentes da sociedade podem garantir a melhoria da produtividade da terra e, conseqüentemente, assegurar a melhoria nas condições de vida tão almejada.

Com a criação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU)²¹ do município de Poções demonstrou-se a preocupação com o desenvolvimento sustentável e com a preservação ambiental, visando garantir uma melhor qualidade de vida para sua população, através de diretrizes básicas que se referem ao planejamento urbanístico nos seus aspectos físicos e administrativos.

A Educação Ambiental pode ser considerada como um instrumento eficiente na potencialização do desenvolvimento local sustentável do município de Poções, considerando que a sua prática induz a mudança de hábitos, atitudes, valores, comportamentos e conceitos, levando também a comunidade a discussões, o que dá um novo significado às práticas sociais, delineando uma nova realidade que começa a ser transformada a partir de atitudes conscientes das pessoas.

3.4 O DISTRITO DE MORRINHOS

O distrito de Morrinhos, que teve sua área ocupada antes da criação da cidade de Poções, era um antigo aldeamento de índios mongóios que foram gradativamente dizimados

²¹ Art. 3º. Os principais objetivos do PDDU são:

I - promover a melhoria da qualidade de vida da população a partir das intervenções urbanas que privilegiem a recuperação e a conservação ambiental;

II - estabelecer medidas reguladoras do controle de uso do solo de forma a criar ações preventivas à ocupação urbana desordenada e a degradação dos ecossistemas locais (PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES, 2011).

no final do século XVIII pela bandeira do capitão João Gonçalves da Costa. No início do século XIX, o capitão mandou para essa região, o Sertão da Ressaca, o seu filho Timotheo, e esse com os seus filhos Bernardo e Roberto se fixaram, cada um, num ponto estratégico para evitar uma nova levantada indígena. Para Morrinhos foi enviado o sargento-mor Raimundo Gonçalves da Costa. As patentes militares, sem nenhuma relação com uma carreira numa corporação oficial de armas, eram concedidas a cidadãos ricos e de prestígio político, prática essa que se estendeu no Brasil até o fim da República Velha, em 1930.

Figura 9 - Tribo dos índios mongóios



Fonte: Instituto Socioambiental (2012).

No ano de 1810, em Morrinhos, assim chamado por haver nas suas redondezas vários morros, foram erguidas algumas casas e essa localidade, como ficou assim conhecida, pertencia à Villa Sant'ana de Caetité. Foi só a partir de 1830 que passou à jurisdição dos “Possões”, atual cidade de Poções.

O distrito de Morrinhos tinha tudo para se transformar numa vila e depois em uma cidade, devido às suas riquezas naturais, principalmente devido a sua hidrografia, que é de grande importância para o crescimento econômico da região, entretanto, não teve o desenvolvimento esperado. Esse fato aconteceu porque a sete quilômetros existia um rio, conhecido atualmente como São José, próximo ao qual os desbravadores construíram um

aldeamento, que foi o núcleo inicial Vila dos “Possões”. Morrinhos permaneceu durante alguns anos com apenas alguns casarões e uma capela de Santo Antônio.

Quando Poções se elevou à categoria de cidade, Morrinhos passou à condição de povoado, sempre serviu como pronto-socorro, no que se refere à questão hídrica, para a população de todo o município e principalmente da cidade, pois a sede do município, que foi povoada próximo ao rio São José, o qual, ao longo do tempo, foi inteiramente degradado com o lançamento de esgotos domésticos e até de lixo.

Figura 10 - Praça central do distrito de Morrinhos, 2009



Fonte: Acervo pessoal de Rafael Freitas, foto cedida à autora deste trabalho.

Morrinhos — localizado na área de transição entre a Zona da Mata e o perímetro da Caatinga — é hoje o centro de abastecimento de água do município e também lugar propício para a plantação de café, que já foi uma das lavouras mais prósperas de Poções, mas hoje encontra-se em decadência, devido à seca e aos baixos preços do produto. De acordo com dados do IBGE (2010), sua população é de 2.235 habitantes, que vive, basicamente, de colheita de café, hortas e piscicultura.

Figura 11 - Distrito de Morrinhos, 2011



Fonte: Acervo pessoal de Rafael Freitas, foto cedida à autora deste trabalho.

Figura 12 - Horta comunitária em Morrinhos, 2011



Fonte: Acervo pessoal de Rafael Freitas, foto cedida à autora deste trabalho.

A hidrografia dessa região sempre despertou interesse por parte dos governantes do município de Poções, e durante muitos anos a população buscava água para o consumo doméstico no povoado de Morrinhos. Por esse motivo, lá foi construída uma barragem com recursos federais.

Figura 13 - Tanque para piscicultura em Morrinhos, 2012



Fonte: Acervo pessoal de Rafael Freitas, foto cedida à autora deste trabalho.

Trata-se de reservatório que abastece não apenas o distrito de Morrinhos, mas os outros municípios circunvizinhos. Sua barragem possui extensão de 6 km de água presa e abastece as cidades de Poções, região da Salinas, Pau de Colher, Gameleira Trançada, Olho Dagua, Jabute, Três Lagoas, Santa Rosa, Crauno, Piedade, Bom Jesus da Serra. Sua importância também poderá se refletir na produção agropecuária, tendo em vista a possibilidade de utilização dos mananciais para o processo de irrigação, além de geração de energia com a instalação de uma usina hidrelétrica.

Além dessas atividades, a prefeitura de Poções, em parceria com o Ministério da Integração Nacional, criou a unidade de criação de peixes como alternativa de trabalho para pescadores que vivem em Morrinhos, utilizando a Barragem como meio de sobrevivência.

Segundo a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural de Poções, o trabalho desenvolvido na piscicultura da barragem de Morrinhos possui procedimentos básicos, começando pela escolha das espécies adequadas para criar, análise da

qualidade da água, profundidade entre 3 e 4 metros e o corpo d'água com uma boa vazão (UPB, 2010).

O pescador é orientado a trabalhar segundo uma visão ambientalista, mantendo a qualidade da água para ter uma produção contínua. Com os tanques em plena produção, a expectativa é que a cada produção comercializada os lucros dos pescadores fomentam a geração de renda, garantindo seus empregos durante todo o ano.

A Associação de Pescadores tem um estoque de tanques e uma grande quantidade de ração. A casa flutuante é o ponto do trabalho de fiscalização dos tanques, alimentação dos peixes e demais cuidados da piscicultura local. A própria Associação dispõe de um ponto de venda da produção aos consumidores da região, junto à barragem (UPB, 2010).

A barragem do distrito de Morrinhos é de importância relevante para o município de Poções, pois gera empregos e constitui fator de crescimento da agropecuária. Entretanto, a construção dessa barragem acarretou a perda de uma área de 7 km² de Mata Atlântica. Como se constatou, não existe nenhum trabalho de educação ambiental no entorno da barragem e não foi executado o projeto, com a participação da comunidade local, para o uso sustentável da água.

O prefeito municipal ressaltou em sua entrevista que a construção da barragem de Morrinhos trouxe muitos benefícios para Poções. Antigamente, toda a população do município recebia água de carros-pipa; depois, o abastecimento passou a ser feito por um chafariz que existia na sede. Construída a barragem, que tem cerca de 6 km, a Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento) assumiu a gestão dos serviços de tratamento e fornecimento, o que garante o consumo de toda a sede e de parte das comunidades rurais — alguns distritos são abastecidos por carros-pipa. “Quanto aos projetos de piscicultura e horticultura implantados em nossa gestão” disse o prefeito, “oferecemos assistência técnica, manutenção, compra de equipamentos, insumos, ração, gradagem, instalação de sistema de irrigação, dentre outras formas de apoio”. (ARAUJO, 2012).²²

A Escola Municipal Cônego Pithon funciona em uma casa na Avenida Ilhéus, s/n, distrito de Morrinhos, em Poções, BA, cujo terreno foi doado pela prefeitura. Até 1998 era uma unidade da Rede Estadual de Ensino. No ano seguinte, foi municipalizada. Mas não se sabe a data exata de fundação da escola porque, logo depois da municipalização, todos os documentos a esse respeito e outros registros importantes foram removidos não se sabe para

²² Entrevista concedida pelo Prefeito Municipal - Luciano Araújo Mascarenhas a autora da pesquisa.

onde. Segundo a ex-diretora Josefina Moreira Soares (2012)²³ (informação verbal) (gestão 1999-2006), que mora em Morrinhos, a Cônego Pithon foi fundada em 1950. Disse que estudou lá, onde também atuou como professora durante 40 anos. Lembrou que a primeira diretora foi a delegada escolar Bohemia Marinho e, nos primeiros anos de funcionamento, os professores vinham de outras cidades da Bahia, inclusive da capital. O nome da escola é uma homenagem ao Pe. Francisco Félix Pithon (1857-1951). O padre Pithon - que foi, até morrer, o pároco de Poções - era influente nos meios políticos e sociais do município. A ele se deve a manutenção do patrimônio eclesiástico, bem como o empenho para a construção da nova Igreja Matriz da Paróquia do Divino, iniciada no período de sua administração, mas concluída após seu falecimento. A Profa. Adriana de Carvalho Fontes é, desde 2010, a atual diretora da escola.

Como se pode verificar no presente estudo, os termos “distrito” e “comunidade”, para efeito de sua definição operacional, são empregados com referência a Morrinhos com a mesma acepção, ainda que distrito, em sentido geográfico, no Brasil, designe uma divisão administrativa de município ou cidade — no caso, Poções — e comunidade seja um conceito sociológico, isto é, concerne a um princípio de organização social caracterizado por relações pessoais, face a face, vínculos de vizinhança, em que o envolvimento interpessoal é integral e direto. Assim, comunidade não é apenas uma mera aglomeração de casas: é uma organização humana (social e cultural).

Emprega-se também neste trabalho o conceito de comunidade rural, que, em sentido amplo, designa lugarejos, povoados, vilas e distritos do município de Poções. Cabe, porém, observar que, para os sociólogos, não há unanimidade conceitual a esse respeito. Trata-se, de acordo com o pressuposto da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de uma categoria que se define como unidade de base rural, seja unidade administrativa ou estatística elementar, com densidade inferior a 150 hab./km², razão pela qual classifica a partir de 1994 as regiões de seus países membros em três categorias. A unidade de base rural pode apresentar um núcleo urbano com densidade demográfica superior a 150 hab./km², desde que o resultado geral, computando-se a área de entorno, não ultrapasse este patamar (Apud ABRAMOVAY, 2003).

As categorias definidas pela OCDE são as seguintes:

- a) *essencialmente rurais*: aquelas em que mais de 50% da população regional habitam em unidades de base rurais;

²³ Entrevista concedida pela ex-diretora Josefina Moreira Soares à autora da pesquisa.

- b) *relativamente rurais*: aquelas em que entre 15% e 50% da população regional habitam em unidades de base rurais; e
- c) *essencialmente urbanizadas*: aquelas em que menos de 15% da população regional habitam em unidades de base rurais.

Segundo Abramovay (2003, p. 6), a literatura internacional atual converge no sentido de definir o significado de *ruralidade* nas sociedades contemporâneas a partir de três aspectos básicos: a importância das áreas não densamente povoadas, a relação com a natureza e a dependência do sistema urbano.

A necessidade de ações de EA voltadas para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social no Brasil se põe para o campo da mesma forma que para a cidade, pois, tanto num espaço quanto no outro, grande parte de nossas classes subalternas não alcança a plena cidadania. Elas vivem numa condição de constante instabilidade, deslocando-se entre o espaço rural e o urbano à procura de melhores condições de vida.

Na conclusão deste capítulo, a autora, em face do que acima considera à luz do novo conceito de território, permite-se observar que cresce cada vez mais, como é o caso de Poções, a revalorização da ruralidade, a qual vai se sobrepondo à supressão causada pela completa urbanização. São rurais as amenidades, serviços, equipamentos e conveniências que já sustentam o novo dinamismo interiorano dos países mais avançados. E também são rurais tanto as fontes de baixa entropia quanto a biodiversidade, das quais dependerão as futuras gerações. O valor do espaço rural está cada vez mais ligado a tudo o que o distingue do espaço urbano.

4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM POÇÕES: IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DESPERTAR NO MUNICÍPIO

4.1 CRIAÇÃO DO SENAR NO CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Em 1942, durante o Estado Novo, regime ditatorial de Vargas que vigorou no país (1937-1945), realiza-se uma reforma educacional que ficou conhecida como Reforma Capanema, pois foi comandada pelo então ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema. O sistema educacional proposto por ele correspondia à divisão econômico-social do trabalho.

Eis como Capanema (apud MENEZES, 2012) explicita os instrumentos dessa reforma que iriam ao encontro do ideário nacionalista do governo Vargas:

É com a educação moral e cívica que se encerra e se completa o ciclo da educação individual e coletiva e é por ela que se forma o caráter dos cidadãos, infundindo-lhes não apenas as preciosas virtudes pessoais senão também as grandes virtudes coletivas que formam a têmpera das nacionalidades — a disciplina, o sentimento do dever, a resignação nas adversidades nacionais, a clareza nos propósitos, a presteza na ação, a exaltação patriótica. (MENEZES, 2012, p.1).

Como se percebe, a preocupação com a moral e o civismo trazem para a esfera educacional os objetivos do Estado Novo, tendo em vista a valorização da autoimagem do brasileiro e a criação de uma identidade nacional. Até 1945, quando cai a ditadura de Vargas, o Ministério da Educação e Saúde também aprovou a criação de uma série de órgãos, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) e o Serviço Nacional de Radiofusão Educativa.

O conjunto de Leis Orgânicas da Educação Nacional constituiu em si a Reforma Capanema, que assim agrupava os principais dispositivos em relação à educação: Decreto nº. 4.244/42 — Lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto nº. 4.073/42 - Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto nº. 6.141/43 — Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto nº. 8.529/46 - Lei Orgânica do Ensino Primário; Decreto nº. 8.530/46 — Lei Orgânica do Ensino Normal; Decreto nº. 9.613/46 — Lei Orgânica do Ensino Agrícola; Decreto-Lei nº. 4.048/1942 — que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), originando o que hoje se conhece como Sistema “S”.

Em maio de 1945, cinco meses antes do fim do Estado Novo — e quando na Europa terminava a Segunda Guerra Mundial, com a derrota do nazifascismo —, representantes nacionais da agricultura, da indústria e do comércio reuniram-se em Teresópolis (RJ) com o

objetivo de analisar a situação da economia brasileira. Esse evento foi conhecido como Conferência das Classes Produtoras do Brasil, originando a Carta Econômica de Teresópolis (BOAVENTURA, 2001).

Em 1946, um grupo de empresários, inspirados pela iniciativa histórica de Teresópolis, lançou a Carta da Paz Social, que propugnava relações mais harmoniosas entre o capital e o trabalho. Para tanto, seria necessário implantar ações e serviços de cunho social nos setores da indústria e do comércio (BOAVENTURA, 2001).

Os documentos resultantes da Carta Econômica de Teresópolis culminaram na criação do Senac, em 10 de janeiro de 1946, de acordo com os Decretos-Leis 8.621 e 8.622, que autorizaram a Confederação Nacional do Comércio a instalar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem comercial. Essa decisão deveu-se à disposição do empresariado em assumir responsabilidades sociais, através da criação de oportunidades de aprendizagem e do crescimento das oportunidades de trabalho. Tratava-se de uma legislação para reforçar a firme intenção do governo de fortalecer o ensino técnico-profissional. O Senac foi então criado com a participação decisiva do empresariado nacional.

O sistema educacional brasileiro, à época, era marcado pelo dualismo educação escolar das elites e educação oferecida à classe trabalhadora. As diretrizes desse sistema passaram a orientar a educação nacional até a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 4.024/61) (FRIGOTTO, 2002).

A Constituição de 1946, de inspiração liberal, propôs a transferência da responsabilidade da educação rural para empresas privadas (industriais, comerciais e agrícolas), de acordo com o Capítulo II da Educação e Cultura, Artigo 166; inciso III: “as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalham mais de cem pessoas, são obrigadas a manter o ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes.” (BALEEIRO; SOBRIDINHO, 2001, p. 108).

Na Constituição de 1967 e com a Emenda Constitucional de 1969, manteve-se a obrigatoriedade das empresas agrícolas e industriais de promover o ensino primário gratuito para seus empregados e os filhos menores de 14 anos. Essa realidade durou até 1970, quando a educação do campo passou a ser gerenciada pelo setor privado.

Segundo Costa, Fontes e Ribeiro ([2000?]) em 31 de março de 1976, o presidente Geisel sancionou o Decreto-Lei nº 77.354, criando o Serviço Nacional de Formação

Profissional Rural (Senar), pertencente ao Sistema “S” de formação profissional, vinculado ao Ministério do Trabalho²⁴.

Em 1996, promulgou-se a Lei nº 9.394, a qual, entretanto, não reafirma o amparo às instituições, mas ressignifica o conceito de educação profissional — o que flexibilizou as leis orgânicas, que limitavam a educação profissional apenas para a formação do trabalho ou para o segundo grau profissionalizante, de acordo com a Lei 5.692/71.

Tal cenário não era, porém, favorável à educação do campo, que, durante décadas, teve seu currículo importado das concepções do currículo escolar urbano. A sociedade urbano-industrial da época não valorizava o campo, que passava a ser estigmatizado como um local sem cultura, sem educação e qualidade de vida. A esse respeito, escreve Leite (1999, p. 14):

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas, e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: ‘gente da roça não carece de estudos’.

A urbanização acelerada e o grande fluxo migratório fizeram com que a educação rural passasse a ser assistida por instituições privadas ou assistencialistas que defendiam a existência de uma formação dirigida para o trabalho agrícola. De acordo com Calazans (1993, p.7), “também no âmbito público algumas manifestações clamavam por uma educação de sentido prático e utilitário, e insistia-se na necessidade de escolas adaptadas à vida rural”.

Em 1991 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), através da Lei 8.315, de 23 de dezembro daquele ano, de acordo com os termos do Artigo 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que previa a sua criação baseada nos moldes do Senai e Senac e regulamentado pelo Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992 (BRASIL, 1991).

Art. 1º

É criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural — Senar, com o objetivo de organizar, administrar e executar em todo o Território Nacional o ensino da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural, em centros instalados e mantidos pela instituição ou sob forma de cooperação, dirigida aos trabalhadores rurais. (BRASIL, 1991).

O Senar teve sua criação pautada nos princípios constitucionais que regem o Sistema S (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial [Senai], Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial [Senac], Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte [Senat] e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo [Sescoop]), o Senar é uma instituição de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, subordinada à Confederação Nacional da

²⁴ O SENAR vinculado ao Ministério do Trabalho foi desativado em 1988.

Agricultura (CNA) e administrada por um Conselho Deliberativo, de composição tripartite e paritária, sendo composto por representantes do governo, da classe patronal rural e da classe trabalhadora, com igual número de conselheiros (BRASIL, 1991).

O Senar tem como missão desenvolver ações de Formação Profissional Rural (FPR) e atividades de Promoção Social (PS) voltadas ao homem rural, contribuindo para sua profissionalização, sua integração na sociedade, melhoria de sua qualidade de vida e para seu pleno exercício da cidadania (SENAR, 2005).

Para o Senar, a FPR e a PS são processos educativos, vinculados à realidade do meio rural e contribuem para o desenvolvimento da pessoa, como cidadão e trabalhador, numa perspectiva de crescimento e bem-estar social.

A Formação Profissional Rural (FPR) é um processo educativo, não formal, participativo e sistematizado, que possibilita aos cidadãos do campo a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes para o exercício de uma ocupação.

A Promoção Social é um processo educativo, não formal, participativo e sistematizado que objetiva o desenvolvimento de aptidões pessoais e sociais do homem rural e suas famílias a fim de desenvolver a consciência crítica ambiental e contribuir para melhorar a própria qualidade de vida na comunidade. (SENAR, 2012).

4.1.1 O Senar na Bahia

Na Bahia, o Senar, vinculado à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado, foi implantado em 31 de março de 1993, embora, no plano nacional, tenha sido criado em 1991, pela Lei 8.315, como já referido, e regulamentado pelo Decreto nº 566, de 9 de junho 1992, sancionado pelo então presidente Fernando Collor.

Segundo o Senar (2012), no período de implantação do órgão, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) reuniu em Brasília todas as federações estaduais da Agricultura. Cada federação indicou um superintendente do Senar de seu Estado e mais um representante que exerceria o cargo de gerente técnico. Ambos escolhidos e nomeados por cada federação da Agricultura²⁵. Nesse encontro de Brasília a CNA apresentou a estrutura organizacional do Senar nacional e como funcionaria na esfera estadual, orientando os Estados a adotar os procedimentos necessários à implantação do Sistema Senar em cada

²⁵ A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (Faeb) é uma entidade sindical de grau superior, com sede e foro na cidade de Salvador. Faz parte do Sistema Sindical Rural e está integrada à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que congrega todas as federações estaduais e está sediada em Brasília. É constituída por mais de uma centena de sindicatos sediados em diversos municípios e reconhecida por Carta Sindical de 30 de dezembro de 1965, conforme a Lei 4.214, de 02 de março de 1963. O sindicato é, portanto, o órgão de defesa da classe em termos municipais ou regionais, enquanto a CNA é o órgão máximo de representação no âmbito federal e internacional. Sua principal fonte de recursos é a Contribuição Sindical, compulsória, cobrada diretamente através da CNA, como estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), artigos 578 a 591. São seus objetivos, entre outros, organizar os produtores rurais e viabilizar soluções em defesa de seus direitos.

unidade federativa. Assim, em 31 de março e início de abril de 1993, a Bahia e os outros Estados da Federação implantaram em seu território o Senar estadual, cujo objetivo é citado na Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, Art. 1º (BRASIL, 1991).

O Senar de cada Estado atua, pois, nas linhas de frente da Formação Profissional Rural (FPR) e Promoção Social (PS). De acordo com o Senar (2005), são as seguintes as oito Linhas de Ação²⁶ da FPR: Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Aquicultura, Extrativismo, Agroindústria, Atividades de Apoio Agrossilvopastoril e Atividades Relativas à Prestação de Serviços. Já as sete Linhas de Atividades da PS assim foram estruturadas: Alimentação e Nutrição, Apoio às Comunidades Rurais, Artesanato, Cultura, Esporte e Lazer, Organização Comunitária e Saúde.

Assim, de acordo com o Senar (2012):

Suas ações são baseadas em princípios e diretrizes estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), nas políticas do Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional (Cinterfor), formuladas durante reuniões de comissões técnicas, nas políticas dos Ministérios do Trabalho e da Agricultura e nas diretrizes emanadas pela CNA.

O Senar presta serviços aos produtores e trabalhadores rurais mediante cursos e programas baseados nas cadeias produtivas regionais, a fim de contribuir para a promoção de mão de obra qualificada. Segundo o Senar (2012), os programas são elaborados a partir de um plano de ações integradas para apoiar e organizar aglomerados produtivos visando ao acesso dos produtores a sistemas gerenciais de produção, a inovações tecnológicas, ao mercado, com o propósito de fortalecer sua governança para geração de negócios competitivos e sustentáveis.

Na área ambiental o SENAR atua com o Programa de Seminários em Educação Ambiental (Ação Rural) com informações para adequação das propriedades ao Código Florestal e o SENAR com o Programa Despertar que atende crianças e jovens do meio rural. Entre 2009 e 2011, segundo o Sistema Gerencial de Eventos do Senar (SISGE/SENAR), foram realizados 138 seminários do Programa Ação Rural²⁷, que atendeu a 1.613 produtores, e 78 seminários de Educação Ambiental (Despertar), do qual participaram 3.397 professores, dirigentes escolares e pais de alunos (SENAR, 2012).

²⁶ Linha de Ação: conjunto de áreas ocupacionais pertinentes aos subsetores próprios da economia do meio rural.

²⁷ Programa que tem como objetivos: orientar produtores sobre a Legislação Ambiental e Fundiária, visando à recuperação da Reserva Legal, Área de Preservação Permanente (APP) e orientar como proceder para a recuperação, manutenção e conservação de áreas degradadas.

Tabela 2 - Eventos desenvolvidos pelo Senar em Poções na área ambiental

EVENTO	PERÍODO	QUANT. EVENTOS	QUANT. PARTICIPANTES
Preservação Ambiental - Programa Ação Rural	2009	37	419
	2010	73	869
	2011	28	325
Seminário - Despertar	2009	11	505
	2010	33	1369
	2011	34	1523

Fonte: Sisge/Senar (SENAR, 2012).

Além desses programas da área ambiental, o Sistema Faeb/Senar participa de comissões, comitês, conselhos, fóruns etc., voltados à preservação, conservação e educação ambiental, entre os quais: Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (Ciea), Comissão da Produção Orgânica (CPOrg), Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga, Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Conselho Estadual de Recursos Hídricos (Conerh), Conselho Estadual de Meio Ambiente (Cepam), Fórum Baiano de Mudanças Climáticas e Grupo Gestor do Programa da Agricultura de Baixo Carbono.

4.1.2 O Senar em Poções

No município de Poções, o Senar, através do Sindicato dos Produtores Rurais, vem desenvolvendo atividades voltadas à qualificação do homem rural, ao promover cursos nas áreas de horticultura, cafeicultura, ovinocultura, caprinocultura, bovinocultura, apicultura, processamento de alimentos e cultivo da palma. Segundo o Sisge/Senar (SENAR, 2012), são realizados em média dois a três cursos mensais para atender a mais ou menos 45 produtores/mês, além de programas da PS e FPR, que contribuem para o desenvolvimento da região Sudoeste e da Bahia. O município de Poções vem sendo favorecido pelo crescimento da cadeia produtiva da mandioca, cafeicultura, horticultura, além da produção animal com bovinos, ovinos e caprinos.

Segundo dados da Secretaria Estadual de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI, 2012) o município de Poções, no que se refere a dados da pecuária em 2010, destaca-se na bovinocultura de corte e de leite.

Tabela 3 - Efetivos da pecuária — 2009/2010 — Poções

PECUÁRIA	Nº de cabeças
Bovinos	28.196
Rebanho de aves	9.250
Caprino	3.500
Ovino	2.320
Ovino/caprino	5.820
Vacas ordenhadas	12.600

Fontes: IBGE. Produção Agrícola Municipal - PAM (2009, 2010).
SEAGRI. Efetivos por Território de Identidade (2009/2010).

Na agricultura destacam-se algumas culturas como a banana e a mandioca, cuja produção é de 7.000 e 7200 toneladas/ano, respectivamente. Na Tabela 4 são representadas algumas das principais produções agrícolas do município de Poções de acordo com os dados da Seagri (2012).

Tabela 4 - Produção agrícola por cultura — Poções

CULTURA	PRODUÇÃO (ton)
Café	648
Mandioca	7.200
Tomate	3.500
Banana	7.000

Fontes: IBGE. Produção Agrícola Municipal - PAM (2009, 2010).
SEAGRI. Efetivos por Território de Identidade (2012).

Segundo dados da SEI (2010), referentes às Contas Regionais do Brasil — Composição Percentual do PIB dos Estados da Região Nordeste e Relação Nordeste/Brasil, nos anos de 2005, 2006 e 2007, as taxas da Bahia são significativamente as mais altas, de 32,4, 31,0 e 31,5, respectivamente, o que se deve ao crescimento expressivo da agropecuária. De acordo com o Senar (2011), a agricultura foi o principal responsável pelo aumento do PIB baiano, no decênio 2001-2010. Sobre isso, o presidente do Senar-BA, João Martins da Silva Júnior, afirma:

Este fato deu-se em quase todas as regiões e segmentos produtivos, o que é bastante significativo, pois nosso Estado tem a maior população rural do país: são mais de 4,5 milhões de pessoas vivendo no campo. Esses números resultam de muito trabalho e dedicação dos produtores rurais, que adotaram tecnologia e boas práticas de produção, aumentaram a produtividade e geraram empregos nas diversas regiões do Estado. (SENAR, 2011).

Atualmente, a agropecuária baiana vem se destacando no cenário nacional com novas tecnologias de produção, técnicas de irrigação e cultivo que visam à sustentabilidade dos recursos naturais. Trata-se de produção de alimentos com conservação dos solos para evitar

sua infertilidade, redução de água, proteção da biodiversidade e cumprimento do Código Florestal. Estas práticas têm sido denominadas de Agricultura Sustentável (AS)²⁸.

À luz desses dados, é, pois, crucial que práticas de produção sustentável possam ser inseridas no meio rural dos municípios baianos como novas possibilidades de produção, sem causar tanto impacto ambiental, de consumo sustentável dos recursos hídricos e de implantação de novas tecnologias que promovam crescimento e desenvolvimento econômico e social para a população dos municípios. É preciso implantar-se o que (Sachs, 2002) denomina de ecodesenvolvimento.²⁹ De acordo com esse autor, trata-se de um imperativo social que se desdobra num imperativo ecológico para empreender o novo desenvolvimento rural. É necessário mostrar que esse desenvolvimento é possível.

4.2 O PROGRAMA DESPERTAR

O Programa Despertar faz parte da área de Promoção Social do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural Administração Regional da Bahia (Senar/AR-BA), que tem como objetivo atender ao homem do campo através de cursos de Formação Profissional Rural (FPR) que permitem sua qualificação, aperfeiçoamento, atualização e especialização focada na cadeia produtiva local.

Segundo o Senar (2012), na área de Promoção Social (PS) são realizados cursos, seminários, encontros e programas de saúde, educação, educação ambiental e artesanato que visam promover socialmente produtores, trabalhadores rurais e suas famílias, desenvolvendo atividades que proporcionam conhecimentos, troca de experiências e reflexão crítica.

No contexto da Promoção Social o Senar-BA, motivado pelos Programas de Educação Ambiental de outras administrações regionais, cria em 2005 o Programa Despertar, de educação ambiental, para crianças, adolescentes e jovens do meio rural com o objetivo de implantar ações nas escolas com foco nos temas transversais³⁰ (MEC, 1997), tendo como

²⁸A agricultura sustentável (AS) é uma noção nova, freqüentemente associada, no debate social atual, à de desenvolvimento (rural) sustentável, tendo uma incidência em espaços geográficos e sociais mais ou menos restritos, apesar da difusão desta noção (ASSAD; ALMEIDA, 2012).

²⁹ Sachs (1986) formula na década de 1970 os princípios do ecodesenvolvimento, definido como o “desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente”. O autor destaca as cinco dimensões da sustentabilidade: social, econômica, espacial, ecológica e cultural.

³⁰ Segundo o Ministério da Educação (MEC, 2012), “Temas transversais são temas que devem ser trabalhados, de forma transversal, nas áreas e/ou disciplinas já existentes”. Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural são exemplos de temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 2001), criados a partir do Plano Nacional de Educação (PNE), sugeridos para a organização dos conteúdos da educação formal.

ênfase a Educação Ambiental. A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, assim apoia a ênfase na Educação Ambiental:

Art. 1º. Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e a sua sustentabilidade.

Art. 2º. A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. (BRASIL, 1999).

O Programa Despertar nasceu do modelo do Programa de Educação Ambiental do Senar-PR, que, com base nos PCNs e na Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea, Lei 9.795/99) implantou em 1995 o Programa Agrinho, para alunos do meio rural, com o objetivo de contribuir para a mudança de hábitos, comportamentos e atitudes com relação às questões ambientais, saúde, ética e cidadania. Segundo o Senar/PR (2012), na ocasião priorizou-se a temática ambiental em decorrência da necessidade de responder a um problema específico de extrema gravidade no meio rural: a contaminação da população por agrotóxicos. Esse problemática já havia sido sinalizada pela bióloga e ecologista americana Rachel Carson, em seu livro *Primavera silenciosa* (1962).

O Programa, no Paraná, atende atualmente a alunos de escolas públicas e privadas, através de temas relacionados a seu cotidiano, a partir da série de materiais didáticos “Saber Agir e Pensar”, e com o uso da Pedagogia da Pesquisa. De acordo com Torres (2007), a metodologia escolhida pretende romper com propostas pedagógicas tradicionais e redirecionar o foco para a interdisciplinaridade.

Após dez anos de experiência do Programa no Paraná, o Senar-BA, motivado pelas discussões ambientais da década — (Rio-92, PRONEA [1994], a LDB — Lei 9.394/96, PCNs [1997], Lei nº 9.795/99, ProNEA e Pnea (BRASIL, 1999)) -, implanta, em 2005, o Programa Despertar, cuja concepção é a do Programa Agrinho, porém adaptado às questões locais e tendo como prioridade as escolas do campo. Para a escolha da implantação apenas nas escolas do campo, o Senar-BA considerou a sua missão, que é oferecer FPR e PS às pessoas do meio rural.

O Programa desenvolve um trabalho educacional transformador, à luz dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), com o foco no tema transversal Meio Ambiente e o envolvimento da comunidade rural com práticas de colaboração e participação das famílias, para levar informação aos pais, através das crianças, e assim criar uma ampla rede de difusão

de conhecimentos relativos à Educação Ambiental. Trata-se de promover uma educação voltada para a formação de uma consciência ecológica a fim de possibilitar mudanças comportamentais relacionadas à saúde, à cidadania, à ética e ao trabalho e consumo.

Segundo a filosofia dos PCNs (2001, p.53), o trabalho com o tema Meio Ambiente deve contribuir para que o aluno possa:

- a) Conhecer e compreender, de modo integrado e sistêmico, as noções básicas relacionadas ao meio ambiente;
- b) Adotar posturas na escola, em casa e em sua comunidade que os levem a interações construtivas, justas e ambientalmente sustentáveis;
- c) Identificar-se como parte integrante da natureza, percebendo os processos pessoais como elementos fundamentais para uma atuação criativa, responsável e respeitosa em relação ao meio ambiente.

Em 2005, o Programa Despertar foi implantado em 25 escolas dos municípios do Projeto Piloto: Camacan, Ipiaú, Itagibá, Itapetinga e Miguel Calmon. Esses municípios aderiram ao Programa e compartilharam ideias para a sua organização na Bahia. Na etapa de implantação, prefeitos, secretários de Educação e coordenadores foram ao Ceará para conhecer, no âmbito do Senar naquele Estado nordestino, a experiência de execução do Programa Agrinho.

No primeiro ano de execução, o Programa teve como tema principal Meio Ambiente e os educadores participaram de um encontro com 32 horas de palestras e oficinas sobre os subtemas água, biodiversidade, clima e solo, resíduos sólidos, e conheceram a metodologia adotada pela Bahia, a pedagogia por projeto. Sobre a formação do educador ambiental, sublinha Medina (2001, p.13):

De que sejam a introdução da dimensão ambiental no sistema educativo exige um novo modelo de professor: a formação é a chave da mudança que se propõe, tanto pelos novos papéis que os professores terão que desempenhar no seu trabalho, como pela necessidade agentes transformadores da sua própria prática.

A formação dos educadores ambientais, além de um curso de especialização, requer a sua participação na elaboração da metodologia do Programa, a pedagogia por projeto, para que possam construir projetos participativos que envolvam alunos e comunidade. Como assinalam Gonçalves e Santana (2009a), trabalhar com projetos didáticos significa estruturar as atividades de aprendizagem, traçando objetivos que busquem a formação de um cidadão crítico e participativo, decidido a assumir suas responsabilidades socioambientais e éticas. Bomtempo (1997a) observa que a pedagogia por projeto se constituiu como uma proposta de intervenção construtiva, capaz de promover aprendizagens significativas a partir da resolução de problemas.

Figura 14 - Curso de Capacitação oferecido pelo Programa Despertar em Ipiaú, BA, julho 2005



Fonte: Senar-BA (2005).

Figura 15 - Professores do Campo de Camacan, BA, participam de curso de Formação em Educação Ambiental do Programa Despertar, julho 2005



Fonte: Senar-BA (2005).

Após o curso de formação de professores, o Programa foi lançado oficialmente para alunos e comunidade rural nos cinco municípios iniciais previstos. Alunos e professores

recebem material didático elaborado por educadores ambientais e com metodologia apropriada a cada série. São oferecidos a alunos e professores materiais didáticos de suporte para a aplicação dos Projetos em Educação Ambiental com foco no contexto local.

Além de trabalhar com os temas transversais o material propõe uma pedagogia diferenciada baseada nos princípios que a Unesco (2012)³¹ propõe, como educação para o novo milênio, os quatro pilares: Aprender a Conhecer, Aprender a Conviver, Aprender a Fazer e Aprender a Ser.

Os professores recebem cinco manuais nos temas da formação com intervenções didáticas que promovem atividades contextualizadas e propostas de implantação das ações de Educação Ambiental nas escolas do campo. Como esclarece Sato (2002, p.28), os livros didáticos indicados não retratam a realidade de distintas comunidades locais dos alunos porque seu conteúdo é voltado para o Sudeste do país. Observa essa autora que, por ser a EA uma abordagem nova, é ainda carente de publicações.

Figura 16 - Alunos recebem material didático do Programa Despertar



Fonte: Senar-BA (2012).

³¹ Em 1990, em Jomtien, na Tailândia, durante a Conferência Mundial de Educação para Todos, promovida pela Unesco, foram definidos os quatro pilares para a educação, os quais deveriam servir de meta para o desenvolvimento educacional em todos os países signatários de seus documentos.

As propostas apresentadas pelo Programa Despertar acompanham as ações assim preconizadas na Lei nº 9.795-1999:

Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

I - capacitação de recursos humanos; II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações; III - produção e divulgação de material educativo; IV - acompanhamento e avaliação. (BRASIL, 1999).

Durante os anos de 2005 a 2012, houve municípios que aderiram ao Programa Despertar e outros que desistiram, principalmente após um processo de avaliação sobre a participação, atuação pedagógica, aplicação do Plano de Ação e responsabilidade no cumprimento das cláusulas contratuais constantes do convênio de cooperação entre o Senar-BA e as prefeituras, firmado em 2009. Segundo o Senar (2011), o processo de avaliação implantado teve por objetivo organizar e sistematizar o acompanhamento do Programa para verificar se as ações propostas estavam sendo executadas pelos municípios.

Ainda de acordo com o Senar (2011), a partir de 2009 o Programa mudou a sua formatação inicial e passou a ter acompanhamento sistemático nos municípios que, além do coordenador municipal³², dispõem de coordenadores de Núcleo³³. A Tabela 5 mostra o processo de crescimento ou redução do público atendido pelo Programa nos anos de 2005 a 2012.

Tabela 5 - Público atendido pelo Programa Despertar

ANO	Nº DE MUNICÍPIOS	Nº DE ESCOLAS	Nº DE ALUNOS	Nº DE PROFESSORES
2005	05	25	1.700	241
2006	18	481	23.953	1.168
2007	38	791	45.928	2.617
2008	40	930	55.148	3.097
2009	61	1.100	70.000	4.350
2010	58	1.073	66.934	4.194
2011	47	867	49.326	3.641
2012	47	867	49.923	3.692

Fonte: Senar (2011).

Conforme o Senar (2011), com as modificações de 2009 e o início de novas gestões municipais após o pleito eleitoral de 2008, o Programa foi ampliado para mais 21 municípios e assumiu uma nova formatação. A entrada de municípios no Programa ocorre de forma natural, através de adesões espontâneas na medida em que passam a conhecer a sua

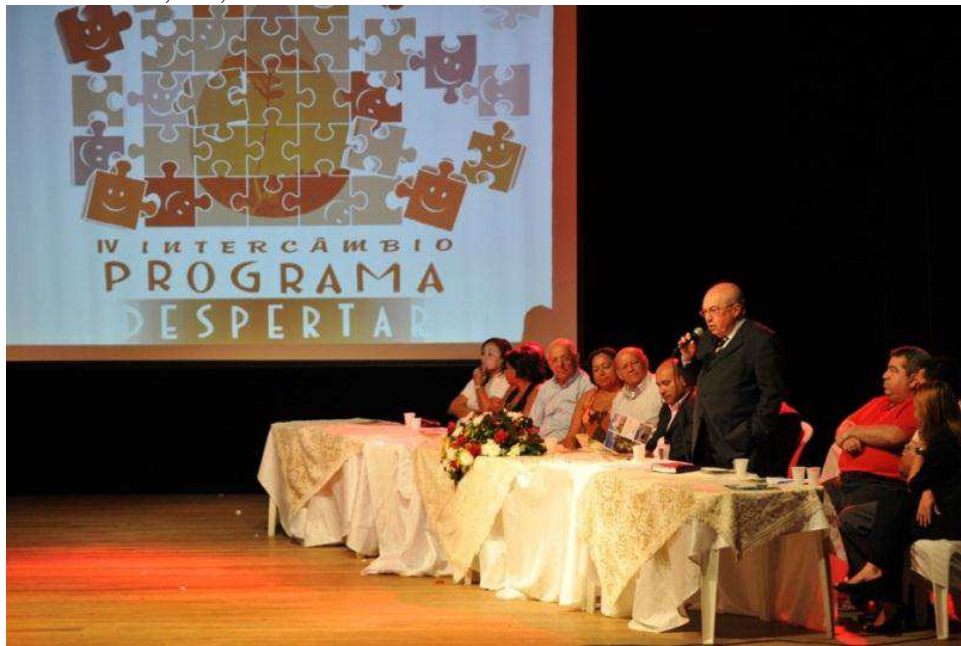
³² Coordenador Municipal — funcionário lotado na Secretaria de Educação que acompanha as ações do Programa no município.

³³ Coordenadores de Núcleo — acompanham as ações do Programa em um grupo de municípios (SENAR, 2011).

metodologia e solicitar a inserção; a saída deve-se ao fato de, muitas vezes, o município já estar participando de outros programas de educação formal e não formal, como o Escola Ativa³⁴, o Baú de Leitura³⁵, entre outros, e não conseguir conciliá-los ou articular um planejamento contextualizado e transversal com suas ações. Outro motivo para a saída dos municípios são as avaliações aplicadas pelo Senar e o não cumprimento das cláusulas contratuais do convênio de parceria do órgão com as prefeituras.

A partir de 2009, o Programa passa a realizar formação continuada de educadores a partir da implantação do Grupo de Estudo Despertar (GED)³⁶. São feitas capacitações sistemáticas com palestras, seminários, grupos de estudo nos temas relacionados ao meio ambiente e ao meio rural, além da formação na metodologia do Programa: Pedagogia por Projeto em Educação Ambiental. É implantado nesse mesmo ano o Intercâmbio de Experiências Pedagógicas e Dia de Campo³⁷ para educadores.

Figura 17 - Prof. Edivaldo Boaventura profere palestra de abertura do IV Intercâmbio em Santo Amaro, BA, 2011



Fonte: Senar-BA (2011).

³⁴ O Escola Ativa é um programa do governo federal, desenvolvido em parceria com as secretarias estaduais e municipais de Educação. Constitui-se em um dos instrumentos de construção do sistema público estadual de Educação no Campo (BAHIA, 2010a).

³⁵ Baú de Leitura - Programa do Movimento de Organização Comunitária (MOC) que incentiva a leitura dos alunos (UNICEF, 2012).

³⁶ Grupo de Estudo Despertar (GED) foi criado para fortalecer as discussões de EA nos municípios.

³⁷ O Intercâmbio de Experiências Pedagógicas e Dia de Campo foram atividades implantadas em 2009 com o objetivo de integrar os municípios que participam do Programa, além de trocar experiências exitosas do Despertar. O 1º Intercâmbio aconteceu em São Sebastião do Passé, na microrregião de Catu, em 2010, em dois municípios do Semiárido, Valente e Jequié; em 2011, em Santo Amaro, no Recôncavo baiano, e em Mucugê, na Chapada Diamantina; em 2012, em Canavieiras, Sul do Estado.

A sistemática do Programa acompanha as ações preconizadas nos objetivos do ProNEA (BRASIL, 2003):

Fomentar processos de formação continuada em educação ambiental, formal e não-formal, dando condições para a atuação nos diversos setores da sociedade. Estimular as empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas a desenvolverem programas destinados à capacitação de trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o meio ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente. Difundir a legislação ambiental, por intermédio de programas, projetos e ações de educação ambiental. Promover e apoiar a produção e a disseminação de materiais didático-pedagógicos e instrucionais.

Figura 18 - Biólogo Rafael Freitas ministra curso de Formação de Professores — Oficina de Solo, em Mucugê, BA



Fonte: Senar-BA (2011).

Os coordenadores que acompanham o Programa Despertar recebem formação continuada em Educação Ambiental, no total 72 horas anuais. Entre os anos de 2009 e 2011 foram expedidos pelo Sisge/Senar (2012) 9.660 certificados do curso de Formação em Educação Ambiental para professores do campo. Desses, 3.250 receberam certificado com carga horária de 80 horas. Os demais – 6.410 – certificados foram expedidos com carga horária de 16 a 24 horas. No município de Poções, entre os anos de 2009 a 2011 foram emitidos 247 certificados aos professores do campo, com carga horária de 24 a 80 horas.

Os conhecimentos adquiridos pelos coordenadores são repassados em encontros de planejamento e GED para os professores que desenvolvem em classe atividades de EA.

As experiências do Programa são socializadas através de informativos impressos e digitais, blogs, jornais locais, redes sociais, sites, e-mails, programas de rádios comunitárias, entre outras mídias.

O Despertar promove, em parceria com as prefeituras, concursos de frases, desenhos e redações para alunos e de experiências pedagógicas para professores. Para o Senar (2009), o concurso não é um fim em si, mas uma alternativa para motivar alunos e professores a realizar práticas de EA a partir dos projetos que discutam uma problemática ambiental local ou uma potencialidade ambiental da região.

Figura 19 - Atividade de Planejamento em Educação Ambiental, em Itapebi, BA (2011)



Fonte: Senar-BA (2011).

Figura 20 - Dia de Campo com alunos e professores em Nova Redenção, BA, 2011



Fonte: Senar-B A (2011).

Figura 21 - Passeata para prevenção do *Aedes aegypti*, mosquito transmissor do vírus da dengue, em Mascote, BA, 2011



Fonte: Senar-BA (2011).

Através dessas atividades e da rede de informações, o Despertar promove a Educação Ambiental nas escolas do campo, observando as orientações dos documentos oficiais: PCNs, PNEA e ProNEA, além da Política de Educação Ambiental da Bahia, com o objetivo de executar as propostas pedagógicas centradas na mudança de comportamentos, no desenvolvimento de habilidades e competências e na participação de alunos e professores para estabelecer uma relação de harmonia com o local em que vivem, o que inclui a consciência da necessidade de melhoria de sua qualidade de vida. Como ressalta Jacobi (2003), o principal eixo da EA é o respeito às diferenças, através de formas democráticas de convivência, participação social e atuação, a fim de promover a mudança de valores individuais e coletivos, com práticas, entre outras, de consumo sustentável, coleta seletiva do lixo e não desperdício de água.

4.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PROGRAMA DESPERTAR EM POÇÕES

O objetivo deste tópico é referir e comentar as ações de EA desenvolvidas nas escolas do campo³⁸ de Poções, antes e depois de 2007, quando lá foram adotados o Programa de Educação Ambiental e o Programa Despertar. As referências e comentários a seguir basearam-se no exame de documentos do arquivo da Secretaria Municipal de Educação, como fotos, relatórios, planejamento das atividades do campo, entre outros, e também nas informações prestadas pela ex-secretária de Educação, Ligia Maria Macêdo Matos (2005-2008), e a ex-coordenadora da Educação do Campo, Silvia Barbosa de Azevedo (2007-2009).

Ligia Matos afirma que na Educação do Campo não havia nenhuma organização curricular das atividades de Educação Ambiental, as quais só eram realizadas com ênfase em datas comemorativas — Dia Mundial da Água (22 de março), Semana Nacional do Meio Ambiente (03 a 09 de junho) e Dia da Árvore (22 de setembro) —, apesar da necessidade de sistematizá-las, como recomendam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) no documento Meio Ambiente e Saúde, o que requer a prática de EA de forma transversal no currículo escolar com a realização de atividades integradas de todas as disciplinas.

Os conteúdos de Meio Ambiente serão integrados ao currículo através da transversalidade, pois serão tratados nas diversas áreas do conhecimento, de modo a impregnar toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, criar uma visão global e abrangente da questão ambiental. (BRASIL, 1997).

³⁸ O termo “campo” nasce e é adotado após o I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (I Enerà), realizado em 1997, na Universidade de Brasília, com a participação de representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Unesco, Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em 1998 aconteceu a I Conferência Nacional de Educação do Campo e, em decorrência, criou-se o “movimento por uma Educação Básica do Campo”. A LDB/96 já se refere à Educação do Campo, o que fortalece o conjunto das organizações de trabalhadores rurais, no âmbito da luta por políticas públicas, do que resultou a aprovação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (Parecer no 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação).

Figura 22 - Cartaz em Escola do Campo de Poções, 2007



Fonte: Silvia Barbosa Azevedo (2007).

A ex-secretária de Educação explica que cada professor fazia seu planejamento sem um projeto oficial da secretaria; que eram usados temas geradores para aplicação das ações de EA nas escolas. Ressalta que, apesar de seguir as orientações dos PCNs nas escolas do campo, não existia um projeto específico em EA que atendesse a todas as unidades. Porém, as atividades realizadas contemplavam os temas transversais dos PCNs, principalmente o tema Saúde, que tinha o apoio da Secretaria de Saúde na realização de ações de preventivas e de combate a doenças.

A coordenadora Silvia Barbosa de Azevedo, que atuou no Programa entre os anos de 2007 e 2009, diz que, mesmo antes da implantação do Despertar, as escolas da sede e da zona rural já inseriam em seus projetos didáticos atividades relacionadas ao meio ambiente. Acrescenta que as ações de EA realizadas nas Escolas do Campo seguem os princípios propostos pelo Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e a Lei 9.975/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil; que na zona urbana de Poções

já existia um trabalho mais específico desenvolvido pela Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida)³⁹, do MEC.

A Com-Vida, organizada no âmbito da escola, baseia-se na participação de estudantes, professores, funcionários, diretores e comunidade, onde se escolhe um delegado(a) e seu suplente da Conferência de Meio Ambiente. Seu principal objetivo é contribuir para um cotidiano participativo, saudável e animado nas escolas, além de estimular seu intercâmbio com comunidades em cujo espaço se situa.

Figura 23 - Atividade escolar sobre prevenção da doença de Chagas, Poções, BA, 2007



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Poções (2007).

³⁹ A Com-Vida se estrutura e funciona com uma parceria do MEC e do MMA, com as secretarias estaduais e municipais de Educação e Meio Ambiente, universidades, ONGs e Ibama. Já os Conselhos Jovens, órgão auxiliar em todos os Estados, orientam os(as) delegados(as) e suplentes da Conferência de Meio Ambiente nas escolas para criar a Com-Vida, seguindo o princípio “Jovem educa jovem”. Em cada escola podem ser feitas outras parcerias, além de consolidar as já existentes.

Figura 24 - Mutirão da Cidadania — zona rural de Poções, 2007



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Poções (2007).

Silvia Azevedo afirma desconhecer a implantação de ações de Educação Ambiental formal ou não formal nas comunidades rurais antes de 2007.

Segundo as entrevistadas, em 2007, através de uma parceria entre o Sindicato dos Produtores Rurais, a prefeitura de Poções e o Senar-BA, foi implantado, nas Escolas do Campo de Poções, o Programa Despertar. Em 2007, 27 escolas, 90 professores e 1.444 alunos participaram do Programa. Aos professores foi oferecido um curso de formação em Educação Ambiental para aplicação do Programa nas escolas. Entre os anos de 2007 e 2008, as ações de Educação Ambiental no município seguiam as orientações do Senar-BA. Todos os educadores do campo foram capacitados em Educação Ambiental e utilizavam os materiais didáticos em classe, além de aplicar intervenções nos projetos pedagógicos. De acordo com Ligia Matos (2012, informação verbal)⁴⁰, “a necessidade, cada vez mais recorrente, nos levou a adotar o Programa Despertar, pois tínhamos o intuito de conscientizar o nosso aluno do campo sobre a importância de se preservar o ambiente rural. A aceitação do Programa foi bastante expressiva, visto que, além de ser novidade, a metodologia adotada era muito interessante”.

⁴⁰ Entrevista concedida pela ex-secretária de Educação, Ligia Maria Macêdo Matos (2005-2008), à autora deste estudo.

Figura 25 - Capacitação de Educadores do Campo, em Poções, 2007



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Poções (2007).

A ex-secretária de Educação relata que se iniciou um processo de elaboração de Projetos em Educação Ambiental, a partir da problemática local e com a participação dos alunos, o que também compreendeu a elaboração de Plano de Ação e outros instrumentos pedagógicos. “*O Programa usava uma metodologia contextualizada com a realidade local e incentivava professores e alunos para a realização de atividades em EA*”, diz Ligia Matos Eis o que sobre isso observa Medina (2001, p. 13):

A introdução da dimensão ambiental no sistema educativo exige um novo modelo de professor: a formação é a chave da mudança que se propõe, tanto pelos novos papéis que os professores terão que desempenhar no seu trabalho, como pela necessidade de que sejam os agentes transformadores da sua própria prática.

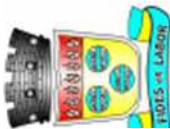
Assim, considerando a importância que a Educação Ambiental tem para a formação de sujeitos capazes de mudar seus hábitos de consumo e de convivência com a natureza, a partir de uma ação efetiva e capaz de transformar a sociedade em que vivem, o Programa Despertar, do Senar-BA, foi implantado no município de Poções. Entre os anos de 2007 e 2008 muitas ações foram realizadas e acompanhadas pela coordenação municipal. O Plano de Ação⁴¹ para execução do Programa foi elaborado e cumprido pelos professores com o apoio da

⁴¹ O Plano de Ação é um documento que, segundo o Programa Despertar/Senar-BA, deve ser construído com gestores escolares e professores e, se possível, com a participação dos alunos. Trata-se de um termo de referência para o acompanhamento das ações que foram implantadas no município.

Coordenação Municipal. Abaixo, a Figura 26 referente ao Plano de Ação executado em Poções, em 2007.

Silvia Azevedo (2012, informação verbal)⁴² ressalta que, “*por meio da Educação Ambiental, o ser humano é capaz de viver em harmonia com o meio ambiente, promovendo assim a sua sustentabilidade e a melhoria social*”.

⁴² Entrevista concedida pela ex-coordenadora da Educação do Campo, Silvia Barbosa de Azevedo (2007-2009), à autora deste estudo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES-BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC
DIRETORIA E ASSESSORIA PEDAGÓGICA**

**PLANO DE ACOMPANHAMENTO E AÇÕES
PROGRAMA DESPERTAR
COORDENADORA: SILVIA BARBOSA DE AZEVEDO**

Figura 26 - Plano de Ação do Programa Despertar em Poções

AÇÃO	OBJETIVO	PROCEDIMENTO	EXECUÇÃO	CRONOGRAMA	RESULTADO
Encaminhamento do projeto elaborado pelos professores.	Realizar atividades que possibilitem o desenvolvimento das metas traçadas no projeto elaborado.	Desenvolver atividades por meio de planejamento quinzenal, entre professores e coordenação.	Coordenação, professores, alunos e comunidade.	Maior a novembro de 2007.	Avaliações, relatórios e relato de experiências.
Evento para mobilização da comunidade (nutrição da cidadania).	Mobilizar alunos, professores e comunidade no intuito da preservação e sustentabilidade do meio ambiente.	Realizar evento envolvendo: comunidade, órgãos públicos, autoridades, alunos e professores.	Secretaria de Educação, Ação Social, Sec. de Agricultura, Coordenadora do Projeto e outros.	03 de junho de 2007.	Relatórios, relatos de experiências, registro por meio de fotografias.
Semana do Meio Ambiente	Desenvolver situações e atividades relacionadas à importância e estudo do meio ambiente.	Construir um mini-projeto com atividades que possibilitem o trabalho durante a semana em questão.	Coordenadora, professores, alunos e comunidade.	Junho de 04 a 15 de 2007.	Relatórios, relatos de experiências e empreendimento final.
Apresentação de atividades desenvolvidas pelo Projeto.	Apresentar à comunidade urbana as atividades e metodologias realizadas na zona rural por meio do Projeto Despertar.	Organizar e apresentar estander no espaço cultural da 4ª Exposição Agropecuária em Poções.	Secretaria de Educação, Coordenadora do Projeto Despertar, Presidente do Sindicato Patronal, Professores e Alunos.	Outubro	Relatórios, relatos de experiências, registro por meio de fotos e filmagem.
Empreendimento do Projeto Despertar 2007.	Proporcionar as Unidades Escolares envolvidas um momento de demonstrarem os resultados obtidos por meio do Projeto.	Apresentar as ações e resultados durante o trabalho realizado por meio do Projeto Despertar.	Professores, alunos, comunidade e coordenação.	Novembro	Relatórios, relatos de experiências, registro por meio de fotografias e filmagens.

Fonte: Programa Despertar (2007).

Ainda segundo a ex-coordenadora, a implantação do Despertar foi muito importante para o município, tanto no que se refere à mobilização para a formação de 100% dos professores e à realização dos encontros de planejamento das atividades em EA quanto na colaboração da prefeitura, que apoiava as visitas do Programa e os eventos propostos. No Plano de Ação (Figura 26) constam as ações de sistematização e organização dos Projetos em EA e as primeiras atividades do Programa no município, que, naquele período, ainda não enfatizava o trabalho de formação dos professores nem a participação da comunidade.

O Despertar gerou mudanças nas ações de educadores e coordenadores, fortaleceu o diálogo sobre a *Agenda 21* nas escolas do campo, já que essa atividade de classe havia sido implantada, pela Com-Vida, desde 2005, na zona urbana e melhorou a conscientização por parte de alunos e professores sobre a sustentabilidade do meio ambiente. Durante os anos de 2007 e 2008 muitas mudas de árvores foram plantadas pelos alunos e hortas escolares foram construídas. Silvia Azevedo enfatiza que o trabalho sobre as questões ambientais foi de “suma importância para se implementar uma política educacional voltada às questões do campo, haja vista que os alunos e a comunidade, de forma participativa, trabalharam juntos com os educadores e a coordenação uma proposta educativa ambiental para essas escolas. Os professores e alunos ficaram motivados e participaram ativamente do Concurso do Programa, cujo tema, nos dois anos, foi: *Meio Ambiente, eu faço parte*. Quanto à mudança de suas próprias atitudes, conta: “*Passei a fazer a coleta seletiva do lixo em minha residência, a economizar água, plantei árvores, ou seja, posso afirmar que passei a preservar valores antes por mim despercebidos*”. Silvia Azevedo (2012, informação verbal)⁴³.

Quanto à mudança de suas próprias atitudes, conta: “*Passei a fazer a coleta seletiva do lixo em minha residência, a economizar água, plantei árvores, ou seja, posso afirmar que passei a preservar valores antes por mim despercebidos*”. Silvia Azevedo (2012, informação verbal).

A ex-secretária Ligia Matos (2012 informação verbal) ressalta: “*Como posso testemunhar, os alunos, hoje, querem estar à frente de seu tempo. A mudança que observei na postura deles, nas relações com o meio ambiente, fez deste Programa um marco de transformação social*”.

⁴³ Entrevista concedida pela ex-coordenadora da Educação do Campo, Silvia Barbosa de Azevedo (2007-2009), à autora deste estudo.

4.4 NOVA GESTÃO E NOVAS AÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE POÇÕES

Neste tópico dissertaremos a respeito das ações de Educação Ambiental nas escolas do campo do município de Poções. Para isso, foram analisados os portfólios de atividades dos anos 2009 a 2011 da Coordenação do Campo, bem como documentos disponíveis e registros fotográficos da Secretaria de Educação, além de materiais cedidos pelo Senar-BA e entrevistas realizadas com gestores municipais e coordenador do Campo.

Em 2009, Luciano Araújo Mascarenhas sucedeu Almino Alves Viana na prefeitura de Poções e escolheu Lucineide Santos Dias como titular da Secretaria Municipal de Educação, que manteve a parceria com o Programa Despertar e designou o biólogo e técnico agrícola Rafael Freitas para coordenar a Educação do Campo. Seis meses depois, Lucineide Dias foi substituída, na pasta da Educação, por Vera Lúcia Soares Mascarenhas de Oliveira. Segundo a ex-secretária, a permanência do Programa Despertar em todas as escolas da zona rural deveu-se ao fato de ser uma proposta exclusiva para a Educação do Campo com o uso dos temas transversais e por ter objetivos que visam mudar hábitos e atitudes relacionados à problemática ambiental.

Em março de 2009, o novo coordenador do Campo e os professores participaram de um curso de formação em Educação Ambiental, ministrado pelo Senar-BA. Freitas começou então a implantar as novas modificações do Programa e iniciou o processo de formação continuada dos docentes do campo.

No referido curso, os docentes realizaram uma atividade diagnóstica para avaliar seus próprios conhecimentos prévios em relação à metodologia da Pedagogia por Projeto e ao uso dos temas transversais em classe, à luz do que propõem Leite e Medina (2011, p.23). Percebem então que as questões referentes aos temas transversais precisam ser trabalhadas de forma contínua, sistemática e integrada, e não como área ou disciplina. Essa percepção fortalece o uso da pedagogia por projeto, que funciona como um norteador para as ações a serem implantadas no cotidiano da escola. Para Leite e Medina (2011, p.51), “é por meio do Projeto Educativo que a escola reconstruirá sua identidade. E certamente um dos componentes de sua identidade se estrutura no modo como a escola se relaciona com a comunidade em que está inserida”.

Nota-se, na atividade diagnóstica realizada em 2009, pelos docentes, que eles têm conhecimentos de Educação Ambiental. Quando relacionam os temas para a elaboração do

projeto e o que os justifica para apresentá-los à direção das escolas, percebe-se souberam focalizar as questões ambientais locais, porém de caráter mais preservacionista e conservacionista. Questões essas que podem ser caracterizadas como ecológico-preservacionistas, de acordo com Medina (2001, p. 58), pois são relacionadas à concepção de EA que objetiva a formação e o desenvolvimento individual de atitudes e comportamentos em relação à natureza. Neste sentido, o horizonte que se pretende alcançar é o da transformação da relação homem/natureza para a solução dos problemas ambientais.

No que concerne aos temas transversais, percebe-se que os professores do campo se identificam com a filosofia dos PCNs e reconhecem como crucial a necessidade de se implantar de uma proposta pedagógica inovadora, capaz de mobilizar alunos e professores na busca de soluções para os problemas apresentados. A esse respeito, assinalam Medina e Leite (2011, p.57):

O currículo escolar deve oportunizar variadas experiências educativas, que permitam, ao mesmo tempo, o desenvolvimento social e cognitivo das crianças, a incorporação ativa da cultura do grupo e do conhecimento acumulado historicamente pela humanidade.

Quanto à formação em EA, esses professores reiteram a importância de sua continuidade, segundo Penteado (2003, p.52), pois compreendem as questões ambientais para além das dimensões biológicas, isto é, como questões sociopolíticas. Para essa autora, a formação do educador ambiental vai além da aquisição de conhecimentos e informações, visto que requer vivência ambiental, o que, dito de outro modo, significa: “Aprende-se a participar, participando”.

Quadro 1 - Diagnóstico realizado com os professores do campo de Poções

<p>No decorrer do ano letivo, no ensino fundamental, as professoras da Escola “X” precisam elaborar projetos de Educação Ambiental. Quais temas poderiam compor esses projetos?</p>	<p>Que argumentos você apresentaria à Escola para justificar os temas escolhidos?</p>	<p>O que você sabe sobre o uso dos temas transversais em sala de aula?</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Os tipos de lixo e a reciclagem; - Vegetação; - Conservação do solo; - Destruição da natureza; - Poluição do ar e dos rios; - O desmatamento e as queimadas; - Os animais em extinção; - A importância da água; - Conservação do Meio Ambiente; 	<ul style="list-style-type: none"> - Conscientização para que serve a natureza ao nosso redor; - a colaboração de todos, devemos e podemos preservar o Meio Ambiente para o nosso próprio bem; - A escola deve demonstrar a importância do tema escolhido; - Cuidando do Meio Ambiente estaremos cuidando de nós mesmos; - Uma escola limpa e bem cuidada será sempre bem vista pela comunidade; - Com a degradação dos rios todo o meio ambiente é prejudicado, os animais, os vegetais e o ser humano também; - A sociedade precisa acordar para a realidade do meio ambiente ao nosso redor; 	<ul style="list-style-type: none"> - São importantes e necessários, porém falta capacitação dos docentes em relação aos PCN's para utilizados com eficiência; - Envolve todas as matérias com um assunto escolhido no projeto; - Ajuda a planejar em cima dos temas didáticos, criando uma visão global do conteúdo abordado; - Servem para humanizar as aulas, pois levam em consideração as vivências dos alunos, expressando conceitos e valores para a sociedade; - Uma oportunidade para abordar temas difíceis em sala de aula; - Expressam ideias do conhecimento de forma geral, diante do conteúdo abordado em sala de aula; - Direcionar as ideias para a produção de projetos; - Serve como reflexão dos contextos a serem trabalhados; - Um processo para facilitar o conhecimento interligado de assuntos, visando o aprendizado do aluno;

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Poções (2012).

A partir do referido diagnóstico, foi elaborado, com a participação da Coordenação do Campo e dos professores, um Plano de Ação⁴⁴ que contemplasse as ações de EA nas escolas, o que inclui os princípios da *Agenda 21* escolar, a organização e sistematização das atividades de classe, a integração das secretarias de Agricultura e Saúde, a promoção de palestras para as

⁴⁴ O Plano de Ação (PA) é construído no início do ano letivo. Ele deve ser avaliado ao final do ano e reformulado de acordo com as necessidades do município. Precisa ser um plano participativo com o apoio de educadores, coordenadores e gestores de Educação.

comunidades e divulgação do Programa Despertar. Ressalte-se que a *Agenda 21* já constituía uma referência fundamental da Secretaria de Educação do município, antes da adoção do Programa Despertar, e tanto o titular da pasta quanto o coordenador da Educação do Campo conheciam os documentos de base legal (LDB, PCNs, PNEA, ProNEA) que recomendam como relevante a implantação da Educação Ambiental nas escolas.

Todos os gestores entrevistados informam conhecer essa legislação, exceto os textos mais recentes, como o da Política de Educação Ambiental da Bahia (Lei 12.056, de 07/01/2011) e a Resolução nº 2, de 15/06/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação (2012), para atender à necessidade de formação continuada dos professores do campo, foi realizado um encontro de com carga horária de 24 horas, prevista no Plano de Ação 2009 (ver ANEXO J), principalmente para orientar os professores aprovados em concurso de 2008 do município de Poções. No evento, que aconteceu em Boa Nova, nos dias 13, 14 e 15 de agosto de 2009, do qual participaram 40 professores do município, foram proferidas palestras e realizadas oficinas com temas direcionados à EA e à Pedagogia por Projeto em Educação Ambiental.

Durante os anos de 2009 a 2012, foram as seguintes as principais ações de EA implantadas nas escolas do campo de Poções:

Quadro 2 - Ações de Educação Ambiental de Poções — ano 2009

AÇÃO	ESCOLAS	COMUNIDADE
Criação de cartazes e produção de jornal mural com temas de Meio Ambiente	Todas	Todas
Confecção de Brinquedos com Garrafas Pet	Cônego Pithon	Morrinhos
Oficinas ecológicas com pigmentação de folhas coletadas	Cônego Pithon	Morrinhos
Implantação de horta orgânica Projeto Verde Vida - parceria com a Ação Social	Cônego Pithon José de Anchieta Instituto de Educação Manoel Padre	Morrinhos Região do Mundo Novo Bandeira Nova
Curso de Olericultura Básica	Instituto de Educação Manoel Padre	Bandeira Nova
Visita a Estação de Tratamento da Embasa	Todas	Todas
Visita a Barragem de Morrinhos	Todas	Todas
Palestra sobre uso de agrotóxicos e as queimadas	Abílio Ferreira Campos	Mulungu
Visita a Região do Amianto (antiga mina de amianto São Félix)	Pólo Educacional Evando Mascarenhas	Município de Bom Jesus da Serra
Plantio de Mudas	Todas	Todas
Exposição Agropecuária	Todas	Todas
Elaboração de Projeto com a temática ambiental		
Concurso de Desenhos, Frases e Redações em Educação Ambiental	Todas	Todas

Fonte: Portfólio do Programa Despertar/Secretaria de Educação de Poções (2009).

Ao analisar as ações de EA implantadas em 2009 no município, percebe-se que algumas delas haviam tido início em 2007, como as de coleta seletiva do lixo, reaproveitamento de resíduos, confecção de cartazes sobre o não desperdício de água, entre

outras. Essas ações suscitam reflexões acerca da problemática ambiental, com o uso de temas geradores. Em 2009, verifica-se a realização de várias atividades extraclasse de EA nas escolas do campo. A esse respeito, observa Sato (2002, p. 25):

Há diferentes formas de incluir a temática ambiental nos currículos das escolas, como atividades artísticas, experiências práticas, atividades fora de sala de aula, produção de materiais locais, projetos ou qualquer outra atividade que conduz os alunos a serem reconhecidos como agentes ativos no processo que norteia a política ambientalista.

Figura 27 - Alunos observam o antigo local de extração da fibra quenion em Bom Jesus da Serra — Dia de Campo, 2009



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Poções (2009).

Em 2009, a Secretaria Municipal de Educação fez parcerias com outros órgãos gestores, como a Secretaria de Ação Social, que executa o projeto Verde Vida, além de realizar cursos de qualificação para as famílias dos alunos, como o de olericultura, que incentivou a plantação de hortas escolares, o que foi motivado por projetos já existentes em Poções e pela parceria com o Programa Despertar. O município, através das ações das escolas do campo, passa a ter uma abordagem mais humanista no trato com o meio ambiente local. Segundo Medina (2001, p.44), isso mostra que nessa perspectiva de EA a natureza é vista como a base da convivência social, ainda que a sociedade exerça um domínio sobre os recursos naturais; que a educação preconizada visa ao desenvolvimento intelectual e emocional das pessoas, a fim de torná-las autônomas. Essas questões são ratificadas no ProNEA (2005, p.39): “Promover o processo de educação ambiental voltado para valores

humanistas, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuem para a participação cidadã na construção de sociedades sustentáveis”.

Como avalia o coordenador do Campo Rafael Freitas, com implantação do Programa Despertar nas escolas do município, foram criadas condições favoráveis para garantir o envolvimento e participação de todos (professores, alunos e suas famílias e comunidade), mediante múltiplas ações que visam a melhorar a qualidade de vida e orientar o uso racional dos recursos naturais.

Quadro 3 - Ações de Educação Ambiental em Poções — 2010

AÇÃO	ESCOLAS	COMUNIDADE
Semana do Meio Ambiente: Despertar para Preservar.	Todas	Todas
Plantio de Árvores	Boa Sorte João Chaves José de Anchieta	Não citadas
Curso de Olericultura Básica	Pólo Educacional Nossa Senhora Aparecida	Região da Serra Grande
Projeto “Horta na Escola: um resgate para a qualidade de vida do campo”	Cônego Pithon José de Anchieta Instituto de Educação Manoel Padre João Figuerêdo E Abílio Ferreira Campos	Morrinhos Região do Mundo Novo Bandeira Nova Bezerro Mulungu I
Plantio de Mudanças	Todas	Todas
Desfile Cívico – Ala Educação Ambiental	Todas	Todas
Participação na Festa do Divino	Todas	Todas
Exposição Agropecuária	Todas	Todas
Concurso de Desenhos, Frases e Redações em Educação Ambiental	Todas	Todas
Atividades de reutilização de material	Todas	Todas
Produção de Projetos com a participação da comunidade nas ações	Todas	Todas
Implantação de Programas Sociais para a Comunidade.	–	Bandeira Nova Morrinhos

Fonte: Portfólio do coordenador do Campo — Secretaria Municipal de Educação de Poções (2010).

Em 2010, as ações de Educação Ambiental desenvolvidas no município deixam de seguir a metodologia com vertente ecológica e preservacionista, que, segundo Medina (2001, p.61) se caracteriza pela realização de atividades extraclasse (passeios, plantio de árvores,

construção de hortas escolares etc.), e passam a adotar uma vertente socioambiental, que, de acordo com essas autoras, propõe uma metodologia interdisciplinar e transversal do currículo e que incentiva a pesquisa, através de projetos que suscitam reflexões sobre a problemática ambiental. Em 2010, destacaram-se as ações em parceria com o Senar-BA para a realização, no município, de dois programas — o de saúde da mulher, Útero é Vida, e o de cultura, Ciranda do Cinema.

O trabalho realizado em EA no município, em 2010, procura utilizar os subsídios técnicos da Rio-92, os quais, conforme Dias (1991, p.99), além de ressaltar a relevância da Educação Ambiental para sociedade contemporânea, incorporam a dimensões socioeconômica, política, cultural e histórica, considerando a situação específica de cada comunidade ou região, numa perspectiva holística da realidade.

Figura 28 - Curso de Olericultura para pais de alunos da comunidade de Serra Grande — Poções, 2010



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Poções (2010).

Quadro 4 - Ações de Educação Ambiental em Poções — 2011

AÇÃO	ESCOLAS	COMUNIDADE
Desfile Cívico	Todas	Todas
Hortas de sequeiro	Instituto de Educação Manoel Padre Polo Educacional Paulo Magalhães	Bandeira Nova
Visita ao Lixão	Todas	Todas
Visita a Estação de Tratamento	Todas	Todas
Visita a Barragem de Morrinhos	Todas	Todas
Intercâmbios entre escolas	Todas	Todas
Palestra Higiene e Saúde na Escola	Não informada	Comunidade do Jabute
Construção e reestruturação das Hortas	Todas	Todas
Curso de Galinha Caipira	Não informada	Comunidade do Jabute
Participação na Exposição de Poções	Todas	Todas
Projetos Pedagógicos - ações concretas e com envolvimento da comunidade	Todas	Todas
Projeto Funasa - Doença de Chagas	Cônego Pithon	Morrinhos
Projeto Verde Vida e Mandala	Todas	Todas
Plantio de Mudas	Todas	Todas
Concurso de Desenhos, Frases e Redações em Educação Ambiental	Todas	Todas

Fonte: Portfólio do coordenador do Campo — Secretaria Municipal de Educação de Poções (2011).

Em 2011, destaca-se a implantação das hortas de sequeiros. Segundo Rafael Freitas, essas hortas constituem uma alternativa para as regiões semiáridas. Trata-se de um sistema de baixo custo, porque requer apenas o uso de uma lona resistente por baixo da terra, para impermeabilizar os primeiros 20 cm do solo e impedir que a água se infiltre para as camadas mais profundas. Numa horta convencional são necessárias duas irrigações por dia; neste sistema é necessária uma única irrigação a cada três dias, o que economiza água e mão de obra. As hortas de sequeiro e as demais hortas convencionais, implantadas nas escolas de Poções, em parceria com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e o Sindicato dos Produtores Rurais, vêm produzindo hortaliças que compõem o cardápio da merenda escolar. O incentivo à implantação dessas hortas proporcionou a muitos moradores e comunidades a oportunidade de investir no aproveitamento de seus quintais. Em visita ao distrito de Bezerra, pôde-se verificar a quantidade de hortas nos quintais das casas, além de um polo produtor de hortaliças e mudas, que, mediante parcerias com órgãos governamentais, principalmente a Secretaria Municipal de Agricultura, tem proporcionado assistência técnica e uso de novas tecnologias que possibilitaram o aumento da produção, a qual, através da Associação de

Produtores, é comercializada para cidades circunvizinhas, gerando renda e emprego para a população local.

Figura 29 - Visita ao Polo Produtivo de Bezerros, Poções, 2011



Fonte: Senar-BA (2011).

Outra importante atividade citada por Rafael Freitas foi o ciclo de palestras “Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural”, proferidas pelo professor doutorando da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié, Marcos Ferreira. Nessas palestras foi ressaltada a importância da legislação ambiental e mostrado como funcionam as Áreas de Proteção Permanentes (APPs), as Reservas Legais, as Reservas Particulares do Patrimônio Nacional (RPPNs) e os principais projetos com bases sustentáveis, principalmente em propriedades com baixa renda.

A parceria em 2011 para realização do Projeto de Prevenção da Doença de Chagas em Morrinhos, com a Secretaria Municipal de Saúde e Fundação Nacional da Saúde (Funasa), teve grande repercussão na comunidade. Essa enfermidade, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde de Poções (2012), foi constatada no exame clínico de alguns moradores, quando se procedeu à observação geral das residências daquele distrito: verificou-se a infestação do inseto triatomíneo (barbeiro), vetor transmissor da doença de Chagas, devido basicamente às condições precárias da estrutura física das moradias locais.

Com essas atividades, o Programa Despertar promove uma Educação Ambiental que, segundo Jacobi (2003, p.200), envolve a participação da sociedade para a tomada de decisão “de um novo estilo de vida sob a ótica da sustentabilidade ecológica e a equidade social”. Esse enfoque é o da correlação entre a degradação ambiental e a desigualdade social.

Figura 30 - Alunos da Escola Municipal João G. Figueiredo ouvem instruções básicas do coordenador do Campo Rafael Freitas antes da visita ao lixão



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Poções (2011).

Figura 31 - Horta de sequeiro — Instituto Manoel Padre, Bandeira Nova, Poções, 2011



Fonte: Secretaria de Educação de Poções (2011).

Figura 32 - Horta Escolar —Escola Cônego Pithon, Morrinhos, Poções



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Poções (2011).

Nas ações referentes à Formação de Professores, o Programa Despertar, em colaboração com a prefeitura de Poções, realizou vários encontros para a promoção da formação integral do educador das escolas do campo. No Quadro 5, estão registradas essas ações, de acordo com os dados apresentados nos portfólios da Secretaria Municipal de Educação.

Quadro 5 - Ações do Programa Despertar em Poções

AÇÃO PARA EDUCADORES ECOMUNIDADE /2009	AÇÃO PARA EDUCADORES ECOMUNIDADE /2010	AÇÃO PARA EDUCADORES ECOMUNIDADE /2011
Formação Municipal	Formação Municipal	Formação Municipal
Formação Estadual	Concurso de Experiências Pedagógicas	Concurso de Experiências Pedagógicas
Palestra Pedagogia por Projeto em Educação Ambiental	Seminário de Temas Transversais: “Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico”	Palestra Políticas Públicas na Agricultura e Meio Ambiente
Concurso de Experiências Pedagógicas	Programa Útero é Vida	Seminário de Temas Transversais: “Educação do Campo e Sustentabilidade Local”,
Apresentação do Programa para comunidades e associações de moradores	Programa Ciranda do Cinema	Apresentação do Programa para comunidades e associações de moradores
Grupo de Estudo Despertar (GED)	Apresentação do Programa para comunidades e associações de moradores	Dia de Campo
Encontros de Planejamento	Dia de Campo	Grupo de Estudo Despertar (GED)
	Grupo de Estudo Despertar (GED)	Encontros de Planejamento
	Encontros de Planejamento	

Fonte: Portfólio do coordenador do Campo — Secretaria Municipal de Educação de Poções (2011).

À luz dos dados documentais da Secretaria Municipal de Educação e dos registros das entrevistas com os gestores, pode-se afirmar que as ações de Educação Ambiental do município de Poções foram iniciadas com a implantação do Programa Despertar do Senar-BA. Segundo a secretaria de Educação Vera Mascarenhas e demais gestores entrevistados, o Programa é o marco das ações ambientais nas escolas do campo de Poções. Para Mascarenhas, o Despertar tem uma metodologia mais apropriada ao desenvolvimento das ações do Projeto Pedagógico, porque contribuiu significativamente para a prática da interdisciplinaridade, aprofundamento teórico por parte dos professores e educandos nas questões relacionadas à Educação Ambiental, incentivo e maior entrosamento entre escola e comunidade, educação diferenciada, como a motivação para passeios educativos, oficinas e o incentivo de novas mentalidades em relação ao meio em que vivem. “O Programa contribui também, de forma significativa para o desenvolvimento de práticas pedagógicas dos profissionais do campo e, com isso, promove o desenvolvimento da educação de nosso município”, disse Mascarenhas. O Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, Vilton Laudelino Silva, afirma que o Despertar é um programa de excelência, pois propicia às escolas da comunidade rural benefícios para os alunos e famílias, com ações de implantação de hortas, realização de palestras sobre o meio ambiente e cursos de capacitação para os agricultores.

Rafael Freitas assinala que a articulação com parceiros locais, como EBDA, Adab, Embasa, Secretarias de Saúde, Ação Social, Agricultura e Meio Ambiente, prefeitura, Câmara de Vereadores, Centro de Endemias, Funasa, Projeto Verde Vida, universidades, Sindicato dos Produtores, entre outros, foi fator decisivo para o desenvolvimento das ações de Educação Ambiental no município de Poções. Acrescenta que, nas últimas décadas, vêm se intensificando as preocupações inerentes à temática ambiental e os vários setores da sociedade são convocados para desenvolver projetos congêneres no intuito de educar as comunidades, sensibilizá-las para as questões ambientais e mobilizá-las para a modificação de atitudes nocivas e a apropriação de posturas benéficas ao equilíbrio ambiental.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para que um conhecimento possa ser considerado científico, é imprescindível identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Por isso, como assinala Gil (2006), a pesquisa é um processo formal de desenvolvimento do método científico. Eis como Tripodi (1975, p. 15) a conceitua: “Aplicação de procedimentos sistemáticos com o propósito de desenvolver, modificar e expandir conhecimentos que possam ser transmitidos e verificados por investigadores independentes”.

Trata-se fundamentalmente de determinar o método — no sentido grego originário, “caminho” — que possibilita chegar a esse conhecimento.

Nesta dissertação, o método que pareceu apropriado é o estudo de caso, por ser pertinente à consideração do problema que a autora se propôs investigar. Um estudo de caso, como o entende Yin (2005, p. 32), “é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro do contexto da vida real, especialmente se os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”

Concebida como um estudo com essa orientação metodológica, esta dissertação analisa as ações de Educação Ambiental tendo como unidade de caso as Escolas do Campo do município de Poções, no Sudoeste da Bahia. Para tanto, como recorte da pesquisa, foram selecionados os estabelecimentos que atendem aos alunos do 1º ao 5º ano, seus professores e sujeitos da comunidade do distrito de Morrinhos, por ser a de maior população do interior do município.

Para analisar as ações de Educação Ambiental no contexto que se delimitou, e à luz do estudo de caso, foi antes necessário problematizar o objeto da investigação, definir seus termos operacionais, discutir as condições de possibilidade da própria investigação, conhecer seu *locus*, bem como a literatura concernente ao assunto e o que teoricamente a fundamenta, tendo em vista a perspectiva de tanto alcançar os objetivos propostos quanto responder às questões norteadoras do trabalho.

5.1 NATUREZA DA ABORDAGEM

Uma vez formulado o problema do que se pretende investigar, tem início a *démarche* do estudo, procura-se chegar ao que constitui sua abordagem. Na presente dissertação, a escolha do estudo de caso já a define como uma pesquisa descritiva e qualitativa, posto que se

trata de analisar as ações de Educação Ambiental implantadas nas Escolas do Campo do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de Poções, a fim de verificar o alcance de seus efeitos no cotidiano de professores, alunos, pais e comunidade rural, como um instrumento de transformação social e de melhoria da relação desses sujeitos com o meio ambiente.

Descrever tais ações implica dar-lhes uma dimensão qualitativa, singularizá-las, na medida em que suas características são apreendidas e, em consequência, tornam-se objeto de análise. Com esse propósito, o conhecimento dessa realidade em questão foi estudado em sua empiricidade mediante a realização de entrevista semiestruturada e aplicação de questionários a professores, alunos e moradores da comunidade de Morrinhos.

5.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

Para conhecer o assunto Educação Ambiental e poder tematizá-lo no município em apreço foi necessário proceder a uma pesquisa bibliográfica e documental. Foram levantados e examinados textos vários — livros, periódicos, material cartográfico e fotográfico, dispositivos legais, relatórios e memorial da execução de atividades de EA, desde 2007, em Poções — e analisados os questionários aplicados na implantação e pós-implantação das ações de EA, a fim de saber se, efetivamente, houve mudanças de hábitos, comportamentos e atitudes dos alunos em sua relação com o meio ambiente.

A pesquisa bibliográfica foi muito utilizada para atender a três requisitos fundamentais: 1. embasar teoricamente a Educação Ambiental; 2. referir o que, em sua prática, na experiência brasileira, existe em termos de políticas públicas, leis, resoluções e diretrizes; 3. elaborar um esboço sócio-histórico do município de Poções. Fez-se, pois, uma revisão de literatura, de acordo com o que Boaventura (2007, p.46) define como um procedimento cujo objetivo é “demonstrar o que já foi escrito sobre o tema. Consiste na análise e síntese das informações, visando a definir as linhas de ação para abordar o assunto ou problema e gerar ideias novas e úteis”.

5.3 ESTUDO DE CASO

Este método de pesquisa, que não requer uma única técnica de coleta de dados, consiste em uma abordagem preponderantemente qualitativa, como no presente trabalho, ao

analisar os contextos da sala de aula, da escola, do ambiente onde a escola está inserida e a comunidade local, a fim de responder às questões norteadoras.

Na utilização do estudo de caso, três aspectos devem ser considerados: a natureza da experiência, enquanto fenômeno a ser investigado, o resultado que se pretende alcançar e a possibilidade de generalização (STAKE, 2001).

Quanto à natureza da experiência, Stake (2001) sublinha que esse método de estudo está epistemologicamente em harmonia com a experiência dos indivíduos envolvidos nele, razão pela qual constitui uma base para generalização. Daí a sua relevância na área de ciências sociais, onde os fenômenos estudados implicam a relação entre a profundidade e o tipo de experiência vivida.

No que concerne ao resultado do conhecimento que se pretende adquirir, Stake (2001, p. 433) afirma:

[...] no método do estudo de caso a ênfase está na compreensão, fundamentada basicamente no conhecimento tácito que tem uma forte ligação com a intencionalidade, o que não ocorre quando o objetivo é meramente explanação, baseada no conhecimento proposicional.

Quanto à possibilidade de generalização a partir do método, Milles e Huberman (1994, p. 25) esclarecem:

Pensa-se num caso geralmente como um único membro de uma dada população e, como tal, fracamente representando a população; assim, seu estudo forneceria fraca base para generalização. Entretanto, um caso pode ser definido como um fenômeno de certa natureza ocorrendo num dado contexto.

Para Stake (2001, p. 436), o caso pode ser definido como uma unidade de análise, que pode ser um indivíduo, uma organização, um pequeno grupo, uma comunidade ou até mesmo uma nação. Todos esses tipos de caso são unidades sociais. Entretanto, também podem existir casos definidos temporariamente (eventos que ocorrem num dado período), ou espacialmente (o estudo de um fenômeno que ocorre num dado local). Portanto, um caso pode ser um fenômeno simples ou complexo, mas, para ser considerado caso, ele precisa ser específico.

O estudo de caso contempla diversas possibilidades para sua aplicação: pode ser utilizado para testar hipóteses e teorias, ser estatístico, ao relacionar um conjunto de dados quantitativamente coletados, ou, ainda, ser o relato de uma pesquisa institucional etc. (MÁTTAR NETO, 2002).

Assim, um estudo de caso pode ser indicado para aumentar a compreensão de um fenômeno. Yin (2003) ressalta que a escolha desse método é adequada quando são propostas questões de pesquisa do tipo “como” e “por quê”, e nas quais o pesquisador tenha baixo controle de uma situação, que, por sua natureza, remete a um determinado contexto social.

Ainda de acordo com Yin (2003), o fator predominante para a escolha da estratégia de estudo de caso, em contraposição ao uso de experimentos, levantamentos de dados, pesquisa histórica etc., é a consideração da pesquisa em si, do controle exigido sobre eventos comportamentais e do foco sobre acontecimentos contemporâneos ou não.

No estudo de caso, o cerne da pesquisa deve apontar para questões que levam à análise da evolução de um fenômeno ao longo do tempo e para as quais a contagem de incidências, por exemplo, pode não trazer respostas. Com efeito, trata-se de um método de investigação com características peculiares, pois incide intencionalmente sobre uma situação específica que se presume ser única ou especial, procurando descobrir o que há nela de mais fundamental e específico, a fim de compreender globalmente um determinado fenômeno, ao qual o investigador atribui importância. Tudo, enfim, que concerne ao fenômeno que se pretende conhecer, deve ser explorado, descrito, explicado, avaliado e/ou transformado.

5.3.1 Unidade de estudo: o município de Poções e as Escolas do Campo

A escolha do município de Poções como unidade caso da pesquisa justifica-se:

- a) Pela experiência pedagógica da autora nesse município, desde 2007, após coordenar a implantação do Programa Despertar, do Senar-BA. Dos 47 municípios que atualmente participam do Programa, escolheu investigar as práticas de Educação Ambiental em Poções, à luz das questões formuladas na introdução deste trabalho;
- b) Pelo fato de o município estar localizado no Semiárido baiano, região com baixos indicadores sociais, além da importância ambiental do bioma Caatinga - que apresenta flora e fauna peculiares -, onde a população convive com a falta de água durante boa parte do ano e precisa criar estratégias para lidar com esse problema;
- c) Pelo quantitativo de alunos (2.340) e professores (101) das Escolas do Campo de Poções, o maior dentre os 47 municípios em que a autora atua no meio rural.

Segundo dados do IBGE (2010), o município de Poções tem uma população de 44.701 habitantes, 34.659 dos quais na área urbana e 10.042 na área rural, cuja densidade

demográfica é de 54,08 hab./ km². De acordo com o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (Cnefe/IBGE [2010]), foram registrados 14.520 endereços urbanos e 4.507 rurais. O município tem 10 escolas no meio rural. Dessas, três são Polos Educacionais que compreendem mais de uma escola e região, conforme a Tabela 6.

Tabela 6 - Escolas do Campo de Poções, BA

ESCOLA	Nº DE ALUNOS	Nº DE ALUNOS DO 1º AO 5º	Nº DE PROFESSORES	Nº DE PROFESSORES DO 1º AO 5º
Polo Educacional Abílio F. Campos	336	210	10	06
Escola Municipal José de Anchieta – Núcleo II	184	166	07	07
Escola Municipal Boa Sorte - Núcleo III	139	116	07	07
Escola Municipal João Chaves – Núcleo IV	177	106	07	07
Escola Municipal João Gonçalves Figueiredo	139	110	07	07
Escola Municipal Cônego Pithon	158	146	06	05
Pólo Ed. Evando Mascarenhas	304	143	05	04
Pólo Educacional Paulo Magalhães	287	87	14	04
Instituto de Ed. Manoel Padre	414	145	17	09
Pólo Ed. Nossa Senhora Aparecida	185	120	07	05
Creche Manoelita S. Victória	53	0	03	-
	2.376	1.349	90	61

Fonte: MEC/Educacenso Poções (2012).

Do quantitativo de professores e alunos do campo de Poções, 1.349 alunos e 61 professores são do 1º ao 5º ano, público alvo desta pesquisa.

As ações de Educação Ambiental a serem analisadas terá amostra de todas as Escolas do Campo, em especial a Escola Cônego Pithon, localizada no distrito de Morrinhos.

6 RESULTADOS

6.1 COLETA DE DADOS

6.1.1 Unidade de estudo: o município de Poções e as Escolas do Campo

A escolha do município de Poções como unidade caso da pesquisa justifica-se:

- d) Pela experiência pedagógica da autora nesse município, desde 2007, após coordenar a implantação do Programa Despertar, do Senar-BA. Dos 47 municípios que atualmente participam do Programa, escolheu investigar as práticas de Educação Ambiental em Poções, à luz das questões formuladas na introdução deste trabalho;
- e) Pelo fato de o município estar localizado no Semiárido baiano, região com baixos indicadores sociais, além da importância ambiental do bioma Caatinga - que apresenta flora e fauna peculiares -, onde a população convive com a falta de água durante boa parte do ano e precisa criar estratégias para lidar com esse problema;
- f) Pelo quantitativo de alunos (2.340) e professores (101) das Escolas do Campo de Poções, o maior dentre os 47 municípios em que a autora atua no meio rural.

Segundo dados do IBGE (2010), o município de Poções tem uma população de 44.701 habitantes, 34.659 dos quais na área urbana e 10.042 na área rural, cuja densidade demográfica é de 54,08 hab./ km². De acordo com o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (Cnefe/IBGE [2010]), foram registrados 14.520 endereços urbanos e 4.507 rurais. O município tem 10 escolas no meio rural. Dessas, três são Polos Educacionais que compreendem mais de uma escola e região, conforme a Tabela 6.

Tabela 6 - Escolas do Campo de Poções, BA

ESCOLA	Nº DE ALUNOS	Nº DE ALUNOS DO 1º AO 5º	Nº DE PROFESSORES	Nº DE PROFESSORES DO 1º AO 5º
Polo Educacional Abílio F. Campos	336	210	10	06
Escola Municipal José de Anchieta – Núcleo II	184	166	07	07
Escola Municipal Boa Sorte - Núcleo III	139	116	07	07
Escola Municipal João Chaves – Núcleo IV	177	106	07	07
Escola Municipal João Gonçalves Figueiredo	139	110	07	07
Escola Municipal Cônego Pithon	158	146	06	05
Pólo Ed. Evando Mascarenhas	304	143	05	04
Pólo Educacional Paulo Magalhães	287	87	14	04
Instituto de Ed. Manoel Padre	414	145	17	09
Pólo Ed. Nossa Senhora Aparecida	185	120	07	05
Creche Manoelita S. Victória	53	0	03	-
	2.376	1.349	90	61

Fonte: MEC/Educacenso Poções (2012).

Do quantitativo de professores e alunos do campo de Poções, 1.349 alunos e 61 professores são do 1º ao 5º ano, público alvo desta pesquisa.

As ações de Educação Ambiental a serem analisadas terá amostra de todas as Escolas do Campo, em especial a Escola Cônego Pithon, localizada no distrito de Morrinhos.

6.2 COLETA DE DADOS - DOCENTES E GESTORES

Visto que as pesquisas sociais abrangem um universo muito grande para análise, o que torna impossível investigá-lo em sua totalidade, normalmente escolhe-se uma amostra que seja representativa. No caso, aplicou-se um questionário estruturado ao quantitativo de professores do 1º ao 5º ano das Escolas do Campo do município.

O questionário foi aplicado durante um encontro de professores da Educação do Campo, realizado pela Secretaria de Educação de Poções, no mês de agosto de 2012. Duas instrutoras que ministram cursos na zona rural, antes de aplicá-lo aos professores, explicaram-lhes o objetivo da pesquisa. No encontro estavam presentes 90% dos docentes que ensinam do 1º ao 5º ano. Ou seja, dos 55 presentes todos os docentes receberam o questionário.

Antes, porém, dessa aplicação, a autora visitou três comunidades rurais - Bandeira Nova, Bezerra e Morrinhos - para conhecer a realidade dos professores locais e conversar com eles informalmente sobre Educação Ambiental. No decorrer da pesquisa, a autora também manteve contatos com o coordenador dessas escolas, Rafael Freitas Brito, que, graduado em Biologia, é técnico agrícola e realizou estudos transversais em Educação e Educação Ambiental.

Inicialmente, fez-se uma análise das práticas locais de EA em dois períodos da administração municipal: o primeiro, correspondente a 2007-2008, na gestão de Almino Alves Viana, e o outro, a 2009-2012, na gestão de Luciano Mascarenhas.

Para a coleta de dados do trabalho em Educação Ambiental, em 2007, fez-se uma entrevista semiestruturada com a ex-secretária municipal de Educação, Ligia Maria Macedo Matos, e foram consultados relatórios, documentos da Secretaria e arquivos do Senar-BA.

A fim de conhecer as ações de EA nessas escolas e sua relação com as Políticas de Educação Ambiental, foram também entrevistados a atual secretária municipal de Educação, Vera Lúcia Soares Mascarenhas de Oliveira, e o coordenador Rafael Freitas Brito.

O foco da pesquisa é, pois, apurar se, nas escolas investigadas, há práticas pedagógicas em consonância com a filosofia (valores e princípios) da Educação Ambiental, a fim de vivenciá-la em seu cotidiano como uma ferramenta que contribui para a melhoria significativa da relação dos sujeitos com o meio ambiente e, em consequência, se traduza na elevação de sua qualidade de vida.

6.3 COLETA DE DADOS - DISCENTES

Para analisar as ações de Educação Ambiental implantadas nas Escolas do Campo de Poções, foram enviadas cópias do questionário a 1.200 alunos, de um total de 1.349, do 1º ao 5º ano. As cópias foram entregues aos professores que participaram do Encontro da Educação do Campo para que fizessem a aplicação e, em seguida, as devolvessem à Secretaria de Educação. Os professores foram orientados a aplicar o questionário sem realizar qualquer interferência. Trata-se de um questionário semiestruturado com cinco perguntas que investigam de que modo eles, os discentes, tiveram conhecimento da EA nas escolas, quais as ações de EA que nelas já foram realizadas, verificar se, no cotidiano, houve mudanças de seus hábitos, comportamentos e atitudes, após atividades em classe e extraclasse de EA, além de identificar o sexo, a série e a idade de cada um.

6.4 COLETA DE DADOS - COMUNIDADE RURAL - DISTRITO DE MORRINHOS

6.4.1 Amostragem aleatória

A fim de analisar as ações de EA nas comunidades rurais, foi escolhido como objeto de estudo o distrito de Morrinhos, por ser o de maior população do município de Poções: tem 2.235 moradores e 700 famílias. Foi escolhida uma amostra aleatória de 10% das famílias pesquisadas. Aplicou-se um questionário semiestruturado, no qual se procura identificar idade, sexo, quantidade de filhos e nível de escolaridade, tempo de residência no distrito, além de verificar como cada uma dessas famílias passou a ter informações sobre meio ambiente, quais os problemas ambientais que identifica no local e se, em seu cotidiano, passou a praticar ações relacionadas com a EA.

A Escola Cônego Pithon, localizada no distrito de Morrinhos, tem 146 alunos, a cujos pais aplicou-se um questionário para investigar se têm conhecimento do Programa Despertar quanto a seus objetivos e ações voltados para o meio ambiente, além de procurar saber se seus filhos mudaram hábitos, comportamentos e atitudes em relação ao meio ambiente, após a implantação das ações de EA na escola. Cumpre esclarecer, porém, que outras práticas de Educação Ambiental formal e não formal não foram implantadas no distrito, apenas aquelas promovidas pelo Programa Despertar.

6.5 ANÁLISE DE DADOS

Após aplicação dos questionários observou-se o quantitativo de sua devolução para efeito do cálculo da amostra a ser analisada. Das 55 cópias do questionário entregues aos professores, 90% dos que trabalham do 1º ao 5º ano, retornaram 46, ou seja, 83,6%. Esse quantitativo corresponde a 75,4 % do total de docentes da Educação do Campo do Ensino Fundamental I. Diante deste percentual optou-se por analisar 46, ou seja, 100% dos que retornaram após aplicação.

Dos 1.349 alunos que fazem parte do 1º ao 5º ano, 1.200 receberam o questionário. Houve 938 cópias que foram respondidas e retornaram à Secretaria no prazo determinado, ou seja, um percentual de 78,1 %. Dessas, 50% serão analisadas.

Das 700 famílias do distrito de Morrinhos – pais de alunos da Escola Municipal Cônego Pithon e comunidade em geral –, 100 responderam ao questionário. Como previsto na

introdução desta dissertação, as respostas de 10% das famílias – 70 de um total de 700 – serão analisadas.

Optamos por analisar 100% dos questionários recebidos, ou seja, 94 instrumentos – 13,42% das famílias pertencentes a Morrinhos. Os dados coletados serão dispostos em planilha simples do Excel em forma de gráficos e tabelas. Esses dados serão utilizados para a análise qualitativa das questões norteadoras levantadas, a fim de responder ao problema da pesquisa: “As ações de Educação Ambiental implantadas, a partir de 2007, nas Escolas do Campo do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de Poções e no distrito de Morrinhos desse município têm se incorporado ao cotidiano de professores, alunos, pais e comunidade rural como um instrumento de transformação social e de melhoria da relação dessas pessoas com o meio ambiente?”

A seguir, são apresentados os registros e interpretações da parte empírica para efeito da análise de dados.

6.5.1 Apresentação dos Resultados

6.5.1.1 Gestores municipais e Sindicato dos Produtores Rurais

Na aplicação do questionário aos gestores municipais (prefeito, secretária de Educação, secretário de Agricultura e Meio Ambiente, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais e coordenador da Educação do Campo) perguntou-se quais os problemas ambientais do município de Poções e do distrito de Morrinhos. Os principais problemas ambientais de Poções citados pelos gestores foram: falta de esgoto, desmatamento e queimadas, poluição de rios, uso de agrotóxicos nas lavouras. Quanto aos problemas ambientais do distrito de Morrinhos, os gestores citaram os mesmos por eles identificados em Poções, porém acrescentaram “Doenças provocadas pelo mau uso da água”. Todos os gestores apontam que a prefeitura tem realizado ações para minimizar os impactos dos problemas ambientais apresentados, todavia enfatiza que é preciso apoio do governo estadual para resolver questões ligadas a saneamento básico, reconstituição de pastagens e matas ciliares. O Secretário de Agricultura enfatizam que, no município, existem áreas de Mata Atlântica e Caatinga, mas faltam projetos de preservação e conservação desses biomas.

Sobre a questão *Por ser uma região do Semiárido, qual o impacto que sofre da seca?* Os três entrevistados responderam que tal impacto ocorre com a perda da lavoura e do rebanho por falta de água e comida.

À questão seguinte, *Quais as alternativas para minimizar os impactos da seca?* Os entrevistados - prefeito, secretário municipal de Agricultura e Meio Ambiente e presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, - respondem: aumento do número de carros pipas que abastecem a região da Caatinga e implantação de programas (construção de cisternas, poços artesianos, barragens subterrâneas) para ajudar o produtor.

Segundo o prefeito Luciano Araújo Mascarenhas, a cidade é muito castigada pela seca. *“Buscamos projetos junto aos governos estadual e federal, como os de construção de cisternas, poços artesianos, além da garantia do abastecimento de água por carros-pipa do Exército e do Ministério da Integração”*. (informação verbal)

Nas perguntas referentes à implantação de atividades de Educação Ambiental formal ou não formal antes do Programa Despertar, os respondentes afirmam desconhecer o fato.

Na questão *O Programa Despertar pode ser considerado o marco para a implantação de ações em Educação Ambiental nas Escolas do Campo de Poções?* — todos os gestores entrevistados afirmam ser esse Programa o marco inicial das ações de EA nas escolas do município, principalmente as escolas do campo.

À pergunta *A Educação Ambiental pode ser considerada como um instrumento de transformação social? Explique* - todos os gestores responderam afirmativamente. O coordenador municipal da Educação assim justifica a sua resposta:

Sem dúvida. O programa ajuda o cidadão a refletir sobre seus direitos, seus deveres enquanto habitante deste planeta, da importância da conservação e preservação dos nossos recursos ambientais para o equilíbrio dos ecossistemas. Possibilitamos aprendizados, experiências jamais mensuradas pelos professores, alunos e comunidades. Foram muitas visitas, eventos, cursos, que de forma inédita contribuíram e vêm contribuindo para o conhecimento teórico/prático de todos os envolvidos.

Eis o que respondeu o secretário municipal de Agricultura:

Sim. Pois, através da Educação Ambiental, como por exemplo, capacitações através de cursos para as comunidades rurais, que vêm se conscientizando e se sensibilizando sobre a importância de se conservar o meio ambiente, tornando-o assim um instrumento de transformação social.

Resposta do prefeito: *“Sim. Porque foi através de sua implantação que conseguimos alcançar muitas mudanças na forma de pensar e agir de nossas comunidades rurais.”*

6.5.1.2 Docentes

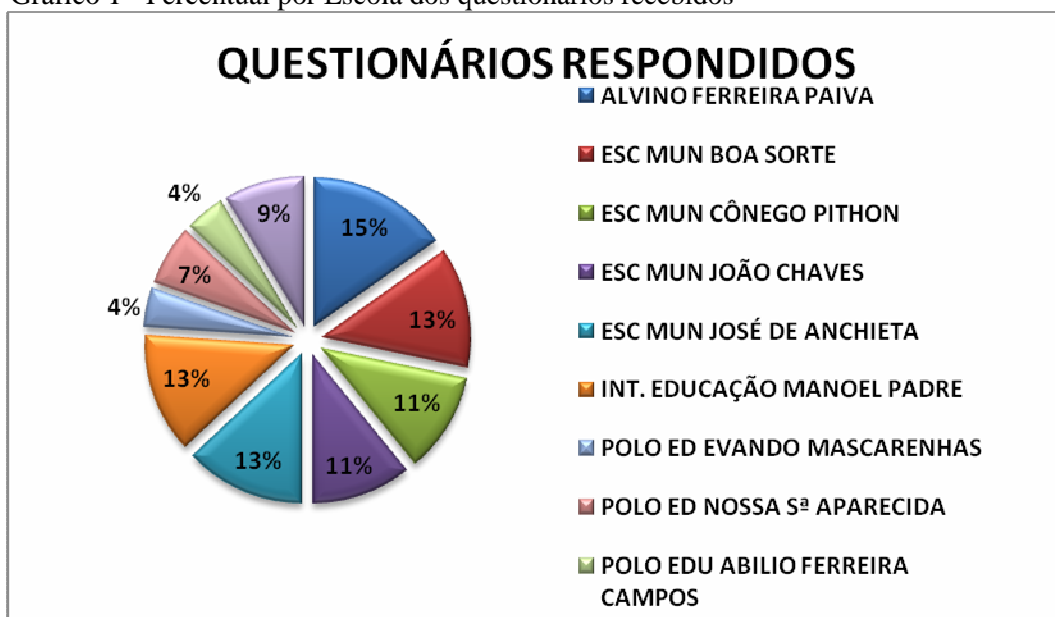
Neste tópico trataremos da análise dos dados dos questionários feitos com os docentes. Nas análises apresentaremos também os dados isolados da Escola Municipal Cônego Pithon (EMCP), no distrito de Morrinhos, que é o *locus* do presente estudo. No questionário aplicado aos professores, 46 o devolveram, conforme a Tabela 7. Cinco desses professores são da Escola Municipal Cônego Pithon (EMCP), ou seja, 4% dos entrevistados. Entretanto, a escola citada só possui em seu quadro cinco professores da Educação Fundamental de 1º ao 5º ano. A totalidade dos professores respondeu ao questionário, conforme mostrado no Gráfico 1

Tabela 7 - Questionários recebidos por escola

ESCOLAS/POLOS	QUANTIDADE DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS
Alvino Ferreira Paiva	7
Esc. Mun. Boa Sorte	6
Esc. Mun. Cônego Pithon	5
Esc. Mun. João Chaves	5
Esc. Mun. José de Anchieta	6
Int. Educação Manoel Padre	6
Polo Ed. Evandro Mascarenhas	2
Polo Ed. Nossa Senhora Aparecida	3
Polo Ed. Abilio Ferreira Campos	2
Polo Ed. Paulo Magalhães	4
TOTAL	46

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Gráfico 1 - Percentual por Escola dos questionários recebidos



Fonte: Pesquisa de campo (2012).

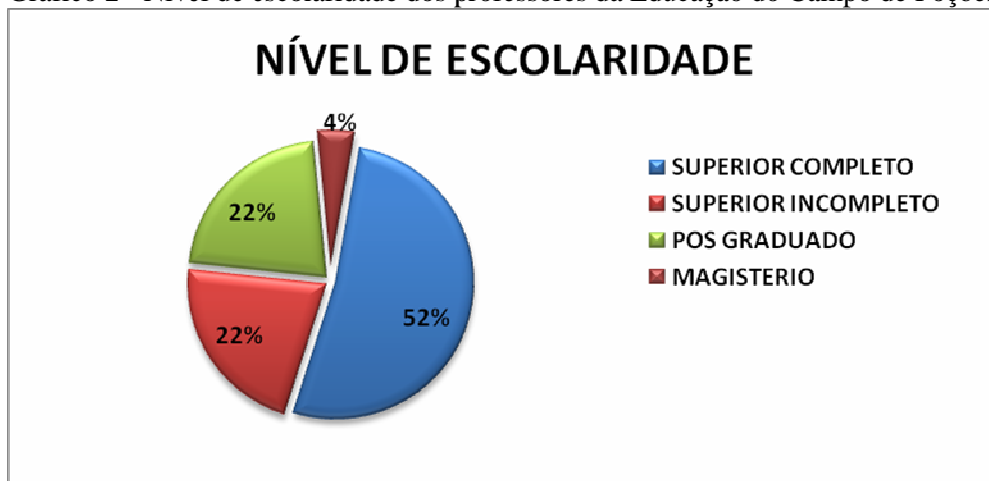
Desses professores, apenas 1 (um) é do sexo masculino, sendo, pois, predominantes os do sexo feminino que atuam na Escolas do Campo de Poções.

No item nível de escolaridade, percebeu-se que 52% dos professores da Educação do Campo já possuem curso superior completo, fato que pode ter sido estimulado a partir da Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece em seu artigo 62, título VI:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996).

No total, são 24 professores graduados e 10 pós-graduados. Os demais estão cursando a graduação ou apenas cursaram o magistério, sendo que a maioria deles atua no terceiro ano do Ensino Fundamental. A média do tempo de atuação em Escolas do campo é em torno de 8,5 anos, o que demonstra a experiência dos docentes em relação à realidade das comunidades rurais. Entretanto, a maioria deles reside na zona urbana; no caso dos que lecionam no Polo Educacional Abílio Ferreira Campos, 100% não residem na zona rural.

Gráfico 2 - Nível de escolaridade dos professores da Educação do Campo de Poções, BA



Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Na EMCP, 100% dos professores (6) têm escolaridade de nível superior, 40% dos quais já são pós-graduados. A média de atuação como professor da Educação do Campo é de 8,3 anos, e 60% dos professores desta escola residem na própria comunidade rural.

Em sua maioria, os professores pesquisados lecionam no 3º ano do Ensino Fundamental. São 52,2% nesta série. Em Morrinhos, devido ao pequeno número de professores, 20% ensinam no 3º ano; nas demais séries, existe um equilíbrio na divisão dos professores e das classes discentes.

À pergunta sobre quando começaram a trabalhar com a Educação Ambiental nas Escolas do Campo de Poções, os professores em sua maioria responderam que após a implantação do Programa Despertar.

Os docentes buscam participar de cursos de formação, visando a aperfeiçoar o trabalho desenvolvido em sala de aula. Dentre esses cursos, os que tiveram maior participação dos professores foram: Seminário de Educação Ambiental do Programa Despertar (97,8%) e o Encontro de Educação Ambiental, promovido pela Secretaria Municipal de Educação (46,7%). Na EMCP, 100% dos professores apontam o curso oferecido pelo Programa Despertar como o que mais lhes interessa.

Acerca dessas questões, o prefeito Luciano Araújo Mascarenhas, ao responder ao questionário, afirma:

Com a implantação do Programa, os professores passaram por cursos de capacitação, e isso fez crescer nossa educação, pois as aulas se tornaram mais atraentes, mais dinâmicas, proporcionando um aprendizado em prol da preservação e conservação do meio ambiente.

Quanto à pergunta sobre o que motivou os docentes a implantar ações de Educação Ambiental nas escolas, 97,8% afirmam que foi o Programa Despertar, do Senar-BA, por ser voltado à EA e o mais lembrado e conhecido por eles. Já em Morrinhos, o índice chega a 100%.

Na questão 8, referente à base legal da EA, os professores afirmam conhecer os documentos do Programa Despertar e os PCNs.

Tabela 8 - Professores: conhecimento dos documentos legais de EA

8 - QUAL OU QUAIS OS DOCUMENTOS LEGAIS OU PROGRAMAS QUE TRATAM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL SÃO DE SEU CONHECIMENTO?	PERCENTUAL
A) PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental (1994)	28,3%
B) Lei 9.975/99 - Política Nacional de Educação Ambiental No Brasil	17,4%
C) PCN's (1997)	45,7%
D) PROEASE - Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional - Bahia 2010	4,3%
E) Diretrizes da Educação Ambiental	17,4%
F) Política Estadual de Educação Ambiental (Lei 12.056 - 11)	2,2%
G) Programa Despertar - SENAR Bahia	91,3%
H) Outros	0,0%
I) Nenhum	0,0%

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Na Escola Municipal Cônego Pithon, 80% dos professores consideram os documentos do Programa Despertar, associados a 20% os PCNs, uma ferramenta orientadora para apoiar a elaboração das atividades curriculares da escola, o que reporta ao que Freire, Nascimento e Silva (2006), referendam sobre os PCNs.

Segundo Leite e Medina (2011), de posse dos PCNs como referencial pedagógico, o educador ambiental será capaz de identificar os problemas e potencialidades ambientais do seu contexto local e global, conceituar meio ambiente, sustentabilidade e diversidade biológica e cultural.

Na Escola Municipal Cônego Pithon, 80% dos professores afirmam ser os documentos do Programa Despertar e 20%, os PCNs.

Os professores apontam como principais problemas ambientais existentes no município de Poções: poluição dos rios, desmatamento ou queimadas, doenças provocadas

pelo mau uso da água e uso de agrotóxicos na lavoura. Praticamente os mesmos problemas identificados pelos gestores municipais e presidente do Sindicato dos Produtores. Já os professores da EMCP apontam como principais problemas ambientais: desmatamento ou queimadas e poluição dos rios. Segundo eles, a prefeitura, secretarias ou outras instituições, assim como as escolas do campo já participaram de ações para tentar resolver esses problemas.

Na questão 10, os docentes citam desmatamento e queimadas, falta de coleta de lixo e falta de rede de esgoto como problemas ambientais do distrito onde moram. Cumpre observar que esses problemas são apontados por todos os sujeitos da pesquisa.

Relativamente às perguntas 9.1, se já houve alguma ação da prefeitura ou outros órgãos para resolver os problemas ambientais de Poções, 26 professores afirmam que o Executivo municipal já realizou ações para minimizar tais problemas. Resposta idêntica é a dos professores da Cônego Pithon.

Sobre os problemas ambientais do município, eis o que diz o prefeito:

Além da atenção dada aos trabalhos do Programa Despertar, realizamos muitas obras de rede e tratamento de esgoto, despoluindo em parte os mananciais que cortam o nosso município. Logo que fomos empossados no cargo, em 2009, foram feitas algumas melhorias no local onde se encontra o lixão de Poções. Realizamos um estudo ambiental para mensurar a situação de todas as nascentes que abastecem a barragem de Morrinhos. Implantamos um ponto de coleta de pneus em nosso município e, recentemente, adquirimos uma estufa para o plantio de mudas de árvores frutíferas e ornamentais nativas.

Quando se discute problemas ambientais, é preciso reportar-se ao que se refere ao ProNEA(1999) e a Pnea, em relação à formação de gestores e educadores que identifiquem os problemas ambientais e sociais, compreendam a realidade local e promovam ações que modifiquem o quadro local por meio de ações individuais e coletivas.

À questão 10.1, sobre se a escola já realizou alguma ação para discutir os problemas ambientais do município, 36 docentes respondem sim, seis respondem não, e dois não respondem. Quanto à pergunta 10.2, sobre qual foi a ação da escola, eles citam: realização de palestras para alunos e pais, como forma de sensibilizá-los para esses problemas.

Nas respostas à questão 11 — *Quais as ações de Educação Ambiental implantadas por você na escola em que leciona?* —, as práticas mais citadas, conforme a Tabela 9, foram: construção de hortas, palestras para alunos, separação do lixo e reaproveitamento de materiais recicláveis. E à questão 15 — *Quais as práticas realizadas por você para inserir a Educação Ambiental nas comunidades rurais?* —, eis a respostas com índices mais

expressivos, de acordo com a Tabela 10: encontros de pais, palestras sobre EA e passeatas (com a participação de todas as famílias, e não apenas as dos alunos) para conscientizar os moradores quanto à importância de se preservar o meio ambiente e por que os recursos naturais devem ser usados adequadamente. Essas práticas foram também citadas pelos professores da Escola Municipal Cônego Pithon.

Tabela 9 - Práticas de EA inseridas nas escolas do campo

QUAIS AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL IMPLANTADA POR VOCÊ NA ESCOLA EM QUE LECIONA?	CONTAGEM	PERCENTUAL
A) Construção de hortas	30	65,2%
B) Separação do lixo e reaproveitamento de materiais recicláveis	27	58,7%
C) Limpeza de rios e nascentes	12	26,1%
D) Trilhas ecológicas	4	8,7%
E) Palestras para alunos	30	65,2%
F) Palestras para pais e comunidade	23	50,0%
G) Caminhadas ecológicas	22	47,8%
H) Distribuição de panfletos com boas práticas de educação ambiental	19	41,3%
I) Oficinas com reciclagem	1	2,2%
J) Não respondeu	1	2,2%
TOTAL	46	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Tabela 10 - Práticas de EA inseridas nas comunidades rurais

QUAIS AS PRÁTICAS REALIZADAS POR VOCÊ PARA INSERIR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS COMUNIDADES RURAIS?	PERCENTUAL
A) Trilhas ecológicas	4,3%
B) Palestras sobre educação ambiental	52,2%
C) Passeatas pela comunidade	47,8%
D) Distribuição de folhetos informativos	34,8%
E) Realização de encontros de pais	54,3%
F) Visitas as residências	19,6%
G) Outro	10,9%
H) Não respondeu	4,3%

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

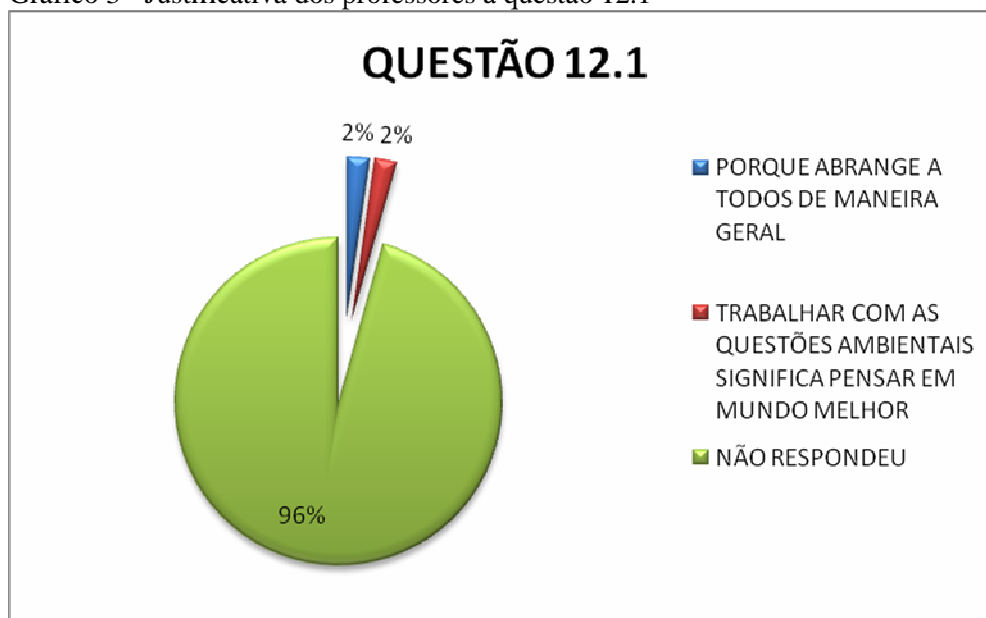
Essas práticas realizadas pelos educadores cumprem o papel de conscientizar os alunos e as comunidades rurais quanto à necessidade de preservar o meio ambiente. São atividades pedagogicamente orientadas, individuais e coletivas, de caráter ecológico e preservacionista, que contribuem para equacionar e resolver problemas ambientais locais,

como a limpeza de áreas onde se deposita grande quantidade de sacos plásticos, desperdício de água, coleta não seletiva do lixo, entre outros. Nota-se que é preciso enfatizar a percepção das questões socioambientais, a fim de se promover uma educação integral e continuada para preservar e conservar a natureza, o que pressupõe a formação de cidadãos conscientes de sua realidade histórica e cultural e ciosos de que o desenvolvimento com sustentabilidade ambiental deve significar melhoria efetiva da qualidade de vida de toda a população.

Nota-se que é preciso retomar os princípios da Carta da Terra (2000), para que sejam esclarecidas as responsabilidades e as ações a serem realizadas em função da transformação individual e coletiva no que se refere ao comportamento ambiental.. A Carta da Terra ainda propõe a aplicação dos princípios que constituem a *Agenda 21*, com propostas de melhoria nas questões relativas aos temas: água/saneamento, biodiversidade, energia, saúde e agricultura. Temas esses também citados também na Rio +10 como ações prioritárias a serem garantidas até 2015, por todas as nações participantes da Conferência.

Na questão 12, sobre as práticas ambientais que adotam, 63% dos professores afirmam que são as definidas como *interdisciplinares e contextualizadas*, e 37%, *transversais*. A essa questão responderam também os professores da EMCP. Porém, quando solicitados a justificar sua escolha, 96% deixaram de fazê-lo, como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Justificativa dos professores à questão 12.1



Fonte: Pesquisa de campo (2012).

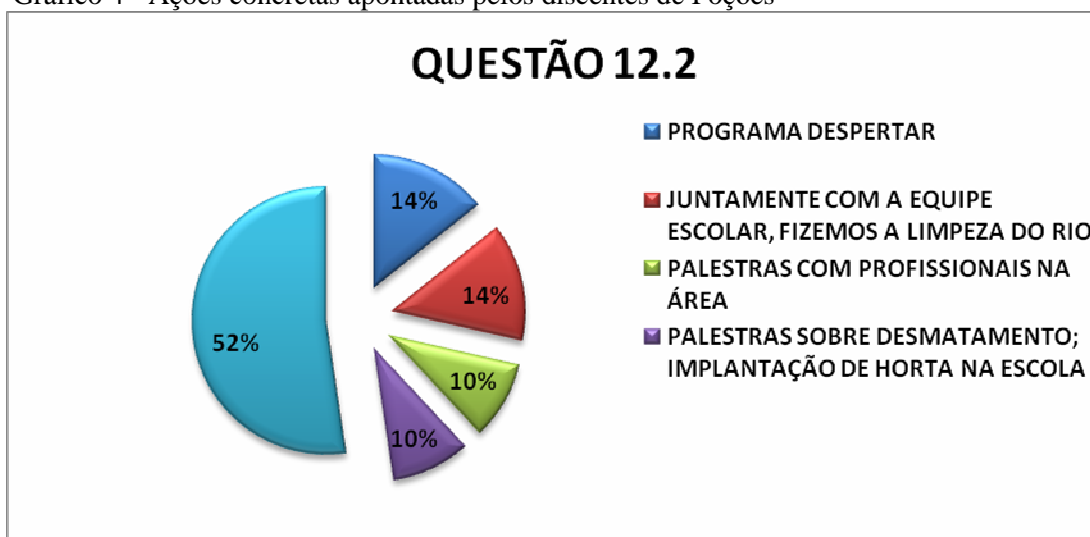
Na questão acima, 63% dos professores que adotam práticas interdisciplinares informam que as realizam a partir de trocas, cooperação e coparticipação dos alunos. A construção do conhecimento das disciplinas acontece de forma articulada e contextualizada,

ou seja, parte-se do real, das necessidades comunitárias, com o objetivo de buscar resolver e compreender um problema ou uma potencialidade ambiental local. Os 37% que informam adotar práticas transversais, referem-se a ações pontuais de educação ambiental que, além de suscitar a reflexão sobre conceitos específicos de cada disciplina, contemplem valores relacionados a temas como cidadania, meio ambiente, trabalho, consumo, sexualidade, saúde e cultura, proporcionando um conhecimento de tal modo significativo da realidade, que possibilite transformá-la mediante ações cidadãs.

Ao se analisar a ausência de respostas dos professores à solicitação de justificativa apresentada para a questão 12, podem ser pressupostas as seguintes situações: Será que os professores da educação do campo incorporaram as orientações dos PCNs que enfatizam a aplicabilidade de uma educação contextualizada, interdisciplinar e transversal? Será que os encontros de formação são suficientes para que eles estabeleçam uma relação significativa entre teoria e prática? Faltou-lhes empenho para responder ao questionário aplicado? Essas questões serão retomadas na conclusão do capítulo que inclui a análise de dados para efeito de melhor compreensão dessa atitude.

Na questão 12.2, o professor é solicitado a justificar com exemplo a ação de EA que escolheu para realizar em sua escola. Solicita-se também que justifique a sua escolha na questão 9: *Qual o problema ambiental de Poções?*. Boa parte dos discentes, inclusive os da EMCP (52%), aponta o Programa Despertar como ação concreta para ajudar a discutir e minimizar os problemas ambientais do município, de acordo com as respostas apresentadas no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Ações concretas apontadas pelos discentes de Poções



Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Ao responder à questão 13, os professores analisam o comportamento dos alunos após a implantação dessas ações de EA percebendo que os alunos mudaram seus comportamentos em diversas situações do cotidiano, como na separação do lixo, adoção de hábitos saudáveis depois da criação da horta, passaram a andar calçados para evitar o contato com locais de riscos propícios a contrair verminoses e reduziram o consumo e desperdício de água, conforme Tabela 11.

Tais práticas ou motivações de EA, presentes nas escolas incentivadas por programas e leis que refendam a Educação Ambiental, têm o propósito, segundo (TRISTÃO, 2002), de sensibilizar os cidadãos, a fim de desenvolver a consciência de melhor convívio com a natureza.

Tabela 11 - Mudança de hábitos e comportamentos dos alunos após a implantação de ações de EA

APÓS A IMPLANTAÇÃO DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO CAMPO, QUAIS OS HÁBITOS, COMPORTAMENTOS E ATITUDES QUE MUDARAM EM SEUS ALUNOS?	CONTAGEM	PERCENTUAL
A) Reduziram o uso de papel reaproveitando	19	41,3%
B) Passaram a separar o lixo e a cuidar da limpeza da escola	32	69,6%
C) Passaram a ter hábitos saudáveis após a plantação de hortas na escola	24	52,2%
D) Passaram a andar calçados para evitar o contato com locais de riscos propícios a obter verminoses	22	47,8%
E) Reduziram o consumo de água	21	45,7%
F) Outro	3	6,5%
G) Não respondeu	1	2,2%
Total	46	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

A questão 14 concerne a quais hábitos, comportamentos e atitudes dos discentes foram mudados em seu cotidiano após trabalhar com a Educação Ambiental, isto é, o que eles passaram a praticar ou frequentemente ou esporadicamente ou deixaram de praticar. Segundo as respostas dos docentes: redução do consumo de água e energia, reutilização de resíduos sólidos (não orgânicos). Quanto às atitudes: passaram a praticar esporadicamente: reaproveitamento de alimentos, participação em palestras sobre EA e em trilhas ecológicas, reaproveitamento de água da chuva. Quanto ao que deixaram de praticar: plantação de hortas para o consumo e participação em trilhas ecológicas. Sublinhe-se que os docentes da EMCP deram respostas semelhantes às questões 13 e 14.

A análise desses dados permite concluir que os discentes, após participar de atividades de Educação Ambiental, passaram a ter uma relação melhor com o meio ambiente.

Relativamente à questão 15, *Quais as práticas realizadas por você para inserir a Educação Ambiental nas comunidades rurais?* — os docentes mencionam: realização de encontros de pais, palestras sobre EA e passeatas nos distritos.

À pergunta 16, sobre os pontos positivos do Programa Despertar, do qual participaram, eis as respostas dos professores, conforme a Tabela 12:

Contribuiu para a inserção da Educação Ambiental na sala de aula, a partir do uso do material didático (revistas, banners e cartilhas).

Possibilitou que as práticas de Educação Ambiental fossem inseridas nas escolas do campo.

Gerou mudanças de atitudes dos professores em relação ao meio ambiente.

Possibilitou a discussão de temáticas voltadas para a Educação Ambiental.

Tabela 12 - Pontos positivos do Programa Despertar, segundo os professores

Caso tenha o programa despertar na escola, o que é correto afirmar sobre o mesmo?	Concordo totalmente		Concordo parcialmente		Discordo		Não respondeu	
	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%
A) Contribuiu com a inserção da educação ambiental na sala de aula a partir do uso do material didático (revistas, banners e cartilhas)	37	80,4	8	17,4	1	2,2	0	0,0
B)P promoveu mudanças de hábitos e atitudes nos alunos em relação a pratica de educação ambiental	24	52,2	20	43,5	0	0,0	2	4,3
C) Ampliou os conhecimentos dos alunos sobre meio ambiente	31	67,4	13	28,3	0	0,0	2	4,3
D) motivou os alunos a partir da realização de concursos do programa sobre meio ambiente	31	67,4	11	23,9	3	6,5	1	2,2
E) Gerou mudanças de atitudes dos professores em relação ao meio ambiente	35	76,1	8	17,4	1	2,2	2	4,3
F) Habilitou educadores para desenvolver ações estratégicas sobre os temas transversais com atividades contextualizadas e significativas a partir dos encontros de formação e grupos de estudos	27	58,7	14	30,4	1	2,2	4	8,7
G) Motivou os professores a partir da realização dos concursos de práticas de educação ambiental	26	56,5	18	39,1	1	2,2	1	2,2
H) Possibilitou o envolvimento da comunidade dos projetos de educação ambiental realizados	20	43,5	23	50,0	2	4,3	1	2,2
I) Promoveu a formação de cidadãos capazes de respeitar o meio ambiente em que vive	28	60,9	16	34,8	1	2,2	1	2,2
J) Promoveu a reflexão sobre os problemas ambientais nos contextos local e global	29	63,0	15	32,6	1	2,2	1	2,2
K) Promoveu a transformação social local	20	43,5	20	43,5	5	10,9	1	2,2
L) Possibilitou a discussão de temáticas voltadas para a educação ambiental	30	65,2	14	30,4	0	0,0	2	4,3
M) Contribuiu para a discussão de uma educação ambiental integral que promove a reflexão sobre as questões sociais econômicas e culturais para o desenvolvimento de uma educação sustentável	25	54,3	19	41,3	0	0,0	2	4,3
N) Foi através do programa que as práticas de educação ambiental foram inseridas nas escolas do campo	36	78,3	8	17,4	0	0,0	2	4,3

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Após analisar as respostas constantes da Tabela 12, e considerando as indagações feitas acerca da análise de dados da questão 12, pode-se constatar que, do total de educadores entrevistados, 58,7% informam que o Programa Despertar os habilitou para desenvolver ações estratégicas sobre os temas transversais com atividades contextualizadas e significativas a partir dos encontros de formação e grupos de estudos; que, para 78,3%, o Programa contribuiu significativamente para inserir práticas de Educação Ambiental nas escolas do campo. Entretanto, cumpre observar que é imprescindível integrar as atividades de educação formal e não formal, de acordo com as Metas para o Desenvolvimento Sustentável(2012), a fim de imprimir mais qualidade aos trabalhos desenvolvidos nas escolas do campo, visto que a percepção das especificidades e identidades locais pode ser mais apurada, o que possibilitaria um engajamento mais consciente das comunidades rurais em ações de Educação Ambiental, a fim de torná-la um marco na formação de cidadãos capazes de criar novas formas de relação socioambiental.

6.5.1.3 Análise de dados: discentes

A 469 sujeitos, 259 do sexo masculino e 210 do sexo feminino, foi aplicado o questionário elaborado para os alunos, cuja faixa etária situa-se entre 7 e 10 anos.

Na pergunta *Como você começou a discutir Educação Ambiental na escola?* — a resposta predominante, com 53%, foi: “após a implantação do Programa Despertar”; em seguida, com 26,3, “após a implantação de hortas nas escolas”; 20,7% responderam “através dos trabalhos do professor”.

Os alunos da EMCP também apontaram a implantação do Programa Despertar como o início das discussões de EA nas escolas e a construção de hortas.

À questão 4, *Quais as ações de Educação Ambiental que você já praticou na escola?* — os alunos responderam: construção de hortas, realização de palestras para alunos e comunidade, a separação do lixo e reaproveitamento, como sendo as principais ações de EA praticadas na Escola.

Tabela 13 - Opções de EA praticadas pelos anos nas escolas do campo

QUAIS AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL QUE VOCÊ JÁ PARTICIPOU NA ESCOLA?	PERCENTUAL
A) Construção de horta	61,4%
B) Separação do lixo e reaproveitamento	54,2%
C) Limpeza de rios e nascentes	19,4%
D) Trilhas ecológicas	15,8%
F) Palestras para alunos	60,1%
G) Palestras para pais e comunidades	43,5%
H) Passeatas ecológicas	36,9%
I) Distribuição de panfletos com boas práticas de educação ambiental	25,8%
J) Recolhimento de resíduo sólido na rua do povoado	3,0%
K) Construção de maquete da estação de tratamento de água, visita ao lixão	3,0%
L) Coleta de lixo ao redor da escola	0,9%
M) Não respondeu	3,0%

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Nota: * Questão Múltipla Escolha

Na Escola Cônego Python predominaram as ações construção de hortas, palestras para alunos, distribuição de panfletos na comunidade, palestras para pais e comunidade e realização de passeatas ecológicas, de acordo com a Tabela 14.

Tabela 14 - Opções de EA pelos alunos da EMCP

QUAIS AS OPÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL QUE VOCÊ JÁ PARTICIPOU NA ESCOLA (CÔNEGO PYTHON)?	PERCENTUAL
A) Construção de horta	96,9%
B) Separação do lixo e reaproveitamento	56,9%
C) Limpeza de rios e nascentes	66,2%
D) Trilhas ecológicas	1,5%
F) Palestras para alunos	92,3%
G) Palestras para pais e comunidades	58,5%
H) Passeatas ecológicas	58,5%
I) Distribuição de panfletos com boas práticas de educação ambiental	83,1%
J) Recolhimento de resíduos sólidos na rua do povoado	1,5%
K) Construção de maquete da estação de tratamento de água, visita ao lixão	0,0%
L) Coleta de lixo ao redor da escola	1,5%
M) Não respondeu	1,5%

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

A construção de hortas tem sido uma ação que motiva e mobiliza os alunos das escolas do campo, porque possibilita adquirir conhecimentos e desenvolver habilidades de selecionar

alimentos saudáveis, produzir através de práticas sustentáveis e ecológicas, construir espaços produtivos e estimular princípios de responsabilidade, respeito e convivência harmônica com seres de outras espécies, além de transmitir saberes e fazeres adquiridos para ambiente familiar como mecanismo de gerar mudanças nos hábitos alimentares e nas práticas ambientais. O secretário municipal de Agricultura, que é parceiro do Projeto Horta Escolar, assim explica o que o significado de fornecer sementes, insumos e equipamentos para a construção de hortas:

Além das famílias serem beneficiadas com os produtos da horta, a diminuição da evasão escolar é considerável, visto que as disciplinas são trabalhadas de forma articulada e contextualizada, o que permite maior conscientização da população através das palestras e cursos oferecidos pelo Programa Despertar nas Comunidades atendidas.

Para o coordenador Rafael Freitas, o trabalho com a horta escolar foi uma iniciativa sua e dos professores e atualmente constitui a mais mobilizadora ação de Educação Ambiental no município:

Este era um sonho desde a nossa chegada na Coordenação. Na maioria dos quintais só existiam mato e lixo, que era queimado regularmente. A iniciativa partiu da Coordenação e também dos professores, que abraçaram a ideia. As hortas pertencem à escola, onde os alunos têm atividades nesse espaço, que por sinal é riquíssimo, dando para explorá-lo de forma interdisciplinar. O que é colhido normalmente abastece a cozinha da escola e o excedente é doado para a comunidade.

Um marco para o fomento das hortas escolares foi a inserção do município no Projeto Educando com a Horta do FNDE, em 2011. De acordo com o Projeto, a implantação de horta escolar favorece o consumo de alimentos saudáveis, o reaproveitamento das cascas e sementes e a mudança da cultura alimentar e da melhoria da qualidade de vida.

Segundo o Projeto Educando com a Horta Escolar (FNDE, 2007), é preciso que a escola compreenda o seu papel no desenvolvimento do conjunto de atividades que contribuem para a formação de pessoas nas múltiplas habilidades necessárias ao exercício da cidadania e à formação do ser social e ambiental.

Na questão 5, *Quais as atitudes e comportamentos que você mudou no seu dia a dia após trabalhar com a Educação Ambiental na escola?* — as respostas predominantes, de acordo com a Tabela 15, foram: reduzir o consumo de água, cuidar da limpeza da escola, passar a andar calçado para evitar o contato com locais de riscos propícios a obter verminoses e aproveitar a água da chuva.

Tabela 15 - Atitudes e comportamentos mudados nos alunos após a implantação de EA nas escolas do campo

QUAIS AS ATITUDES DE COMPORTAMENTOS QUE VOCÊ MUDOU NO SEU DIA A DIA APÓS TRABALHAR COM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA?	PERCENTUAL		
	SIM	NÃO	NÃO RESPONDEU
A) Separar lixo	64%	20%	16%
B) Cuidar da limpeza da escola	86%	4%	10%
C) Reaproveitar e reutilizar materiais (papéis e garrafas pet)	74%	13%	14%
D) Reduzir o consumo de água	88%	5%	7%
E) Aproveitar água da chuva	78%	14%	9%
F) Reduzir o gasto de energia	75%	12%	13%
G) Participar de caminhadas na comunidade	33%	55%	12%
H) Distribuir planfetos sobre o meio ambiente	35%	55%	10%
I) Participar de trilhas ecológicas	26%	64%	10%
J) Participar de palestras de educação ambiental	57%	31%	12%
K) Reaproveitar os alimentos	72%	18%	10%
L) Hortas para o consumo	66%	20%	14%
M) Passar a andar calçado para evitar o contato com locais de riscos propícios a obter verminoses	80%	9%	11%
n) passar a comer verduras e hortaliças após a experiência da horta da escola	74%	15%	11%

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Na EMCP, os alunos, ao responder a esta mesma questão, apontaram como atitudes e comportamentos que eles mudaram após o trabalho de EA na escola: reduzir o consumo de água, passar a andar calçado para evitar o contato com locais de riscos propícios a obter verminoses, cuidar da limpeza da escola e reduzir o gasto de energia, conforme os dados apresentados na Tabela 16.

Tabela 16 - Atitudes e comportamentos mudados nos alunos após a implantação de EA na Escola Municipal Cônego Python

QUAIS AS ATITUDES DE COMPORTAMENTOS QUE VOCÊ MUDOU NO SEU DIA A DIA APÓS TRABALHAR COM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA (CÔNEGO PITHON)?	PERCENTUAL		
	SIM	NÃO	NÃO RESPONDEU
A) Separar Lixo	92%	5%	3%
B) Cuidar da limpeza da escola	98%	0%	2%
C) Reaproveitar e reutilizar materiais (papéis e garrafas pet)	88%	6%	6%
D) Reduzir o consumo de água	100%	0%	0%
E) Aproveitar água da chuva	78%	20%	2%
F) Reduzir o gasto de energia	98%	0%	2%
G) Participar de caminhadas na comunidade	49%	51%	0%
H) Distribuir planfetos sobre o meio ambiente	95%	3%	2%
I) Participar de trilhas ecológicas	6%	92%	2%
J) Participar de palestras de educação ambiental	91%	8%	2%
K) Reaproveitar os alimentos	89%	11%	0%
L) Hortas para o consumo	66%	3%	31%
M) Passar a andar calçado para evitar o contato com locais de riscos propícios a obter verminoses	100%	0%	0%
N) Passar a comer verduras e hortaliças após a experiência da horta da escola	98%	0%	2%

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Após análise das respostas dos alunos, percebe-se que a Educação Ambiental não formal, quando praticada desde a infância e a partir de ações individuais e coletivas, pode gerar mudanças sociais. Trata-se do exercício da cidadania ambiental como instrumento capaz de influir na formação de uma nova geração que precisa associar desenvolvimento e crescimento de forma sustentável e com poucos impactos no meio ambiente. Ressalte-se que a concepção de novos hábitos de consumo tem como correlato proporcionar melhoria da qualidade de vida das pessoas e ambiente equilibrado.

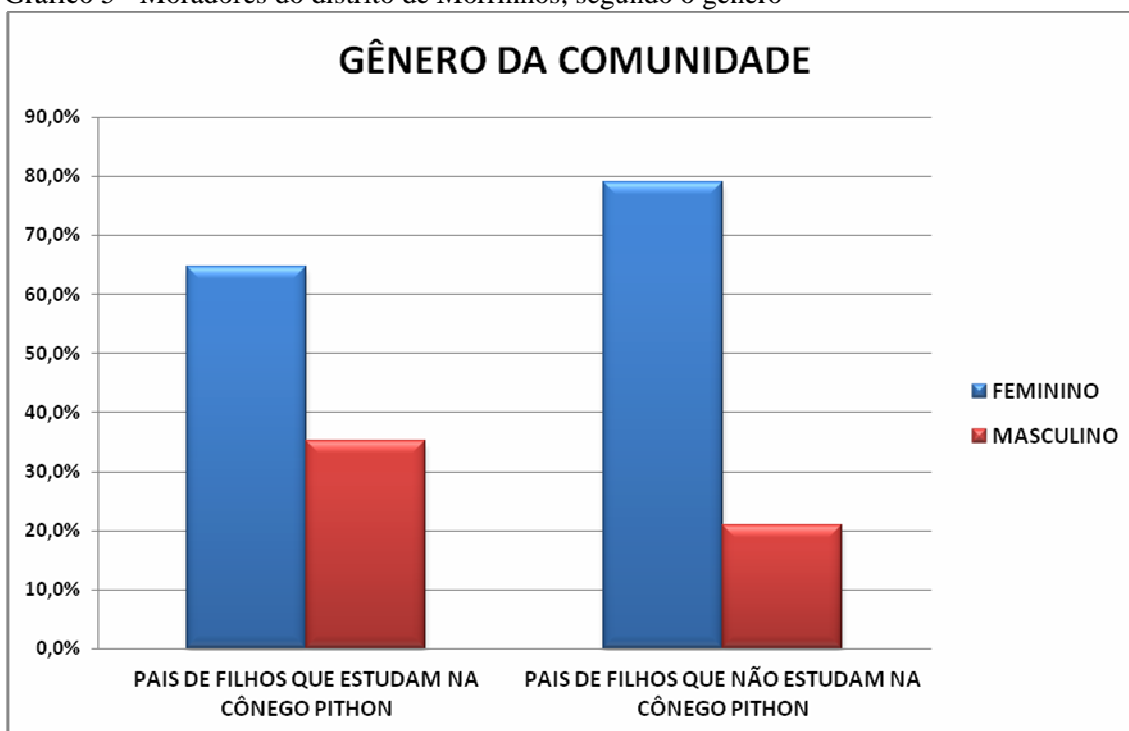
Esse novo paradigma educacional e social é o que Gadotti (2006) chama de Pedagogia da Terra ou Ecopedagogia⁴⁵.

⁴⁵ Pedagogia da Terra ou Ecopedagogia - Pedagogia para a promoção da aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana do sujeito; é a ecoformação. É uma reeducação do homem/mulher para o aprendizado com a natureza. É a educação para o desenvolvimento sustentável, que deve ocupar-se da aprendizagem de atitudes e valores para uma vida mais sustentável. Gadotti (2006) refere a pesquisa de Francisco Gutiérrez e Cruz Prado como o início da ecopedagogia.

6.5.1.4 Análise de dados: comunidade rural

Neste tópico, optou-se por elaborar um questionário para a comunidade com perguntas que possibilitaram responder ao problema da pesquisa. No mesmo questionário foram acrescentadas seis perguntas apenas para os moradores que são pais de alunos da Escola Municipal Cônego Pithon. Dos moradores do distrito de Morrinhos que foram entrevistados, percebe-se que o maior quantitativo é do sexo feminino, conforme o Gráfico 5.

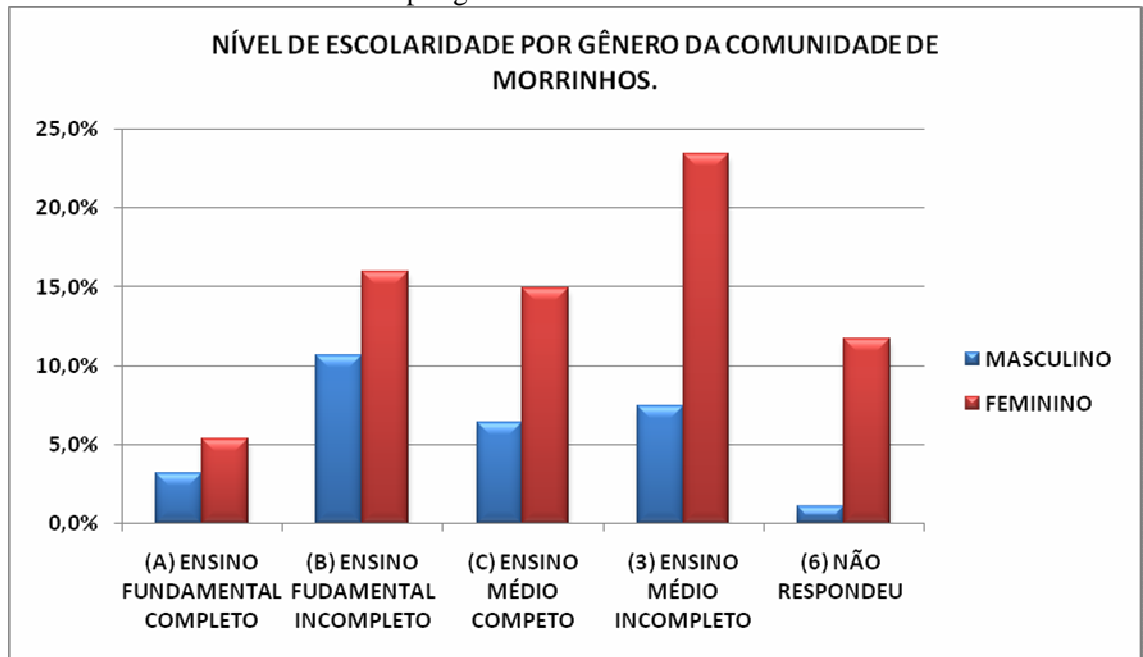
Gráfico 5 - Moradores do distrito de Morrinhos, segundo o gênero



Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Os entrevistados já moram na comunidade entre 1 e 10 anos, tem de 2 a 4 filhos, em média, seu nível de escolaridade é bastante diversificado, visto que, entre os homens, predominam os que concluíram o Ensino Fundamental Completo; e, entre as mulheres, as que não concluíram o Ensino Médio, de acordo com o Gráfico 6.

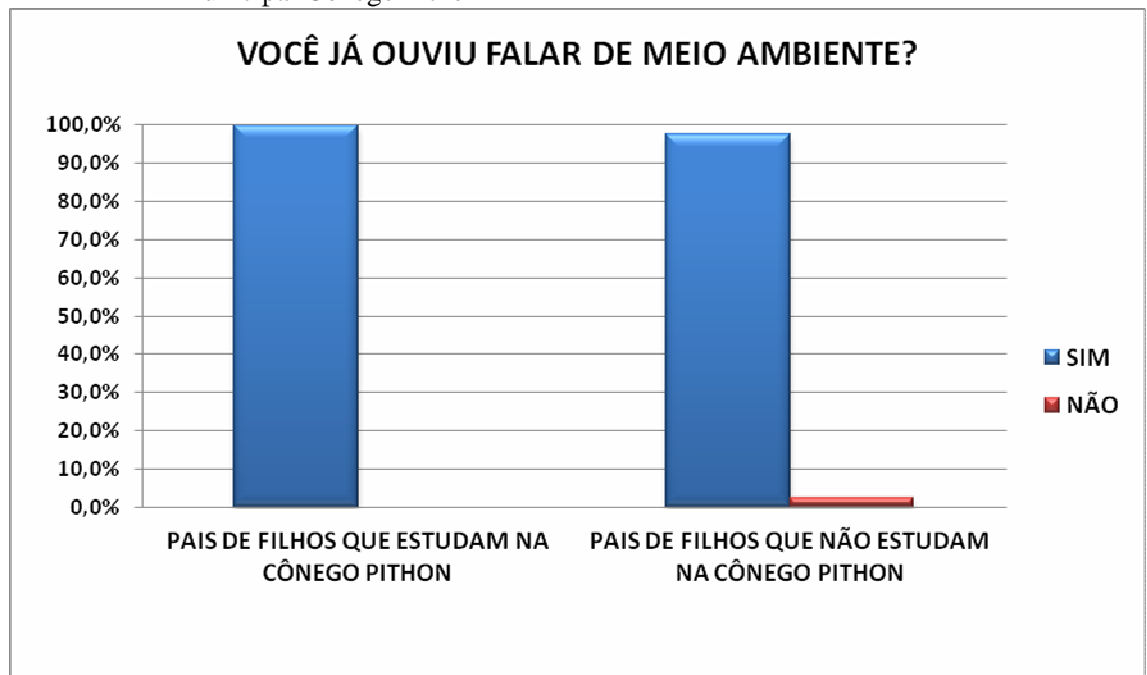
Gráfico 6 - Nível de escolaridade por gênero da comunidade de Morrinhos



Fonte: Pesquisa de campo (2012).

À questão 2, *Você já ouviu falar de meio ambiente?* — 100% dos moradores da comunidade que possuem filhos na EMCP responderam afirmativamente, índice também alto em relação àqueles que não têm filhos na referida escola, segundo o Gráfico 7.

Gráfico 7 - Moradores do distrito de Morrinhos cujos filhos estudam/não estudam na Escola Municipal Cônego Python



Fonte: Pesquisa de campo (2012).

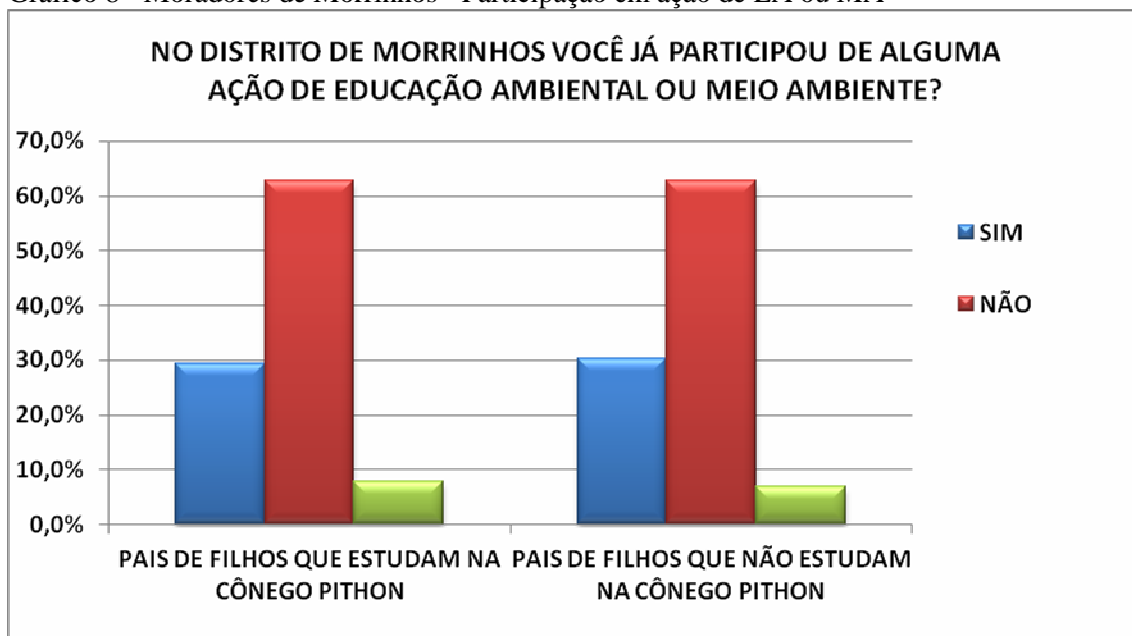
Com a pergunta 2 procura-se saber como os moradores de Morrinhos ouviram falar em Meio Ambiente. A partir das respostas ao questionário, percebeu-se que os meios de

comunicação são o principal responsável pela informação, seguido da resposta “através da Escola” e, por fim, “através da Prefeitura, Programa Despertar e Secretaria de Agricultura”.

Para confrontar as informações dos gestores com as da comunidade, optou-se por fazer a mesma pergunta: *Qual o problema ambiental de Morrinhos?* Tanto os moradores em geral quanto os pais dos alunos da EMCP responderam: falta de rede esgoto e a poluição dos rios — problemas esses que já haviam sido identificados pelos gestores do município. Segundo 80% dos moradores da comunidade pesquisada, que a Prefeitura não realizou ações para ajudar a resolver esses problemas. Entretanto, percebem que a questão do saneamento exige “muito investimento”, o que contradiz o discurso do prefeito e do secretário municipal de Agricultura, de acordo com os quais o Executivo já realizou serviços de saneamento e despoluição de mananciais.

No que concerne à participação dos moradores de Morrinhos em ações de Educação Ambiental e Meio Ambiente, 62% em média, conforme o Gráfico 8, respondem negativamente. À pergunta sobre a execução da ação, 70% dos moradores da comunidade e 40% dos pais de alunos da EMCP também respondem negativamente e apontam a Prefeitura como executora da ação de EA em que eles participaram.

Gráfico 8 - Moradores de Morrinhos - Participação em ação de EA ou MA



Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Na questão 6 os sujeitos foram indagados sobre comportamentos e atitudes que praticam em relação à Educação Ambiental. As respostas citam as práticas de: reduzir o

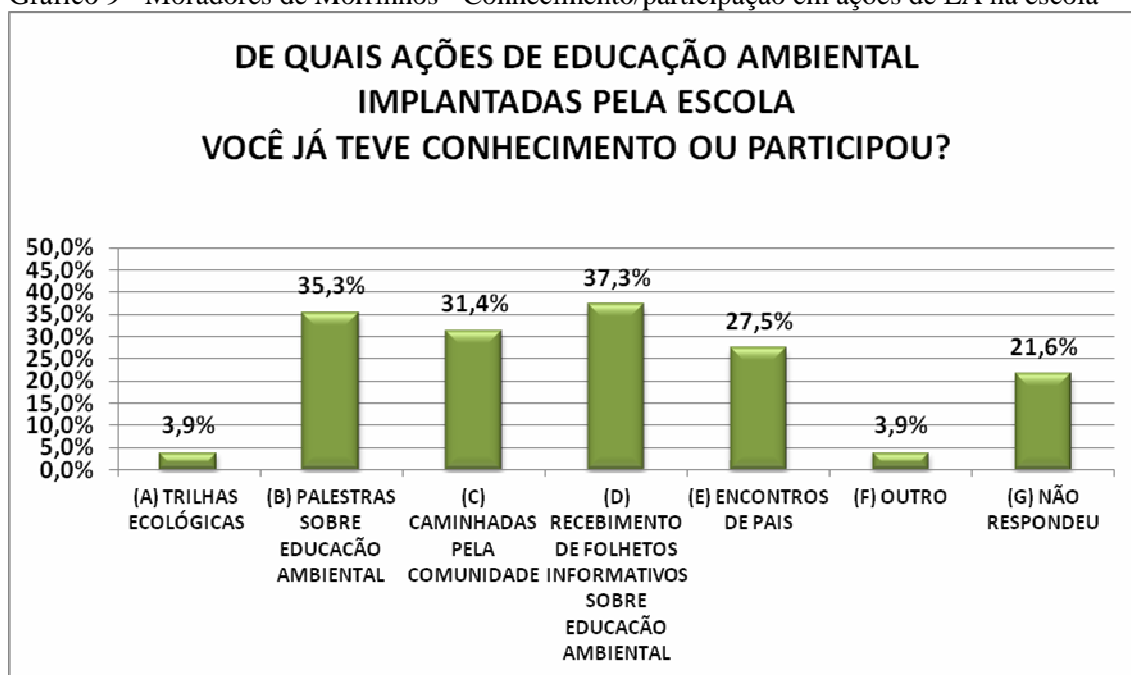
consumo de água, reduzir o gasto de energia, selecionar o lixo e reaproveitar materiais recicláveis, plantar hortas de subsistência.

Passar a desenvolver tais práticas de EA, já representa um avanço significativo para a comunidade. É preciso, entretanto, que essas ações sejam incorporadas ao cotidiano desses moradores e que eles promovam novas práticas para o uso sustentável dos recursos naturais.

Às questões analisadas abaixo, somente há respostas dos pais de alunos da Escola Municipal Cônego Pithon.

Na questão 1, de acordo com o Gráfico 9, 37,3% da comunidade já tiveram conhecimento das ações de EA da escola, através de recebimento de folhetos e 35,3% através de palestras.

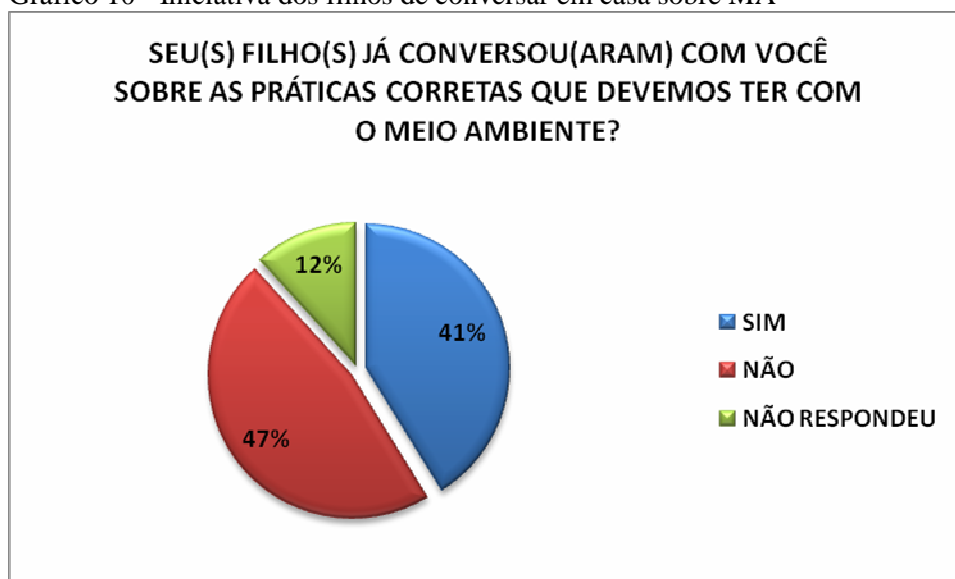
Gráfico 9 - Moradores de Morrinhos - Conhecimento/participação em ações de EA na escola



Fonte: Pesquisa de campo (2012).

À pergunta se os filhos já conversaram sobre meio ambiente em casa, 47% dos pais respondem negativamente e 41%, positivamente, conforme registro no Gráfico 10, logo a seguir.

Gráfico 10 - Iniciativa dos filhos de conversar em casa sobre MA



Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Quanto à pergunta sobre o conhecimento do Programa Despertar, do Senar-BA, em Morrinhos, 53% dos entrevistados informam que não conhecem integralmente esse Programa, 37%, que o conhecem, e 10%, não responderam.

A questão *O que você sabe sobre o Programa Despertar?* — tanto os moradores em geral de Morrinhos quanto os pais de alunos da EMCP, conforme a Tabela 17, respondem ser um Programa que ensina a cuidar do meio ambiente, economizar água, cuidar do lixo e do solo e plantar hortas.

Tabela 17 - Conhecimento sobre o Programa Despertar

O QUE VOCÊ SABE SOBRE O PROGRAMA DESPERTAR?	PERCENTUAL
A) É um programa que trabalha os temas água, lixo, solo, biodiversidade com os alunos	39,2%
B) Ensina a cuidar do meio ambiente: não poluir os rios, não jogar lixo nas pastagens, não prender animais silvestres etc	58,8%
C) Ensina as pessoas a economizar água, a plantar hortas, a reciclar o lixo e a cuidar do solo	54,9%
D) Não sei responder	19,6%
E) Não respondeu	5,9%

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Nota: * Questão de Múltipla Escolha.

À pergunta se já aprendeu com seu(s) filho(s) alguma nova atitude ou comportamento após ele(s) participar(em) do Programa Despertar, 65% afirmam que sim e já aprenderam a construir hortas e economizar água.

O resultado da pesquisa contradiz o que professores, Coordenação da Educação e gestão municipal apresentam, já que informam ser grande o número de ações de EA realizadas nas escolas e na comunidade. Essa discrepância ou pode ter sido devida à falta de comunicação e diálogo entre a escola e a comunidade local, já que alunos e professores demonstram estar engajados em ações de EA, ou a comunidade não percebeu tal movimento. Mostra-se então necessário abordar no Projeto em Educação Ambiental, realizado pelas escolas, a importância de participação da comunidade em ações implantadas de EA. Torna-se, pois, crucial estimular essa participação mediante estratégias de uma aprendizagem dialógica.⁴⁶

Percebe-se que alunos e professores estão engajados e conhecem de tal modo os princípios da Educação Ambiental, que já os aplicam em seu cotidiano. Por sua vez, pais e moradores em geral do distrito investigado, apesar de responder que reconhecem as práticas de EA da escola, põem em dúvida a eficácia dessas ações no âmbito da comunidade. Fica então evidente ser indispensável criar mecanismos que possibilitem uma experiência *extramuros* de aprendizagens em EA, a fim de mobilizar a comunidade do entorno da escola para a implantação de princípios e práticas de melhor relação com o meio ambiente, na perspectiva de tratá-lo como um bem de uso coletivo, razão pela qual a sua conservação é fator essencial à sadia qualidade de vida e ao desenvolvimento que se deseja sustentável.

⁴⁶ A concepção de aprendizagem dialógica é apresentada por Gabassa e Braga (2009) como uma perspectiva que compreende a escola como um espaço de interação no qual ocorre a aprendizagem. As escolas que assumem a aprendizagem dialógica como o seu projeto político pedagógico são conhecidas como Comunidades de Aprendizagem. Trata-se de uma perspectiva de trabalho que propõe a transformação da escola e de seu entorno com o objetivo de, só assim, alcançar êxito educativo.

7 CONCLUSÃO

Ao findar este trabalho, que muito significa em minha formação acadêmica, três experiências me ocorrem, relacionadas ao tema aqui desenvolvido segundo a orientação metodológica de uma pesquisa empírica. A primeira experiência, que chamo de *curiosidade*, remonta ao começo de minha adolescência, quando uma palavra - “poluição” -, de tanto lê-la em livros, revistas e jornais, de tanto ouvi-la no rádio, na TV e no cinema e em canções, e dita milhares de vezes por inúmeras pessoas, nos mais diferentes lugares, passou a me instigar.

Bem me lembro de que associei imediatamente poluição a fumaça, talvez por causa da já costumeira desagradável sensação de aspirar combustível queimado, expelido em vapor tóxico pelo cano de descarga dos veículos, em horas de engarrafamento nas cidades e nas rodovias. Não demorou para que outros significados de poluição se somassem ao de fumaça, como o de sons altos, o da profusão extravagante de cores e imagens da mídia em geral e especialmente da publicidade, o da contaminação das águas de rios, lagoas, mares, o da falta de limpeza urbana, o de esgotos a céu aberto etc.

Ao fim da adolescência, o que era *curiosidade* tornou-se *interesse*. O termo “poluição” passou para mim a demandar a exigência do que é conceitual. Foi quando os conhecimentos que pouco a pouco eu ia adquirindo sobre meio ambiente exigiram uma percepção mais apurada dos fenômenos naturais à minha volta e de seus efeitos sobre todas as formas de vida. Aprender um conceito, como intuí, requer análise, que, por sua vez, constitui um dos procedimentos do saber científico.

Dáí foi um passo para me informar, por exemplo, sobre um gás, o dióxido de carbono, também conhecido como gás carbônico, uma substância formada por dois átomos de oxigênio e um de carbono, cuja representação química é CO_2 - um gás importante para o reino vegetal, por ser decisivo na realização do processo da fotossíntese; liberado na respiração (expiração) dos seres vivos e também na queima de combustíveis fósseis. Como vim a entender, entretanto, a grande quantidade de dióxido de carbono lançada na atmosfera afeta gravemente o planeta, pois ocasiona o efeito estufa e, por consequência, o aquecimento global. São largamente conhecidos seus efeitos mórbidos quando muito inalado, e podem até mesmo provocar morte por asfixia.

A terceira experiência, resultante do *interesse* pela palavra “poluição” e seu campo semântico, associado ao que se entende por degradação ambiental, veio a ser a da *reflexão*

crítica, quando me tornei estudante de graduação em Pedagogia. Os anos seguintes, no exercício profissional de educadora, levaram-me a examinar com mais profundidade os meios e modos capazes de oferecer novas alternativas de relação com o que se chama de natureza - em sua acepção ampla, o conjunto de coisas que existem realmente ou do que se produz no mundo físico, independentemente de intervenção consciente; o mundo físico em si, sua organização, leis, fenômenos, fonte de recursos essenciais à sobrevivência das espécies; a condição própria, a essência dos seres em geral; em sentido antropológico, sua transformação pelo trabalho do homem, que resulta em cultura, a qual, por sua vez, concerne a tudo que se compreende como ordem simbólica.

A experiência da *reflexão crítica* veio a se enriquecer quando, funcionária do Senar-BA e responsável pela coordenação do Programa Despertar, voltado para promover ações de Educação Ambiental no interior do Estado, decidi-me investir mais em minha formação acadêmica. Essa decisão, que amadureci, levou-me a optar pelo Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano desta Universidade, cujo Programa de Pós-Graduação nessa área poderia me oferecer - como de fato me ofereceu - a oportunidade de melhor embasar e revisar meus conhecimentos, avançá-los e aprofundar seu referencial teórico, ao cumprir a exigência de realizar um projeto de pesquisa com tema de minha livre escolha. A *démarche* que se seguiu culminou na elaboração deste trabalho dissertativo.

A licença que me permito de, nesta conclusão, usar a primeira pessoa, o que não é muito frequente em trabalhos do gênero, tem sua razão de ser e cabe-me justificá-la: lidar com questões ambientais, no atual estado crítico de qualquer lugar do mundo, é sensibilizar-se, ao invés de preferir adotar uma pretensa e asséptica — no fundo, falaciosa — posição de neutralidade. A esse respeito, vem muito a propósito uma lúcida observação de Merleau-Ponty (1980, p. 85):

A ciência manipula as coisas e renuncia a habitá-las. Fabrica para si modelos internos delas e, operando sobre esses índices ou variáveis as transformações permitidas por sua definição, só de longe em longe se defronta com o mundo atual.

Um fato salta aos olhos de tão claro e incômodo: em todos os lugares, as pessoas estão preocupadas com a degradação do meio ambiente do planeta. Elas querem ação. Tendem a ser cada mais inquietantes as apreensões quanto às tentativas de restabelecer a saúde da Terra. Todos os indicadores de degradação ambiental continuam sem decrescer: florestas estão diminuindo, desertos estão se expandindo e solos são erodidos. A destruição da camada de ozônio estratosférica, que nos protege contra as radiações ultravioleta nocivas, parece ter

piorado nos últimos trinta anos. Os níveis de dióxido de carbono e de outros gases que aprisionam calor na atmosfera continuam a se elevar de uma maneira perfeitamente previsível.

Por outro lado, também é verdade, os esforços para se lidar com questões relativas ao meio ambiente vêm se tornando internacionais, a partir da Conferência de Estocolmo (1972), quando, pela primeira vez, o mundo se direcionou para o volume da população absoluta global, a poluição atmosférica e a intensa exploração dos recursos naturais. Conferências como a Rio-92 e a Rio+20 (2012) - em cujo intervalo a população mundial aumentou mais 1,5 bilhão de pessoas (apesar do aumento, a taxa de crescimento caiu 27%) - contribuíram para realizar uma análise integrada da interação global das tendências energéticas, ambientais, alimentares, populacionais e econômicas. Entre ambas as conferências, outros eventos de igual importância foram realizados e milhares de grupos de ação ecológica surgiram no mundo todo.

No que se refere ao Brasil e à Bahia, como igualmente foi assinalado neste estudo, há todo um histórico, nos contextos nacional e estadual, de promulgação de textos legais que contemplam a relevância da Educação Ambiental e sua inserção na prática pedagógica das modalidades de ensino formal, não formal e informal, bem como, no curso das duas últimas décadas, de adoção de políticas públicas voltadas para o meio ambiente, com definição de diretrizes e implementação de estratégias, programas e linhas de ação. Tais providências, que são cruciais, favorecem iniciativas de ONGs e fundações civis, tanto quanto a realização de convênios de cooperação público-privada para incorporar ao cotidiano das populações a filosofia - isto é, clara e explicitamente, princípios e valores da Educação Ambiental.

Também reiterou-se neste trabalho a percepção, hoje mundial, que se tem do desenvolvimento entendido como sustentável. Não por acaso, o conceito de sustentabilidade, com suas interfaces ambiental, social, econômica e, cumpre acrescentar, ética, é o fundamento e o horizonte da Educação Ambiental. O que está, pois, em jogo, por ser urgente, é torná-la vetor de uma sustentabilidade equitativa como um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Uma educação assim afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a construção de sociedades justas e ecologicamente equilibradas, que conservem entre si a relação de interdependência e diversidade individual e coletiva nos níveis local, nacional e planetário.

A Educação Ambiental aponta a constituição de valores sociais, informações, capacidades, costumes e confiabilidades regressadas para a conservação ambiental, e sua sustentabilidade. A Educação Ambiental é vista hoje como uma possibilidade de transformação ativa da realidade e das condições da qualidade de vida, por meio da conscientização advinda da prática social reflexiva embasada pela teoria (LOUREIRO, 2009).

Justo na medida em que é essa possibilidade, a Educação Ambiental pressupõe a necessidade de conscientização do que propõe, obtida com a capacidade crítica permanente de reflexão, diálogo e assimilação de múltiplos conhecimentos. Possibilitá-la, portanto, torna-se essencial para se desenvolver sociedades sustentáveis, ou seja, orientadas para enfrentar os desafios da contemporaneidade, a fim de garantir o que é ético: melhoria significava da qualidade de vida para as gerações atuais e futuras.

No que concerne especificamente à pesquisa empírica que constitui a presente dissertação, a análise de dados permite afirmar que foi respondido o problema do estudo. Isto é, à luz das informações dos sujeitos investigados - gestores de Poções, coordenadores da Educação, professores, alunos e comunidades rurais -, as ações de EA implantadas nas escolas do campo desse município obtiveram efeito positivo, em especial a Escola Cônego Pithon, no distrito de Morrinhos, o *locus* do estudo. A análise permite mesmo concluir que, nessa escola, as atividades desenvolvidas de Educação Ambiental podem ser consideradas como um instrumento de transformação, por ter contribuído para que professores e alunos passassem a apresentar novos hábitos, atitudes e comportamentos no cotidiano de sua relação com as questões ambientais. Os efeitos mais relevantes da conscientização que implicou as práticas de EA pedagogicamente orientadas podem ser verificados quanto aos seguintes itens: tratamento dos resíduos sólidos, com o uso dos 5Rs (Repensar, Reduzir, Reutilizar, Recusar e Reciclar), uso racional da água, captação de água da chuva, redução do gasto de energia, limpeza e conservação do entorno da escola e de margens de rios, plantação de horta escolar, cuidados com a saúde e a nutrição, disseminação de informações ecológicas, através de encontros de pais, e interesse por palestras sobre meio ambiente para a comunidade.

Ao considerar os objetivos e questões norteadoras deste trabalho, cabe também assinalar que as práticas de EA desenvolvidas nas Escolas do Campo de Poções, objeto desta dissertação, foram referidas tanto nas respostas aos questionários aplicados e nas entrevistas realizadas quanto nos documentos da Secretaria Municipal de Educação e relatórios analisados e apurados *in loco* nas seis visitas feitas pela autora para conversar com alunos, professores, coordenadores, gestores municipais e comunidade rural.

As práticas mais identificadas de EA nas Escolas do Campo, principalmente na EMCP, são realizadas pelos professores com a participação expressiva dos alunos - a saber, trilhas e passeatas ecológicas, distribuição de folhetos, vivências ambientais (aulas ao ar livre), palestras sobre EA para alunos e pais, com abordagem de temas diversos, como: uso sustentável e qualidade da água; valorização do meio rural e de sua cultura; coleta seletiva do lixo e reaproveitamento de resíduos sólidos; cuidados com o solo; construção de maquetes de estação de tratamento da água (com visitas às instalações locais da Embasa); projetos de oficinas de reciclagem de resíduos; plantação de hortas de subsistência familiar (quintais produtivos) e experimentos com hortas de sequeiro; limpeza de resíduos nas nascentes dos rios; oficinas de incentivo ao consumo de alimentos orgânicos e alimentação alternativa.

Pôde-se ainda perceber que os professores desse município, de modo mais evidente os que lecionam na EMCP, incorporaram às suas atividades pedagógicas os pressupostos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) no uso de práticas contextualizadas com a realidade do campo, pois aplicaram os temas transversais em sala de aula.

Entretanto, ainda que em muitas práticas de EA verificadas no transcurso desta pesquisa seja possível identificar a aplicabilidade dos princípios da Lei 9.975, do ProNEA e da Política de Educação Ambiental da Bahia, a adoção desses pressupostos não significa nem garante que os professores conheçam efetivamente esses documentos legais. Os indicadores empíricos demonstram que a maioria deles mencionou conhecer a proposta do Programa Despertar, do Senar-BA, os PCNs, cujos documentos lhes são mais acessíveis porque foram reproduzidos e distribuídos nas escolas onde atuam. A esse respeito, cumpre referir que, ser solicitados a dar exemplos de práticas contextualizadas, transversais e interdisciplinares, eles omitiram a resposta. Esse dado suscita uma indagação: houve deliberada omissão ou não sabiam exemplificar?

A pesquisa, ainda no que se refere a esses professores, pôde apurar que eles tem bom nível de escolaridade, haja vista que, em grande parte, são graduados e pós-graduados. Essa constatação remete ao que é referido na introdução deste trabalho quanto ao resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb) no município. No que concerne à sua formação continuada, eles apontam os seminários realizados anualmente pelo Programa Despertar e os encontros do Grupo de Estudo Despertar (GED) como sendo os eventos dos quais participam para se atualizar na temática: Educação Ambiental.

Ainda nesta dissertação procurou-se analisar as ações de Educação Ambiental no contexto regional, tendo como pressuposto a aplicação dos conceitos de desenvolvimento

sustentável territorial, também chamado de Desenvolvimento Sustentável Local (DSL), que propõe ações concretas para melhorar a realidade local. O enunciado proposto por Henzel Handerson - “Pensar globalmente e agir localmente” - parece favorecer iniciativas mobilizadoras que contribuam para resolver problemas locais ao articular potencialidades também locais.

Nesta dissertação, o local escolhido para investigar as ações de Educação Ambiental foi o distrito de Morrinhos, em Poções, município do Sudoeste da Bahia. Ao aplicar a pesquisa empírica para identificar mudanças de hábitos, comportamentos e atitudes de pais nesse distrito, em especial os pais de alunos da Escola Cônego Pithon, após as ações de Educação Ambiental implantadas nas Escolas do Campo do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, conclui-se que esses sujeitos não só conhecem o conceito de meio ambiente, como identificam os problemas ambientais que vivenciam em seu cotidiano nessa comunidade e são unânimes em afirmar que, para resolvê-los - prioritariamente, a falta de saneamento básico -, deve haver mais investimento público. A maioria informa não ter participado de práticas ambientais na comunidade, com exceção de parte dos pais da EMCP, porém enfatiza que passou a observar certas ações que consideram importantes, como: redução do consumo de água e de energia, reaproveitamento de alimentos e plantação de hortas de subsistência familiar. Esse dado valida assim a resposta dos docentes que afirmam realizar muitas atividades nesse distrito. Uma indagação a esse respeito é pertinente: os moradores de Morrinhos associaram efetivamente sua mudança de hábitos, comportamentos e atitudes às práticas de EA que lá foram realizadas. De todo modo, parece correto afirmar, à luz do que se depreende dos dados analisados, que os habitantes desse município demonstram adotar novos modos de convivência com a natureza e praticam ações ambientalmente equilibradas.

Ampliando a análise regional optou-se por questionar sobre os problemas ambientais do município de Poções a gestores municipais e professores eles apontam falta de esgoto, desmatamento e queimadas, poluição de rios, uso de agrotóxicos nas lavouras, porém as ações para resolver essas questões são incipientes, já que para muitos desses problemas ambientais requer grandes investimentos e parcerias com Secretarias de Estado. Percebe-se na fala do Gestor municipal grande interesse em resolver as questões ambientais do município, procurando parcerias, projetos e emendas para o seu município porém a população contradiz a essa vontade política, ou ainda não percebeu essas ações.

Por fim, com respeito à análise de dados da pesquisa empírica, para responder aos objetivos e questões norteadoras propostos se as atividades implantadas nas Escolas do Campo de Poções, após a execução do Programa Despertar, resultaram em reflexões contextualizadas na realidade local e constituem-se num instrumento de transformação social e de melhoria significativa da relação das comunidades rurais com o meio ambiente, eis o que professores e alunos apontam: o referido programa pode ser considerado como o marco inicial da implantação de ações de EA nas Escolas do Campo de Poções e, em especial, na Escola Cônego Pithon, do distrito de Morrinhos, além de ser o incentivador de práticas contextualizadas de EA, como a de atividades significativas intra e extraclasse, e de promover o que se traduz em “atitudes ecológicas” de professores, alunos e pais. Estes, por sua vez, informam que aprenderam com os filhos, matriculados na EMCP, práticas de EA a partir do trabalho da escola, principalmente a plantar hortas e cuidar da água. Afirmam também esses pais que o Programa Despertar presta um serviço à comunidade, porque ensina às pessoas a ter uma relação melhor com o meio ambiente e a usar de modo apropriado os recursos naturais.

Para os gestores de Poções, o Programa Despertar contribuiu para mudar a maneira de ser das Escolas do Campo do município, razão pela qual o consideram como o instrumento que possibilitou aos discentes, docentes e comunidade rurais adotar o que sensato em relação ao meio ambiente local.

Cabe acrescentar que esse programa do Senar-BA é o único, voltado para a Educação Ambiental, que se executa no âmbito das Escolas do campo de Poções. Conquanto o Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional (ProEASE), da Secretaria Estadual de Educação (SEC), tenha sido referido pelos sujeitos pesquisados, não dele não se percebe nenhuma atividade Programa nas escolas em questão.

Não compete a este trabalho aferir a qualidade do Programa Despertar, mas, pelo que se percebeu de seu foco de atuação e das respostas que obtém, parece pertinente sugerir sua articulação com as associações comunitárias, as ações da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e as políticas públicas de Educação Ambiental da Bahia. Essa estratégia favoreceria a cooperação público-privada para fortalecer a promoção de práticas sustentáveis no campo.

Ressalte-se que, por mais desejável e urgente que seja viabilizar o Desenvolvimento Sustentável, a Educação Ambiental, por si só, não poderia cumprir essa meta, que é a das sociedades contemporâneas. É eticamente imperioso que governos, universidades, ONGs,

empresas e múltiplas entidades civis disponham-se a interagir e cooperar para empreender ações conjuntas e eficazmente ecológicas a fim de que a saúde do planeta seja recuperada e se generalize às populações o bem daí resultante: a melhoria significativa de sua qualidade de vida.

Conosco permanece e se desdobrará a experiência da reflexão crítica que tanto nos motivou a cursar este Mestrado nesta Universidade. Reflexão que, em grande parte, devemos a outro filósofo francês, Paul Virilio (apud DOSSE, 2010, p.319), sobre outra palavra - *ecologia*:

O que importa é o fato de que a ecologia é muito mais que a ecologia. É a ciência do futuro. Não se poderá pensar sem ela. Eis o que será a ecologia: a coerência buscada entre a economia no sentido complexo do termo e a economia no sentido ecológico. Os dois níveis vão se fundir, estou seguro disso.

Permitimo-nos compartilhar desse sentimento e da visão que descortina, contra a aniquilação da esperança e a favor da vida. Não por outra razão, *vida* é a palavra-chave, ou melhor, a palavra potente dos três versos do mais importante poeta brasileiro, Carlos Drummond de Andrade, citados como a primeira epígrafe desta dissertação.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- AROCENA, J. **El desarrollo local**: un desafio contemporaneo. Caracas: Nueva Sociedad, 1995.
- ASSAD, M. L. L.; ALMEIDA, J. Agricultura e sustentabilidade contexto, desafios e cenários. **Ciência & Ambiente**, n. 29, p.15-30, 2004.
- BAHIA. Secretaria da Educação — SEC. **Encontro de Formação do Programa Escola Ativa**. Salvador: 2010a. Disponível em: <<http://www.educacao.ba.gov.br/node/745>> Acesso em: 27 jul. 2012.
- BAHIA. Secretaria da Educação — SEC. **Princípios e eixos da educação na Bahia**. Salvador: SEC, 2010b.
- BAHIA. Secretaria da Educação — SEC. **Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional — ProEASE**. Salvador, 2010c. Disponível em: <http://www.educacao.ba.gov.br/sites/default/files/canal_institucional/arquivos/Prog_ProjProease.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2012.
- BAHIA. Secretaria da Educação — SEC. **Todos pela Escola**. Salvador, 2012. Disponível em: <http://educar.sec.ba.gov.br/todospelaescola/?page_id=12>. Acesso em: 17 ago. 2012.
- BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente — Sema. **Cartilha de Educação Ambiental da Bahia**. 2011. Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/upload/cartilha_educacao_ambiental_bahia.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2012.
- BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente - SEMA. Decreto nº 9.083 de 28 de abril de 2004. Institui a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia — CIEA-BA e dá outras providências. **D.O.E**, Salvador, 24 de abril de 2004. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/Legislacao/Decretos%20Estaduais/Meio%20Ambiente-Biodiversidade/Dec9083.pdf>> Acesso em: 18 ago. 2012.
- BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente — Sema. Lei nº 12.056 de 07 de janeiro de 2011. Institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, e dá outras providências. **[Diário Oficial do Estado]**, Salvador, 15 e 16 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/upload/Lei_12_056_de_07_jan_2011_-_Republicacao.pdf> Acesso em: 3 jul. 2012.
- BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente — Sema. **Resolução nº 01/2009**. Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia — CIEA-BA. Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/legislacao/resolucao_ciea/resolucao_01.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2012.
- BALEEIRO, A.; SOBRINHO LIMA, B. **Constituições Brasileiras, 1946**. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Etnográficos, 2001.
- BAN KI-MOON. **Declaração de Ban Ki-moon à Assembléia Geral da ONU sobre os resultados da Rio+20**. 28 jun. 2012. (Discurso proferido no encontro na Assembléia Geral,

na sede de Nova York, para comentar os resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/declaracao-de-ban-ki-moon-a-assembleia-geral-da-onu-sobre-os-resultados-da-rio20>>. Acesso em: 1 set. 2012.

BARBOSA, L. C. **Políticas públicas de educação ambiental numa sociedade de risco: tendências e desafios no Brasil**. 2008. Trabalho de conclusão do curso (Especialização em Políticas Públicas da Educação com Ênfase em Monitoramento e Avaliação) — Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). 2008.

BATISTA FILHO, M. (Org.). **Viabilização do Semi-árido Nordestino**. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco, 2001.

BOAVENTURA, E. M. A educação na Constituinte de 1946: comentários. In: FÁVERO, O. (Org.). **Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 2001.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação e tese**. São Paulo: Atlas, 2007.

BOMTEMPO, L. Escola do coração. Um conjunto de atividades para desenvolver nos alunos a inteligência emocional. **Amae-Educando**. Minas Gerais: Fundação Amae Educando, n. 268, jun. 1997a.

BOMTEMPO, L. Os alunos investigadores. **AMAE-Educando**, n. 270, p. 6-11, set. 1997b.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-actualizada-pl.html>>. Acesso em: 18 ago. 2012.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 de abril de 1999.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 18 ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura - MEC. **Carta brasileira para Educação Ambiental (MEC, Rio-92)**. Rio de Janeiro, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura - MEC. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional (1996). LDB: diretrizes e bases da educação nacional: Lei n.9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e legislação correlata**. Brasília: Câmara dos Deputados / Centro de Documentação e Informação, 1996.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Carta de Belgrado**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/documentos-referenciais/item/8066>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Informe Final da 2ª Reunião de Especialistas em Gestão Pública da Educação Ambiental da América Latina e Caribe.** Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. **Programa Nacional Educação Ambiental — ProNEA.** 3. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm Acesso em: 10 jul. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm Acesso em: 10 jul. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, 26 de junho de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm Acesso em: 10 jul. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União,** Brasília, 24 de abril de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm Acesso em: 18 ago. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.** Revogado pela Lei nº 12.651, de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm Acesso em: 18 ago. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.315 de 23 de dezembro de 1991.** Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, nos termos do artigo 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Alterada pela legislação Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Disponível em: http://www.senarrs.com.br/Legislacao/Legislacao_SENAR_Aplicavel.pdf Acesso em: 18 ago. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.** Institui o Sistema Nacional de Atendimento Sócio educativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2012/12594.htm> Acesso em: 18 ago.

2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm#art83> Acesso em: 18 ago. 2012.

BRASIL. República Federativa do Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA.** Novembro de 2003. Disponível em: <http://semed.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2010/12/pronea__ltima_vers_o.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental — SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** meio ambiente e saúde. Brasília, 1997.

CALAZANS, M. J.C. Para compreender a educação do Estado no meio rural: traços de uma trajetória. In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, M.N. (Org.). **Educação e escola no campo.** Campinas: Papyrus, 1993.

CAMPOS, N.; KRAHL, M. F. L. Territorialidade: elo entre o espaço rural e o espaço urbano. In: STEINBERGER, M. (Org.). **Território e políticas públicas espaciais.** Brasília: Paralelo 15; LGE, 2006. p. 83-100.

CAPRA, F. **Alfabetização ecológica:** a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARSON, R. **Primavera silenciosa.** Traduzido por Claudia Sant’Anna Martins. 1. ed. São Paulo: Gaia, 2010.

CARVALHO, I. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.2, n.2, p.43-51, 2001.

CARVALHO, I. C. de M. Educação para sociedades sustentáveis e ambientalmente justas. **Revista do Mestrado em Educação Ambiental.** Rio Grande, dez. 2008. (Volume Especial).

CAVACO, C. Turismo e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e geografia:** reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 94-121.

CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 1., 2003. Brasília: MMA, 2003.

CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 5., 2006. Joinville, 2006.

COSTA, C. B. da ; FONTES, D. L. ; RIBEIRO, R. R. **Educação e Trabalho.** [Brasília]: [SENAR], [200?]. No prelo.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa:** método qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu Silva. 3.ed.Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo.** 2. ed. São Paulo: Editora NESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

CURY, C. R. J. Um olhar sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. In: XAVIER, M. do C. (Org.). **Manifesto dos Pioneiros da Educação: um legado Educacional em Debate**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

DECLARAÇÃO de Bonn: a educação para o desenvolvimento sustentável no Século XXI. In: UNESCO. **Década da educação para o desenvolvimento sustentável: 2005 – 2014**. Disponível em: <http://www.peaunesco-sp.com.br/ano_inter/ano_energia/decada_do_desenvolvimento_sustentavel.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2012.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1996. Disponível em: <<http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000046001-000047000/000046258.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2012.

DIAS, G. F. Os quinze anos da Educação Ambiental no Brasil: um depoimento. **Em Aberto**, Brasília, v. 10, n. 49, jan./mar. 1991.

DIAS, G. F. **Iniciação à temática ambiental**. São Paulo: Gaia, 2001.

DIAS, G. F. **1949-Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DIREITO Ambiental Internacional. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e os desafios da nova ordem mundial. Rio de Janeiro: Thex Editora, 1995.

DOSSA, F. **Gilles Deleuze e Félix Guattari: biografia cruzada**. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **A horta escolar dinamizando o currículo da escola**. Brasília: MEC, 2007.

FONSECA, C. S. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia da ETN, 1961.

FRANCO, A. de. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília: Instituto de Política, 2000.

FREIRE, J. T. ; NASCIMENTO, M. de F. ; SILVA, S. A. H. **Diretrizes curriculares de educação ambiental: as escolas da Rede Municipal de Ensino de Salvador**. Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC, 2006.

FREIRE, P. **Educação como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

FRIGOTTO, G. Globalização e crise do emprego: mistificações perspectivas a formação técnico-profissional. **Boletim Técnico do Senac**, v.25, n.2, 1999.

FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GABASSA, V.; BRAGA, F. M. **O giro dialógico na sociedade e a concepção de aprendizagem dialógica: avanços para a compreensão da escola na contemporaneidade**. São Paulo: UFSCar, 2009.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2006.

GALLICHIO, E. Empoderamento, teorias de desenvolvimento e desenvolvimento local na América Latina. In: ROMANO, J.; ANTUNES, M. (Org.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid. 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, A. C. **Estudo de caso**: fundamentação científica, subsídios para coleta e análise de dados. Como redigir o relatório. São Paulo: Atlas, 2009a.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009b.

GONÇALVES, C. C. **Conhecendo o Despertar**. Brasília: Senar - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2009a. (Coleção Vida e Meio Ambiente).

GONCALVES, C. C. ; SANTANA, F. C. **Manual de projetos**: um referencial em construção. 2. ed. Salvador: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural SENAR/Bahia. Administração Regional do Estado da Bahia, 2009b.

GUERRA, M. F. Educação ambiental. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 21, n. 202, p. 54-56, jan./fev. 2000.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades 2008*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades. 2012**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 12 ago. 2012.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultado do Censo 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php>. Acesso em: 12 ago. 2012.

IESB - INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIO-AMBIENTAIS DO SUL DA BAHIA. [Site oficial]. Disponível em: <www.iesb.org.br/>. Acesso em: 1 ago. 2012.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA INEP. [Site oficial]. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 12 ago. 2012.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org>> Acesso em: 1 ago. 2012.

IVO, I. P. Poder local e eleições na imperial Vila da Vitória Durante o Século XIX. **Politeia: Hist. e Soc.**, Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, p. 126-148, 2001.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.118, p.189-206, mar.2003.

- JARA, C. J. **A Sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 1998.
- LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- LEITE, A.L. T.de A. ; MEDINA, N. M. (Coord.). **Educação ambiental: curso à distância: documentos e legislação da educação ambiental**. 2. ed. Brasília: MMA, 2011. 5v.
- LEITE, S. C. **Escola rural: urbanizações e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.
- LEMME, P. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas Repercussões na Realidade Educacional Brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.
- LIMA, G. F. da C. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, ano II, n. 5, p.135-153, 1999.
- LINCOLN, Y. S. **The American tradition in qualitative research**. Thousand Oaks, California: Sage Publications. 2001. v.2.
- LOPES, U. de M.; TENÓRIO, R. M. **Educação como fundamento da sustentabilidade**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- LOUREIRO, C. F. B. **Carlos Frederico Loureiro: entrevista**. 2 maio de 2012. (Entrevista concedida pelo ambientalista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) a Radiogênia Nacional, sobre desafios para repensar o consumo e a produção durante a Rio+20).
- LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.
- LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. In: GHIRALDELLI JR, P. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MATOS, M. A. E. et al. A educação ambiental apresentada como conceito subjacente nas Dissertações do Mestrado em Geografia da UFMS. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAS, 4., 2008. Brasília. **Anais...** 2008.
- MATOS, M. A. E. et al. A Educação Ambiental apresentada como conceito subjacente nas dissertações do Mestrado em Geografia da UFMS. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAS, 4., 2008. Brasília, DF. **Anais...** 2008.
- MÁTTAR NETO, J. A. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- MEDINA, N. M. A formação dos professores em Educação Fundamental. In: _____. VIANNA, L. P. (Coord.). **Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental**. Brasília: MEC; SEF, 2001.
- MEDINA, N. M. ; SANTOS, E, da C. **Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. **Reforma Capanema. Dicionário Interativo da Educação Brasileira. EducaBrasil.** São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=371>>. Acesso em: 7 set. 2012.

MERLEAU-PONTY, M. O olho e o espírito. In: MERLEAU-PONTY, M. **Textos escolhidos.** Seleção, tradução e notas de Marilena Chauí. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. **Qualitative data analysis.** Thousand Oaks: Sage Publications, Inc., 1994.

MEC — MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** 3.ed.Brasília: SEF, 2001.

MEC — MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. [Portal institucional]. 2012. Disponível em: <www.mec.gov.br > Acesso em: 7 jun. 2012.

NASCIMENTO, H. M. do. Desenvolvimento territorial no semi-árido baiano: qual estratégia? **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.18, n.2, p.223-237, jul./set. 2008.

NASCIMENTO, W. S. Do “Preto-Forro” João Gonçalves à “Morena” Fulô: pretos, negros, mestiços e a formação do sertão da ressaca. **Mujimbo**, v. 1, n. 1, jul. 2010.

OBJETIVOS DO MILÊNIO. [Portal institucional]. 2012. Disponível em: <<http://www.objetivosdomilenio.org.br>>. Acesso em: 7 jun. 2012.

PADUA, S. M.; TABANEZ, M. F. (Orgs.). **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil.** Brasília: Instituto de Pesquisas Ecológicas — IPÊ, 1997.

PENTEADO, H. D. **Meio ambiente e formação de professores.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Época, 38).

POLETTI, R. **Constituições Brasileiras, 1934.** Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Etnográficos, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES. **Lei Nº 950/2011 de 25 de janeiro de 2011.** Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Dispõe sobre a promoção do desenvolvimento econômico, social, urbano, ambiental, e dá outras providências. Poções, 2011.

REIGOTA, M. Fundamentos teóricos para a realização da educação ambiental popular. **Em aberto.** Brasília, n. 49, p.35-40, jan./mar.1991.

RIO +20. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 2012. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.rio20.gov.br>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

ROMANELLI, O. **História da educação.** Petrópolis: Vozes, 2001.

ROUSSEFF, D. **Dilma Rousseff:** entrevista 23 jun. 2012. (Entrevista concedida pela Presidente do Brasil referente ao documento final da Conferência Rio+20).

SACHS, I. **A terceira margem:** em busca do ecodesenvolvimento. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, I. **Um novo contrato social para o Século XXI**. 23 jun. 2012. (Entrevista sobre o documento final da Conferência Rio+20). Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=MzTFKMADs_E>. Acesso em: 1 set. 2012.

SAMPAIO, M. G. V. Reflexões sobre o processo histórico de subdesenvolvimento econômico do semiárido baiano. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.18, n.2, p.211-222, jul./set. 2008.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

SEAGRI - SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. [Portal institucional]. 2012. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br>> Acesso em: 7 jun. 2012.

SEC - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. [Portal institucional]. 2012. Disponível em: <www.educacao.ba.gov.br> Acesso em: 7 jun. 2012.

SEHAM - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANISMO E MEIO AMBIENTE. **Um breve histórico da questão ambiental**. Salvador, 1998.

SEI — SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Análise territorial da Bahia Rural**. Salvador, 2004. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>> Acesso em: 15 ago. 2012

SEI — SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **PIB da Bahia 1995-2008**: a nova base das contas regionais. Salvador: SEI, 2010. (Série de estudos e pesquisas, 85).

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS. [Portal institucional]. 2012. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br> Acesso em: 7 jun. 2012.

SENAR-BA - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL/BA. [Portal institucional]. 2012. Disponível em: <<http://www.senarbahia.org.br>>. Acesso em: 7 set. 2012.

SENAR-BA — SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL/BA **Programa despertar**. Disponível em: <[http://www.senarbahia.org.br/detalhe-senar.html?tx_ttnews\[tt_news\]=309&cHash=40582ef95374d456b194fe995f040629](http://www.senarbahia.org.br/detalhe-senar.html?tx_ttnews[tt_news]=309&cHash=40582ef95374d456b194fe995f040629)>. Acesso em: 7 set. 2012.

SENAR-PR — SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL/PR. [Portal institucional]. 2012. Disponível em: <<http://www.senarpr.org.br>>. Acesso em: 7 set. 2012.

SENAR - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. **Conhecendo o Programa Despertar 2009**. Brasília, 2009.

SENAR — SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. **Metodologia do ensino da formação profissional e da promoção social**. Brasília, 2005. 4v. (Série Metodológica).

SENAR — SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. [Portal institucional].

2012. Disponível em: < <http://www.senar.org.br>> Acesso em: 7 jun. 2012.

SENAR — SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. **Relatório de atividades do Programa Despertar 2011**. [S. l.], 2011.

SGUAREZZI, N. de O. **Análise de um programa de formação de recursos humanos em Educação Ambiental**. Brasília: IBAMA, 1997. (Série Meio Ambiente, 10).

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, S. B. B. de M. O problema regional baiano: novas e velhas questões. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, v. 4, n. 7, p. 14-21, dez. 2002.

SILVA, B. C. N.; SILVA, S. B. B. de M. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2003.

SOARES, E. L. Parecer sobre as Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. In: KOLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). **Identidade e políticas públicas**. Brasília (DF): Articulação nacional por uma educação do Campo, 2002. (Por uma educação básica do campo, 4).

SORRENTINO, M. et al. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio-ago. 2005.

SOUSA, M. A. S.; ALVES, R. S. **Ocupação da terra e pecuária no Arraial dos Poções no século XIX**. 2002. Trabalho de graduação (Graduação em História)-Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB, Vitória da Conquista-Ba, 2002.

SOUSA, M. S. S. **A conquista do sertão da ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2001.

SOUZA, N. de J de. Economia regional: conceito e fundamentos teóricos. **Revista Perspectiva Econômica**, ano XVI, v.11, n. 32, p. 67-102, 1981

STAKE, R. The case study method in social inquiry. In: DENZIN, N. K. ; TEIXEIRA, I. **Izabella Teixeira: entrevista 23 jun. 2012**. (Depoimento da Ministra do Meio Ambiente referente ao documento final da Conferência Rio+20).

TELLES M. L. ; MACHADO, S. M. de C. **Vivências integradas com o meio ambiente**. São Paulo: Sá Editora, 2002.

TORRES, P. L. (Org.). **Alguns fios para entretecer o pensar e o agir**. Curitiba: SENAR-PR, 2007.

TORRES, P. L. (Org.). **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde**. Brasília: MEC/SEF. 1997.

TRATADO de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2012.

TRIPODI, T. **Análise da pesquisa social**. Tradução de Geni Hirata. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975.

TRISTÃO, M. As dimensões e os desafios da educação ambiental na sociedade do conhecimento. In: RUSHEINSKY, A. (Org.). **Educação ambiental**: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 169-173.

UNESCO — ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. [Portal Institucional]. Disponível em: <www.unesco.org>. Acesso em: 2 ago. 2012.

UNESCO — ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Educar para um futuro sustentável**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/rio-20/educating-for-a-sustainable-future/>. Acesso em: 6 out. 2012.

UNICEF. **Baú de Leitura**. A experiência do projeto Fazer Valer os Direitos em Alagoas. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/bau_de_leitura.pdf> Acesso em: 14 ago. 2012

UPB — UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA. **Poções já comercializa peixes em tanques na Barragem de Morrinhos**. Disponível em: <<http://www.upb.org.br/uniao-dos-municipios-da-bahia/informativos-e-noticias/index.php?id=3233>>. Acesso em: 6 out. 2012.

WWF-BRASIL. [Portal institucional]. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/wwf_brasil/organizacao> Acesso em: 6 out. 2012.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A — Questionário para professores da 1ª à 5ª série do Ensino Fundamental das Escolas do Campo de Poções, BA



**UNIVERSIDADE SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E URBANO — PPGDRU
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

Termo de Permissão

Eu, _____, permito que as informações prestadas por mim, ao responder a este questionário, sejam utilizadas para fins estritamente acadêmicos, a fim de atender ao desenvolvimento de uma pesquisa do PPDRU da Universidade Salvador.

Questionário para professores da 1ª à 5ª série do Ensino Fundamental das Escolas do Campo de Poções, BA

Idade:

Sexo:

Nível de escolaridade:

() Superior completo () Superior incompleto () Pós-graduado ()
Mestrado () Outro: Qual? _____

1) Há quanto tempo você atua como professora das Escolas do Campo? _____

2) Onde você mora?

() zona urbana () zona rural

3) Qual a série que leciona?

() 1º ano () 2º ano () 3º ano () 4º ano () 5º ano

4) Qual a Escola? _____

4.1- Qual o povoado, distrito ou comunidade que fica a escola que você leciona?

5) Quando começou a trabalhar com a Educação Ambiental nas Escolas do Campo de Poções? _____

6) Já participou de algum curso de formação ou de eventos em Educação Ambiental? Qual(is)? Assinale:

() Encontros de Educação Ambiental promovidos pela Secretaria de Educação

Seminários de Educação Ambiental do Programa Despertar.

GED - Grupo de Estudo Despertar

Fóruns de Educação Ambiental

Outros: _____

7) O que a motivou a implantar ações de Educação Ambiental na escola onde leciona?

O Lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)

Os eventos de Educação Ambiental Mundial e Local (Conferência de Tbilisi, Eco 92)

O Programa Despertar/SENAR Bahia

Outro: Qual? _____

8) Qual ou quais os documentos legais ou programas que tratam da Educação Ambiental são de seu conhecimento?

PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental (1994).

Lei 9.975/99 - Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil.

PCNs (1997)

ProEASE - Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional - Bahia/2010

Diretrizes da Educação Ambiental

Política Estadual de Educação Ambiental(Lei 12.056/11)

Programa Despertar/SENAR Bahia

Outro _____

Nenhum

9) Qual o problema ambiental de **Poções**?

Sem coleta de lixo

Falta de água

Falta de esgoto

Dificuldade de moradia

Desmatamento e queimadas

Poluição de rios

Doenças provocadas pelo mau uso da água

Uso de agrotóxico nas lavouras

Enchentes

Outro: _____

9.1) Já houve alguma ação de Prefeitura, Secretarias ou outras Instituições para resolver o problema que você apresentou acima?

Sim Não

10) Qual o problema ambiental da Comunidade que você leciona?

Sem coleta de lixo

Falta de água

Falta de esgoto

Dificuldade de moradia

Desmatamento e queimadas

Poluição de rios

Doenças provocadas pelo mau uso da água

Uso de agrotóxico nas lavouras

Enchentes

Outro: _____

10.1 Já houve alguma ação da Escola para discutir o problema que você apresentou acima?

Sim Não

10.2. Qual foi a ação? _____

11) Quais as ações de Educação Ambiental implantadas por você na escola em que leciona?

- Construção de hortas
- Separação do lixo e reaproveitamento de materiais recicláveis
- Limpeza de rios e nascentes
- Trilhas Ecológicas
- Palestras para alunos
- Palestras para pais e comunidade
- Caminhadas Ecológicas
- Distribuição de panfletos com boas práticas de Educação Ambiental
- Outras. Quais? _____

12) As ações de Educação Ambiental implantadas nas escolas podem ser caracterizadas como:

- disciplinares
- interdisciplinares
- contextualizadas
- transversais
- sustentáveis
- integradas
- transformadoras

12.1 Conceitue a sua escolha.

12.2 Dê exemplo de uma ação realizada em sua escola e que justifique a sua escolha na questão 9.

13) Após a implantação de Práticas de Educação Ambiental nas escolas do campo, quais os hábitos e comportamentos que mudaram em seus alunos?

- Reduziram o uso do papel reaproveitando-o.
- Passaram a separar o lixo e a cuidar da limpeza da escola.
- Passaram a ter hábitos saudáveis após a implantação de hortas na escola.
- Passaram a andar calçados para evitar o contato com locais de riscos propícios a obter verminoses.
- Reduziram o consumo de água.
- Outro: _____

14) Na tabela abaixo indique as atitudes e comportamentos que você mudou no seu dia a dia após trabalhar com a Educação Ambiental.

AÇÃO	Pratico frequentemente	Pratico esporadicamente	Não pratico	Deixei de praticar
Separar o lixo				
Reaproveitar e reutilizar materiais				
Reduzir o consumo				
Aproveitar água da chuva				
Reduzir o consumo de água				
Reduzir o gasto de energia				
Participar de Trilhas Ecológicas				
Promover Palestras de Reeducação Ambiental				
Reaproveitar os alimentos				
Construir hortas para o consumo				

15) Quais as práticas realizadas por você para inserir a Educação Ambiental nas Comunidades Rurais?

- () Trilhas Ecológicas
- () Palestras sobre Educação Ambiental
- () Passeatas pela comunidade
- () Distribuição de folhetos informativos
- () Realização de Encontros de Pais
- () Visitas às residências
- () Outro

16) Caso tenha o Programa Despertar na escola, o que é correto afirmar sobre o mesmo?

	SIM, TOTALMENTE	SIM, PARCIALMENTE	NÃO
Contribuiu com a inserção da Educação Ambiental na sala de aula a partir do uso do material didático (revistas, banners e cartilhas)?			
Promoveu mudanças de hábitos e atitudes nos alunos em relação a práticas de Educação Ambiental?			
Ampliou os conhecimentos dos alunos sobre Meio Ambiente?			
Motivou os alunos a partir da realização de concursos do Programa sobre Meio Ambiente?			
Gerou mudanças e atitudes nos professores em relação ao meio ambiente?			
Habilitou educadores para desenvolver ações estratégicas sobre os temas transversais com atividades contextualizadas e significativas a partir dos Encontros de Formação e Grupos de Estudo?			
Motivou os professores a partir da realização dos concursos de práticas de Educação Ambiental?			
Possibilitou o envolvimento da comunidade nos projetos de Educação Ambiental realizados?			
Promoveu a formação de cidadãos capazes de respeitar o meio ambiente em que vivem?			
Promoveu a reflexão sobre os problemas ambientais nos contextos local e global?			
Promoveu transformação social local?			
Possibilitou a discussão de temáticas voltadas para a Educação Ambiental?			

	SIM, TOTALMENTE	SIM, PARCIALMENTE	NÃO
Contribuiu para a discussão de uma Educação Ambiental integral que promove a reflexão sobre as questões sociais, econômicas e culturais para o desenvolvimento de uma educação sustentável?			
Foi através do Programa que as práticas de Educação Ambiental foram inseridas nas Escolas do Campo?			

Assinatura:

APÊNDICE B — Questionário para alunos das Escolas do Campo



**UNIVERSIDADE SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E URBANO — PPGDRU
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

Termo de Permissão

Eu, _____, permito que as informações prestadas por mim, ao responder a este questionário, sejam utilizadas para fins estritamente acadêmicos, a fim de atender ao desenvolvimento de uma pesquisa do PPDRU da Universidade Salvador.

Questionário para alunos da 1ª à 5ª série do Ensino Fundamental das Escolas do Campo de Poções, BA

Idade:

Sexo:

1) Qual a Escola que você estuda? _____

2) Qual a série?

() 1º ano () 2º ano () 3º ano () 4º ano () 5º ano

3) Como você começou a discutir Educação Ambiental na escola? Assinale:

() Através dos trabalhos promovidos pela escola e pela professora.

() Após a implantação das hortas na escola.

() Após o Programa Despertar.

() Outra opção. Qual? _____

4) Quais as ações de Educação Ambiental que você já praticou na escola?

() Construção de hortas

() Separação do lixo e reaproveitamento

() Limpeza de rios e nascentes

() Trilhas Ecológicas

() Palestras para alunos

() Palestras para pais e comunidade

() Passeatas Ecológicas

() Distribuição de panfletos com boas práticas de Educação Ambiental

() Outras. Quais? _____

5) Na tabela abaixo indique quais as atitudes e comportamentos que você mudou no seu dia a dia após trabalhar com a Educação Ambiental na escola?

AÇÃO	SIM	NÃO
Separar o lixo		
Cuidar da limpeza da escola		
Reaproveitar e reutilizar materiais (papéis e garrafas pet)		
Reduzir o consumo de água		
Aproveitar água da chuva		
Reduzir o gasto de energia		
Participar de Caminhadas na Comunidade		
Distribuir panfletos sobre o Meio Ambiente		
Participar de Trilhas Ecológicas		
Participar de Palestras de Educação Ambiental		
Reaproveitar os alimentos		
Hortas para o consumo		
Passar a andar calçado para evitar o contato com locais de riscos propícios a obter verminoses		
Passar a comer verduras e hortaliças após a experiência da horta da escola		

Assinatura:

APÊNDICE C — Questionário para moradores de Morrinhos, Distrito de Poções, BA



**UNIVERSIDADE SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E URBANO — PPGDRU
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

Termo de Permissão

Eu, _____, permito que as informações prestadas por mim, ao responder a este questionário, sejam utilizadas para fins estritamente acadêmicos, a fim de atender ao desenvolvimento de uma pesquisa do PPDRU da Universidade Salvador.

Questionário para moradores de Morrinhos, distrito de Poções, BA

Idade:

Sexo:

Nível de escolaridade:

() Ensino Fundamental completo () Ensino Fundamental incompleto () Ensino Médio completo () Ensino Médio incompleto ()

Quantos filhos?

1) Há quanto tempo você mora no Distrito de Morrinhos?

2) Você já ouviu falar de meio ambiente?

() Sim () Não

Se respondeu SIM, como conheceu? Assinale as alternativas:

- () Meios de comunicação (Rádio e TV)
 () Através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
 () Através da Escola Cônego Python
 () Através do Programa Despertar/SENAR-Bahia
 () Através da Prefeitura

3) Você participa de algum Projeto de Agricultores?

() Sim () Não

Se SIM, qual?

() Horticultura () Piscicultura () Outro: _____

4) Qual o problema ambiental do Distrito de Morrinhos?

- () Sem coleta de lixo
- () Falta de água
- () Falta de esgoto
- () Dificuldade de moradia
- () Desmatamento e queimadas
- () Poluição de rios
- () Doenças provocadas pelo mau uso da água
- () Uso de agrotóxico nas lavouras
- () Enchentes
- () Outro: _____

4.1 Já houve alguma ação de Prefeitura, Secretarias ou outras Instituições para resolver o problema que você apresentou acima?

() Sim () Não

4.2. Qual foi a ação? _____

5) No Distrito de Morrinhos você já participou de alguma ação de Educação Ambiental ou Meio Ambiente?

() Sim () Não

5.1) Quem promoveu a ação?

() Prefeitura () Escola do Distrito () Secretária de Agricultura e Meio Ambiente () SENAR () Outro _____

6) Na tabela abaixo indique as atitudes e comportamentos que você pratica.

AÇÃO	SIM	NÃO
Separar o lixo		
Reaproveitar e reutilizar materiais		
Aproveitar água da chuva		
Reduzir o consumo de água		
Reduzir o gasto de energia		
Participar de Trilhas Ecológicas		
Participar de Palestras de Educação Ambiental		
Reaproveitar os alimentos		
Construir hortas para o consumo		

**APENAS PARA QUEM TEM FILHOS NA ESCOLA MUNICIPAL CÔNEGO
PITHON, DO DISTRITO DE MORRINHOS, POÇÕES, BA**

Um filho () Dois () Três () Quatro () Cinco ()

Em qual(is) série(s)?

() 1° () 2° () 3° () 4° () 5° ()

1) Quais as ações de Educação Ambiental que, implantadas pela escola, você já teve conhecimento ou participou?

- () Trilhas Ecológicas
 () Palestras sobre Educação Ambiental
 () Caminhadas pela comunidade
 () Recebimento de folhetos informativos sobre Educação Ambiental
 () Encontros de Pais
 () Outra _____

2) Seu(s) filho(s) já conversou(aram) com você sobre as práticas corretas que devemos ter com o meio ambiente?

() Sim () Não

3) Você conhece o Programa Despertar do SENAR Bahia?

() Sim () Não

4) Seu(s) filho(s) já falou(aram) a respeito do Programa para você?

() Sim () Não

5) O que você sabe sobre o Programa:

- () É um programa que trabalha os temas água, lixo, solo, biodiversidade com os alunos.
 () Ensina a cuidar do meio ambiente: não poluir os rios, não jogar lixo nas pastagens, não prender animais silvestres etc.
 () Ensina as pessoas a economizar água, a plantar hortas, a reciclar o lixo e a cuidar do solo.
 () Não sei responder.

6) Você já aprendeu com seu(s) filho(s) alguma nova atitude ou comportamento após ele(s) participar(em) do Programa Despertar? Qual ou Quais?

Assinatura:

APÊNDICE D — Entrevista com a secretária de Educação de Poções, BA**UNIVERSIDADE SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E URBANO — PPGDRU
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO****Termo de Permissão**

Eu, _____, permito que as informações prestadas por mim, ao responder a este questionário, sejam utilizadas para fins estritamente acadêmicos, a fim de atender ao desenvolvimento de uma pesquisa do PPDRU da Universidade Salvador.

Perguntas para a secretária de Educação de Poções, BA

- 1) Qual o período de sua gestão como secretária de Educação do município de Poções?
- 2) Anteriormente à sua posse, o Programa Despertar já havia sido implantado nas Escolas do Campo de Poções. O que a fez manter o Programa?
- 3) O Programa, na gestão anterior, era coordenado por uma professora concursada do município. O que motivou a troca da Coordenação?
- 4) Em sua gestão houve ampliação e mudanças na condução do Programa?
- 5) Durante essa gestão foram implantadas outras ações de Educação Ambiental (EA) nas Escolas do Campo (1º ao 5º ano) que não fossem motivadas pelo Programa Despertar? Quais?
- 6) Houve melhora nas atitudes de alunos e professores do 1º ao 5º ano com relação ao Meio Ambiente, após a implantação do Programa Despertar nas Escolas do Campo?
- 7) O que se modificou ou melhorou com a implantação do Programa nas Escolas do Campo de Poções?
- 8) O Programa pode ser considerado o marco para a implantação de ações em Educação Ambiental nas Escolas do Campo de Poções?

9) O Programa pode ser considerado como um instrumento de transformação social? Explique:

10) Como avalia o Programa após 3 anos e meio de sua gestão?

11) O município trabalhou os princípios da Agenda 21? De que forma?

12) As ações de Educação Ambiental realizadas nas Escolas do Campo seguem os princípios propostos nas Políticas Públicas de Educação Ambiental (PRONEA [1994] e a Lei 9.975/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil?

13) Em 2010 o governo estadual, através da Secretária de Educação lançou o Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional (ProEASE). Você tem conhecimento desse Programa? Alguma ação do ProEASE foi implantada pela Secretaria nas Escolas do Campo?

14) Em 2012 o governo do Estado lançou a Política Estadual de Educação Ambiental (Lei 12.056, de 07/01/ 2011). Você já conhece essa Lei?

15) O município já tem conhecimento da Resolução nº 2 , de 15/06/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental?

16) Na Comunidade de Morrinhos existem ações de Educação Ambiental implantadas por esta secretaria? Quais?

17) E por outras secretarias, quais são as ações de EA?

18) Como a gestão pública municipal contribui para a Educação Ambiental nas Escolas do Campo?

19) Nas ações de Educação Ambiental nas Escolas do Campo existe o apoio de outras secretarias municipais? Quais? De que forma?

20) Outras atividades de Educação Ambiental foram implantadas pelo município em sua gestão?

21) Como avalia as ações de Educação Ambiental realizadas nas Escolas do Campo em sua gestão?

22) Qual(is) o(s) problema(s) ambiental(is) de **Poções**?

() Sem coleta de lixo

() Falta de água

() Falta de esgoto

() Dificuldade de moradia

() Desmatamento e queimadas

() Poluição de rios

() Doenças provocadas pelo mau uso da água

() Uso de agrotóxico nas lavouras

() Enchentes

() Outro: _____

23) Já houve alguma ação da prefeitura, secretarias ou outros órgãos para resolver o(s) problema(s) que apontou acima?

Sim Não

24) Qual(is) o(s) problema(s) ambiental(is) do **distrito de Morrinhos**?

Sem coleta de lixo

Falta de água

Falta de esgoto

Dificuldade de moradia

Desmatamento e queimadas

Poluição de rios

Doenças provocadas pelo mau uso da água

Uso de agrotóxico nas lavouras

Enchentes

Outro: _____

25) Já houve alguma ação da prefeitura, secretarias ou outros órgãos para resolver o(s) problema(s) que apontou acima?

Sim Não

26) A Educação Ambiental pode ser considerada como um instrumento de transformação social? Explique:

27) Quais práticas de EA foram incorporadas em cotidiano?

28) Emita um parecer final a respeito da EA em Poções.

Assinatura:

APÊNDICE E — Entrevista com a secretária de Educação/2007, de Poções, BA**UNIVERSIDADE SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E URBANO — PPGDRU
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO****Termo de Permissão**

Eu, _____, permito que as informações prestadas por mim, ao responder a este questionário, sejam utilizadas para fins estritamente acadêmicos, a fim de atender ao desenvolvimento de uma pesquisa do PPDRU da Universidade Salvador.

Perguntas para a secretária de Educação/2007, de Poções, BA

- 1) Qual o período de sua gestão como Secretária de Educação do Município de Poções?
- 2) Durante sua gestão na Secretaria de Educação, como aconteciam as atividades com o tema Meio Ambiente nas Escolas do Campo (1º ao 5º ano) de Poções ?
- 3) O município de Poções já seguia as orientações do PCNs para implantação do Tema Transversal Meio Ambiente nas Escolas do Campo? De que forma?
- 4) Como o Programa Despertar do Senar-BA chegou até o município de Poções?
- 5) O que levou o município a implantar este Programa nas Escolas do Campo do 1º ao 5º ano?
- 6) Além do Programa Despertar existiam outras ações de Educação Ambiental nas Escolas do Campo?
- 7) Em 2007 o Programa foi implantado em todas as escolas do município? Todos os professores participaram do Programa?
- 8) Nas comunidades rurais já existiam Programas de Educação Ambiental? Qual (is)?
- 9) Como foi a receptividade do Programa Despertar para alunos, professores do 1º ao 5º ano e para a comunidade rural?

10) Como a gestão pública municipal contribuía para a Educação Ambiental nas Escolas do Campo?

11) Outras atividades de Educação Ambiental foram implantadas pelo município na sua gestão?

12) Houve melhora nas atitudes de alunos e professores do 1º ao 5º ano com relação ao Meio Ambiente após a implantação do Programa Despertar nas Escolas do Campo?

13) O que modificou ou melhorou com a implantação do Programa nas Escolas do Campo de Poções?

14) O Programa pode ser considerado o marco para a implantação de ações em Educação Ambiental nas Escolas do Campo de Poções?

15) A Educação Ambiental pode ser considerada como um instrumento de transformação social? Explique:

16) Quais práticas de EA foram incorporadas no seu cotidiano?

17) 11) O município trabalhou os princípios da Agenda 21? De que forma?

18) Emita um parecer final a respeito da EA em Poções no período de 2007 e 2008.

Assinatura:

APÊNDICE F — Entrevista com o secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Poções, BA



**UNIVERSIDADE SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E URBANO — PPGDRU
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

Termo de Permissão

Eu, _____, permito que as informações prestadas por mim, ao responder a este questionário, sejam utilizadas para fins estritamente acadêmicos, a fim de atender ao desenvolvimento de uma pesquisa do PPDRU da Universidade Salvador.

Perguntas para o secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Poções, BA

- 1) Qual o período de sua gestão como Secretário de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Poções?
- 2) Em sua gestão houve implantação de algum Programa de Educação Ambiental? Qual?
- 3) Quais as ações da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente focadas na Educação Ambiental não formal de comunidades rurais?
- 4) Como a gestão pública municipal contribuiu para a Educação Ambiental nas Escolas do Campo?
- 5) Nas ações de Educação Ambiental nas Escolas do Campo existe o apoio da Secretaria de Agricultura Meio Ambiente? De que forma?
- 6) Nas ações de horta na escola implantadas pela Secretária de Educação houve apoio da secretaria ? Como?
- 7) Na comunidade de Morrinhos existem ações de Educação Ambiental (EA) implantadas por esta secretaria? Qual(is)?
- 8) Qual a importância da Barragem de Morrinhos para o município de Poções?

9) Os projetos de piscicultura e horticultura do distrito de Morrinhos tem apoio da gestão municipal? De que forma?

10) Nesses projetos tem ações de EA que orientem a comunidade a fazer o uso racional da água? Se sim, como acontece?

11) Existem práticas agroecológicas na comunidade de Morrinhos?

12) No município existem áreas de preservação ambiental?

13) Poções tem áreas que correspondem aos biomas da Caatinga e Mata Atlântica. Existem projetos de preservação desses biomas? Explique:

14) Por estar Poções localizado no Semiárido, quais os impactos da seca na região? Quais as alternativas para minimizar esses impactos?

15) Qual o principal problema ambiental de **Poções**?

- Sem coleta de lixo
- Falta de água
- Falta de esgoto
- Dificuldade de moradia
- Desmatamento e queimadas
- Poluição de rios
- Doenças provocadas pelo mau uso da água
- Uso de agrotóxico nas lavouras
- Enchentes
- Outro: _____

16) Já houve alguma ação de prefeitura, secretarias ou outras instituições para resolver o problema que você apresentou acima?

- Sim Não

17) Qual o principal problema ambiental do distrito de Morrinhos?

- Sem coleta de lixo
- Falta de água
- Falta de esgoto
- Dificuldade de moradia
- Desmatamento e queimadas
- Poluição de rios
- Doenças provocadas pelo mau uso da água
- Uso de agrotóxico nas lavouras
- Enchentes
- Outro: _____

18) Já houve alguma ação de prefeitura, secretarias ou outras instituições para resolver o problema que apresentou acima?

- Sim Não

19) Conhece o Programa Despertar?

- Sim Não

20) Se respondeu SIM, responda às questões abaixo:

20.1) Qual a sua opinião a respeito desse Programa?

20.2) O que modificou ou melhorou com a implantação do Programa nas Escolas do Campo de Poções?

20.3) O Programa pode ser considerado o marco para a implantação de ações em Educação Ambiental nas Escolas do Campo de Poções?

21) A Educação Ambiental pode ser considerada como um instrumento de transformação social? Explique

22) Existem outras atividades de Educação Ambiental que foram implantadas pelo município em sua gestão? Cite-as:

23) O município trabalhou os princípios da Agenda 21? De que forma?

24) Quais práticas de EA foram incorporadas no seu cotidiano?

25) Emita um parecer final a respeito da EA em Poções.

Assinatura:

APÊNDICE G — Entrevista com o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Poções, BA



**UNIVERSIDADE SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E URBANO — PPGDRU
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

Termo de Permissão

Eu, _____, permito que as informações prestadas por mim, ao responder a este questionário, sejam utilizadas para fins estritamente acadêmicos, a fim de atender ao desenvolvimento de uma pesquisa do PPDRU da Universidade Salvador.

Perguntas para o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Poções, BA

- 1) Qual o período de sua gestão como presidente do Sindicato dos Produtores Rurais do município de Poções?
- 2) Em sua gestão houve implantação de algum Programa de Educação Ambiental no município? Qual?
- 3) Quais as ações do sindicato no distrito de Morrinhos?
- 4) Como o sindicato apoia os projetos de piscicultura e horticultura do Distrito de Morrinhos?
- 5) Existem práticas agroecológicas na comunidade de Morrinhos?
- 6) Nas atividades e cursos que o sindicato realiza há ações de EA que orientem a comunidade a fazer o uso racional da água? Se sim, como acontece?
- 7) Por estar Poções localizado no Semiárido, quais os impactos da seca na região? Quais as alternativas para minimizar esses impactos?
- 8) Qual o principal problema ambiental de **Poções**?
 - () Sem coleta de lixo
 - () Falta de água
 - () Falta de esgoto
 - () Dificuldade de moradia

- Desmatamento e queimadas
- Poluição de rios
- Doenças provocadas pelo mau uso da água
- Uso de agrotóxico nas lavouras
- Enchentes
- Outro: _____

9) Já houve alguma ação de prefeitura, secretarias ou outras instituições para resolver o problema que você apresentou acima?

- Sim Não

10) Qual o problema ambiental do Distrito de Morrinhos?

- Sem coleta de lixo
- Falta de água
- Falta de esgoto
- Dificuldade de moradia
- Desmatamento e queimadas
- Poluição de rios
- Doenças provocadas pelo mau uso da água
- Uso de agrotóxico nas lavouras
- Enchentes
- Outro: _____

11) Já houve alguma ação de prefeitura, secretarias ou outras instituições para resolver o problema que você apresentou acima?

- Sim Não

12) Como o Sindicato dos Produtores Rurais contribuiu para a Educação Ambiental nas comunidades do interior de Poções?

13) Nas ações de Educação Ambiental nas Escolas do Campo existe o apoio do sindicato? De que forma?

14) Nas ações de horta na escola implantadas pela Secretária de Educação houve apoio do sindicato? Como?

15) O Programa Despertar foi implantado em Poções em 2007. O sindicato teve participação nessa implantação?

- Sim Não

16) Se respondeu SIM, responda às questões abaixo:

16.1. Qual a sua opinião a respeito desse Programa?

16.2. O que modificou ou melhorou com a implantação do Programa nas Escolas do Campo de Poções?

16.3. O Programa pode ser considerado o marco para a implantação de ações em Educação Ambiental nas Escolas do Campo de Poções?

17) A Educação Ambiental pode ser considerada como um instrumento de transformação social? Explique:

18) Como acontece a parceria entre o sindicato e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente?

19) Quais práticas de EA foram incorporadas em seu cotidiano?

20) Emita um parecer final a respeito da EA em Poções.

Assinatura:

APÊNDICE H — Entrevista com o coordenador da Educação Ambiental do Campo de Poções, BA



**UNIVERSIDADE DE SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

Termo de Permissão

Eu, _____, permito que as informações prestadas por mim, ao responder a este questionário, sejam utilizadas para fins estritamente acadêmicos, a fim de atender ao desenvolvimento de uma pesquisa do PPDRU da Universidade Salvador.

Perguntas para coordenador da Educação Ambiental do Campo de Poções, BA

- 1) Durante sua gestão de coordenador, foram implantadas outras ações de Educação Ambiental nas Escolas do Campo (1º ao 5º ano) que não fossem motivadas pelo Programa Despertar? Qual(is)?
- 2) Houve melhora nas atitudes de alunos e professores do 1º ao 5º ano com relação ao Meio Ambiente após a implantação do Programa Despertar nas Escolas do Campo?
- 3) O que modificou ou melhorou com a implantação do Programa nas Escolas do Campo de Poções?
- 4) O Programa pode ser considerado o marco para a implantação de ações em Educação Ambiental nas Escolas do Campo de Poções?
- 5) O Programa pode ser considerado como um instrumento de transformação social? Explique:
- 6) Como avalia o Programa após 3 anos e meio de sua atuação como coordenador?
- 7) As ações de Educação Ambiental realizadas nas Escolas do Campo seguem os princípios propostos nas Políticas Públicas de Educação Ambiental (PRONEA(1994) e a Lei 9.975/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil?
- 8) Em 2010 o governo estadual, através da Secretária de Educação, lançou o Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional (ProEASE). Você tem conhecimento do Programa? Alguma ação do ProEASE foi implantada pela Secretaria nas Escolas do Campo?

9) Em 2012 o governo do Estado da Bahia lançou a Política Estadual de Educação Ambiental (Lei 12.056 de 07 de janeiro de 2011). Você já conhece essa Lei?

10) O município já tem conhecimento da Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental?

11) Qual o principal problema ambiental de **Poções** ?

- Sem coleta de lixo
- Falta de água
- Falta de esgoto
- Dificuldade de moradia
- Desmatamento e queimadas
- Poluição de rios
- Doenças provocadas pelo mau uso da água
- Uso de agrotóxico nas lavouras
- Enchentes
- Outro: _____

12) Já houve alguma ação de prefeitura, secretarias ou outras instituições para resolver o problema que apresentou acima?

- Sim Não

13) Qual o principal problema ambiental de **Morrinhos**?

- Sem coleta de lixo
- Falta de água
- Falta de esgoto
- Dificuldade de moradia
- Desmatamento e queimadas
- Poluição de rios
- Doenças provocadas pelo mau uso da água
- Uso de agrotóxico nas lavouras
- Enchentes
- Outro: _____

14) Já houve alguma ação de prefeitura, secretarias ou outras instituições para resolver o problema que apresentou acima?

- Sim Não

15) Na comunidade de Morrinhos existem ações de Educação Ambiental implantadas por esta secretaria? Qual (is)?

16) E por outras secretárias? Quais são as ações de EA?

17) Tem projetos ou ações de Educação Ambiental não formal em Morrinhos?

18) Houve mudanças na comunidade de Morrinhos em relação às ações de Educação Ambiental após o trabalho realizado pela Escola Cônego Python?

19) A comunidade de Morrinhos (pais dos alunos) participa das ações de EA implantadas na escola?

- 20) Como avalia o trabalho dos professores de Morrinhos em relação às ações de EA?
- 21) Como a gestão pública municipal contribuiu para a Educação Ambiental nas Escolas do Campo?
- 22) Nas ações de Educação Ambiental nas Escolas do Campo existe o apoio de outras secretarias municipais? Qual (is)? De que forma?
- 23) Outras atividades de Educação Ambiental foram implantadas pelo município desde sua chegada ao Programa?
- 24) A participação em comitês ajudou a melhorar as ações de EA em seu município?
- 25) Percebe-se que a maioria das escolas possui hortas? De quem foi a iniciativa? Como acontece o processo de organização das hortas?
- 26) Quais as ações de EA que foram implantadas e considera mais relevantes? Explique:
- 27) Quais as práticas realizadas que realizou com os professores para incentivá-los a inserir a Educação Ambiental nas comunidades rurais?
- 28) Quais as principais ações de envolvimento das comunidades?
- 29) Como ocorre o processo de formação dos professores em EA?
- 30) Como avalia a atuação dos professores após a implantação de ações de EA em Poções?
- 31) Houve crescimento em sua formação profissional após se tornar coordenador de EA das Escolas do Campo? Explique:
- 32) Como avalia as ações de Educação Ambiental realizadas nas Escolas do Campo?
- 33) O que é preciso para dar um salto qualitativo na EA das Escolas do Campo de Poções?
- 34) E nas comunidades?
- 35) A Educação Ambiental pode ser considerada como um instrumento de transformação social? Explique:
- 36) O município já trabalhou os princípios da Agenda 21? De que forma?
- 37) Quais práticas de EA foram incorporadas em seu cotidiano?
- 38) Emita um parecer final a respeito da EA em Poções.

Assinatura:

APÊNDICE I — Entrevista com a coordenadora da Educação Ambiental do Campo/2007, de Poções



**UNIVERSIDADE SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E URBANO — PPGDRU
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

Termo de Permissão

Eu, _____, permito que as informações prestadas por mim, ao responder a este questionário, sejam utilizadas para fins estritamente acadêmicos, a fim de atender ao desenvolvimento de uma pesquisa do PPDRU da Universidade Salvador.

Perguntas para a coordenadora da Educação Ambiental do Campo/2007, de Poções

- 1) Qual o período em que atuou como coordenadora da Educação Ambiental do Campo?
- 2) Durante o período em que atuou como coordenadora como aconteciam as atividades com o tema Meio Ambiente nas Escolas do Campo (1º ao 5º ano) de Poções?
- 3) O município de Poções já seguia as orientações dos PCNs para implantação do tema transversal Meio Ambiente nas Escolas do Campo? De que forma?
- 4) Como o Programa Despertar do Senar-BA chegou até o município de Poções?
- 5) O que levou o município a implantar este Programa nas Escolas do Campo do 1º ao 5º ano?
- 6) Além do Programa Despertar, existiam outras ações de Educação Ambiental nas Escolas do Campo?
- 7) As ações de Educação Ambiental realizadas nas Escolas do Campo seguem os princípios propostos nas Políticas Públicas de Educação Ambiental (PRONEA, 1994) e a Lei 9.975/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil?
- 8) Em 2007 o Programa foi implantado em todas as escolas do município? Todos os professores participaram do Programa?

- 9) Nas comunidades rurais já existiam Programas de Educação Ambiental? Qual(is)?
- 10) Como foi a receptividade do Programa Despertar por alunos, professores do 1º ao 5º ano e para a comunidade rural?
- 11) Como a gestão pública municipal contribuía para a Educação Ambiental nas Escolas do Campo?
- 12) Outras atividades de Educação Ambiental foram implantadas pelo município no período que você era coordenadora?
- 13) Houve melhora nas atitudes de alunos e professores do 1º ao 5º ano com relação ao Meio Ambiente após a implantação do Programa Despertar nas Escolas do Campo?
- 14) O que modificou ou melhorou com a implantação do Programa nas Escolas do Campo de Poções?
- 15) O Programa pode ser considerado o marco para a implantação de ações em Educação Ambiental nas Escolas do Campo de Poções?
- 16) A Educação Ambiental pode ser considerada como um instrumento de transformação social? Explique:
- 17)) O município trabalhou os princípios da Agenda 21? De que forma?
- 18) Quais práticas de EA foram incorporadas no seu cotidiano?
- 19) Emita um parecer final a respeito da EA em Poções no período de 2007 e 2008.

Assinatura:

APÊNDICE J — Entrevista com o prefeito de Poções, BA



UNIVERSIDADE SALVADOR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO — PPGDRU MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

Termo de Permissão

Eu, _____, permito que as informações prestadas por mim, ao responder a este questionário, sejam utilizadas para fins estritamente acadêmicos, a fim de atender ao desenvolvimento de uma pesquisa do PPDRU da Universidade Salvador.

Perguntas para o prefeito de Poções, BA

- 1) Quando iniciou seu mandato de prefeito de Poções? Em sua gestão houve implantação de algum Programa de Educação Ambiental? Qual?
- 2) Como a gestão pública municipal contribuiu para a Educação Ambiental nas Escolas do Campo?
- 3) Qual ou quais os documentos legais ou programas que tratam da Educação Ambiental são de seu conhecimento?
 - () PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental (1994).
 - () Lei 9.975/99 - Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil.
 - () PCNs (1997)
 - () ProEASE - Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional - Bahia/2010
 - () Diretrizes da Educação Ambiental
 - () Política Estadual de Educação Ambiental(Lei 12.056/11)
 - () Programa Despertar/SENAR Bahia
 - () Outro _____
 - () Nenhum
- 4) Na comunidade de Morrinhos existem ações de Educação Ambiental (EA) com a comunidade? Qual (is)?
- 5) Qual a importância da Barragem de Morrinhos para o município de Poções? Os projetos de piscicultura e horticultura do distrito de Morrinhos têm apoio da prefeitura? De que forma?

6) Nesses projetos há ações de EA que orientem a comunidade a fazer uso racional da água? Se sim, como acontece?

7) Existem práticas agroecológicas na comunidade de Morrinhos?

8) No município existem áreas de preservação ambiental?

9) Poções tem áreas que correspondem aos biomas da Caatinga e Mata Atlântica. Existem projetos de preservação desses biomas? Explique:

10) Por estar Poções localizado no Semiárido, quais os impactos da seca na região? Quais as alternativas para minimizar esses impactos?

11) Qual o principal problema ambiental de **Poções**?

- Sem coleta de lixo
- Falta de água
- Falta de esgoto
- Dificuldade de moradia
- Desmatamento e queimadas
- Poluição de rios
- Doenças provocadas pelo mau uso da água
- Uso de agrotóxico nas lavouras
- Enchentes
- Outro: _____

12) Já houve alguma ação de prefeitura, secretarias ou outras instituições para resolver o problema que apresentou acima?

- Sim Não

13) Qual o principal problema ambiental de **Morrinhos**?

- Sem coleta de lixo
- Falta de água
- Falta de esgoto
- Dificuldade de moradia
- Desmatamento e queimadas
- Poluição de rios
- Doenças provocadas pelo mau uso da água
- Uso de agrotóxico nas lavouras
- Enchentes
- Outro: _____

14) Já houve alguma ação de prefeitura, secretarias ou outras instituições para resolver o problema que apresentou acima?

- Sim Não

15) A sua gestão municipal iniciou em 2009. Anterior a sua posse o Programa Despertar já havia sido implantado nas Escolas do Campo de Poções. O que a fez manter o Programa?

15.1) Qual a sua opinião a respeito deste Programa?

15.2) O que modificou ou melhorou com a implantação do Programa nas Escolas do Campo de Poções?

15.3) O Programa pode ser considerado o marco para a implantação de ações em Educação Ambiental nas Escolas do Campo de Poções? Explique:

16) Existem outras atividades de Educação Ambiental que foram implantadas pelo município em sua gestão? Cite-as:

17) Em sua gestão (2009-2012), quais ações foram implantadas para a melhoria das questões ambientais?

18) Em seu Plano de Governo para a próxima gestão (2013-2016) estão previstas ações para melhoria das questões ambientais no município que não tenham sido realizadas na gestão atual?

19) A Educação Ambiental pode ser considerada como um instrumento de transformação social? Explique:

20) O município trabalhou os princípios da Agenda 21? De que forma?

21) Quais práticas de EA foram incorporadas em seu cotidiano?

22) Emita um parecer final a respeito da EA em Poções no período de 2009-2012.

Assinatura:

APÊNDICE K — Análise dos Dados — gestores municipais e presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Poções, BA

COMPILAÇÃO DAS RESPOSTAS SOBRE OS PROBLEMAS AMBIENTAIS DE POÇÕES E DO DISTRITO DE MORRINHOS

PROBLEMAS AMBIENTAIS DE POÇÕES

PROBLEMA	GESTOR 1	GESTOR 2	GESTOR 3	GESTOR 4	GESTOR 5
Sem coleta de lixo					
Falta de água					
Falta de esgoto		X	X		X
Dificuldade de moradia					
Desmatamento e queimadas	X	X	X	X	X
Poluição de rios	X	X	X	X	
Doenças provocadas pelo mau uso da água				X	
Uso de agrotóxico nas lavouras	X	X	X	X	X
Enchentes					
Outros					

PROBLEMAS AMBIENTAIS DE MORRINHOS

PROBLEMA	GESTOR 1	GESTOR 2	GESTOR 3	GESTOR 4	GESTOR 5
Sem coleta de lixo					
Falta de água					
Falta de esgoto		X	X		X
Dificuldade de moradia					
Desmatamento e queimadas	X	X	X		X
Poluição de rios	X	X	X	X	X
Doenças provocadas pelo mau uso da água			X	X	
Uso de agrotóxico nas lavouras	X	X	X	X	X
Enchentes					
Outros					

APÊNDICE L - Visitas as Escolas Cônego Pithon (Morrinhos) e Alvino Ferreira Paiva (Bezerros)

Figura 1 - Visita a Escola Alvino Ferreira Paiva - Região do Bezerro



Fonte: Jaqueline Érrico (2011).

Figura 2 - Visita a Escola Alvino Ferreira Paiva- Região do Bezerra



Fonte: Jaqueline Érrico (2011).

Figura 3 - Visita a Escola Cônego Pithon- Morrinhos Jaqueline Érrico, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente e Professora



Fonte: Jaqueline Érrico (2011).

Figura 4 - Coordenador, Secretário e Professores da Cônia Pithon, Morrinhos, Poções-Ba



Fonte: Jaqueline Érrico (2011).

Figura 5 - Fachadas das Escolas Visitadas





Fonte: Jaqueline Érrico (2011).

ANEXO A — Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999

(DOU de 28/04/99)

(Regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002)

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e da outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte.

CAPÍTULO I
DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 1º - Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º - A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 3º - Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

Art. 4º - São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural

Art. 5º - São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia,

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

CAPÍTULO II DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Seção I

Disposições Gerais

Art. 6º - É instituída a Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 7º - A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental.

Art. 8º - As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas;

I - capacitação de recursos humanos;

II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;

III - produção e divulgação de material educativo;

IV - acompanhamento e avaliação.

§ 1º - Nas atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental serão respeitados os princípios e objetivos fixados por esta Lei.

§ 2º - A capacitação de recursos humanos votar-se-á para:

I - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;

II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;

III - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;

IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;

V - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental

§ 3º As ações de estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para:

- I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- II - a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental;
- III - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental;
- IV - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental;
- V - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo;
- VI - a montagem de uma rede de banco de dados e imagens, para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V.

Seção II

Da Educação Ambiental no Ensino Formal

Art.9º - Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

- I - educação básica:
 - a) educação infantil;
 - b) ensino fundamental e
 - c) ensino médio;
- II - educação superior;
- III - educação especial;
- IV - educação profissional;
- V - educação de jovens e adultos.

Art. 10.- A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º - A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º - Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º - Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 11 - A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 12 - A autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada, observarão o cumprimento do disposto nos arts. 10 e 11 desta Lei.

Seção III

Da Educação Ambiental Não-Formal

Art. 13 - Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal estadual e municipal, incentivará:

- I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;

III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas as unidades de conservação;

VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;

VII - o ecoturismo.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 14 - A coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental ficara a cargo de um órgão gestor, na forma definida pela regulamentação desta Lei

Art. 15 - São atribuições do órgão gestor:

I - definição de diretrizes para implementação em âmbito nacional;

II - articulação, coordenação e supervisão de planos, programas e projetos na área de educação ambiental, em âmbito nacional;

III - participação na negociação de financiamentos a planos, programas e projetos na área de educação ambiental.

Art. 16 - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na esfera de sua competência nas áreas de sua jurisdição, definirão diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental

Art. 17 - A eleição de planos e programas, para fins de alocação de recursos públicos vinculados à Política Nacional de Educação Ambiental, deve ser realizada levando-se em conta os seguintes critérios:

I - conformidade com os princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental;

II - prioridade dos órgãos integrantes do Sisnama e do Sistema Nacional de Educação;

III - economicidade, medida pela relação entre a magnitude dos recursos a alocar retorno social propiciado pelo plano ou programa proposto.

Parágrafo único. Na eleição a que se refere o caput deste artigo, devem ser contemplados, de forma equitativa, os planos, programas e projetos das diferentes regiões do País

Art. 20 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias de sua publicação, ouvidos o Conselho Nacional de Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Educação.

Art. 21 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de abril de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

José Sarney Filho

ANEXO B — Resolução nº 01/2009**COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DA BAHIA — CIEA-BA**

A Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia, comissão de caráter deliberativo vinculada à Secretaria do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o Decreto Estadual nº 9.083/2004, bem como a deliberação do Plenário durante a Reunião Ordinária dos dias 13 e 14 de novembro de 2008.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Regimento Interno da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia – CIEA-BA, nos termos do Anexo Único desta resolução.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO SOUSA MATOS
Presidente da Coordenação Colegiada

**ANEXO ÚNICO
REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE
EDUCAÇÃO
AMBIENTAL DO ESTADO DA BAHIA****CAPÍTULO I
DO OBJETIVO**

Art.1º - Este Regimento estabelece as normas de organização e funcionamento da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia, doravante denominada CIEA-Ba.

**CAPÍTULO II
DAS FINALIDADES E DAS COMPETÊNCIAS**

Art.2º - A CIEA-Ba, criada como órgão colegiado de caráter deliberativo nos termos do Decreto Estadual nº 9.083, de 28 de abril de 2004, tem por finalidades:

- I – Elaborar o Programa Estadual de Educação Ambiental, propondo as bases da Política Estadual de Educação Ambiental.
- II – Promover articulação inter e intrainstitucional buscando a convergência de esforços no sentido de implementar as políticas nacional e estadual de educação ambiental.
- III – Promover e elaborar estudos, pesquisas e sistematização de dados que subsidiem a formulação, a execução e o acompanhamento da política estadual de educação ambiental.

Art.3º - Para a consecução de suas finalidades, compete à CIEA-Ba:

- I - Apoiar a elaboração do Plano Estadual de Meio Ambiente no que concerne às diretrizes de Educação Ambiental para o Estado da Bahia considerando a sua diversidade regional;
- II – Consolidar, acompanhar e avaliar a Política Estadual de Educação Ambiental;
- III - Contribuir com ações que promovam a inserção transversal da temática ambiental nos currículos escolares em todos os níveis e modalidades de ensino e nos diversos órgãos e secretarias do Estado e municípios;

- IV - Apoiar técnica, científica e institucionalmente as ações de Educação Ambiental, no âmbito do Estado da Bahia;
- V - Fomentar e apoiar a criação de redes de educação ambiental no estado, assim como a produção de instrumentos sócio-educativos para a sua maior divulgação;
- VI - Promover a disseminação e o intercâmbio de experiências que fortaleçam práticas sustentáveis de Educação Ambiental no âmbito municipal, estadual e federal;
- VII - Fomentar parcerias entre instituições governamentais e não governamentais, empresas, entidades de classe, associações comunitárias e demais entidades que tenham atuação na área de Educação Ambiental;
- VIII - Estimular, fortalecer, acompanhar e avaliar a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental, no âmbito estadual, na qualidade de interlocutor junto aos órgãos gestores da política nacional;
- IX - Promover a divulgação da CIEA-Ba, junto aos diversos setores da sociedade, através da realização de reuniões ordinárias, fóruns, oficinas e seminários regionais, considerando os diferentes biomas do Estado;
- X - Propor aos setores públicos e privados a destinação de recursos financeiros, objetivando a viabilização de projetos e ações em Educação Ambiental;
- XI - Propor a veiculação de produtos de educação ambiental nos diversos meios de comunicação;
- XII - Propor diretrizes para implementação de programas de educação ambiental quando dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO

Art.7º - Os componentes da CIEA-BA serão os representantes dos seguintes órgãos, entidades e instituições, que atuem na área de Educação Ambiental, e que tenham disponibilidade para as atividades da Comissão:

- I - Secretaria do Meio Ambiente – SEMA;
- II- Instituto de Gestão das Águas – Ingá/SEMA;
- III- Instituto de Meio Ambiente – IMA/SEMA
- IV - Secretaria da Educação - SEC;
- V - Secretaria da Agricultura – SEAGRI;
- VI - Secretaria da Saúde – SESAB;
- VII - Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR;
- VIII – Secretaria de Cultura – SECULT;
- IX– Secretaria de Turismo – SETUR;
- X – Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração – SICM;
- XI – Secretaria do Planejamento – SEPLAN;
- XII - Comissão de Proteção ao Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia;
- XIII - Poder Executivo do Município de Salvador;
- XIV - Poder Executivo de um Município da Região Metropolitana de Salvador;
- XV - Poder Executivo de um Município do Bioma Mata Atlântica;
- XVI - Poder Executivo de um Município do Bioma Cerrado;
- XVII - Poder Executivo de um Município do Bioma Caatinga;
- XVIII - Poder Executivo de um Município da Região da Chapada Diamantina;
- XIX - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (Regional Bahia)
- XX - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade– ICMBio (Regional Bahia);
- XXI - Instituição Financeira Pública;

- XXII – Universidades Públicas do, e no, Estado da Bahia;
- XXIII – Universidades Privadas do Estado da Bahia
- XXIV – Instituição Pública do Ensino Básico;
- XXV - Instituição Privada do Ensino Básico;
- XXVI – Instituição de Ensino Profissionalizante
- XXVII – Dois representantes de Federações Empresariais;
- XXVIII – Um representante de Categorias Profissionais;
- XXIX - Central Sindical;
- XXX - Comunidades Tradicionais;
- XXXI - Organizações Não-Governamentais de Salvador;
- XXXII - Organizações Não-Governamentais da Região Metropolitana de Salvador;
- XXXIII- Organizações Não-Governamentais do Bioma Mata Atlântica;
- XXXIV - Organizações Não-Governamentais do Bioma Cerrado;
- XXXV - Organizações Não-Governamentais do Bioma Caatinga;
- XXXVI - Organizações Não-Governamentais da Região da Chapada Diamantina;
- XXXVII - Rede de Juventude e Meio Ambiente da Bahia – REJUMA-BA
- XXXVIII - Rede de Educação Ambiental da Bahia – REABA
- XXXIX - Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN
- XL – Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade

§1º – Os órgãos, entidades e instituições aqui designados indicarão dois representantes, sendo um titular e um suplente, oriundos de diferentes setores de seus sistemas, para mandato de 2 (dois) anos, prorrogável uma única vez, por igual período, devendo a renovação ocorrer em até 30 (trinta) dias após esse prazo.

§2º - Os itens XXII e XXIII do artigo 7º referem-se às Universidades Públicas e Privadas do Estado da Bahia, tendo direito, cada uma, a um representante titular e um suplente.

§3º - Entende-se por Comunidade Tradicional, para efeitos deste regimento, na forma mencionada no item XXX do artigo 7º, as seguintes categorias: (a) quilombolas, (b) indígenas, (c) pescadores/marisqueiras, (d) ribeirinhos, (e) extrativistas, (f) fundos de pasto e (g) comunidades de terreiros, tendo direito, cada uma, a um representante titular e um suplente.

§4º – Os representantes titular e suplente do item XIII, Poder Executivo do Município de Salvador, serão escolhidos mediante processo eletivo, estabelecido para esse fim.

§5º – Os municípios constantes dos itens XIV a XVIII serão escolhidos mediante processo eletivo coordenado pela União dos Municípios da Bahia – UPB, respeitados os critérios de regionalização definidos, sendo os representantes dos municípios eleitos indicados, preferencialmente, entre os membros de órgãos de educação e de meio ambiente.

§6º – As entidades constantes dos itens XXXI a XXXVI serão escolhidas mediante processo eletivo, respeitados os critérios de regionalização definidos.

§7º – Os representantes, titular e suplente, das entidades constantes dos itens XXVII, XXVIII, XXIX, XXXVII, XXXVIII e XXXIX serão indicados mediante articulação das entidades representativas, interessadas e com atuação comprovada em educação ambiental.

§8º – Os representantes, titular e suplente, das Instituições do Ensino Básico Pública e Privada e Ensino Profissionalizante (itens XXIV, XXV e XXVI), serão professores atuantes na área de educação ambiental escolhidos, mediante processo eletivo, coordenados pela Secretaria da Educação – SEC, Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado da Bahia – SINEPE-BA e CEFET, respectivamente.

§9º – O colegiado apreciará e deliberará em plenário sobre a inclusão ou o desligamento de órgãos, entidades e instituições, dos setores governamentais e não governamentais, para mudanças na composição da CIEA-BA, observando a manutenção do equilíbrio da representação entre estes dois setores.

§10 – A substituição de representante dos órgãos, entidades e instituições que fazem parte da CIEA-BA, no exercício de seus mandatos, somente poderá ser efetivada por ato da Secretaria Executiva, após indicação do interessado.

§11 – A participação de representante dos órgãos, entidades e instituições que fazem parte da CIEA-BA, bem como de convidados e especialistas na área ambiental é considerada serviço de natureza relevante e não será remunerada.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO

Art.8º - São órgãos integrantes da CIEA-Ba:

- I – Colegiado;
- II – Coordenação Geral;
- III – Secretaria Executiva;
- IV – Câmaras Técnicas.

Art.9º - São órgãos deliberativos da CIEA-Ba:

- I – Colegiado;
- II – Coordenação Geral.

Seção I Do Colegiado

Art.10 - O Colegiado é o órgão máximo de deliberação da CIEA-BA, formado por todos os seus componentes.

Parágrafo Único – A presença do membro titular exclui de voto o respectivo suplente, sendo-lhe, porém, facultado o direito de voz nas reuniões.

Art.11 - Compete ao Colegiado:

- I – Estabelecer os objetivos e diretrizes da Política Estadual de Educação Ambiental;
- II – Fomentar e articular planos e projetos que visem ao fortalecimento e divulgação da Comissão e de seus objetivos;
- III – Elaborar Plano de Trabalho incluindo estratégias para captação de recursos financeiros destinados ao fortalecimento institucional da CIEA-BA;
- IV – Elaborar e aprovar o relatório anual das ações da Comissão;
- V – Elaborar, reformular e fazer cumprir o Regimento Interno e suas alterações, mediante manifestação favorável de, pelo menos, dois terços de seus componentes;
- VI – Apreciar e deliberar sobre a criação de Câmaras Técnicas;
- VII – Apreciar e deliberar sobre a participação de representantes ou especialistas, de reconhecida experiência em áreas de interesse da Comissão, em suas reuniões e nas Câmaras Técnicas, os quais serão considerados convidados colaboradores;
- VIII – Apreciar e deliberar, em última instância, sobre as decisões da Comissão;

Art.12 – As matérias sujeitas à votação do Colegiado enquadram-se nas seguintes modalidades:

- I – Resolução: quando se tratar de deliberação vinculada à competência legal da Comissão;
- II – Moção: manifestação de qualquer natureza relacionada com a temática da Educação Ambiental.

§1º – As Resoluções e Moções serão datadas e numeradas em ordem distintas, cabendo à Secretaria Executiva ordená-las e indexá-las;

§2º - As Resoluções e Moções aprovadas pela Comissão serão referendadas e assinadas pela Coordenação Geral, cabendo à Secretaria Executiva dar o seu devido encaminhamento.

Seção II Da Coordenação Geral

Art.13 - A Coordenação Geral da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental será tripartite, composta por: um representante da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, um representante da Secretaria da Educação – SEC e um representante da sociedade civil, este a ser indicado, em reunião plenária da CIEA-BA.

Art.14 - À Coordenação Geral da CIEA-BA compete:

I – Convocar e presidir as reuniões da Comissão, aprovando a respectiva ordem do dia e promovendo as comunicações correspondentes;

II – Ordenar o uso da palavra, de forma a garantir o direito de manifestação a todos os componentes, observada a ordem de inscrição dos mesmos;

III – Representar externamente a Comissão ou delegar sua representação a algum membro do colegiado;

IV – Convidar representantes de órgãos ou entidades governamentais e não governamentais, públicas e privadas, com experiência em áreas de interesse da comissão, para participar das reuniões da comissão e das câmaras técnicas, os quais serão considerados convidados colaboradores;

V – Solicitar ao titular dos órgãos da administração pública, direta e indireta, bem como às entidades não governamentais e à iniciativa privada, suporte material, logístico e de recursos humanos, para a consecução dos objetivos da Comissão, conforme Plano de Trabalho aprovado;

VI – Articular-se com as Prefeituras Municipais sobre assuntos relacionados às atividades da Comissão, objetivando contribuir com o fortalecimento da gestão ambiental nos municípios;

VII – Deliberar “ad referendum” do Plenário em situações de urgência com implicações graves, onde não seja viável a convocação do colegiado, desde que o mesmo seja informado oficialmente;

VIII – Definir prioridades de assuntos a serem submetidos à apreciação do Plenário;

IX - Assinar as deliberações da Comissão e atos relativos ao seu cumprimento;

X - Assinar as Atas aprovadas nas reuniões;

XI – Indicar, dentre os componentes do colegiado, um substituto, quando das faltas e impedimentos, a fim de colaborar na coordenação dos trabalhos durante as reuniões da Comissão;

XII – Zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento Interno.

Seção III Dos Componentes

Art. 15 – Os componentes da CIEA-BA são os representantes dos órgãos, entidades e instituições, no exercício dos seus mandatos.

Art.16 - Aos componentes da CIEA-BA compete:

I – Participar das discussões e deliberação dos assuntos submetidos ao Colegiado, justificando à Coordenação Geral sua ausência, com antecedência mínima de 48 horas;

II – Expor e emitir parecer sobre os assuntos de que sejam designados relatores;

III – Discutir e aprovar as atas das reuniões;

IV – Integrar as Câmaras Técnicas de seu interesse, quando designados pelo Colegiado;

V – Prestar informações sobre as atividades de seus órgãos representados, relacionados a estudos e trabalhos da Comissão;

VI – Propor matérias para deliberação do Plenário;

VII – Propor ao Colegiado o convite a pessoas de reconhecida experiência em área de interesse da Comissão e que tenham disponibilidade para as atividades da Comissão, a fim de participarem das reuniões enquanto convidados colaboradores;

- VIII – Propor ao Colegiado diretrizes metodológicas a serem adotadas na implementação do Programa de Educação Ambiental do Estado;
- IX – Propor ao Colegiado o planejamento da execução dos trabalhos internos da CIEA-Ba;
- X – Elaborar pareceres e relatórios técnicos de acompanhamento e avaliação da execução da Educação Ambiental no estado da Bahia, quando solicitado;
- XI – Desempenhar outras atribuições que lhes forem outorgadas pelo Colegiado.
- XII – Propor diretrizes que orientem a elaboração dos programas de educação ambiental nos processos de licenciamento
- Parágrafo Único – Qualquer componente titular ou suplente da CIEA-Ba poderá, fundamentadamente, solicitar vistas de matéria ainda em análise, mediante aprovação de pelo menos um terço do plenário, devendo, necessariamente, submeter a respectiva matéria à deliberação da reunião ordinária subsequente.

Seção IV

Da Secretaria Executiva

- Art.17 - A Superintendência de Políticas para a Sustentabilidade - SPS, órgão da administração direta integrante da estrutura da SEMA, funcionará como Secretaria Executiva da CIEA-BA.
- Art.18 - À Secretaria Executiva da CIEA-BA compete:
- I – Secretariar as reuniões da Comissão;
- II – Coordenar, assinar e providenciar a execução dos expedientes da Comissão;
- III – Propor à Comissão o planejamento da execução dos trabalhos;
- IV – Elaborar as pautas e atas das reuniões da Comissão;
- V – Controlar e acompanhar as despesas efetuadas com a logística de transporte, hospedagem e alimentação a que se refere o §1º do artigo 33 assim como aquelas referentes às reuniões ordinárias;
- VI – Acompanhar os trabalhos das Câmaras Técnicas, proporcionando-lhes apoio administrativo;
- VII – Disponibilizar informações sobre a Comissão;
- VIII – Manter informados os componentes da CIEA-Ba sobre atualizações no campo de atribuições da Comissão;
- IX - Manter um banco de dados atualizado sobre a Educação Ambiental no Estado da Bahia, aberto à consulta pública;
- X – Encaminhar as deliberações do Colegiado, de acordo a sua natureza e segundo supervisão da Coordenação Geral;
- XI - Assessorar a Coordenação Geral;
- XII – Registrar em ata a posse dos componentes, controlando a vigência dos seus mandatos e frequência às reuniões;
- XIII – Providenciar a convocação dos componentes e dos convidados colaboradores para as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- XIV – Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Colegiado ou pela Coordenação Geral.

Seção V

Das Câmaras Técnicas

- Art.19 - Poderão ser criadas Câmaras Técnicas, por deliberação do Plenário, com o objetivo de analisar, elaborar documentos e relatar assuntos específicos a serem a elas submetidos.
- §1º - Deverá ser observado o limite máximo de 8 (oito) Câmaras Técnicas Permanentes;

§2º - Comporão as Câmaras Técnicas, componentes titulares ou suplentes da Comissão e convidados colaboradores referendados pelo colegiado;

§3º - Na composição das Câmaras Técnicas deverão ser consideradas a natureza técnica do assunto de sua competência, a finalidade dos órgãos ou entidades representados e a formação técnica ou notória atuação de seus componentes em área de interesse da referida câmara.

Art.20 – Às Câmaras Técnicas compete:

I – Elaborar e encaminhar ao Colegiado diretrizes voltadas para construir e acompanhar a Política Estadual de Educação Ambiental na sua área de abrangência, propondo ações de intervenção, quando couber;

II – Emitir parecer sobre consulta que lhe for encaminhada;

III – Relatar e submeter à aprovação do Colegiado, assuntos a elas pertinentes;

IV – Convocar especialistas para assessorá-las em assuntos de sua competência, os quais serão considerados convidados colaboradores;

CAPÍTULO V DO FUNCIONAMENTO

Seção I

Da Coordenação Geral

Art.21 - A Coordenação Geral da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental será tripartite, composta por: um representante da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, um representante da Secretaria da Educação – SEC e um representante da sociedade civil.

Art.22 – A indicação dos representantes da SEMA – Secretaria do Meio Ambiente e da SEC – Secretaria da Educação, a que se refere o Art. 21, será efetivada pelos seus respectivos Secretários

Art.23 – A indicação do representante da sociedade civil, a que se refere o Art. 21, será efetivada em reunião plenária da CIEA-BA, mediante processo eletivo do qual participarão apenas os componentes da sociedade civil.

Art.24 - A eleição de que trata o Art. 23 dar-se-á:

I - Em voto aberto;

II - Em reunião ordinária da CIEA-BA, com imediata apuração;

III - Com registro em Ata;

IV - Com aprovação da maioria dos votos dos presentes.

Seção II

Das Reuniões Plenárias

Art.25 - O Colegiado da CIEA-BA se reunirá por convocação da sua Coordenação Geral:

I – Em sessão ordinária, com periodicidade bimestral, mediante convocação com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, acompanhada da pauta dos assuntos a serem discutidos e da Ata da reunião anterior;

II – Em sessão extraordinária, mediante convocação com antecedência mínima de 8 (oito) dias, acompanhada da pauta dos assuntos a serem discutidos.

§1º – Em caso de urgência, a Coordenação Geral poderá motivadamente convocar reunião do Plenário da Comissão com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

§2º – As sessões ordinárias terão seu calendário anual fixado na última reunião do ano anterior;

§3º – No caso de eventual adiamento de sessão ordinária, a nova data deverá ser fixada no prazo de 15 (quinze) dias;

§4º – A convocação de sessão extraordinária poderá se dar, mediante justificativa, a pedido da Coordenação Geral ou por, pelo menos, metade dos componentes da Comissão;

§5º – As reuniões do Plenário da Comissão serão realizadas em local a ser determinado pela Coordenação Geral, no momento da convocação;

§6º – De cada reunião do Plenário será lavrada a Ata que será encaminhada a todos os componentes e convidados colaboradores e posteriormente aprovada, assinada e arquivada.

§7º - As reuniões ordinárias e extraordinárias serão sempre abertas à participação pública, mediante inscrição prévia junto à Secretaria Executiva, exceto, nas situações em que a plenária delibere que a reunião será fechada;

§8º – Os participantes convidados colaboradores e ex-membros da CIEA-BA têm assegurado o uso da palavra em reuniões do Colegiado e das Câmaras Técnicas, sobre assuntos relacionados à pauta, sem direito a voto.

§9º - Os participantes inscritos como observadores não terão direito de voz e voto.

§10 As pessoas que desejarem participar das reuniões da CIEA-BA devem inscrever-se com a Secretaria Executiva, serão consideradas observadores e não terão direito a voz e voto. Caso a inscrição seja feita na hora da reunião e não houver lugar suficiente no local, essa inscrição passa automaticamente a valer para a próxima reunião da CIEA-Ba.

§11 - Ex-representantes da CIEA-Ba poderão participar de reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como, de câmaras técnicas com direito a voz.

Art.26 – Após 3 (três) faltas do representante, sem justificativa prévia, em reuniões ordinárias e/ou extraordinárias da CIEA-BA, no decorrer do período de representação, será comunicada ao Colegiado, pela Coordenação Geral, a ocorrência de hipótese de substituição.

§1º – Na ausência do representante de um órgão, entidade ou instituição que faz parte da CIEA-BA, à 2 (duas) reuniões, sem justificativa prévia, a Coordenação Geral da Comissão comunicará ao dirigente ou representante legal do órgão, entidade ou instituição as faltas dos respectivos membros.

§2º – A Coordenação Geral da CIEA-BA informará ao dirigente ou representante legal do órgão, instituição ou entidade a ocorrência de hipótese de substituição do membro faltoso, dentro de um prazo de 30 (trinta) dias, depois de comunicada a situação ao Colegiado;

§3º - Na ausência do titular e do suplente de um órgão, entidade ou instituição que faz parte da CIEA-BA, outro integrante dessa mesma instituição não terá direito a voto.

Art.27 - A condução dos trabalhos das reuniões observará a seguinte ordem:

I – Verificação do quorum de maioria simples, na primeira convocação, e de um terço dos componentes na segunda convocação, uma hora depois da primeira;

II – Instalação dos trabalhos pela Coordenação Geral com leitura da pauta da reunião;

III – Assinatura da lista de presença;

IV – Informes gerais;

V - Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;

VI – Apreciação de matéria em regime de urgência, quando aprovada pelo Plenário a sua inclusão na pauta;

VII – Discussão e votação dos assuntos constantes da pauta;

VIII – Assuntos de ordem geral não incluídos na pauta;

IX – Encerramento dos trabalhos.

Art.28 - Anunciado pela Coordenação Geral o encerramento da discussão, a matéria será submetida à votação, quando necessário.

Art.29 – A CIEA-BA deliberará em reuniões plenárias, com a presença da maioria simples de seus componentes designados, na primeira convocação e de um terço dos componentes na segunda convocação, uma hora depois da primeira;

Parágrafo Único – Caberá à Coordenação Geral, além do voto pessoal, um voto de qualidade, em casos de empate na votação do colegiado.

Seção IV Das Câmaras Técnicas

Art.30 - As Câmaras Técnicas serão Permanentes ou Temporárias, de acordo com a deliberação do Colegiado, no ato de sua criação.

§1º - As Câmaras Técnicas Permanentes serão constituídas por no mínimo 3 (três) e no máximo 08 (oito) componentes, com mandato de período equivalente ao da Comissão;

§2º - As Câmaras Técnicas Temporárias terão seu número de componentes fixado pelo Plenário, observado o limite máximo de 08 (oito) componentes, as quais serão consideradas extintas quando da conclusão dos assuntos a ela submetidos.

§3º - Cada órgão, entidade ou instituição representada somente poderá participar, simultaneamente, de 1 (uma) Câmara Técnica Permanente e de 1 (uma) Câmara Técnica Temporária.

Art.31 – As Câmaras Técnicas serão instituídas mediante sugestão e aprovação em Plenário da CIEA-Ba, por meio de resolução que estabelecerá suas competências, composição, prazo de instalação e funcionamento.

Art.32 - As Câmaras Técnicas elegerão, entre seus componentes, os respectivos Coordenadores e Relatores, devendo os mesmos serem eleitos na primeira reunião ordinária da respectiva Câmara Técnica, por maioria simples dos votos dos seus integrantes.

§1º - Os Coordenadores das Câmaras Técnicas Permanentes terão mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a recondução uma única vez, por igual período;

§2º - Em caso de vacância, será realizada nova eleição, em conformidade com o disposto no caput deste artigo.

Art.33 – As decisões das Câmaras Técnicas serão tomadas por maioria simples de seus componentes, cabendo o voto de qualidade ao respectivo Coordenador, em caso de empate.

Art.34 - As reuniões das Câmaras Técnicas serão convocadas por seus respectivos Coordenadores com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência.

§1º - As reuniões serão abertas à participação pública, mediante inscrição prévia junto à respectiva coordenação, exceto, nas situações em que a plenária delibere que a reunião será fechada e terão sua matéria apresentada pelo relator, com o respectivo Parecer;

§2º – Os participantes convidados colaboradores para as reuniões que não sejam componentes da Câmara não terão direito de voto, tendo, porém, assegurada a palavra.

§3º - Os participantes inscritos como observadores não terão direito de voz e voto

§4º - Ex-representantes da CIEA-BA poderão participar de reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como, de câmaras técnicas com direito a voz.

§5º - Os relatos das reuniões das Câmaras Técnicas serão elaborados e aprovados pelos componentes e assinados pelo relator e coordenador.

§6º - A ausência não justificada previamente de componentes das Câmaras Técnicas por 3 (três) reuniões consecutivas, no decorrer do período de representação, implicará na sua substituição da mesma.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.35 - Os cargos da Coordenação Geral e Secretaria Executiva, bem como dos componentes da CIEA-BA não serão remunerados e se considerará como relevantes serviços prestados ao Estado, cabendo à Secretaria do Meio Ambiente a emissão dos certificados.

Art.36 - As despesas com transportes, hospedagem ou de outra natureza dos componentes da CIEA-BA e das Câmaras Técnicas serão custeadas pelos órgãos/entidades/instituições que representem.

§ 1º - A Secretaria Executiva da CIEA-BA deverá custear o transporte, a hospedagem e a alimentação dos representantes, titular e suplente, dos seguintes segmentos: comunidades tradicionais, organizações não governamentais, Rede de Juventude e Meio Ambiente do Estado da Bahia – REJUMA-BA, Rede de Educação Ambiental da Bahia – REABA, Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN e Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade (artigo 7º, itens do XXX a XL) além de convidados colaboradores, aprovados pelo colegiado, desde que residam no interior do Estado.

§ 2º - A Secretaria Executiva da CIEA-BA poderá custear também o transporte, a hospedagem e a alimentação dos representantes, titular e suplente, dos segmentos mencionados no parágrafo anterior, nas reuniões das Câmaras Técnicas, desde que a temática especificada justifique e que o valor dos gastos não exceda as verbas orçamentárias disponíveis.

§ 3º - O valor das despesas a que se refere a §1º do Art. 36 deverá ser compatível com orçamento previsto para tal finalidade, válidos apenas para participação nas reuniões ordinárias e extraordinárias da CIEA-Ba.

Art.37 – Para a consecução dos objetivos da Comissão instituída por este Decreto 9.083 de 28 de abril de 2004, os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, sem prejuízo de suas atribuições legais e regulamentares, lhe prestarão apoio institucional, por meio de informações, suporte material, logístico e de recursos humanos.

Art.38 - Este Regimento Interno poderá ser alterado, mediante proposta do Colegiado, aprovada por dois terços de seus componentes.

Art.39 - Os casos não previstos neste Regimento Interno serão discutidos e resolvidos em Plenário.

Art.40 - Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO C — Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável — 2005-2014

A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável possui em sua essência uma idéia simples com implicações complexas. Após vivermos durante séculos sem nos preocupar com o esgotamento dos recursos naturais do planeta, temos que aprender, agora, a viver de forma sustentável. E a maior parte deste desafio é estimular mudanças de atitude e comportamento na sociedade mundial, uma vez que nossas capacidades intelectuais, morais e culturais impõem responsabilidades para com todos os seres vivos e para com a natureza como um todo.

A Década dá ênfase ao papel central da Educação na busca comum pelo desenvolvimento sustentável.

Mas o que exatamente é a Década?

É um conjunto de parcerias que procura reunir uma grande diversidade de interesses e preocupações. É um instrumento de mobilização, difusão e informação. É também uma rede de responsabilidades pela qual os governos, organizações internacionais, sociedade civil, setor privado e comunidades locais ao redor do mundo podem demonstrar seu compromisso prático de *aprender a viver sustentavelmente*.

A Unesco se sente privilegiada por ter sido designada pela Assembleia Geral das Nações Unidas como a agência líder para promover a Década e para sua coordenação internacional — pois a educação não é somente prioritária, mas indispensável — quando há desafios como pobreza, consumo desordenado, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento da população, desigualdades de gênero e raça, conflitos e violação de direitos humanos. A educação tem a função de prover os valores, atitudes, capacidades e comportamentos essenciais para confrontar esses desafios.

A Unesco fará suas próprias contribuições programáticas à Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável não somente no campo da Educação, mas também em seus outros setores: Ciências Naturais, Ciências Sociais e Humanas, Cultura, Informação e Comunicação, pois as ações indicadas no Plano Internacional de Implementação possuem caráter fortemente transversal, integralmente conectadas aos objetivos da Declaração do Milênio.

A EDS — Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável — começou a ser esboçada no capítulo 36 da Agenda 21: “Promoção do ensino, da conscientização e da formação”.

Na medida em que esse pressuposto foi sendo delineado, ficou evidente que a *educação é a chave para a sustentabilidade*.

A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) tem a Unesco como organismo diretor. Em 2009, a Unesco promoveu em Bonn, na Alemanha, a Conferência Mundial de Educação para o Desenvolvimento Sustentável para avaliar os projetos e traçar prioridades para a segunda parte da década.

Uma das realizações mais importantes desta Conferência foi o advento da Declaração de Bonn que define os paradigmas para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

DECLARAÇÃO DE BONN

29/03/2009

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Século XXI

□ **A EDS** deve imprimir um novo direcionamento no ensino e na aprendizagem. A EDS promove a Educação de Qualidade e integra todos, sem exceção. Se baseia em valores, princípios e práticas necessárias para vencer os desafios atuais e futuros.

□ **A EDS** ajuda a sociedade a fazer frente às diferentes prioridades e problemas como: água, energia, mudanças climáticas, diminuição do risco de desastres, a perda da biodiversidade, a crise alimentar, as ameaças contra a saúde, a vulnerabilidade social e a insegurança. A EDS é essencial para o surgimento de novas ideias sobre a economia e contribui para criar sociedades saudáveis e sustentáveis, mediante um enfoque sistêmico e integrado.

Melhora a qualidade, traz novos significados e finalidades aos sistemas de ensino e formação, englobando o aprendizado formal e informal num processo de formação que deve seguir por toda a vida.

□ **A EDS** se baseia em valores de justiça, retidão, tolerância, autonomia e responsabilidade.

Promove a igualdade entre homens e mulheres, a coesão social e a redução da pobreza.

Como proposto na Carta da Terra, atribui normas de conduta como integridade, honra e cuidado.

□ **A EDS** se baseia em princípios propícios a modos de vida sustentáveis, e ao bem estar dos seres humanos. Proteger e recuperar o meio ambiente, conservar os recursos naturais e utilizá-los de maneira sustentável, consumir de forma consciente e criar sociedades justas e pacíficas são também princípios importantes da EDS.

□ **A EDS** salienta através dos enfoques criativos e críticos, a reflexão a longo prazo, a inovação e a autonomia para fazer frente às incertezas e solucionar problemas complexos.

- **A EDS** coloca em evidência a interdependência entre meio ambiente, economia, sociedade e diversidade cultural, no âmbito local e mundial, tendo em conta o passado, o presente e o futuro.
- **A EDS**, ligada às necessidades e condições específicas de vida das populações, oferece as competências para achar soluções e aproveitar a experiência e os conhecimentos existentes nas culturas locais. Favorece também o surgimento de novas ideias e uso de modernas tecnologias.
- **A essência da EDS** pressupõe que nossos modelos e práticas atuais têm em caráter de exploração abusiva, tanto sobre o meio ambiente como sobre as relações sociais. Portanto, para vivermos plenamente um novo paradigma de desenvolvimento sustentável, as transformações devem ocorrer em dois níveis prioritários: social/cultural e ambiental. Essa capacidade de transição é um dos grandes objetivos da EDS. A noção de transição considera a necessidade dessa adaptação para fazer frente às novas realidades socioeconômicas e ambientais. É o conceito que chamamos: **Educação para Transição**.

OS VALORES QUE APOIAM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A EDS contempla o fato que, independentemente da grande diversidade de culturas e formas de vida, todas as pessoas pertencem à família humana e a uma comunidade terrestre com um destino comum.

Aos Quatro Pilares da Aprendizagem deve-se, prioritariamente, considerar um quinto imperativo:

- aprender a conhecer
- aprender a fazer
- aprender a conviver
- aprender a ser
- **aprender a se transformar e a transformar a sociedade.**

Esse pilar reconhece que cada um de nós atuando individualmente e em conjunto, pode transformar o mundo e que a Educação de Qualidade fornece as ferramentas para a transformação da sociedade.

EDUCAÇÃO SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para fazer frente às mudanças climáticas, além das grandes contribuições da ciência e tecnologia, será necessária uma ação conjunta de toda a sociedade.

Por essa razão, a UNESCO criou propostas concretas em todas as suas áreas de atuação: educação, ciência, cultura e comunicação, com o objetivo de abordar as mudanças climáticas de forma holística.

Essa iniciativa da Unesco foi proposta pela sua Diretora Geral Irina Bokova em Copenhague, na 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (COP – 15).

Baseia-se em quatro temas, sendo um deles a Educação. Criou-se então, o programa de “*Educação sobre as Mudanças Climáticas para o Desenvolvimento Sustentável*”.

O programa utiliza enfoques educativos inovadores para ajudar os jovens a compreender, enfrentar e adaptar-se aos efeitos das mudanças climáticas.

Promove mudanças de atitude e incentiva comportamentos necessários para direcionar nosso mundo para um futuro em sintonia com o desenvolvimento sustentável.

Procura formar uma nova geração de cidadãos conscientes das mudanças climáticas, pois: “*A educação que as crianças e jovens recebem hoje, determinará o mundo de amanhã.*”

Módulos Didáticos relacionados às Mudanças Climáticas:

1º - Mudanças Climáticas:

Esse módulo foi concebido para auxiliar os professores a compreender questões relacionadas às mudanças climáticas em um contexto mundial e também regional. Esta publicação foi lançada em agosto de 2011, ainda exclusivamente em inglês, e disponível para download no link: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002111/211136e.pdf>

Temos informações que brevemente estarão disponibilizadas em espanhol.

As atividades propostas neste módulo versam sobre:

A atmosfera e o equilíbrio energético da Terra.

O tempo e o clima.

As mudanças climáticas.

Agir, agora!

Elaboração de planejamentos que abordem o tema (subsídio ao professor).

2º - Educação Ambiental:

Este módulo foi concebido para auxiliar professores a integrarem questões e conceitos ambientais no planejamento de forma interdisciplinar, a fim de ampliar os conhecimentos básicos sobre o meio ambiente.

As atividades propostas neste módulo versam sobre:

Definir o que é meio ambiente.

Por que devemos proteger nosso meio ambiente?

Conhecimentos básicos sobre o meio ambiente e sua relação com a Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Inserir e integrar no planejamento pedagógico, questões ambientais, contextualizando questões ligadas ao tema, em todo o fazer pedagógico.

3º - Preparação e ações necessárias quando ocorrem desastres naturais:

Este módulo promove a incorporação de medidas preventivas e orientações em caso de desastres naturais. Incentiva a participação de jovens e docentes na elaboração de planos de ação e prevenção.

Conteúdo básico:

Aprender sobre os terremotos.

Aprender sobre as inundações.

Aprender sobre furacões, tempestades, ciclones e tufões.

Aprender sobre tsunamis.

Aprender sobre vulcões.

4º - Formação de Educadores:

Este módulo, difundido pela internet se baseia na formação de educadores, alunos, partes interessadas, organizações das Nações Unidas, pessoal da UNESCO entre outros, que exerçam um efeito multiplicador e promovam a Educação para o Desenvolvimento Sustentável e suas consequências práticas na solução das questões climáticas.

Conteúdo:

A EDS como prioridade mundial.

Como aplicar a EDS.

A função que cada um deve desempenhar.

Desafios.

A Unesco e Unep (United Nations Environment Programme) criaram um manual sobre mudanças climáticas e estilos de vida. Mostra como podemos ajudar nosso meio ambiente através de escolhas corretas e mudanças de comportamento.

Com o objetivo de motivar os jovens a tomarem decisões conscientes como pessoas, consumidores e futuramente como profissionais, que levem a um estilo de vida sustentável. Esse manual **está disponível em português** (Portugal) no endereço:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001240/124085por.pdf>

Um outro “Manual de Etiqueta Sustentável” pode ser encontrado no site do “Planeta Sustentável” no link:

<http://planetasustentavel.abril.com.br/pdf/manual-etiqueta-sustentavel-30-2011.pdf>

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As mudanças climáticas, a crise mundial de alimentos e as crises financeiras e econômicas, são exemplos de questões de sustentabilidade com os quais nossa sociedade tem que lidar num mundo globalizado.

As Escolas Associadas, ao desenvolverem projetos relacionados ao Desenvolvimento Sustentável, têm como objetivo preparar os alunos para lidar com esses desafios hoje e no futuro. A Educação é um dos principais pilares do Desenvolvimento Sustentável e é um instrumento chave para trazer mudanças significativas nas atitudes, comportamentos e modos de vida em direção a uma postura mais consciente, pois tem a função de prover os valores, atitudes, capacidades e condutas essenciais para que o ser humano possa confrontar os desafios de sua existência.

As principais crises ambientais no planeta foram causadas pelo homem e esse número tende a aumentar até 2050 se medidas eficazes e urgentes não forem aplicadas. Esse é um dos desafios da Rio + 20.

A primeira crise é a desertificação e a perda da qualidade do solo. Segundo a ONU mais de 1 bilhão de pessoas que vivem em 100 países sofrem com as mudanças climáticas, com o desmatamento e o mau uso do solo nessas regiões. Este problema no Brasil já é tão sério que estima-se que o semi-árido se tornará totalmente árido em cerca de 50 anos.

É de todo oportuno lembrar que no ano de 2006 a celebração se destinou ao Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação e as Escolas Associadas à UNESCO uniram-se num frutífero trabalho, uma vez que a temática propicia desdobramentos altamente significativos.

O ser humano está no centro do problema da desertificação, seja como autor, seja como vítima. A luta contra a desertificação é uma luta pela Vida!

Recentemente, no final do ano passado, a ONU lançou a *Década das Nações Unidas para os Desertos e a Luta contra a Desertificação*. (2010 – 2020) para ajudar a reverter esse processo que comprometerá as produções agrícolas e trará uma crise mundial de alimentos que é inevitável, levando-se em conta que a população mundial chegará aos 8 bilhões até 2050.

Outro problema grave é a escassez de água doce e potável. Por conta das mudanças climáticas e da desertificação esse problema tende a se agravar. Segundo o relatório da ONU sobre o desenvolvimento dos recursos hídricos no mundo, até 2050 uma em cada quatro pessoas viverá em um país com escassez crônica e recorrente de água.

Para tentar reverter essa tendência e superar esse desafio, temos em andamento um suporte contínuo que é a “*Década de Ação – Água para a Vida*”, que busca conscientizar as pessoas sobre sua responsabilidade na conservação da água e promover um esforço da comunidade mundial no melhor gerenciamento dos recursos hídricos.

A água é essencial para a vida e crucial para o Desenvolvimento Sustentável.

O buraco na camada de ozônio é outra questão importante, que oferece riscos ao equilíbrio do planeta.

Em abril de 2010 tivemos a notícia de um buraco na camada de ozônio com nível recorde no Ártico. A perda significativa, segundo a Organização Meteorológica Mundial, se deve às substâncias nocivas ao ozônio aliadas a um inverno muito rigoroso.

Para sensibilizar as pessoas quanto aos cuidados que devemos ter com nossa saúde e com o planeta, foi criado um Kit Educativo, com o apoio pedagógico da UNESCO. Ele se constitui numa importante ferramenta para o processo educacional, prestando grande colaboração à ação docente dos professores.

Através das aventuras do simpático Ozzy Ozone, as crianças e jovens aprenderão um pouco mais sobre esse assunto, tão complexo, que afeta diretamente a saúde humana.

Link do Kit educativo Ozzy Ozone:

http://www.unep.fr/ozonaction/information/mmcfiles/7489-p-Ozzyozone_Teachers_guide.pdf

Filme Ozzy Ozone.

Link do livro:

<http://www.unep.fr/ozonaction/information/mmcfiles/4431-p-comic-book.pdf>

Outro grande pólo de preocupação é o colapso da vida nos oceanos. A acidificação e o aquecimento gradual comprometem todo o seu ecossistema. A população de fitoplânctons, por exemplo, diminuiu 40% em 120 anos e há muitas outras mudanças negativas causadas pela alteração do pH da água, que já são irreversíveis.

Esse comprometimento da vida marinha acompanha a tendência global da perda da biodiversidade, que tem se acelerado de forma alarmante nos últimos anos e hoje, a previsão ambiental mais otimista diz que 30 a 40% das espécies vivas no planeta estão extintas. Como dependemos da biodiversidade para viver, medidas urgentes de redução desse ritmo devem ser tomadas.

Devido à importância desse tema e para incentivar medidas que sejam eficazes na reversão desse triste quadro, a ONU instituiu a *Década da Biodiversidade – 2011 – 2020*.

Cria a Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, o Comitê Nacional de Organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Assessoria Extraordinária para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Para fins de organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável a se realizar em 2012 na cidade do Rio de Janeiro, doravante denominada Conferência Rio+20, ficam criados:

I - no âmbito do Ministério das Relações Exteriores:

- a) a Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, doravante denominada Comissão Nacional; e
- b) o Comitê Nacional de Organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, doravante denominado Comitê Nacional de Organização; e

II - no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, a Assessoria Extraordinária para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, doravante denominada Assessoria Extraordinária.

Art. 2º Compete à Comissão Nacional promover a interlocução entre os órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e da sociedade civil com a finalidade de articular os eixos da participação do Brasil na Conferência Rio+20.

Art. 3º A Comissão Nacional será co-presidida pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e do Meio Ambiente e integrada, ainda:

I – pelo titular de cada órgão indicado a seguir:

- a) Casa Civil da Presidência da República;
- b) Ministério da Justiça;
- c) Ministério da Defesa;
- d) Ministério da Fazenda;
- e) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- f) Ministério da Educação;

- g) Ministério da Cultura;
- h) Ministério do Trabalho e Emprego;
- i) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- j) Ministério da Saúde;
- k) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- l) Ministério de Minas e Energia;
- m) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- n) Ministério da Ciência e Tecnologia;
- o) Ministério do Turismo;
- p) Ministério da Integração Nacional;
- q) Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- r) Ministério das Cidades;
- s) Secretaria-Geral da Presidência da República;
- t) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- u) Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República;
- v) Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;
- w) Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República;
- x) Ministério da Pesca e Aquicultura; e
- y) Secretaria de Portos da Presidência da República;

II – por um representante dos órgãos estaduais de meio ambiente e um representante dos órgãos municipais de meio ambiente;

III - por dois representantes da comunidade acadêmica;

IV - por dois representantes dos povos indígenas;

V - por dois representantes dos povos e comunidades tradicionais;

VI - por dois representantes dos setores empresariais;

VII - por dois representantes dos trabalhadores;

VIII - por dois representantes das organizações não governamentais; e

IX - por dois representantes dos movimentos sociais.

§ 1o Serão convidados a integrar a Comissão Nacional representantes do Congresso Nacional, do Poder Judiciário, do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro, com respectivos suplentes.

§ 2o Os representantes previstos nos incisos II a IX do **caput** e respectivos suplentes serão indicados após processo de escolha transparente e inclusivo realizado pelas entidades

representativas desses setores sociais, nos termos de ato conjunto dos Ministros de Estado das Relações Exteriores e do Meio Ambiente.

§ 3o No caso de impedimento, os co-presidentes da Comissão Nacional e os membros indicados no inciso I poderão ser representados por seus substitutos imediatos no órgão respectivo.

§ 4o A participação na Comissão Nacional será custeada pelo órgão ou entidade de origem de cada membro.

§ 5o A designação dos representantes e suplentes previstos nos incisos II a IX do **caput** e no § 1o será realizada por ato conjunto dos Ministros de Estado das Relações Exteriores e do Meio Ambiente.

Art. 4o A Comissão Nacional contará com uma Secretaria-Executiva, integrada por:

- I - representante do Ministério das Relações Exteriores, que a presidirá;
- II - representante do Ministério da Fazenda, que coordenará os temas econômicos;
- III - representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que coordenará os temas sociais; e
- IV - representante do Ministério do Meio Ambiente, que coordenará os temas ambientais.

§ 1o Os representantes previstos nos incisos I a IV do **caput** e seus suplentes serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e designados pelos co-presidentes da Comissão Nacional.

§ 2o A Secretaria-Executiva poderá convidar para suas reuniões representantes de órgãos federais, estaduais e municipais, de entidades privadas, da sociedade civil, bem como especialistas.

Art. 5o Compete ao Comitê Nacional de Organização o planejamento e a execução das medidas necessárias à realização da Conferência Rio+20, inclusive a gestão dos recursos e contratos afetos aos eventos oficiais realizados sob a égide da Organização das Nações Unidas e a execução das atividades referentes à administração de material, obras, transportes, patrimônio, recursos humanos, orçamentários e financeiros, à comunicação, ao protocolo, à segurança e à conservação dos imóveis e do mobiliário utilizados.

Art. 6o O Comitê Nacional de Organização, órgão executivo, vinculado ao Ministério das Relações Exteriores, será integrado pelo seu Secretário Nacional, pelo Secretário Nacional Adjunto e, ainda, por representantes dos seguintes órgãos:

- I - Ministério da Justiça;
- II - Ministério da Defesa;
- III - Ministério das Relações Exteriores;

- IV - Ministério da Fazenda;
- V - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- VI - Ministério da Saúde;
- VII - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- VIII - Ministério do Meio Ambiente;
- IX - Ministério do Turismo;
- X - Secretaria-Geral da Presidência da República;
- XI - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- XII - Advocacia-Geral da União;
- XIII - Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República;
- XIV - Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;
- XV - Secretaria de Portos da Presidência da República; e
- XVI - Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

§ 1o Os representantes serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e designados por ato do Secretário Nacional.

§ 2o Serão convidados a indicar um representante para integrar o Comitê Nacional de Organização o Ministério Público Federal, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro.

Art. 7o O Comitê Nacional de Organização, presidido pelo Secretário Nacional, com o apoio de um Secretário Nacional Adjunto, será composto das seguintes Diretorias:

- I - Administração e Arquitetura; e
- II - Cerimonial e Apoio a Autoridades.

Art. 8o Compete ao Secretário Nacional do Comitê Nacional de Organização:

- I - coordenar e supervisionar a participação dos órgãos e entidades federais, civis e militares, no planejamento e execução das medidas de organização e logística indispensáveis à realização da Conferência Rio+20;
- II - articular a participação dos órgãos e entidades estaduais e municipais, civis e militares, no planejamento e execução das medidas de organização e logística indispensáveis à realização da Conferência Rio+20;
- III - atuar como interlocutor com as Nações Unidas para efeitos de organização logística da Conferência Rio+20 e negociação do Acordo de Sede;
- IV - auxiliar no desenvolvimento de atividades de eventos relacionados com a Conferência Rio+20, inclusive aqueles promovidos por entidades privadas e da sociedade civil;

V - instituir áreas de trabalho de acordo com as necessidades logísticas de organização da Conferência Rio+20;

VI - nomear os ocupantes de cargo em comissão da estrutura organizacional do Comitê Nacional de Organização;

VII - designar, dentre os servidores do quadro de pessoal do Ministério das Relações Exteriores, e em acordo com a Subsecretaria-Geral de Serviço Exterior do Ministério das Relações Exteriores, pessoal para exercer funções técnicas no Comitê Nacional de Organização;

VIII - definir as atividades a serem exercidas pelos servidores de outros órgãos e entidades federais que atuarem no Comitê Nacional de Organização; e

IX - editar atos dispondo sobre a organização e o funcionamento do Comitê Nacional de Organização.

Art. 9º Compete ao Secretário Nacional do Comitê Nacional de Organização executar os atos administrativos e de gestão orçamentária, financeira e patrimonial relacionados à realização da Conferência Rio+20, podendo exercer as funções de ordenador de despesas, firmar contratos, convênios, acordos de cooperação técnica e ajustes similares.

Parágrafo único. As competências previstas no **caput** poderão ser delegadas.

Art. 10. Ficam remanejados, até 30 de setembro de 2012, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para o Ministério das Relações Exteriores, nove cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, sendo um DAS 101.5, três DAS 101.4, três DAS 101.3 e dois DAS 101.2.

Parágrafo único. Os cargos remanejados serão alocados às atividades do Comitê Nacional de Organização e não integrarão a estrutura do Ministério das Relações Exteriores, devendo constar do ato de nomeação seu caráter de transitoriedade, mediante remissão ao **caput**.

§ 2º Findo o prazo estabelecido no **caput**, os cargos remanejados serão restituídos à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sendo considerados exonerados os titulares neles investidos.

Art. 11. As despesas referentes à atuação do Comitê Nacional de Organização e ao planejamento, organização e execução da Conferência Rio+20 correrão à conta de dotações orçamentárias específicas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.

Parágrafo único. As despesas mencionadas no **caput** poderão ser complementadas por recursos financeiros, materiais e humanos oriundos de estados, de municípios e de convênios e ajustes com empresas públicas federais, sociedades de economia mista federais, entidades privadas e organizações sem fins lucrativos.

Art. 12. Em coordenação com a Controladoria-Geral da União e ouvidos os órgãos federais competentes, o Secretário Nacional do Comitê Nacional de Organização determinará as medidas necessárias à ampla transparência das ações federais na realização da Conferência Rio+20, na forma do Decreto no 5.482, de 30 de junho de 2005.

Art. 13. À Assessoria Extraordinária, órgão de assistência direta ao Ministro de Estado do Meio Ambiente, compete:

I - presidir a Comissão Preparatória do Ministério do Meio Ambiente para a Conferência Rio+20, a ser criada mediante ato do Ministro de Estado do Meio Ambiente;

II - coordenar a elaboração de estudos que subsidiem a formação das posições brasileiras nos principais temas da Conferência Rio+20, com ênfase na economia verde e na governança internacional para o desenvolvimento sustentável;

III - coordenar o tratamento dos temas ambientais da Conferência Rio+20, em articulação com os demais órgãos federais, estaduais e municipais, bem como com os diversos setores da sociedade civil;

IV - apoiar as atividades da Comissão Nacional e do Comitê Nacional de Organização;

V - promover encontros com representantes de todos os setores da sociedade civil e com especialidades, visando colher subsídios para a participação brasileira na Conferência Rio+20;

VI - realizar ações de comunicação social, divulgação e informação à sociedade brasileira quanto aos temas ambientais da Conferência Rio+20;

VII - representar o Ministério do Meio Ambiente nas reuniões de caráter preparatório que antecedem a Conferência Rio+20;

VIII - apoiar as diversas iniciativas da sociedade civil, dos estados e dos municípios relacionadas à discussão dos temas ambientais da Conferência Rio+20; e

IX - apoiar o Ministro de Estado do Meio Ambiente em suas atividades como membro do Painel das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global.

Art. 14. São atribuições do Assessor Extraordinário:

I - planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades da Assessoria Extraordinária e exercer outras atribuições que lhes forem conferidas pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente;

II - representar o Ministério do Meio Ambiente na Secretaria-Executiva da Comissão Nacional;

III - representar o Ministério do Meio Ambiente nos eventos nacionais e internacionais preparatórios para a Conferência Rio+20; e

IV - representar o Ministério do Meio Ambiente nas relações com organismos intergovernamentais, governamentais e não-governamentais envolvidos com a preparação da Conferência Rio+20.

Art. 15. Ficam remanejados, até 30 de setembro de 2012, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para o Ministério do Meio Ambiente, para atender às atividades da Assessoria Extraordinária, dois cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, sendo um DAS 101.5 e um DAS 102.4.

§ 1º Os cargos remanejados serão alocados às atividades da Assessoria Extraordinária e não integrarão a estrutura do Ministério do Meio Ambiente, devendo constar do ato de nomeação seu caráter de transitoriedade, mediante remissão ao **caput**.

§ 2º Findo o prazo estabelecido no **caput**, os cargos remanejados serão restituídos à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sendo considerados exonerados os titulares neles investidos.

Art. 16. Ao final dos trabalhos de organização da Conferência Rio+20, o Secretário Nacional do Comitê Nacional de Organização apresentará prestação de contas à Secretaria de Controle Interno do Ministério das Relações Exteriores e publicará relatório oficial do evento.

Art. 17. A Comissão Nacional, o Comitê Nacional de Organização e a Assessoria Extraordinária ficam extintos em 30 de setembro de 2012.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de junho de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF

Antônio de Aguiar Patriota

Miriam Belchior

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Este texto não substitui o publicado no DOU de 8.6.2011

ANEXO E — Portaria Interministerial n. 217

Ministério do Meio Ambiente
GABINETE DA MINISTRA
PORTARIA INTERMINISTERIAL nº 217
DE 17 DE JUNHO DE 2011

Dispõe sobre o processo de escolha, pelas entidades representativas, dos representantes dos órgãos estaduais e municipais do meio ambiente e da sociedade civil na Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES e a MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto no 7.495, de 7 de junho de 2011, resolvem:

Art. 1º O processo de escolha dos integrantes da Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Comissão Nacional, de que trata o art. 3º, § 2º do Decreto 7.495, de 7 de junho de 2011, será realizado pelas entidades representativas dos setores sociais, conforme o seguinte:

I - um representante dos órgãos estaduais de meio ambiente e um representante dos órgãos municipais de meio ambiente;

II - dois representantes da comunidade acadêmica;1

III - dois representantes dos povos indígenas;

IV - dois representantes dos povos e comunidades tradicionais;1

V - dois representantes dos setores empresariais; VI - dois representantes dos trabalhadores;1

VII - dois representantes das organizações não governamentais; e

VIII - dois representantes dos movimentos sociais.1§ 1º Para os fins desta norma, entende-se por entidades representativas dos setores sociais, aquelas reconhecidas pelas entidades e órgãos integrantes de cada um dos setores sociais mencionados, por sua atuação e composição como organizações do respectivo setor em âmbito nacional.

§ 2º A designação dos representantes e suplentes previstos no caput deste artigo será realizada por ato conjunto dos Ministros de Estado das Relações Exteriores e do Meio Ambiente.

Art. 2º A escolha dos representantes mencionados no artigo anterior será orientada pelas seguintes disposições:

I - a organização indicada deve ter atuação em âmbito nacional na área do desenvolvimento sustentável, compreendendo aspectos sociais, econômicos e ambientais, estando em funcionamento regular há pelo menos 2 (dois) anos, na data de publicação desta Portaria;

II - As entidades representativas dos setores sociais deverão indicar as organizações, titulares e suplentes, para integrarem a Comissão Nacional, conforme Decreto no 7.495, de 2011, até o dia 29 de junho de 2011, por intermédio de mensagem eletrônica ao Ministério do Meio Ambiente, identificando o setor social representado, de acordo com os formulários anexos; e

III - a lista dos representantes dos setores sociais, indicados pelas entidades representativas, será divulgada no sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente, após os prazos mencionados.

Art. 3º Sem prejuízo da indicação dos representantes para a Comissão Nacional, pelas entidades representativas dos setores sociais, a Secretaria-Executiva poderá convidar outros órgãos, entidades ou especialistas no campo do desenvolvimento sustentável para participar das reuniões organizadas pela Secretaria-Executiva, conforme § 2º do art. 4º do Decreto no 7.495, de 2011.

Art. 4º A participação na Comissão Nacional será custeada pelo órgão ou entidade de origem de cada membro.

Art. 5º As reuniões da Comissão Nacional, exceto quando disposto em contrário, serão abertas à participação das organizações interessadas, como observadoras, mediante prévia solicitação e autorização da Secretaria-Executiva.

Art. 6º Os Casos omissos serão dirimidos pelo co-presidentes da Comissão Nacional, respectivamente ministros do Meio Ambiente e das Relações Exteriores.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fonte – Diário Oficial da União - Seção 1 - No , segunda, 20 de junho de 2011.

ANEXO F — Carta de 21 junho de 2012

A Rio +20 que não queremos	The Rio+20 we don't want
<p>O Futuro que Queremos não passa pelo documento que carrega este nome, resultante do processo de negociação da Rio+20.</p> <p>O futuro que queremos tem compromisso e ação, e não só promessas. Tem a urgência necessária para reverter as crises social, ambiental e econômica e não postergação.</p> <p>Tem cooperação e sintonia com a sociedade e seus anseios, e não apenas as cômodas posições de governos.</p> <p>Nada disso se encontra nos 283 parágrafos do documento oficial que deverá ser o legado desta Conferência. O documento intitulado O Futuro que Queremos é fraco e está muito aquém do espírito e dos avanços conquistados nestes últimos 20 anos, desde a Rio-92. Está muito aquém, ainda, da importância e da urgência dos temas abordados, pois simplesmente lançar uma frágil e genérica agenda de futuras negociações não assegura resultados concretos.</p> <p>A Rio+20 passará para a história como uma Conferência da ONU que ofereceu à sociedade mundial um texto marcado por graves omissões que comprometem a preservação e a capacidade de recuperação socioambiental do planeta, bem como a garantia, às atuais e futuras gerações, de direitos humanos adquiridos.</p> <p>Por tudo isso, registramos nossa profunda decepção com os chefes de Estado, pois foi sob suas ordens e orientações que trabalharam os negociadores, e esclarecemos que a sociedade civil não compactua nem subscreve esse documento.</p>	<p>The Future We Want is not to be found in the document that bears this name. The Future We Want is not what resulted from the Rio +20 negotiation process.</p> <p>The future that we want has commitment and action, not just promises. It has the urgency needed to reverse the social, environmental and economic crisis, not postpone it. It has cooperation and is in tune with civil society and its aspirations, and not just the comfortable position of governments.</p> <p>None of these can be found in the 283 paragraphs of the official document that will be the legacy of this Conference. The document entitled The Future We Want is weak and falls far short of the spirit and the advances made over the years since Rio-92.</p> <p>It even falls far short of the importance and urgency of the issues addressed. Fragile and generic agendas for future negotiations do not guarantee results.</p> <p>Rio +20 will go into History as the UN conference that offered global society a outcome marked by serious omissions. It endangers the preservation and social and environmental resilience of the planet, as well as any guarantee of acquired human rights for present and future generations.</p> <p>For all these reasons, we, as many civil society groups and individuals, register our profound disappointment with the heads of State, under whose guidance and orders the negotiators worked, and we state that we do not condone or endorse this document</p>

Assinaturas até o momento/ Signataries until now:

Ailton Krenak

Ashok Khosla

Bill McKibben

Brittany Trifold

Camilla Toulmin

Carlos Alberto Ricardo

Carlos Eduardo Young

Christina Robertson

Davi Kopenawa Yanomami

Ester Agbarakwe

Fabian Cousteau

Fabio Feldmann

Hamouda Soubhi

Ignacy Sachs

Jim Leape

José Eli da Veiga

José Goldemberg

Juan Carlos Jintiach

Kelly Rigg

Kumi Naidoo

Luis Flores

Manuel Rodrigues Becerra

Marcelo Furtado

Marina Silva

Marvin Nala

Mathis Wackernagel

Megaron Txucarramãe

Michel Lambert

Mohamed El-Ashry

Nay Htun

Nitin Desai

Oded Grajew

Peter May

Pierre Calame

Raoni Metuktire

Ricardo Abramovay

Ricardo Young

Roberto Klabin

Rubens Born

Sara Svensson

Sharan Burrow

Sergio Mindlin

Severn Suzuki

Thomas Lovejoy

Vandana Shiva

Wael Hmaidan

William Rees

Yolanda Kakabadse

ANEXO G — Hortas comunitárias em Poções

❖ TRIBUNA DA BAHIA ON-LINE

Municípios

Horta Comunitária, a saída para famílias desempregadas

Publicada: 17/09/2009 | Atualizada: 17/09/2009

Visando fomentar a geração de emprego e abrir uma fonte de renda para as famílias carentes e desempregadas, as Hortas Comunitárias do Município de Poções vêm ampliando o número de espaços para atender a demanda.

Segundo o Coordenador Marco Neves, as hortas atende hoje uma média de 300 empregos, envolvendo as localidades da Lagoa Grande, Bela Vista, Bezerro, Alto do Paraíso, Morrinhos, Bandeira Nova, Casa da Criança e Luis Heraldo. Markão afirmou que além das famílias carentes que produzem hortaliças, a do Luis Heraldo tem ainda atendimento às pessoas especiais, ex-dependentes químicos e presidiários, que passaram a ter uma oportunidade de trabalho.

O projeto conta com o apoio de Jorge Luiz (Infra-estrutura), Mateus Cruz (Agricultura), Mariana de Carvalho (Assistência Social) e **Rafael Brito (Despertar)**, além de entidades diversas e organizações não governamentais. No caso da Horta do Luis Heraldo já caminha com seus próprios pés e Markão afirmou, “o prefeito Luciano Mascarenhas investiu no projeto e hoje após retirada das despesas o lucro é dividido com os integrantes da horta, gerando renda e melhoria da qualidade de vida e da situação financeira das famílias”, concluiu o Coordenador.

Para o prefeito Luciano Mascarenhas o projeto vem sendo ampliado, mesmo com recursos do município, onde as verbas reduzidas não impedem de fazer o social do governo e afirmou, “a saída para gerar pequenos empregos está na agricultura familiar e com a força deste povo, o governo oferecendo cursos como os realizados recentemente aos trabalhadores das hortas, que aprenderam o manejo da adubação da terra e o de hortaliças, qualificando mais ainda o seguimento. Não vamos parar, o projeto até o final do governo objetiva atingir todo o município”, disse Luciano.

ANEXO H — Informativo do Programa Despertar em Poções/2010



AÇÃO



POÇÕES – BAHIA – 04 de fevereiro de 2011

INFORMATIVO Nº 328

Programa Despertar Entrega os Prêmios de 2010



Visite a Galeria de Fotos – www.municipiopoco.es.br

O Programa Despertar aproveitou a abertura da Jornada Pedagógica para entregar os prêmios aos vencedores dos trabalhos realizados nas escolas da zona rural em 2010. Coordenado pelo biólogo Rafael Brito, o Despertar é um programa do Senar/Faeb contando com a parceria da

Prefeitura de Poções. Em 2010 uma banca examinadora escolheu os trabalhos que se destacaram em varias categorias com três classificações.

Na noite de terça-feira, no Clube Recreativo de Poções aconteceu a premiação com a presença do prefeito Luciano Mascarenhas, Secretária de Educação Vera Mascarenhas e do Presidente do Sindicato Patronal, Mário César Magalhães, que representou o Senar/Faeb. O Coordenador Rafael Brito ao anunciar cada premiação do concurso, o vencedor se apresentava acompanhado dos pais, professor e diretor da escola.

Na categoria desenho do fundamental I do 1º ao 3º ano, os vencedores foram: Lucas Teles, do Pólo Educacional Evando Mascarenhas, 1º lugar, ganhou uma Bicicleta 18 marchas; Ademário L. de Oliveira, da Escola Alvino F. Paiva, no 2º lugar, levou um celular e Eziane Novais Campos, da Escola João Chaves, ficou com o 3º lugar e ganhou uma mochila. Na categoria desenho + frase do fundamental I do 4º ao 5º ano, a classificação ficou assim: Eduarda de O. Soares, em 1º lugar, ganhou uma Bicicleta 18 marchas; Vitalina Rosa de Jesus, ficou em 2º lugar e levou um Liquidificador e em 3º lugar Sislândia Pereira Santos ganhou uma mochila, todos do Instituto Educacional Manoel Padre. Na categoria redação, do fundamental II da 5ª a 8ª série, os trabalhos premiados foram: Daiane Libarino de Jesus, do Instituto Educacional Manoel Padre em 1º lugar, levou uma Bicicleta 18 marchas; Bruna A. de Jesus, do Pólo Educacional Paulo Magalhães em 2º lugar, ganhou um celular e Bianca Santos Ribeiro do Pólo Educacional Evando Mascarenhas, 3º lugar, ganhou uma mochila.

Os trabalhos dos professores também foram premiados na categoria Experiência Pedagógica, são eles: Emmanuelle Aves, com o tema Despertar Consciente, do Pólo Educacional Abílio Ferreira Campos, em 1º lugar e ganhou uma TV-LCD 20; Jacira Cardoso Sande, em 2º lugar, da Escola Cônego Pithon com o tema Plantar para preservar: trabalhando clima e solo na região de Morrinhos, levou uma Câmara Digital e Hilda Gomes, da Escola Alvino Ferreira Paiva com o tema A água na Região do São José, em 3º lugar e ganhou uma Impressora multifuncional.

No final da premiação, o prefeito Luciano Mascarenhas, emocionado e feliz em ter realizado pelo segundo ano a premiação, disse: “estamos valorizando o aluno e o professor que se dedicam para um futuro melhor. Atendendo ao pedido de Rafael aumentamos uma categoria de premiação e investimos mais nos prêmios e este ano haveremos de fazer muito para continuar fazendo da educação o orgulho de todos nós”, afirmou Luciano. Para Rafael Brito trabalhar no Despertar é positivo, representa o reforço no conhecimento do aluno, a capacitação valorosa para o professor e a integração com a comunidade. “O apoio do Senar/Faeb, a confiança do prefeito Luciano e a força de vontade do professor, alinhados ao interesse do aluno, vem comprovando que o despertar veio para ficar e a prova de tudo isso é o seu crescimento a cada ano”, finalizou Rafael.

**INFORMATIVO PRODUZIDO PELA COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E MARKETING
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

ANEXO J — Plano de Ação e Monitoramento do Programa Despertar Município: Poções - Ba



PLANO DE AÇÃO E MONITORAMENTO DO PROGRAMA DESPERTAR

MUNICÍPIO: POÇÕES-BA

COORDENADOR: RAFAEL FREITAS BRITO

PROGRAMA
DESPERTAR

AÇÃO	OBJETIVO	PROCEDIMENTO	EXECUÇÃO	CRONOGRAMA	RESULTADO
Divulgação do Programa Despertar para todo o município.	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar para a sociedade em geral o SENAR e o Programa Despertar, apresentando seus objetivos geral e específicos e metas para 2009. 	Agendar com os meios de comunicação da cidade (rádios), para que seja discutido a filosofia do Programa e as futuras atividades a serem trabalhadas em 2009.	Coordenação Municipal do Programa Despertar.	Março de 2009.	Informativo gerado pela Rádio e pela Coordenação de Marketing do município.
Divulgação do Programa Despertar na VIII Exposição Agropecuária de Poções.	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar e apresentar para a região as ações do Programa Despertar para 2009. 	Realizar no stand da EBDA uma exposição de informativos e banners trazendo informações sobre o Programa Despertar.	Coordenação Municipal do Programa Despertar.	26 a 29 de Março de 2009.	Participação e reflexão sobre a importância da retomada do Programa.
Capacitação Municipal do Programa Despertar.	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar o SENAR e o Programa Despertar para os professores da zona rural; • Sensibilizar os educadores sobre as principais alterações ambientais locais e globais; • Discutir a importância de se 	Promover um encontro de abertura das atividades do Programa Despertar com todos os professores da zona rural (Ensino Fundamental I e II), com carga horária de 16 horas.	Coordenador Municipal do Programa Despertar, equipe da SMEC, palestrantes e autoridades	02 e 03 de abril de 2009.	Participação, discussões, dinâmicas e elaboração de Projetos.

Promover a Semana do Meio Ambiente.	<ul style="list-style-type: none"> trabalhar a Pedagogia dos Projetos principal impactos ambientais globalizante de discussões temas de projetos catenon elaborando potência/série estas alterações influenciam na nossa qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> Promover um evento para toda a sociedade civil, sobretudo para alunos e professores, alertando-os sobre os principais impactos ambientais; 	<p>Professores do COMDEMA, representantes de MNCs do Programa Despertar,</p>	05, 06 e 07 de Junho.	Participação, discussão e atas.
Palestra sobre Temas Transversais.	<ul style="list-style-type: none"> discutir com os professores do presente fundamentalidade em COMDEMA, na Comissão Municipal de Defesa do Meio Ambiente informando conteúdos nos Parâmetros Curriculares 	<p>Promover um evento formativo para professores da zona rural que lecionam no ensino fundamental Rio São José, para que seja discutido abordagens relacionadas aos</p>	<p>Professores Rita de Cássia Barreto (SENAR), Coordenação Municipal do Programa</p>	04 de abril de 2009.	Participação, discussões, dinâmicas e elaboração de Projetos.
Elaboração do Projeto para aplicação nas escolas.	<p>Manter professores, alunos e a comunidade local para que elaborem e coloquem em prática</p>	<p>Temas Transversais (PCNs) com uma carga horária de 80 horas, de acordo com a</p>	<p>Professores e equipe da SMEC</p> <p>Orientação:</p>	Capacitação / Reuniões de Coordenação até	Entrega do Projeto elaborado por professores e alunos
Promover visitas e planejamentos quinzenais nas escolas.	<ul style="list-style-type: none"> criar a rotina em visitas de promover visitas de escolas de campo e do Meio Ambiente informações como: nº de alunos por série, tema a ser 	<p>ter rotina de visitas pelo Programa Despertar da escola para que seja temático diagnóstico de período para elaboração dos projetos e a</p>	<p>Coordenação Municipal do SENAR-BA. Despertar, professores,</p>	<p>de 2009</p> <p>de 2009.</p>	<p>discussões e elaboração de Projetos.</p>
Capacitação Estadual do Programa Despertar.	<p>Capacitação de professores novos a trabalhar com os temas do Programa Despertar de forma</p> <ul style="list-style-type: none"> acomplida e disciplinar elaboração dos projetos a serem trabalhados em 2009. 	<p>Demanda de material com os recursos para 2009 dos municípios de Poções, Boa Nova e Bons Projetos; Serra para discutir principais atividades e metodologias do SENAR em forma de carga horária de 24 horas, não</p>	<p>Equipe do SENAR-BA, coordenadores municipais e equipe das SMEC's.</p>	Julho de 2009.	Participação, discussões, dinâmicas e elaboração de Projetos.
Formação continuada dos professores.	<p>Estudar os conteúdos dos manuais do Programa Despertar.</p>	<p>Promover o estudo das ações do Programa</p>	<p>Coordenador Municipal do</p>	<p>Reuniões quinzenais a</p>	<p>Envio de relatório, fatos, notícias.</p>

	“GED – Grupo de Estudo do Despertar.”	Despertar, por tema, em encontros mensais, seminários, mesa redonda... Discutir textos e artigos relacionados às questões ambientais e aos temas do Programa Despertar.	Programa: Reuniões de coordenação.	partir de Julho.	
Formação de parcerias com outros órgãos.	Propor a formação de parcerias para uma melhor execução das ações propostas pelo Programa em 2009, tais como: implantação de hortas, plantio de árvores, palestras, etc.	Agendar reuniões para se discutir parcerias com a Secretaria Municipal de Agricultura, Coordenação Municipal do Meio Ambiente, EBDA, ADAB, Sindicato Rural, etc.	Coordenador Municipal do Programa Despertar, Secretários e Chefes de outros órgãos.	Julho a Agosto de 2009.	Reuniões, discussões, atas.
Acompanhamento interno por escola.	Observar e acompanhar as atividades propostas no projeto, durante o ano letivo.	Visitar as escolas para acompanhar as intervenções promovidas pelo professor.	Coordenação Municipal.	Ao longo do ano letivo / A partir de Abril de 2009.	Relato das experiências e relatórios elaborados e enviados ao SENAR.
Apresentação do Programa para comunidades e associações de moradores.	Apresentar à comunidade rural a filosofia e metodologia do Programa Despertar, visando à sensibilização para que todos abracem a causa.	Promover encontros na escola ou nas comunidades para apresentar a proposta do Programa Despertar.	Professores e Coordenador Municipal do Programa.	A partir de Julho 2009.	Envio de relatório com todos os envolvidos.
Elaboração da Agenda 21 Local.	Apresentar a Agenda 21 e sensibilizar os educadores, os alunos e a comunidade no sentido de que seja construída a Agenda 21 local.	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar aos professores, alunos e comunidade o que é a agenda 21. • Refletir sobre a importância da Agenda 21. • Apresentar os itens da 	Coordenador Municipal, professores, alunos e comunidade.	A partir de Julho de 2009.	Envio da Agenda 21 local para a Coordenação Municipal de Programa.

		<p>Agenda 21 sobre os temas trabalhados no Programa.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar estratégias para que seja elaborada a agenda 21 local. 			
Promoção do concurso municipal.	Incentivar professores e alunos a participarem ativamente do concurso do Programa DESPERTAR.	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar o Edital do Concurso; • Organizar equipe de seleção. 	Coordenação Municipal, SEMEC e Prefeitura.	Outubro	
Cerimônia de premiação.	Promover a cerimônia municipal.	Organizar a cerimônia de premiação do Programa Despertar.	Coordenador Municipal e SMEC	Outubro / Novembro	Material enviado